RESOLUÇÃO Nº 38, DE 23 DE ABRIL DE 2021 – CONSUNI/UFT

Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2021-2025.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária realizada no dia 23 de abril de 2021, via web conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2021-2025, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data da publicação, conforme dados do processo nº 23101.000951/2021-89.

SERPRO
Assinado Digitalmente por:
LUIS EDUARDO BOVOLATO
CPF/CNPJ: 51368498191
Assinado em: 30/04/2021
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor

EMC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2021-2025.

Anexo da Resolução n° 38/2021 - Consuni
Aprovado pelo Conselho Universitário em 23 de abril de 2021.

PDI

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2021-2025

Pró-Reitoria de
Avaliação e Planejamento
PROAP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

EQUIPE

Realização

Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento
Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Diretoria de Planejamento e Avaliação
Karina Mosel Paixão Balestra

Colaboradores

Doriete Macedo Santos
Administradora

Idelma de Melo Rodrigues Abreu
Economista

Joienita da Silva Carvalho Santos
Administradora

Jordana Teixeira de Melo Dias
Economista

Rayenne Neres Montelo Mendes
Administradora

REITORIA

Luís Eduardo Bovolato
Reitor

Ana Lúcia de Medeiros
Vice-reitora

Jaasiel Nascimento Lima
Pró-reitor de Administração e Finanças

Kherlley Caxias Batista Barbosa
Pró-reitor de Assistência Estudantil

Eduardo Andrea Lemus Erasmo
Pró-reitor de Avaliação e Planejamento

Maria Santana Ferreira Milhomem
Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Vânia Maria de Araújo Passos
Pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Eduardo José Cezari
Pró-reitor de Graduação

Raphael Sanzio Pimenta
Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

João Batista Martins Teixeira
Prefeito Universitário

Kleber Abreu Sousa
Superintendente de Comunicação

Juliano Alves Rios
Superintendente de Tecnologia da Informação

DIREÇÕES DE CÂMPUS

Antonivaldo de Jesus
Câmpus de Arraias

Rodrigo de Castro Tavares
Câmpus de Gurupi

André Luiz Augusto da Silva
Câmpus de Miracema

Marcelo Leineker
Câmpus de Palmas

Etiene Fabbrin Pires Oliveira
Câmpus de Porto Nacional

LISTA DE SIGLAS

SIGLA	DESCRIÇÃO
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
Cesup	Censo do Ensino Superior
CEUA	Comitê de Ética em Pesquisas em Animais
CI	Conceito Institucional
CIDiC	Comunicação, Imagem e Diversidade Cultural
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Consepe	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
Consuni	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CSA	Comissão Setorial de Avaliação
CTC	Comitê Técnico-Científico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCN	Diretriz Curricular Nacional
DPPEE	Diretoria de Políticas e Programas Especiais em Educação
DTE	Diretoria de Tecnologias Educacionais
EDS	Educação do Desenvolvimento Sustentável
EdUFT	Editora da UFT
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Feio	Formulários Eletrônicos Integrados *On-line*
Fieto	Federação das Indústrias do Estado do Tocantins
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
FIP	Fórum de Inovação Pedagógica
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Funai	Fundação Nacional do Índio
GPU	Sistema de Gestão de Projetos Universitários
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
ICT	Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição de Ensino Superior
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
Ifes	Instituição Federal de Ensino Superior
IFGF	Indicador Firjan de Gestão Fiscal dos Municípios
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Info	Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão: “Informação, Comunicação e Memória"
Inpi	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
Ioeb	Índice de Oportunidades da Educação Brasileira
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviços
IVS	Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica

LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LOA	Lei Orçamentária Anual
LPDP	Lei de Proteção aos Dados Pessoais
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MOOC	*Massive Open On-line Course* (curso on-line aberto e massivo)
NAD	Núcleo de Aprendizagem Digital
NCA	Núcleo de Computação Aplicada
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NDS	Núcleo de Desenvolvimento de Software
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
Neads	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
Neaf	Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-Brasileiros
Neai	Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas
Neamb	Núcleo de Estudos Ambientais
Necesp	Núcleo de Estudos em Ciências do Esporte e da Atividade Física
Necon	Núcleo de Estudos Contemporâneos
Nedetur	Núcleo de Estudos para o Desenvolvimento Turístico Sustentável do Sudeste Tocantinense
NEEG	Núcleo de Estudos Estratégicos em Gestão Contemporânea
Nemad	Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento
NEO	Núcleo de Estudos Organizacionais
Nephise	Núcleo de Estudos, Pesquisa em História, Sociedade e Educação
Neppi	Núcleo de Estudo e Pesquisa com povos Indígenas
Nesol	Núcleo de Economia Solidária
Nest	Núcleo de Estudos da Saúde
Neucidades	Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades
Niadi	Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Deficiente
Niedih	Núcleo Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos
Niel	Núcleo Interdisciplinar de Estudos Literários
NIP	Núcleo de Inovação Pedagógica
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
NTO	Norma Técnica Orçamentária
Nucipa	Núcleo de Caracterização, Impactos e Programas Ambientais
Nudeps	Núcleo de Desenvolvimento e Práticas Sociais
Nuder	Núcleo de Desenvolvimento Regional
Nufor	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino e Formação de Professores
NuPECC	Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão: "Educação, Comunicação e Cultura"
NUPEMHC	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Mudanças Hidroclimáticas
Nupev	Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência
Nurba	Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
OIP	Orientadores em Inovação Pedagógica
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAJE	Núcleo de Pesquisa Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino
Opaje	Política de Assistência Estudantil
Paei	Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva
PAT	Plano Anual de Trabalho
PcD	Pessoas com Deficiência
PCT	Tratado de Cooperação em matéria de patentes

PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDC	Plano de Desenvolvimento do Câmpus
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDO	Plano de Distribuição Orçamentária
PEC	Plano Estadual de Cultura
PGLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PGMQ	Plano de Gestão e Melhoria da Qualidade da Auditoria Interna
PIB	Produto Interno Bruto
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Pibiti	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Pidi	Programa de Integração dos Discentes Ingressantes
PIIP	Programa Inovador Inovação Pedagógica
Piso	Programa de Indicadores Socioeconômicos
Pnaes	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNC	Plano Nacional de Cultura
Pnipe	Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Planejamento Orçamentário e Financeiro
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPG	Programa de Pós-graduação
PPI	Plano Pedagógico Institucional
Proad	Pró-reitoria de Administração e Finanças
Proap	Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento
Proest	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
Proex	Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários
Progedep	Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
Prograd	Pró-reitoria de Graduação
Propesq	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
PSC	Processo Seletivo Complementar
PSIP	Produtos e Serviços aplicáveis à Inovação Pedagógica
PU	Prefeitura Universitária
Relinter	Coordenação de Relações Internacionais
RIUFT	Repositório Institucional da Universidade Federal do Tocantins
SEI	Sistema de Informação para o Ensino
SESu	Secretaria de Ensino Superior
Siepe	Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sisbib	Sistema de Bibliotecas
SisCIL	Sistema Integrado de Compartilhamento de Infraestrutura Laboratorial
Sisu	Sistema Único de Seleção Unificada
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
Sucom	Superintendência de Comunicação
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UaB	Universidade Aberta do Brasil
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UMA	Universidade da Maturidade

GLOSSÁRIO

APETITE AO RISCO – nível de risco que uma organização está disposta a aceitar.

CADEIA DE VALOR – representação gráfica que apresenta uma série de atividades que, relacionadas e desenvolvidas de maneira integrada, visam a satisfação das necessidades da comunidade. Cada elo dessa cadeia está ligado ao seguinte e as relações vão desde os fornecedores até a entrega dos serviços

CONTROLE – providências adotadas para enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que os objetivos serão alcançados.

CREDITAÇÃO DA EXTENSÃO – creditar a extensão significa incorporar atividades de extensão às matrizes curriculares dos cursos de graduação, de acordo com o que prevê o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

DESAFIOS - conjunto de objetivos que a instituição precisa direcionar, abordados de maneira apropriada ao seu momento atual e que devem ser superados durante um espaço de tempo.

DIRETRIZ - conjunto de ações para alcançar o objetivo macro do eixo.

ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO – promove a inter-relação e integração de infraestrutura, arranjos institucionais e capital humano com o potencial de atração de empreendedores e recursos financeiros para favorecer ambientes de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o objetivo de solucionar demandas de mercado e da sociedade, criando novos produtos, serviços e projetos que atendam a tais necessidades.

EDUCAÇÃO 4.0 - tem a inovação tecnológica como ponto mais importante e seu foco está em levar esse avanço para o dia a dia da gestão acadêmica, otimizando processos administrativos, e também para as salas de aula, com o auxílio de metodologias variadas.

EGRESSO – ex-aluno da universidade.

EIXO - grupo diretrizes e processos internos monitorados para o alcance de um objetivo comum.

ESTRATÉGIA - alinhamento de processos de trabalho, atividades, estrutura organizacional para atingir um objetivo.

GESTÃO DE CUSTOS - relaciona-se com os princípios da Administração Pública ao fornecer as informações para o gestor, possibilitando controlar os gastos, otimizá-los, saber da viabilidade de possíveis investimentos, a fim de atender as necessidades coletivas, com qualidade, transparência e respeito aos cidadãos.

GESTÃO DE RISCOS – conjunto de procedimentos que tem como objetivo auxiliar a tomada de decisão por meio da identificação, avaliação e monitoramento dos efeitos das incertezas, com vistas a fornecer razoável segurança no cumprimento da missão e no atingimento dos objetivos estratégicos.

GOVERNANÇA PÚBLICA – conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

GOVERNANÇA PEDAGÓGICA – utilização dos mecanismos de liderança, estratégia e controle para articular as políticas acadêmicas a fim de garantir ensino de excelência e qualidade.

INDICADOR - proposição de medida para avaliar o desempenho estabelecido diante do que foi planejado e o que foi efetivamente realizado, considerando os objetivos, metas e resultados definidos.

INOVAÇÃO PEDAGÓGICA - as inovações pedagógicas buscam novas formas para promoverem a elaboração e a administração do currículo, das relações em sala de aula e do espaço acadêmico, de forma diferenciada, por meio de uma perspectiva renovadora de programas e projetos, materiais curriculares, estratégias de ensino e aprendizagem, modelos didáticos, visando à construção dos conhecimentos socialmente relevantes, que permitam o desenvolvimento de uma nova formação mais compreensiva e integral dos alunos. Assim, essa inovação não significa meramente a adoção de novos recursos tecnológicos, mas uma nova forma de pensar o processo de processo de ensino aprendizagem[1].

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - termo aplicável a inovações de processos e de produtos. De modo geral, é toda novidade implantada pelo o setor produtivo, por meio de pesquisa ou investimentos, o que aumenta a eficiência do processo produtivo ou que implica um novo, ou aprimorado produto, de acordo com o Manual de Oslo, elaborado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

LIDERANÇA - conjunto de práticas, de natureza humana ou comportamental, que assegura a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança.

MAPA ESTRATÉGICO - representação gráfica da estratégia, que evidencia os desafios que a instituição terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro.

MECANISMOS DE GOVERNANÇA - conjunto de práticas de liderança, de estratégia e de controle que devem ser adotados pela UFT para que as funções de governança referentes à avaliação, ao direcionamento e ao monitoramento institucional sejam executadas de forma satisfatória.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - resultado que a instituição pretende atingir dentro de um determinado período de tempo. No caso do PDI tais resultados deverão ser alcançados até 2025.

---

[1] FAESA CENTRO UNIVERSITÁRIO. INOVAÇÃO PEDAGÓGICA. Disponível em <https://www.faesa.br/cariacica/conheca-a-faesa/inovacao-pedagogica/#:~:text=A%20inova%C3%A7%C3%A3o%20pode%20ser%20entendida,%2C%20conte%C3%BAdos%2C%20modelos%20e%20pr%C3%A1ticas> Acesso em 09 de Abr. de 2021. Adaptado

PROGRAMA INTEGRADOR – considera-se como programa integrador a um conjunto de projetos que visam alcançar objetivos comuns em uma área temática específica.

PROJETO INTEGRADOR - unidade básica de um programa integrador que descreve as atividades coordenadas para alcançar os objetivos específicos

RISCO – medido em termos de impacto e probabilidade, é o efeito das incertezas nos objetivos da instituição.

RISCO INERENTE - é o risco intrínseco à atividade que está sendo realizada, está presente no estado atual das coisas, antes da adoção de medidas de resposta ao risco.

RISCO RESIDUAL - é o risco remanescente após a adoção de medidas de resposta ao risco.

TOLERÂNCIA AO RISCO – representa a aplicação do apetite ao risco a um objetivo específico. A tolerância é tática e operacional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Descrição no tempo das etapas de construção do PDI 2021-2025. 26

Figura 2. Organograma dos grupos de trabalho para construção do PDI..... 26

Figura 3. Macro esquema do processo de construção do PDI 2021-2025 27

Figura 4. Esquema representativo da confecção dos programas e projetos integradores..... 28

Figura 5. Arquitetura do sistema NAUS. 29

Figura 6. Desafios e objetivos estratégicos do PDI período 2021 a 2025..... 35

Figura 7. Esquema sistêmico da definição das ações pelos comitês de trabalho, PDI 2021-2025 39

Figura 8. Cadeia de Valor da UFT 41

Figura 9. Mapa estratégico da UFT..... 42

Figura 10. Dinâmica de execução do acompanhamento dos egressos em campanhas anuais..... 67

Figura 11. Diretrizes para a elaboração e atualização dos Planos Pedagógicos de Curso conforme o PDI 80

Figura 12. Fluxo de atividades para a elaboração e atualização dos Planos Pedagógicos de Curso conforme do PDI 2021-2025 da UFT..... 80

Figura 13. Fluxo de tramitação e atividades..... 82

Figura 14. Dinâmica de funcionamento das políticas, programas e projetos especiais em educação 85

Figura 15. Produtos e serviços de inovação pedagógica conforme a proposta de PDI da UFT 86

Figura 16. Plano de execução dos Programas e Projetos de Inovação Pedagógica... 86

Figura 17. Ecossistema de Inovação Pedagógica da Universidade Federal do Tocantins..... 87

Figura 18. Atores e funções no Programa e Projetos de Inovação Pedagógica (PIIP/PIP)..... 87

Figura 19. Visão integradora das atribuições dos Analistas dos Programas e Projetos de Inovação Pedagógica (PIIP/PIP). 88

Figura 20. Organização administrativa dos Programas e Projetos de Inovação Pedagógica (PIIP/PIP). 89

Figura 21. Relação dos riscos com os desafios e objetivos estratégicos definidos no PDI 2021-2025..... 125

Figura 22. Matriz de risco 127

Figura 23. Demonstração dos polos EaD da UFT 152

Figura 24. Estrutura Organizacional da UFT 157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Objetivos estratégicos do Desafio 1 36

Tabela 2. Objetivos estratégicos do Desafio 2 36

Tabela 3. Objetivos estratégicos do Desafio 3 37

Tabela 4. Objetivos estratégicos do Desafio 4 38

Tabela 5. Objetivos estratégicos do Desafio 5 38

Tabela 6. Número de seguidores das redes sociais da UFT 141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Relação de núcleos aprovados em atividades da UFT 94

Quadro 2. Relação de Institutos Intercâmpus de Pesquisa e Extensão 96

Quadro 3. Cursos de graduação presencial oferecidos no Câmpus de Arraias..... 143

Quadro 4. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no Câmpus de Arraias 144

Quadro 5. Cursos de graduação oferecidos no Câmpus de Gurupi 144

Quadro 6. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no Câmpus de Gurupi 144

Quadro 7. Cursos de graduação oferecidos no Câmpus de Miracema 145

Quadro 8. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no Câmpus de Miracema 146

Quadro 9. Cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos no Câmpus de Miracema 146

Quadro 10. Cursos de graduação oferecidos no Câmpus de Palmas 146

Quadro 11. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no Câmpus de Palmas 147

Quadro 12. Cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos no Câmpus de Palmas149

Quadro 13. Cursos de graduação oferecidos no Câmpus de Palmas 150

Quadro 14. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no Câmpus de Porto Nacional..... 150

Quadro 15. Evolução do número de docentes substitutos por grau de titulação e jornada de trabalho..... 153

Quadro 16. Evolução do número de docentes efetivos por grau de titulação e jornada de trabalho..... 153

Quadro 17. Plano de Carreira do Magistério Superior..... 154

Quadro 18. Dados relativos a títulos e exemplares das bibliotecas da universidade. 173

Quadro 19. Distribuição geral do acervo das bibliotecas da universidade por área de conhecimento 175

Quadro 20. Quadro de pessoal das bibliotecas da universidade..... 175

Quadro 21. Estrutura física da universidade 176

Quadro 22. Demonstrativo da previsão anual de despesas para os exercícios de 2021 a 2025 181

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 21
2. HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO PDI 2021-2025 23
2.1. Metodologia do processo de Construção do PDI 2021-2025 da UFT 23
3. PERFIL INSTITUCIONAL 30
3.1. Breve histórico da Universidade Federal do Tocantins 30
3.2. Inserção Regional 33
3.2.1. Caracterização Econômica e Financeira da Região 33
3.2.2. Caracterização Educacional da Região 34
3.3. Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos 35
3.3.1. Missão da UFT 35
3.3.2. Visão da UFT 35
3.3.3. Valores da UFT 35
3.3.4. Desafios e Objetivos Estratégicos da UFT 36
3.3.5. Programas e projetos integradores 42
3.3.5.1 Programas e Projetos Integradores da UFT 42
4. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI 45
4.1. PPI: uma visão geral e fundamentos filosóficos, técnicos e metodológicos 46
4.2. Organização Acadêmica da UFT: Contexto Educacional e Inserção local, regional e nacional 51
4.3. Políticas institucionais: Gestão, Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Profissional 55
4.3.1. Princípios orientadores para a gestão, o ensino, pesquisa e extensão 55
4.3.2. Objetivos para as práticas acadêmicas 57
4.3.3. Diretrizes e plano para organização curricular 57
4.3.4. Ingresso – abordagem acerca de objetos de conhecimento e processo seletivo para ingresso; conexão educação básica e educação superior; ideal universitário e realidade da formação básica 59
4.3.5. Metodologia de Ensino e avanços tecnológicos 60
4.3.6. Programas de Formação Acadêmica e Assistência Estudantil 61
4.3.7. Desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos: organização de equipe técnica multidisciplinar para produção e distribuição de material didático para atendimento da demanda e oferta de educação à distância ou disciplinas à distância; organização de estratégias que garantam a acessibilidade comunicacional, disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, plano de atualização do material didático e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente 62
4.3.8. Atividades práticas e estágio supervisionado (relação teoria e prática) 62

4.3.9. Internacionalização 64
4.3.10. Egressos 66
4.3.11. Avaliação de cursos e Avaliação Institucional 68
4.3.11.1. Eixo Acessibilidade 68
4.3.11.2. Eixo Tecnologia 69
4.3.11.3. Eixo Modelo de Meta-Avaliação 70
4.3.11.4. Eixo Inovação 71
4.3.11.5. Eixo Organização didático-pedagógica 72
4.3.12. Formação continuada docente 73
4.3.13. Projeto Pedagógico de Curso 74
4.3.14. Avaliação do PPI 83
5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS 83
5.1. Políticas de Ensino 83
5.1.1. Graduação 83
5.1.2. Educação à distância 89
5.2. Política de Pesquisa 92
5.2.1. Editora 97
5.2.2. Inovação, Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo 98
5.2.3. Compartilhamento de Infraestrutura de Laboratórios 104
5.3. Pós-graduação *Lato sensu* e *Stricto sensu* 105
5.4. Política de Extensão, Relações Étnico-raciais e Educação e Direitos Humanos 109
5.4.1. Arte e Cultura na UFT 111
5.4.2. Ações Afirmativas 113
5.4.3. Valorização da Diversidade, Meio Ambiente, Memória Cultural, Produção Artística e Patrimônio Cultural 116
5.4.4. Desenvolvimento Econômico e Responsabilidade Social 118
5.5. Política de Assistência Estudantil 119
5.6. Políticas de Gestão 121
6. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES E MONITORAMENTO 122
6.1. Governança 122
6.2. Gestão de riscos e controles 124
6.3. Monitoramento do PDI 130
7. RESPONSABILIDADE SOCIAL 131

7.1. Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável na UFT: um caminho possível 133
8. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE 136
8.1. Política de Comunicação 137
8.2. Espaços e Canais Institucionais de Comunicação 138
8.2.1. Espaços Institucionais de Comunicação 138
8.2.2. Canais de Comunicação 139
8.2.2.1. Portal UFT 139
8.2.2.2. Portal da Transparência 139
8.2.2.3. UFTFM 140
8.2.2.4. Programa Radar da Ciência 140
8.2.2.5. Redes Sociais 140
8.2.2.6. *Newsletter* digital 141
8.2.2.7. Ouvidoria 141
8.3. Públicos Estratégicos (*stakeholders*) da Comunicação 141
8.3.1. Públicos internos e externos 141
8.3.2 Públicos primários e secundários 142
9. CURSOS E PROGRAMAS OFERTADOS NA UFT 142
9.1. Câmpus de Arraias 142
9.2. Câmpus de Gurupi 144
9.3. Câmpus de Miracema 145
9.4. Câmpus de Palmas 146
9.5. Câmpus de Porto Nacional 149
10. PERFIL DO CORPO DOCENTE 152
10.1. Plano de Carreira 153
10.2. Critérios de Seleção e Contratação 155
10.3. Procedimentos para Professor Substituto e Professor Convidado 155
11. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UFT 156
11.1. Unidades da Alta Administração 159
11.1.1. Conselhos Superiores 159
11.1.1.1. Conselho Universitário 159
11.1.1.2. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão 160
11.1.1.3. Auditoria Interna 161

11.1.1.4. Reitoria 161
11.1.1.4.1. Vice-reitoria 161
11.1.1.4.2. Gabinete do Reitor 161
11.1.1.4.3. Assessorias Estratégicas 162
11.1.1.4.4. Diretoria da Rádio e Audiovisual 162
11.1.1.4.5. Diretoria de Gestão Documental - Diged 162
11.1.1.4.6. Coordenação Permanente de Seleção - Copese 162
11.1.1.4.7. Setor de Processos Disciplinares 162
11.1.1.4.8. Coordenação da Universidade Aberta do Brasil 162
11.1.1.4.9. Ouvidoria 163
11.1.1.4.10. Procuradoria Jurídica 163
11.1.1.5. Pró-reitorias 163
11.1.1.5.1. Pró-reitoria de Administração e Finanças – Proad 163
11.1.1.5.2.Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - Proest 164
11.1.1.5.3. Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento - Proap 164
11.1.1.5.4. Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários - Proex 164
11.1.1.5.5. Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – Progedep 164
11.1.1.5.6. Pró-reitoria de Graduação – Prograd 165
11.1.1.5.7. Pró-reiotoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – Propesq 165
11.1.1.6. Superintendências 166
11.1.1.6.1. Superintendência de Comunicação - Sucom 166
11.1.1.6.2. Superintendência de Tecnologia da Informação - STI 166
11.1.1.7. Prefeitura Universitária 166
12. BIBLIOTECA 166
12.1. Informatização 169
12.2. Políticas de Atualização e Expansão do Acervo 170
12.3. Biblioteca Virtual 172
12.4. Serviços Prestados aos Estudantes com Deficiências 173
12.5. Dados Relativos a Títulos e Exemplares do Acervo 173
13. INFRAESTRUTURA 175

13.1. Estrutura Física Existente 176
13.2. Expansão da Infraestrutura na Vigência do PDI 177
14. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 177
14.1. Política de Autoavaliação da UFT 177
14.1.1. Organização do processo avaliativo 179
15. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS 180
15.1. Estratégias de Gestão Econômico-Financeira 180
16. ANEXOS 187
16.1. Anexo I – Detalhamento das ações da Universidade Federal do Tocantins . 187
16.2. Anexo II – Riscos e Ações de Mitigação 250
16.3. Anexo III – Indicadores 288
16.4. Anexo IV – Análise *Swot* 318

1. INTRODUÇÃO

Este Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2021 – 2025 foi construído para ser o elemento norteador das ações da universidade nos próximos cinco anos e é uma inovação do documento elaborado para os anos de 2016 a 2020 tanto na maneira que foi desenvolvido quanto na inserção de componentes e metodologias.

Tal estrutura visa integrar as unidades gestoras, os grandes projetos integradores, os riscos institucionais e os objetivos de desenvolvimento sustentável na definição e desenvolvimento das ações previstas.

Os grandes projetos integradores têm o propósito de agrupar unidades gestoras que possuem objetivos em comum a fim de desenvolverem ações em conjunto de maneira a proporcionar uma maior entrega de valor à sociedade. Além disso, as unidades envolvidas podem gerenciar os recursos destinados aos projetos priorizando as atividades a serem realizadas de acordo com as metas estabelecidas.

A gestão de riscos e a governança pública são integradas ao PDI por meio da identificação dos eventos que podem afetar os objetivos institucionais e das ações desenvolvidas para direcionar as políticas e a prestação de serviço à sociedade. Tais eventos foram definidos e hierarquizados considerando os critérios de impacto e probabilidade de cada um e o resultado transportado para uma matriz 5x5 e definidas as respostas aos riscos, como: aceitar, mitigar, compartilhar ou evitar. A definição da resposta está diretamente ligada ao apetite de risco estabelecido pela universidade, ou seja, o nível de risco que a instituição está disposta a aceitar.

Já os objetivos para o desenvolvimento sustentável – ODS estão presentes no plano e diretamente relacionados às diretrizes, visando integrar a universidade ao panorama mundial da jornada coletiva para a sustentabilidade e garantir o desenvolvimento de ações inovadoras, ousadas e transformadoras que convirjam para o fornecimento de produtos e serviços que garantam a participação da UFT na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Um dos desafios para a construção deste PDI foi o período de pandemia surgido com a propagação do novo Corona Vírus pelo mundo, o que levou a realização de reuniões *on-line* para evitar a interrupção dos trabalhos. Entretanto, apesar de ser um fator inesperado e desafiador, a utilização de discussões virtuais conseguiu alcançar um número maior de participantes, enriquecendo os debates e tornando a elaboração do documento ainda mais participativa em comparação com a anterior, quando as reuniões foram realizadas de maneira presencial.

Para conduzir o processo de construção do PDI, foi feita a divisão em 4 etapas, a saber:

1. Organização - dirigida à definição de: governança do PDI, metodologia dos trabalhos, comissões de trabalho, canais de comunicação e elaboração da agenda de reuniões e discussões;
2. Diagnóstico – análises de cenários internos e externos, elaboração de relatórios (planejamento estratégico, relatório de avaliação da CPA, relatórios do INEP, dos órgãos de controle, do sistema Naus etc.) e levantamento dos desafios estratégicos;
3. Construção – período em que houve a revisão da missão, visão e valores, definição dos objetivos estratégicos e seus indicadores, elaboração das políticas institucionais e reuniões das comissões para construção coletiva das ações;
4. Finalização – organização e sistematização dos resultados apresentados pelas comissões de trabalho e redação final do documento.

É importante destacar também a definição dos desafios e objetivos estratégicos que juntos contribuem para o direcionamento que a instituição pretende seguir nos próximos anos. A educação inovadora com excelência acadêmica, definida como primeiro desafio demonstra que a universidade almeja introduzir os requisitos necessários ao desenvolvimento de seus alunos por meio da construção de projetos pedagógicos voltados ao aprimoramento do ensino com a utilização de metodologias ativas de educação e formas inovadoras de apresentação de conteúdos, mostrando seu poder de adaptação frente às adversidades que têm surgido, principalmente com a oferta de cursos e disciplinas híbridos atendendo ao período de isolamento social que se apresenta, mas que deve ser uma tendência na área da educação, visto que ficou visível o ensino à distância com qualidade, desde que utilizadas as ferramentas corretas e necessárias.

O desafio 2, descrito como inclusão social, demonstra o papel que a universidade desempenha na sociedade em que está inserida e a responsabilidade que tem de inserir seus alunos e servidores no contexto social por meio da acessibilidade nas suas mais diversas formas (digital, física, comunicacional, etc.) consolidada com o oferecimento de programas que deixem claro à comunidade acadêmica a importância da universidade na entrega de produtos e serviços de qualidade e que são capazes de fazer a diferença na vida dos indivíduos por ela afetados.

Somados a isso, a inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo (desafio 3) vai ao encontro dos outros dois desafios e deixa cada vez mais clara a necessidade de apresentar produtos e serviços pautados na inovação e que favoreçam a dinâmica do aprimoramento tecnológico como ferramenta essencial para o desenvolvimento da universidade em busca da qualidade e excelência do ensino, deixando evidente que o reconhecimento social (desafio 4) é parte desse processo, uma vez que contribui para que a universidade se perpetue no ambiente educacional e tenha condições de ser reconhecida pelo primor de suas ações perante a sociedade.

Fechando o ciclo dos desafios, têm-se os mecanismos de governança pública (desafio 5), que integram todos os outros a fim de reforçar o compromisso da gestão universitária em agregar valor à sociedade, utilizando-se de metodologias inovadoras tanto na área finalística quanto na gestão de seus recursos, visando o aprimoramento e a integração das atividades para o bem comum.

Assim, com a finalização das etapas, espera-se que o PDI seja um documento norteador e integrador das ações de todas as unidades gestoras da universidade, com base nos preceitos da governança, gestão de riscos e desenvolvimento sustentável, com o objetivo de assegurar o cumprimento da missão institucional.

2. HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO PDI 2021-2025

2.1. Metodologia do processo de Construção do PDI 2021-2025 da UFT

O processo de construção do PDI para o período 2021-2025 teve seu início no mês de maio de 2019 (Figura 1) com a publicação da portaria n° 735 no dia 02 de maio de 2019 onde foi nomeada uma comissão de professores especialistas em diversas áreas da educação e com experiência em avaliação. O objetivo principal desta comissão era coordenar o estudo e o debate referente ao cenário formativo da UFT, problemas contemporâneos e relevantes, pesquisas e práticas exitosas desenvolvidas, referentes ao ensino, à pesquisa e à extensão, com vistas a apresentar propostas para mitigar os índices de retenção e evasão. Assim, foram criados nove Grupos de Trabalhos (GTs) conforme segue: GT 1 - Metodologia de ensino; GT2 - Avaliação de cursos; GT3 - Estrutura e conteúdo curricular; GT4 - Avaliação de programas de formação acadêmica e assistência estudantil; GT5 - Ingresso; GT6 - Egresso; GT7 - Internacionalização; GT8 - Ações afirmativas; GT9 - Estágio supervisionado. Os GTs foram constituídos com servidores integrantes de todos os câmpus universitários, com um presidente para cada GT, para a organização de

discussões nos respectivos câmpus. Este trabalho denominado de Fórum de Inovação Pedagógica se constituiu na base de escrita do PPI e PDI para o período de 2021-2025.

Encontros gerais, realizados em Palmas, com a participação de representantes dos sete câmpus, e reuniões locais nos câmpus foram realizadas durante os anos de 2019 e 2020, para o desenvolvimento dos trabalhos para além das reuniões específicas dos GTs.

No dia 26 de setembro de 2019 foi publicada portaria descrevendo as etapas, prazos e responsabilidades para a construção do PDI 2021-2025. No entanto, com o advento da pandemia no ano de 2020, o planejamento exposto nessa portaria não pôde ser seguido por ter sido necessário adequar todo o trabalho, antes planejado para acontecer presencialmente, para trabalho remoto.

Nos dias 03 de maio e 26 e 27 de novembro de 2019 foram realizados no câmpus de Palmas dois grandes fóruns abertos a toda a comunidade, onde além das palestras proferidas, ocorreram debates sobre os temas dos grupos de trabalho. O último fórum, realizado em conjunto com a Pró-reitoria de Graduação (Prograd) e Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento (Proap), teve como objetivo apresentar e discutir a articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), explicitando o PPI como o instrumento de orientação ao processo ensino-aprendizagem e gestão e o PDI como o instrumento de planejamento estratégico que consiste em orientar as ações de gestores.

Os trabalhos de construção do PDI foram retomados no mês de março de 2020, agora no sistema *on-line*, conforme Figura 1. Nesta etapa, (n° 02) que se prolongou até o final de abril, foram realizadas cinco reuniões com o Comitê de Governança da universidade, diretores dos sete câmpus e interessados, onde foram definidos: a metodologia a ser utilizada, os comitês de trabalho (governança do processo, conforme Figura 2), agenda de trabalho e canais de comunicação.

Foram encaminhados via *e-mail* e pelo *site* da UFT os comitês definidos para a adesão voluntária dos interessados em participar diretamente na construção do PDI, obtendo-se em média a participação de 30 pessoas por comitê. Os grupos de trabalho do Fórum de Inovação Pedagógica foram distribuídos conforme aderência do tema nos diferentes comitês, sendo incorporado nestes os resultados obtidos no fórum.

A terceira etapa foi iniciada com uma série de palestras (20 no total) que auxiliaram a análise do ambiente externo e ambiente interno da Universidade. Dados que foram utilizados junto com relatórios fornecidos pela Proap, a exemplo do relatório

da CPA, análises das metas do antigo PDI, avaliações do Inep, avaliações do TCU, etc.

De posse deste material, foram realizadas diversas reuniões aplicando-se a metodologia *Swot* para definir pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças da UFT (Anexo IV). Com estes últimos resultados foram definidos os principais desafios da UFT para o período de 2021-2025, e os objetivos estratégicos com seus respectivos indicadores, conforme descrito na Figura 3 e Tabelas 1; 2; 3; 4 e 5 do item 3.3.4. Na sequência foram redefinidas a missão e visão da Universidade, consoante com os resultados das etapas anteriores.

Foi elaborado um material de apoio padrão para todos os comitês de trabalho com tabelas padronizadas, assim como relatórios de análises do PDI anterior, das recomendações da CPA, Inep e órgãos de controle referentes à área do comitê, de forma a auxiliar na definição das ações que sua pasta deveria realizar nos próximos cinco anos para o alcance dos desafios e objetivos estratégicos definidos. Na confecção das tabelas foram considerados os eixos, indicadores e critérios de análise do formulário de avaliação de curso e institucional, do Sinaes - Inep (Anexo I). Antes desta etapa, foi realizada uma reunião explicativa para todos os integrantes dos comitês de trabalho sobre a metodologia e instrumentos a serem utilizados por eles.

Como um dos pontos fracos do PDI anterior era a pouca integração sistêmica das ações desenvolvidas pelas diferentes unidades de gestão da UFT, neste novo PDI se inovou e foram criados os denominados programas integradores com seus respectivos projetos integradores (Figura 4). A definição dos mesmos foi realizada em conjunto com todas as Pró-reitorias, cujo resultado é explicado no item n° 3.3.5.

Com o objetivo de sociabilizar o máximo possível todo o processo descrito anteriormente, o comitê de comunicação trabalhou com diferentes tipos de mídias e construiu um *link* próprio para o PDI na página central do *site* da universidade https://ww2.uft.edu.br/index.php/pdi/construcao-do-pdi-2021-2025. Neste *link* existiam diversas pastas onde estavam inseridas as palestras, os documentos orientativos e todos os relatórios específicos de análises dos comitês (cada comitê possuía uma pasta onde sociabilizava seus trabalhos).

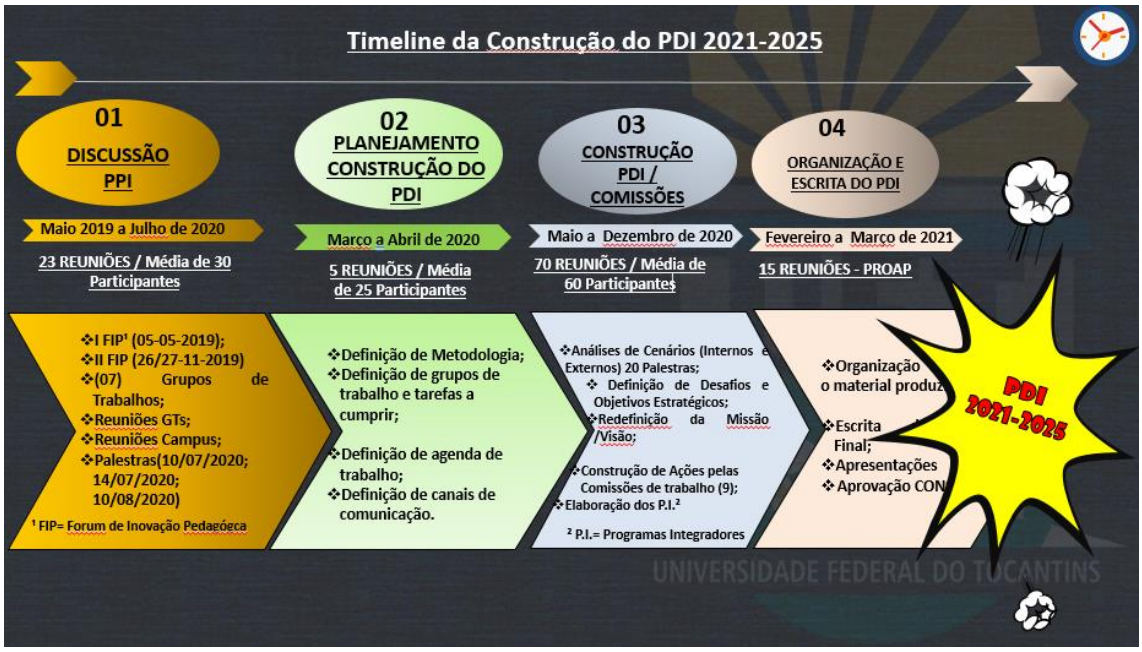

Figura 1. Descrição no tempo das etapas de construção do PDI 2021-2025.

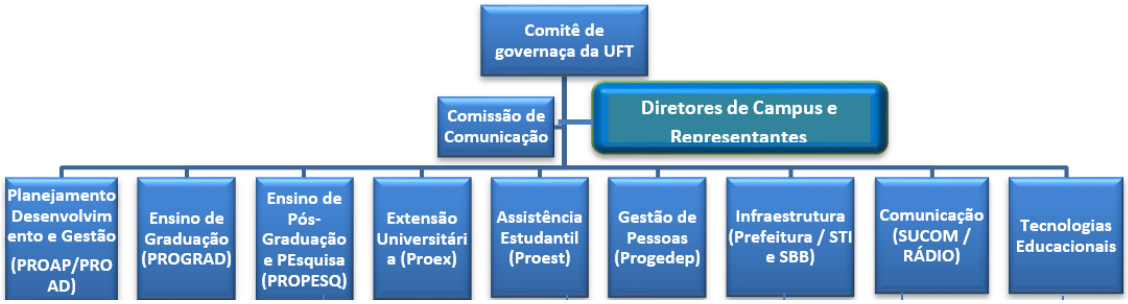

Figura 2. Organograma dos grupos de trabalho para construção do PDI.

Um resumo esquemático de todo esse processo descrito anteriormente pode ser visualizado nas Figuras 3 e 4.

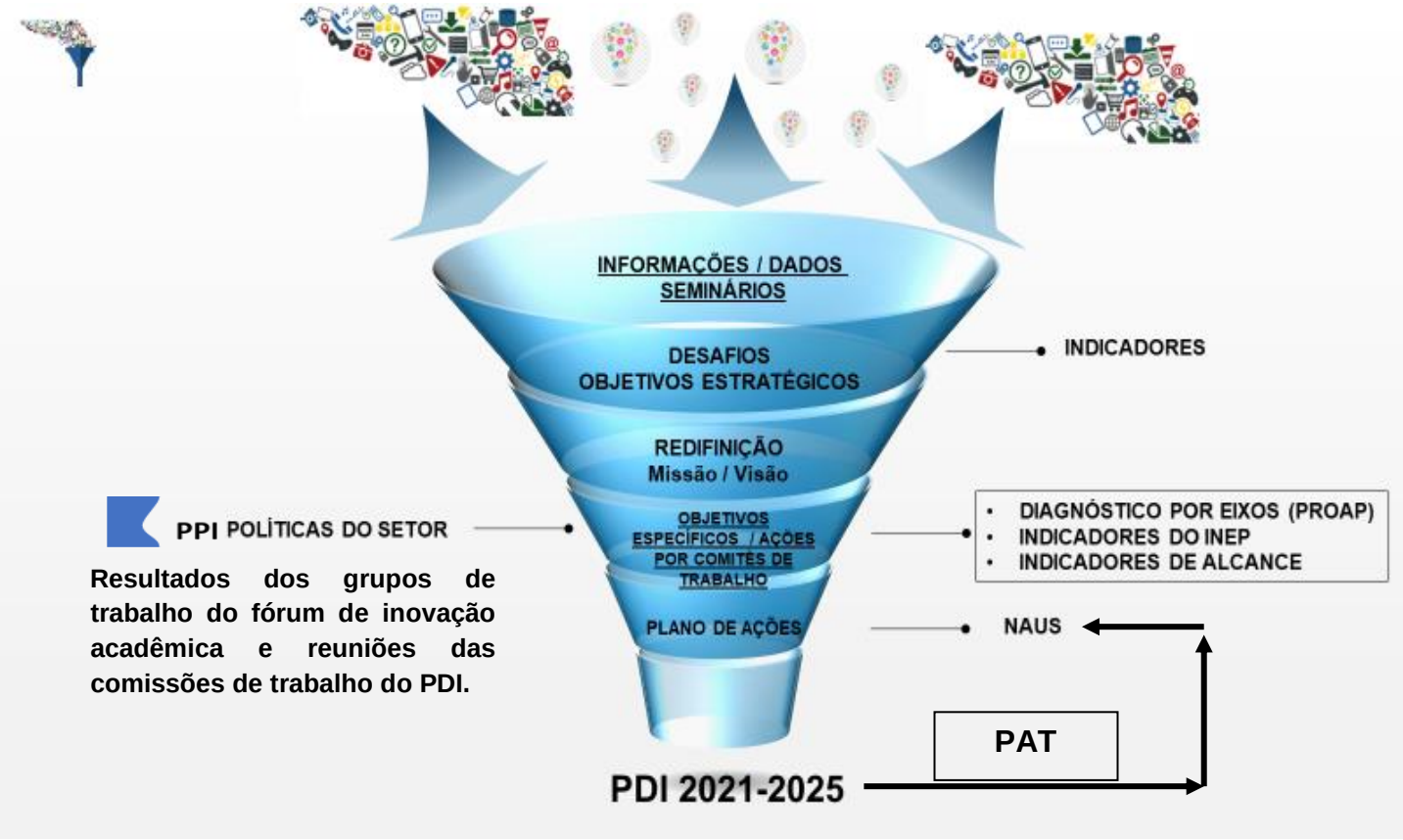

Figura 3. Macro esquema do processo de construção do PDI 2021-2025

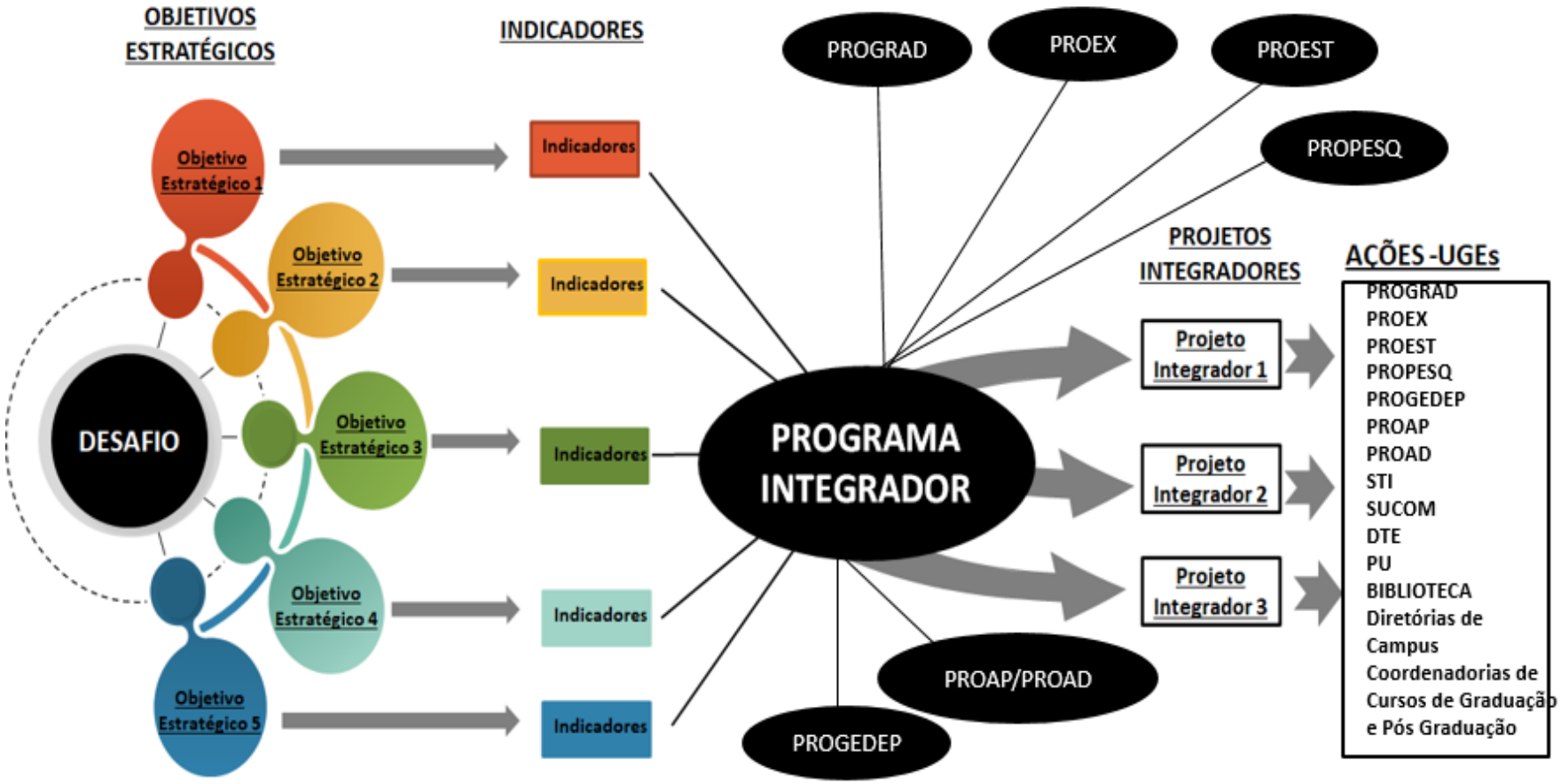

Figura 4. Esquema representativo da confecção dos programas e projetos integradores

Os resultados das discussões dos diferentes comitês resultaram em uma série de ações a serem desenvolvidas por ano no transcurso de 2021 a 2025, as quais serão todas inseridas no *software* de planejamento e gestão da UFT denominado NAUS. Na Figura 5 está representado o esquema organizacional das informações no sistema NAUS.

As ações definidas por diretrizes incluídas em objetivos estratégicos pertencentes a cada desafio foram distribuídas dentro dos 5 eixos do Sinaes (1 – Planejamento e Avaliação Institucional; 2 – Desenvolvimento Institucional; 3 – Políticas Acadêmicas; 4 – Políticas de Gestão e 5 – Infraestrutura Física), conforme demonstrado na Figura 5.

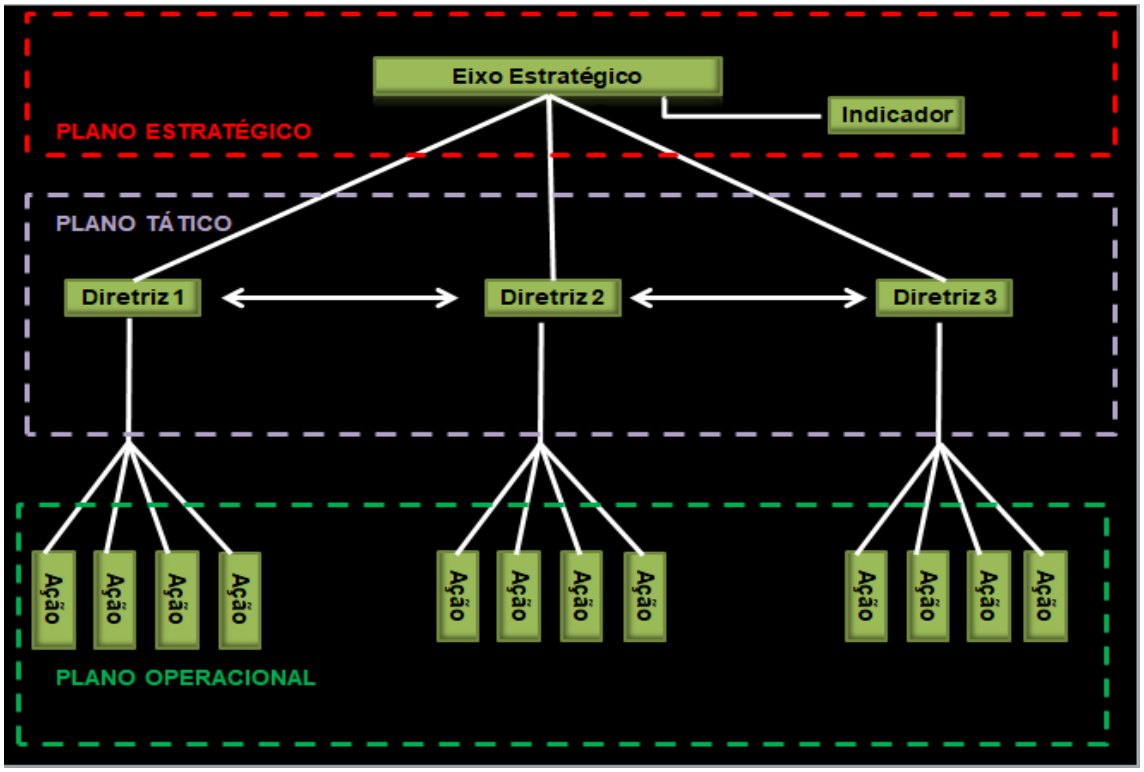

Figura 5. Arquitetura do sistema NAUS.
EIXO = Corresponde aos cinco eixos dos Sinaes-Inep.

Após a definição das ações, foram realizadas reuniões com os líderes das comissões (totalizando 10 encontros) a fim de demonstrar os conceitos e a metodologia para definição, avaliação e resposta aos riscos. Assim, foram identificados os eventos de risco para os objetivos estratégicos e para as diretrizes que norteiam as ações do PDI, bem como a definição das respostas aos riscos e das ações de mitigação, que estão integradas às ações descritas no PDI.

Quando da finalização da escrita das ações e do texto do PDI foram feitas apresentações do produto final para toda a comunidade. No total, foram realizadas 5

reuniões para as quais foram convidados todos os participantes das comissões de construção, os representantes das classes estudantil, docente e técnico-administrativa, todos os câmpus da UFT e entidades externas, como AGU, CGU, Unitins, MPF, entre outras.

Ao término do ciclo de apresentações, o documento final com a escrita do PDI e os Programas Integradores foram compartilhados via *Google Drive* e todos puderam fazer sugestões e análise dos textos para aprimoramento do documento. Todos os comentários foram analisados e aceitos quando pertinentes. O resultado deste trabalho (as ações do PDI) está demonstrado no Anexo II.

3. PERFIL INSTITUCIONAL

3.1. Breve histórico da Universidade Federal do Tocantins

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins - Unitins, mantida pelo Estado do Tocantins. Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília - UnB competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pro *tempore* da UFT.

Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor pro tempore o professor Dr. Sergio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria nº 002, de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (Unitins), que foram submetidos ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa comissão ainda preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: Conselho Universitário - Consuni e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe.

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela lei n°. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins -

Unitins. Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já eram ofertados pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai, aos poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

Durante os anos de 2019 e 2020 houve o desmembramento da UFT e a consequente criação de uma nova universidade do Estado, a Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT que abrangeu os dois câmpus mais ao norte, Araguaína e Tocantinópolis, juntamente com toda a estrutura física, acadêmica e de pessoal dessas unidades.

Em 20 anos de história e transformações, a UFT contou com expressivas expansões tanto física, passando de 41.096,60m² em 2003 para 137.457,21m² em 2020[2], quanto em número de alunos que passou de 7.981 em 2003 para 17.634 em 2020[3].

A UFT continua sendo a maior instituição pública de ensino superior do Estado, em termos de dimensão e de desempenho acadêmico e oferece atualmente 53 cursos de graduação presenciais[4], 15 programas de mestrado acadêmico[5]; 12 mestrados profissionais[6] e 05 doutorados[7], além de vários cursos de especialização *lato sensu* presenciais, 1.154 docentes[8], 16.533 alunos[9] e 866 técnicos administrativos[10].

---

[2] Fonte: Prefeitura Universitária, em 24 de fev. de 2021.

[3] Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzYzNzEwN2EtZThkMi00MjNiLWFhMzEtYTg3OWJiODA1ZDBlIiwidCI6Ijk4ZmM5YWY2LWZkOWItNGI5Yi1hZjA2LTNiY2VjYmQwNzNkMiIsImMiOjR9&pageName=ReportSection2b61a8230905d41125cb>. Acesso em 24 de fev. de 2021.

[4] UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. Cursos de Graduação. Disponível em <https://ww2.uft.edu.br/ensino/graduacao/cursos#footer>. Acesso em 24 de fev. de 2021.

[5] Fonte: Propesq, em 05 de fev. de 2021.

[6] Fonte: Propesq, em 05 de fev. de 2021.

[7] Fonte: Propesq, em 05 de fev. de 2021.

[8] Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOTAxZTZhNWEtYzdiZi00M2IzLWE3ZjQtZmMxMTY4NzEzNjgwIiwidCI6Ijk4ZmM5YWY2LWZkOWItNGI5Yi1hZjA2LTNiY2VjYmQwNzNkMiIsImMiOjR9>. Acesso em 24 de fev. de 2021.

3.2. Inserção Regional

A UFT está distribuída em cinco cidades do Estado do Tocantins, com sua sede (reitoria e câmpus) localizada na região central, em Palmas; além dos câmpus de Miracema, Porto Nacional também localizados na região central e os câmpus de Gurupi e Arraias na região sul do Estado. O Tocantins é o mais novo estado da federação brasileira, criado com a promulgação da Constituição Brasileira, em 5 de outubro de 1988, e ocupa área de 277.423,630 km². Está situado no sudoeste da região norte do país e tem como limites o Maranhão a nordeste, o Piauí a leste, a Bahia a sudeste, Goiás a sul, Mato Grosso a sudoeste e o Pará a noroeste. Embora pertença formalmente à região norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única.

A população do Tocantins é de aproximadamente 1.590.248 habitantes (população estimada pelo IBGE para o ano de 2020), distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km² (2010), possuindo ainda uma imensa área não entropizada. Existe uma população estimada de 11.692 indígenas distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.374.630 ha.

O Tocantins ocupa a 14ª posição no *ranking* brasileiro em relação ao IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), e terceiro em relação à região Norte, com um valor de 0,699 (PNUD, 2013).

3.2.1. Caracterização Econômica e Financeira da Região

As principais atividades econômicas do Estado do Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz (100.114 ha), milho (204.621 ha), soja (728.150 ha), mandioca (8.668 ha) e cana-de-açúcar (33.459 ha) (IBGE, 2017). A pecuária também é significativa, com 8.480.724 bovinos, 266.454 mil suínos, 214.374 mil equinos e 111.981 mil ovinos (IBGE, 2019). Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, de móveis e madeiras, a construção civil. O Estado possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro.

---

[9] Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzYzNzEwN2EtZThkMi00MjNiLWFhMzEtYTg3OWJiODA1ZDBlIiwidCI6Ijk4ZmM5YWY2LWZkOWItNGI5Yi1hZjA2LTNiY2VjYmQwNzNkMiIsImMiOjR9&pageName=ReportSection2b61a8230905d41125cb>. Acesso em 24 de fev. de 2021.

[10] Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOTAxZTZhNWEtYzdiZi00M2IzLWE3ZjQtZmMxMTY4NzEzNjgwIiwidCI6Ijk4ZmM5YWY2LWZkOWItNGI5Yi1hZjA2LTNiY2VjYmQwNzNkMiIsImMiOjR9>. Acesso em 24 de fev. de 2021

Em maio de 2020, o Estado contava com 121.692 empresas, sendo que 42.865 classificadas como micro e pequenas empresas e 67.182 como microempreendedores individuais. A atuação destas empresas estava distribuída em 42,4% envolvidas no setor de comércio; 39,8% no setor de serviços; 8,5% na indústria e 1,4% no setor do agronegócio (SEBRAE, 2020).

A atividade econômica industrial do Estado do Tocantins contempla 10.285 unidades de produção, ativas e formais, que geram 35.483 empregos formais, sendo 37% das indústrias do setor da construção civil e mobiliário, seguido da indústria mecânica/metalúrgica/material elétrico com 29% e as indústrias do ramo da alimentação com 12%. As indústrias de micro e pequeno porte representam 95% das empresas formais e ativas.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Tocantins, em 2018, era de R$ 31.576 bilhões. O setor que teve maior participação no PIB nesse ano foi o setor de serviços (74%), seguido da indústria (13,3%), da agropecuária com 12,7%. (Fieto, 2018)

O setor de serviços é o que mais emprega no Estado do Tocantins com 32,3% em 2019, seguido do setor de comércio com 30% dos postos de emprego (CAGED, 2019).

3.2.2. Caracterização Educacional da Região

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), no Estado do Tocantins existem 1.313 escolas de ensino fundamental; 341 escolas de ensino médio, totalizando 309.567 matrículas. O índice de analfabetismo de 15 ou mais era de 9,7% em 2018 (IBGE, 2019). O estado ocupa a 15° posição no Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB), que analisa a qualidade das oportunidades educacionais nos estados brasileiros, com uma média de 4,6, ficando apenas um décimo abaixo da média nacional avaliada em 4,7.

Em relação ao aprendizado adequado dos alunos, o Tocantins possui uma média de 48% de aprendizagem em português, na competência de leitura até o 5º ano e 40% de aprendizagem em matemática, na competência de resolução de problemas até o 5º ano.

O Estado conta com 31 instituições de ensino superior, sendo que destas apenas quatro são públicas, e 50.421 mil estudantes matriculados nas instituições de ensino superior, públicas e privadas, registrados em 2019.

3.3. Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos

Ao longo das reuniões *on-line* para a construção do PDI conforme descrito no item 2, foi discutida a identidade da UFT, com a revisão da Missão (razão de ser da instituição), Visão (onde a instituição quer chegar e o que deseja ser no futuro) e dos Valores (princípios que regem as ações e comportamentos dos indivíduos que fazem parte da instituição). Resultado deste processo está representado na Figura 6.

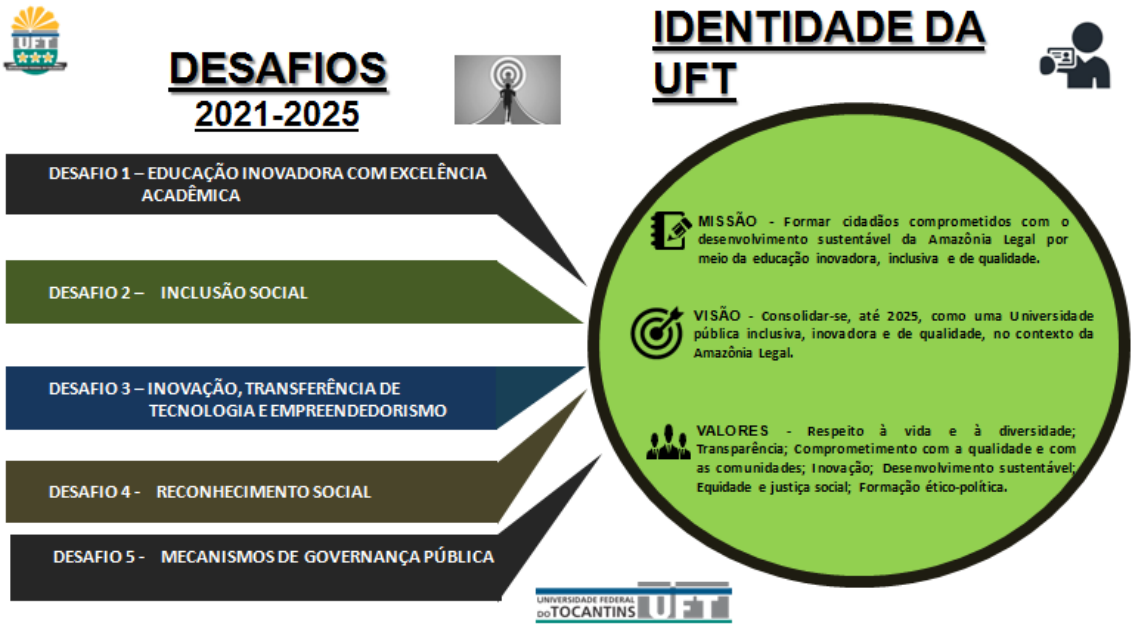

Figura 6. Desafios e objetivos estratégicos do PDI período 2021 a 2025

3.3.1. Missão da UFT

"Formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade".

3.3.2. Visão da UFT

"Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal".

3.3.3. Valores da UFT

Foram definidos os seguintes valores da UFT:

- Respeito à vida e à diversidade;
- Transparência;
- Comprometimento com a qualidade e com as comunidades;
- Inovação;
- Desenvolvimento sustentável;
- Equidade e justiça social e
- Formação ético-política.

3.3.4. Desafios e Objetivos Estratégicos da UFT

O PDI 2021-2025 definiu 5 desafios e para cada um destes, objetivos estratégicos e indicadores (conforme explicado no capítulo 1 e descritos na Figura 6), descritos nas tabelas 1; 2; 3; 4 e 5.

Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica

Tabela 1. Objetivos estratégicos do **Desafio 1**

Objetivos estratégicos	Indicadores	Atual	2025
1.1 - Elevar o conceito institucional	Conceito Institucional (INEP – MEC)	4	5
1.2 - Melhorar os conceitos de avaliação dos cursos de graduação	% de cursos de graduação com CPC 4 e 5;	50%	80%
	% de cursos de graduação com conceitos Enade 4 e 5;	16%	60%
	Taxa de Sucesso da Graduação-TSG;	43%	70%
	Índice Geral de Cursos - IGC	4	5
1.3 Melhorar os conceitos de avaliação dos cursos de pós-graduação *Stricto sensu*	% de cursos de pós-graduação nível mestrado com Conceito 4 ou 5	55% (NOTA 4) 2% (NOTA 5)	80% (NOTA 5)
	% de cursos de pós-graduação nível doutorado com Conceito 6 ou 7	0%	50%
1.4 Institucionalizar nos PPCs dos cursos de graduação a utilização de novas tecnologias educativas compatíveis ao mundo 4.0.	% de cursos com PPC atualizados conforme diretrizes do PPI (partindo do princípio de mudanças inovadoras traçadas pela estratégia da UFT).	0%	100%
1.5 Institucionalizar a extensão nos cursos de graduação e Pós Graduação	% de cursos com creditação da extensão instituída	0%	100%
1.6 Internacionalizar os cursos de graduação e Pós Graduação	% de cursos internacionalizados	0%	50%
1.7 Fortalecer e promover melhores condições para a oferta de cursos e disciplinas na modalidade EaD	Cursos híbridos implementados	0	70%
	% de cursos EaD com conceito 4 e 5	60%	100%
	Qualificação na EaD	0	3
1.8 Integrar ensino de graduação e pós-graduação	Nº de ações integradas de graduação e pós–graduação	0	269

Desafio 2 – Inclusão social

Tabela 2. Objetivos estratégicos do **Desafio 2**

Objetivos estratégicos	Indicadores	Atual	2025
2.1 - Elevar o número de matrículas e a permanência de alunos nos cursos de graduação	% alunos evadidos nos cursos de graduação	37%	20%
	% de alunos retidos nos cursos de graduação	20%	12%
2.2 - Adequar toda a	% de acessibilidade física	30%	100%

infraestrutura da universidade para atender os requisitos de acessibilidade	% de acessibilidade digital no *site* da UFT	0%	80%
2.3 Oportunizar o ingresso, a permanência e a conclusão de alunos com vulnerabilidade socioeconômica e de estudantes indígenas e quilombolas	% de alunos atendidos pelos programas de assistência estudantil da UFT com auxílio financeiro	24%	50%
	% de alunos indígenas e quilombolas formados	S.I.*	60%
	% de alunos com vulnerabilidade socioeconômica formados	S.I.*	60%
	Realização de análise socioeconômica	25%	100%
	% atendimento de alunos pelos programas de assistência estudantil	25%	50%
	% de alunos atendidos nos restaurantes universitários	30%	60%
	% de alunos com vulnerabilidade socioeconômica atendidos nos restaurantes universitários	32%	65%
2.4 Consolidar políticas de assistência estudantil	Espaços para assistência estudantil	5	10
	Auxílios concedidos	35408**	37000
	Alunos atendidos pelos programas de assistência estudantil	3047	3500
	Alunos atendidos nos restaurantes universitários	3000	6000
*S.I. - sem dados suficientes para calcular o indicador			
**considerado o valor de 2019, já que em 2020 houve o período de pandemia e os auxílios concedidos tiveram uma diminuição considerável			

Desafio 3 – Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo

Tabela 3. Objetivos estratégicos do **Desafio 3**

Objetivos estratégicos	Indicadores	Atual	2025
3.1 Elevar a captação de recursos próprios por meio de prestação de serviços técnicos e de transferência de tecnologias (*royalties*)	% de recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos	1,75%	5%
	Nº de laboratórios prestadores de serviços técnicos e de alta tecnologia e prototipagem	3	11
	% de recursos externos captados com licenciamento e transferência de tecnologias (patentes, *softwares* e *know how*)	0	5%
3.2 Fomentar a criação e o desenvolvimento de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores	Mecanismos geradores de empreendimentos	10	22
3.3 Fortalecer o NIT e consolidar as	Pedidos de patentes	63	155

políticas de Propriedade Intelectual, Inovação Tecnológica e Transferência de Tecnologia	Patentes licenciadas	0	36
	Outros tipos de Ativos de Propriedade Intelectual	39	114
3.4 Fortalecer as atividades de pesquisa e de inovação, ampliando a produção acadêmica e tecnológica, na Universidade.	Acordos de parceria, convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	1	10
3.5 – Consolidar um ecossistema de Inovação e Empreendedorismo integrado e articulado	Nº de *Hubs* (espaço físico) de inovação nos câmpus	0	2
	Nº empreendimentos inovadores de base tecnológica	4	23
	Quantidade de ações articuladas com outras ICTs, empresas privadas e poder público	60	100

Desafio 4 – Reconhecimento social

Tabela 4. Objetivos estratégicos do **Desafio 4**

Objetivos estratégicos	Indicadores	Atual	2025
4.1 Estimular a inserção social da universidade gerando conhecimento e inovação à sociedade	Público alcançado por programas e projetos de extensão	40,7	57,8
	Proporção de estudantes de graduação envolvidos com extensão	6,25%	10,40%
4.2 Elevar a inserção e reconhecimento social da UFT no Estado do Tocantins	Nº de Municípios atingidos	83	139
	Ações de extensão no estado do Tocantins	551	700
	Nº de municípios polo de cursos EaD	23	28
4.3 Consolidar a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a transferência de tecnologias para a sociedade	Patentes depositadas	45	100
	% de aumento do total de recursos captados por meio da prestação de serviço técnico-especializado	0%	5%

Desafio 5 – Mecanismos de governança pública

Tabela 5. Objetivos estratégicos do **Desafio 5**

Objetivos estratégicos	Indicadores	Atual	2025
5.1 – Elevar o índice Integrado de Governança e Gestão – iGG	iGG	43%	48%
	iGovPub (índice de governança pública)	50%	55%
5.2 - Elevar o Índice de Governança em Gestão de Pessoas	iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	45%	50%
	iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	43%	48%
5.3 - Elevar o Índice de Governança em Tecnologia da Informação	iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	33%	38%

	iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	35%	40%
5.4 - Efetivar e intensificar as atividades do Comitê de Governança Digital – CGD	Atividades efetivas do CGD	0	50%
5.5 - Elevar o Índice de Governança em Aquisições	iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	49%	54%
	iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	44%	49%
5.6 – Reduzir os níveis de risco estratégico	Nível de risco estratégico	10,8	7,5
5.7 – Elevar o índice de Maturidade da Gestão de Riscos	Nível de Maturidade	18,49%	60,01%
5.8 - Induzir a cultura da governança em todos os níveis da universidade	% de unidades gestoras da reitoria com todos os processos e riscos mapeados	6,25%	100%
	% de câmpus com todos os processos e riscos mapeados	0	100%
5.9 – Direcionar a governança para as áreas finalísticas da universidade	% cumprimento das diretrizes de ensino do PDI 2021 – 2015	0	90%
	% cumprimento das diretrizes de pesquisa do PDI 2021 – 2015	0	90%
	% cumprimento das diretrizes de extensão do PDI 2021 – 2015	0	90%
	% cumprimento das diretrizes de assistência estudantil do PDI 2021 - 2015	0	90%

Os desafios, objetivos estratégicos e seus indicadores, foram considerados pelos comitês de trabalho para a definição das ações, conforme Figura 7 e todas as ações estão descritas no Anexo I.

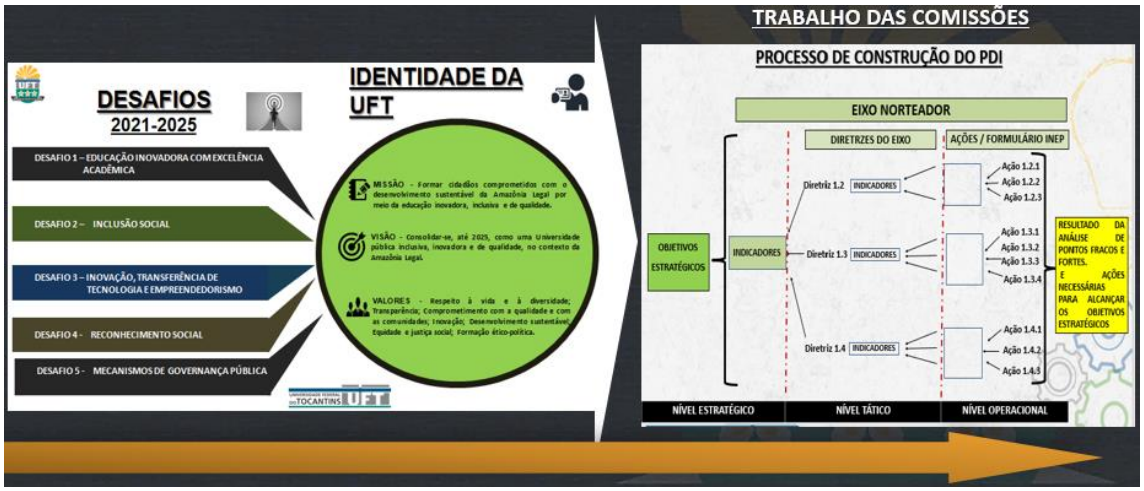

Figura 7. Esquema sistêmico da definição das ações pelos comitês de trabalho, PDI 2021-2025

Apesar de todos os câmpus da UFT terem participado ativamente nas discussões e definições estabelecidas no PDI, os mesmos tomando como base estas

definições elaborarão o denominado Plano de Desenvolvimento do Câmpus (PDC) onde integram o seu planejamento ao planejamento geral da UFT.

Com a finalidade de aprimorar os mecanismos de governança na instituição, foi elaborada a cadeia de valor da UFT, apresentando uma série de atividades que, relacionadas e desenvolvidas de maneira integrada visam à satisfação das necessidades da comunidade. Cada elo dessa cadeia está ligado ao seguinte e as relações vão desde os fornecedores até a entrega dos serviços.

Atividades de governança – são aquelas que definem as estratégias para organizar, monitorar e controlar o presente e o futuro do negócio. Essas atividades não agregam valor diretamente para a sociedade, mas são essenciais para oferecer segurança razoável de atingimento dos objetivos da instituição.

Atividades finalísticas – são aquelas que representam a essência da instituição e são executadas para cumprir sua missão. Estão diretamente associadas à percepção de valor pela sociedade, pois relacionam-se com a experiência de consumo dos produtos e serviços ofertados.

Atividades de apoio – são aqueles que dão suporte às atividades de governança, finalísticas e outras atividades de apoio. Não entregam valor à sociedade, mas para outras atividades ou produtos da instituição.

A Figura 8 representa a cadeia de valor da UFT e a integração das atividades de governança, finalísticas e de apoio.

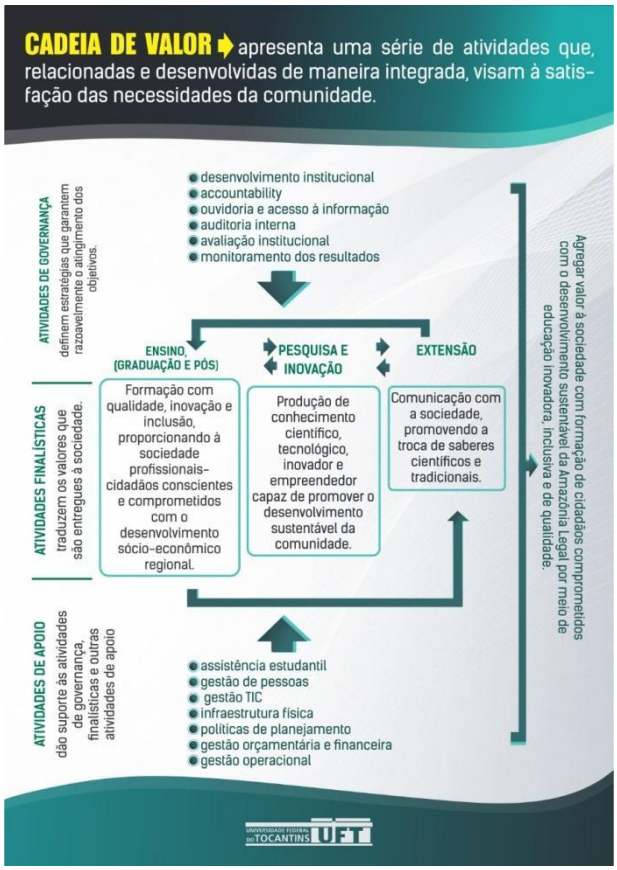

Figura 8. Cadeia de Valor da UFT

Outro importante instrumento de governança é o mapa estratégico, representação gráfica da estratégia, que evidencia os desafios que a instituição terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro. O mapa é estruturado por meio de objetivos estratégicos distribuídos nas perspectivas do negócio, interligados por relações de causa e efeito. A Figura 9 representa o mapa estratégico da UFT.

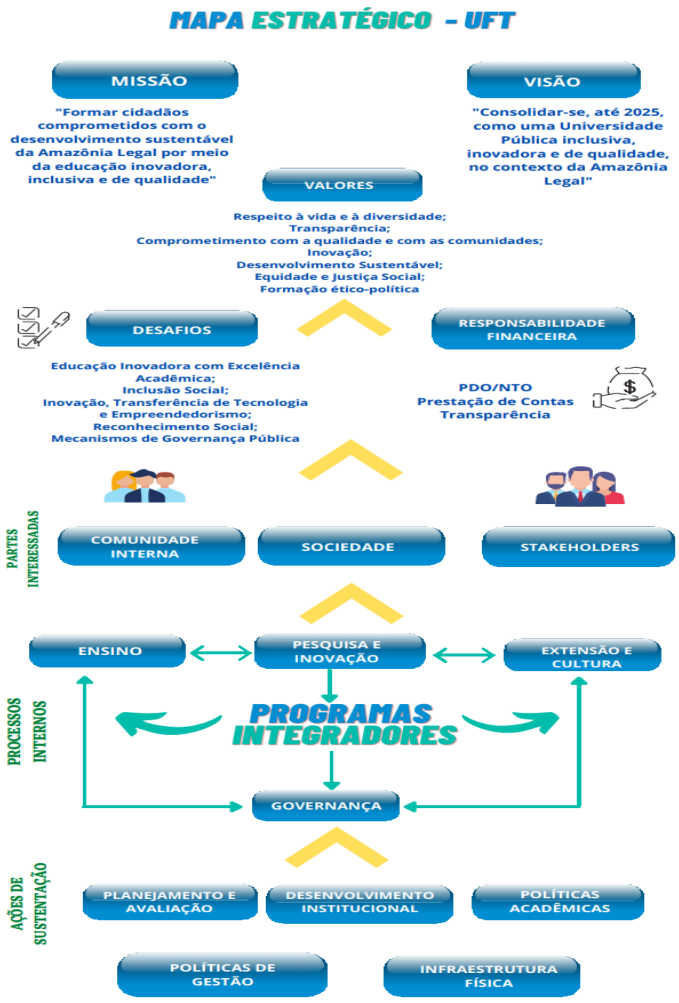

Figura 9. Mapa estratégico da UFT

3.3.5. Programas e projetos integradores

Os programas e projetos integradores foram construídos conforme a Figura 4, com o objetivo de integrar as ações que possuem objetivos comuns dentro de desafios. Assim, os projetos incluídos nos programas definem as ações dos diferentes programas de auxílios, bolsas, monitoria, treinamento, etc. desenvolvidos anteriormente pela UFT de forma separada.

3.3.5.1 Programas e Projetos Integradores da UFT

1 - Programa Integrador Inovação Pedagógica

DESAFIO: 1 - **Educação Inovadora com excelência acadêmica**

UGs Participantes: Prograd, Progedep, Propesq, Proex, Proest, DTE e STI

Liderança: Prograd.

Projetos:

1- Planejamento Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP).

2 - Programa integrado de inclusão: ações afirmativas e permanência.

DESAFIO: 2 - **Inclusão Social**

UGs Participantes: Proap, Proex, Proest, Progedep, Prograd, Propesq e Vice-reitoria

Liderança: PROEST

Projetos:

1- Projeto Integrado de Permanência de Estudante Indígena e Quilombola – PIQUI;
2- Projeto Integrador de Formação Transversal em Saberes Tradicionais;
3- Projeto de Inovação Pedagógica;
4- Projeto Integrador de Iniciação à Docência do Ensino Superior;
5- Projeto de Qualidade de Vida na UFT;
6- Programa Mais Vida.

3 - Programa integrador: INOVATEC na Pós-graduação

DESAFIO: 3- **Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo**

UGs Participantes: Propesq, Prograd, Proex, Proest, Progedep e Proap

Liderança: Propesq

Projetos:

1- Iniciação à docência do Ensino Superior;
2- Ensino 4.0 e Extensão/ODS na Pós-graduação;
3- Editais Dirpesq;
4- Projeto Órbita de Integração, Empreendedorismo e Inovação da UFT

4 - Programa integrador UFT sem muros

DESAFIO: 4 **- Reconhecimento Social**

UGs Participante: Proex, Propesq, Proad, Proap

Liderança: Proex

Projetos:

1- Projeto Integrador Trilhas Tocantinenses;
2- Projeto integrador Ensino 4.0 e Extensão na graduação e Pós-graduação;
3- Inovação Tecnológica e Empreendedorismo para Transformação Social

5 - Programa Integrador Inserção da Governança na UFT

DESAFIO: 5 - **Mecanismos de Governança Pública**

UGs Participantes:

Liderança: Proap, Proad, Progedep, Ouvidoria, Comitê de Governança e STI.

Projetos:

1- Planejamento Institucional Inovador;
2- Mapeamento de processos e levantamento de riscos na UFT;
3- Capacita Governança UFT
4- Transparência ativa e prestação de contas
5- Logística Sustentável na UFT

6 - Programa Desenvolvimento de servidores da UFT

DESAFIO: 5 - **Mecanismos de Governança Pública**

DESAFIO: 3- **Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo**

UGEs Participantes: Progedep, Prograd, Propesq, Proex, DTE, Proap, Prefeitura Universitária.

Liderança: Progedep

Projetos/Programas relacionados:

1- Profor;
2- Profor Gov;
3- Servidor Multiplicador;
4- Navegar é preciso;
5- Escola de Formação de Servidores.

7 - Programa Qualidade de vida na UFT

DESAFIO 2 – **Inclusão Social**

DESAFIO 5 **- Mecanismos de Governança Pública**

UGs Participantes: Progedep, Prograd, Propesq, Proest, Proex, Proap, Proad, Sucom, Prefeitura Universitária e Direções e Gestão de Pessoas de Câmpus da UFT

UG (liderança): Progedep.

Projetos relacionados:

1- Projeto Transpor - qualidade de vida e saúde do trabalhador;
2- Projeto Viva bem - qualidade de vida e saúde do trabalhador – Medicina e a Progedep (parceira);
3- Programa de aposentadoria;
4- Mais Vida (Vice-reitoria);
5- UFT em Movimento (Proex)

4. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

Conforme descrito no capítulo 2 o PPI da UFT foi amplamente discutido e focado no cenário formativo da UFT, problemas contemporâneos e relevantes, pesquisas e práticas exitosas desenvolvidas, referentes ao ensino, à pesquisa e à extensão, com vistas a apresentar propostas para mitigar os índices de retenção e evasão. Bem como adequá-lo às novas metodologias e práticas de ensino da educação 4.0

Depreendemos, contudo, que o processo de elaboração e discussão do PPI em articulação ao PDI com a comunidade acadêmica e administrativa constituiu-se numa prática inovadora.

E, assim, o caráter inovador revela o necessário autoconhecimento institucional e a adoção de novas perspectivas de trabalho educacional, compreendendo a prática inovadora, como sendo aquelas:

> [...] em que a IES/curso encontrou para instituir uma ação de acordo com as necessidades de sua comunidade acadêmica, seu PDI e seu PPC, e que são raras na região, no contexto educacional ou no âmbito do curso. Para isso o curso ou a IES podem se valer de recursos de ponta, criativos, adequados ou pertinentes ao que se desejar (BRASIL, 2019, p. 59).

Conforme Morin, citado por Suanno (2012, p. 211):

> [...] é preciso investigar as iniciativas marginais, as iniciativas inovadoras, que rompem com o paradigma vigente e para tal deve-se buscar compreender como se constroem as reorganizações, as inovações nas

> diferentes áreas de conhecimento e da sociedade. Uma vez que para mudar de caminho é preciso construir outro caminho.
>
> [...] O autor argumenta que essas iniciativas estão dispersas e é preciso reconhecê-las, articulá-las para se construir outras possibilidades superadoras da realidade atual, e assim construir outra vida.

Nesta perspectiva, os trabalhos foram realizados de modo a identificar as práticas exitosas já desenvolvidas no âmbito da UFT e atender à expectativa de que o desenvolvimento institucional deve proporcionar o alcance dos objetivos com maior efetividade e promoção do sentimento de pertencimento de sua comunidade acadêmica à UFT, fortalecendo as suas maiores riquezas: as pessoas, o conhecimento e a capacidade de inovar e recriar caminhos.

4.1. PPI: uma visão geral e fundamentos filosóficos, técnicos e metodológicos

Partindo do princípio básico de que a universidade é uma instituição social que promove a educação numa dimensão superior passamos a assumi-la como uma instituição que é de todos aqueles que dela participam e que podemos denominar de comunidade universitária. Comunidade esta que compreende não só os que estão vinculados diretamente (comunidade acadêmica e administrativa) por meio de matrícula funcional ou matrícula acadêmica, mas também, àqueles que a circundam. Nesta perspectiva não há que se falar de comunidade interna e/ou externa à universidade, pois o desenvolvimento das ações e práticas no âmbito educacional no interior do espaço físico da universidade requer uma conexão direta de ações e práticas, com o contexto externo sócio/cultural em que está inserida.

Assim, um Projeto Pedagógico Institucional da universidade é compreendido como a expressão de um projeto coletivo em que se articulam as expectativas sociais à dinâmica educacional a ser desenvolvida por meio de decisões, ações e práticas, que se materializarão no currículo institucional que envolve o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão.

Conforme Veiga:

> O currículo não é um conceito abstrato à margem da experiência humana, mas uma construção social e cultural, expressão de formas de organização de práticas educativas, sociais. A opção curricular da escola é fruto das concepções assumidas pelos profissionais que nela atuam e envolve as perspectivas social, política e cultural a respeito do processo educativo (2018, p. 53).

Entretanto, é necessário desenvolver a educação superior para além das questões técnico-profissionais, desenvolvendo também a formação do indivíduo, cidadão de nossa sociedade. E reafirmar a credencial para o exercício profissional a partir da conquista de uma formação como ser humano, enquanto cidadão sociocultural e profissional.

Uma educação profissional entendida como “o permanente movimento de passagem do homem como ser natural e biológico ao ser racional, autônomo e livre que cuida do bem comum, do que é de todos, realizando-se assim, como humano.” (COELHO e GUIMARÃES, 2012).

Reforçamos assim os valores definidos pela Universidade Federal do Tocantins em reuniões do Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025 (PDI):

- Respeito à vida e à diversidade;
- Transparência;
- Comprometimento com a qualidade e com as comunidades;
- Inovação;
- Desenvolvimento sustentável;
- Equidade e justiça social;
- Formação ético-política.

Ao assumir esses valores, a UFT destaca seu compromisso em envidar esforços para garantir o direito à educação de qualidade como um princípio fundamental das políticas e gestão da educação e seus processos de organização e regulação assim como para o exercício da cidadania.

Reforça, ainda, a compreensão de universidade que, pressupõe a educação, não como treinamento para o trabalho, o sucesso nos negócios e na vida, mas que forme o ser humano, ensinando-o a pensar as ideias, a prática, a vida coletiva e pessoal, a reconhecer e afirmar a preeminência da realização da sociedade justa e excelente sobre os interesses das partes, dos indivíduos e grupos (COELHO, 2012, p. 25).

Ainda segundo Ildeu Moreira Coelho:

> Ora, se defendemos uma sociedade autônoma, livre, democrática e justa é preciso, desde cedo, formar os homens que, em sua *práksis*, irão instituí-la e conservá-la, recriando-a ao longo do tempo e confirmando o sentido e a importância fundamental da educação e da escola na vida coletiva pessoal (2012, p. 18).

Assim, concebeu-se o Projeto Pedagógico Institucional, conforme a abordagem de Veiga (2010, p. 01), numa perspectiva:

> [...] da sociedade, da educação e da escola, ele aponta um rumo, uma direção, um sentido específico para um compromisso estabelecido coletivamente. Ao ser claramente delineado, discutido e assumido coletivamente, o projeto constitui-se como processo e, ao fazê-lo, reforça o trabalho integrado e organizado da equipe escolar, assumindo sua função de coordenar a ação educativa da escola para que ela atinja o seu objetivo político-pedagógico.

Importante e necessário ressaltar que na universidade a formação acadêmica é desenvolvida por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão em cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e à distância.

A universidade, assim como a escola, é um espaço que foi institucionalizado para desenvolver um trabalho com os conhecimentos produzidos e ressignificados pela sociedade e, consequentemente, pela própria universidade, atendendo aos seus anseios e visando à promoção da aprendizagem que proporcione uma melhor qualidade de vida para seus integrantes. Segundo Veiga, o PPI:

> [...] deve estruturar-se em torno de seus pilares determinantes: a intencionalidade política assumida pelos sujeitos e a proposta epistemológica-metodológica com ênfase na relação objetivos-conteúdos-métodos-avaliação, a fim de fortalecer a ação coletiva e participativa com base em novos referenciais teóricos que fundamentam os atos de currículo, colocando-o em ação no espaço concreto da escola e da sala de aula. (2018, p. 53)

Com esta perspectiva, a universidade destaca a oferta de uma fundamentação para que o futuro profissional possa enfrentar as contradições não só da sociedade brasileira, como de sua profissão, no âmbito local, regional, nacional e internacional.

Uma educação profissional e humana que proporcione o enfrentamento dos desafios, considerando o contexto interno e externo à universidade, conforme discutidos em reunião do PDI:

- Educação inovadora com excelência acadêmica;
- Inclusão social;
- Inovação, Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo;
- Reconhecimento social;
- Mecanismos de governança pública.

Unida aos valores institucionais, a definição desses desafios reafirma para a UFT e demais segmentos da sociedade a importância de se adotar a perspectiva de

um currículo integrado em que a reflexão coletiva impulsiona processos decisórios, ações e práticas comprometidas com uma qualidade da educação socialmente referenciada, que envolve a elaboração, o desenvolvimento e a avaliação da prática educativa e do próprio currículo, de forma conjunta entre professores, alunos (vinculados e egressos), técnicos e demais membros da sociedade. E, assim, estabelecer uma relação de significados entre o profissional em formação (sujeito), o objeto da profissão (conhecimento) e o contexto sociocultural e pedagógico.

Esta postura requer o fortalecimento da formação continuada de seu quadro de servidores e, especificamente, de gestores no sentido de ressignificar a prática pedagógica desenvolvida na instituição educativa, seja no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, observando-se não só o processo de avaliação institucional externa que visa o seu recredenciamento junto ao MEC, mas, sobretudo, os anseios, as expectativas sociais, pedagógicos e os objetivos institucionais.

Contudo, para o enfrentamento dos desafios apontados pela UFT e desenvolvimento de um currículo integrado, requer um compromisso coletivo de organização e estruturação interna de modo a articular os cinco eixos avaliados pelo Inep, numa compreensão de que o trabalho integrado na universidade deve ser intensificado.

Há que se considerar, portanto, a velocidade do avanço tecnológico e seus efeitos na configuração das profissões atuais e do futuro. E a sociedade passa a utilizar as tecnologias da informação e da comunicação como uma ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem, inserindo a discussão acerca da educação 4.0.

Conforme o prof. Alvino Moser, em palestra proferida em agosto de 2020 para a comunidade da UFT, intitulada A Universidade e Sociedade do Futuro: “A sociedade 4.0 como uma sociedade da informação que obtém crescente valor agregado conectando ativos intangíveis como redes de informação.” E complementa que: “A sociedade 5.0 é uma sociedade da informação construída sobre a Sociedade 4.0, visando uma próspera sociedade centrada no homem (HARAYAMA, 2017, p. 10)”.

Neste contexto de discussão, a UFT deve fortalecer no processo formativo a ser desenvolvido em sua comunidade acadêmica as competências e habilidades necessárias ao profissional do presente e do futuro que reforçam a função social, cultural e política do trabalho acadêmico, emancipador, inovador e criativo, evidenciando uma visão de mundo, de sociedade, de educação e de homem pautadas na ética e na humanização.

No processo de inovação pedagógica, a modernização dos processos e ferramentas tecnológicas compõem apenas o meio necessário para a melhoria das atividades de ensino na instituição. Porém, para prover maior eficiência e eficácia nos processos educativos, é necessário conceber novos métodos e práticas pedagógicas para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem na instituição. A inovação pedagógica surge, portanto, como uma característica necessária para a completa efetivação do processo de modernização no ensino superior, dessa forma, buscando a modernização nas atividades finalísticas da universidade. A inovação pedagógica remete às novas tecnologias, aos recursos digitais, às redes sociais, à aplicação de tecnologias educacionais no processo de ensino aprendizagem através de novas formas de comunicação e relacionamento com a informação.

Apenas a inclusão da tecnologia não é inovação. A inovação engloba a mudança em metodologias e formas de interação pedagógica que elevem ao máximo o potencial de aprendizagem e desenvolvimento. A inovação pedagógica implica na formação de cidadãos autônomos, críticos e interdependentes. Todavia, para obter tais características a instituição precisa se organizar na forma como ela, docentes e técnicos administrativos interagem com todos e com cada um, para que estejam presentes, para que participem no contexto educativo e para que tenham êxito no seu percurso de aprendizagem, independentemente de suas (d)eficiências, (in)capacidades ou (des)vantagens. A inovação deve ocorrer não apenas com a adoção e apoio das tecnologias, mas também na produção de novas metodologias e tecnologias de ensino e aprendizagem buscando maior participação dos alunos, de uma forma mais ativa como protagonistas do seu aprendizado. A aprendizagem não realiza apenas o que é apresentado ou exposto ao aluno. A dinâmica se altera priorizando um aprendizado a partir do que o aluno produz, experimenta, discute, pesquisa, dialoga, explora, sente, e que resulta numa mudança em seu comportamento, assim como na forma de pensar e interpretar uma realidade.

Nesse sentido, os métodos ativos mais inovadores envolvem atividades diversas que incluem pesquisas, dinâmicas de grupo, jogos cooperativos, os trabalhos em grupos ou pares, múltiplas formas de representação da realidade e expressão do saber por diferentes linguagens e formas (arte, música, escrita e etc.). Portanto, as tecnologias juntamente com as metodologias ativas são elementos complementares no processo de inovação pedagógica. A tecnologia provê plataformas facilitadoras de interação e comunicação, aproximando pessoas geograficamente distantes, permitindo a produção de símbolos e imagens para estimular outras maneiras ou vias de comunicação, e ainda, permitindo múltiplos meios para a apresentação e leitura de

uma realidade, dando visibilidade e amplificando o resultado produzido. Os métodos ativos contribuem no desenvolvimento do aluno através de uma maior interação, aperfeiçoamento da comunicação verbal e não verbal e a promoção de reflexões aprofundadas em um tema ou componente curricular estudado.

A adoção das metodologias ativas em conjunto com as tecnologias é considerada a forma para se alcançar uma educação inovadora, respeitando os valores e práticas de uma universidade caracterizada e construída para o desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Diante disso, a inovação pedagógica será definida como o desenvolvimento de melhorias e/ou transformações do processo de ensino-aprendizagem, que gerem valor para estudantes, professores e sociedade como um todo a partir de objetivos, metas e ações integradas de ensino, extensão e pesquisa. Porém, deve-se destacar que para inovar, a instituição precisa criar mecanismos e fluxos de gestão para propiciar propostas educativas empenhadas com o processo de mudanças sociais (por meio da extensão e da pesquisa), valorização dos sujeitos e de suas aprendizagens (significação da aprendizagem, observação das diferentes formas de aprender e metodologias ativas de aprendizagem), investimentos em recursos humanos (formação de professores) e materiais (recursos tecnológicos e sustentabilidade financeira), além de ações sociais comprometidas com a formação para a responsabilidade social e cidadania.

4.2. Organização Acadêmica da UFT: Contexto Educacional e Inserção local, regional e nacional

A constituição de 1988 além de ser considerada uma constituição cidadã é também aquela que orientou o país para uma organização municipalista. O Estado do Tocantins foi efetivamente criado a partir desse contexto, sendo, portanto, o mais novo do Brasil e também com um *éthos* municipalista. A população do Estado está distribuída em 139 municípios, onde 80% deles têm até 10 mil habitantes, e, deste grupo, 50,4% têm até 5 mil habitantes. Os municípios com mais de 20 mil habitantes correspondem a: Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Araguatins, Colinas, Guaraí, Tocantinópolis e Dianópolis.

No aspecto econômico o Estado está localizado dentro de um complexo com vocações naturais e voltado para o agronegócio. As projeções para este setor no Brasil sinalizam uma expansão de 21,6% para a produção de grãos além do aumento de 14,5% na área plantada, e o Tocantins está dentro desse contexto. (BUAINAN e GARCIA, 2015). Apesar das estimativas do setor e das projeções, acredita-se que ele será responsável pelo crescimento econômico do Tocantins, porém, os dados

projetados pelo IBGE (2018) mostram que os setores de serviço e da administração pública têm a maior participação no Produto Interno Bruto, participando com 42% e 32%, respectivamente. Por outro lado, os setores do agronegócio e da indústria contribuem com 26% no PIB. (BARROS et al, 2020).

Dados do Cenovo (2017) apontam que as atividades econômicas estão concentradas em Palmas, Araguaína e Gurupi e somam 35% de tudo que é produzido nos setores primário, secundário e terciário da economia, ou seja, concentram 1/3 do PIB do Estado. Dados deste relatório (CENOVO, 2017), mostram que existem 15 municípios que foram considerados como polos de desenvolvimento, destacando-se Palmas, Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional. Em nível intermediário de desenvolvimento destacam-se os municípios de Dianópolis, Figueirópolis, Palmeirópolis, Arapoema e Miranorte, e, por fim, do conjunto de municípios com economia retardatária são: Praia Norte, Barra do Ouro, Carrasco Bonito, Mateiros e Esperantina.

Na região do Jalapão não se verificou nenhum município polo, muito pelo contrário, nessa região está localizada grande parte dos municípios pobres, juntamente com a região do Bico do Papagaio. Esses municípios não conseguem se manter dentro do dinamismo da base de manutenção, ou seja, são caracterizados com base retardatárias, bem como estão fora da acessibilidade ao corredor de desenvolvimento, a BR-153, e nem estão ligados aos corredores menores estaduais com infraestrutura adequada. Em tais localidades há poucos postos de saúde, escolas e professores qualificados. Segundo dados apresentados no relatório, esses municípios não conseguiram superar sua taxa de pobreza que ainda constitui um entrave no processo de desenvolvimento social e econômico do Estado. (CENOVO, 2017).

No tocante a finanças públicas municipais não há muita diferença da média brasileira onde 49,6% dos municípios brasileiros têm até 10 mil habitantes e forte dependência das transferências governamentais (BARROS et al, 2020). O trabalho de Barros et al (2020) mostra que cerca de 90% das receitas correntes dos municípios com até 5 mil habitantes advêm do fundo de participação dos municípios (FPM) e nos municípios com população com mais de 20.000 habitantes essa participação foi reduzida para 68%. O FPM é a principal fonte de recursos e a sua participação é maior nos municípios com menor população. Essa dependência está associada a dois fatores: (1) quanto menor a população dos municípios, menor é a sua capacidade de consumo e, portanto, menor é a sua participação na cota do ICMS; e (2) quanto menor o porte demográfico dos municípios, menor é a sua arrecadação tributária, por não ter

uma base econômica pujante e pela incapacidade de recolher os tributos municipais cuja base de arrecadação é tipicamente urbana (ISS e IPTU), de sorte que os maiores municípios são aqueles que mais capacidade tem de arrecadar tais impostos.

Considerando o indicador Firjan de gestão fiscal dos municípios (IFGF) em 2016, observou-se que 77% dos municípios apresentavam gestão crítica na arrecadação de receitas próprias e 40% também demonstravam gestão crítica na capacidade de realizar investimentos (BARROS et al, 2020). No que tange aos gastos com pessoal, 38% dos municípios apresentaram boa gestão nesse componente, 37% em dificuldade e apenas 4% com gestão de excelência. Isso demonstra a dificuldade que os prefeitos tiveram em respeitar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Esses dados também nos mostram que os municípios do Tocantins têm uma forte dependência das transferências governamentais e têm uma baixa capacidade de se auto-sustentar. São informações que evidenciam as fragilidades daqueles que são os principais parceiros de uma Instituição Federal de Ensino Superior. Por outro lado, demonstra que estas instituições devem, para cumprir com a sua função social, se aproximar destes entes com vistas a transferir conhecimento por meio de projetos inovadores de extensão que promovam mudanças tanto nos âmbitos da gestão pública, social e econômico dos mesmos.

O índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM) é um indicador cujo valor máximo é 1 e que operacionaliza o conceito de desenvolvimento destes entes, sendo constituído por duas dimensões: social (educação e saúde) e econômica (emprego e renda). Segundo Barros et al (2020), em 2016, os 85% dos municípios apresentaram o indicador de educação moderado (0,6 a 0,8), 94% deles têm o indicador de saúde entre moderado e de alto desenvolvimento (0,6 a 1). Na dimensão econômica, 42% dos municípios têm baixo desenvolvimento (0 a 0,4) e 46% com indicador regular (0,4 a 0,6). O indicador educação é formado pelas variáveis: matrícula na educação infantil, abandono do ensino fundamental, distorção idade-série do ensino fundamental, docentes com ensino superior no ensino fundamental e o Ideb. O indicador proxy da saúde é constituído pelas variáveis: número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis, internação sensível à atenção básica. A dimensão econômica que compreende o emprego e a renda dos munícipes é formada por: geração de emprego formal (absorção de mão de obra local), geração de renda formal e o índice de desigualdade de renda.

Quando se observa a dimensão social, os dados revelam que os municípios estão com bons indicadores e isso mostra que as políticas de educação e saúde se fazem presentes nestes territórios, porém, eles não dizem se elas são eficientes, eficazes e efetivas. Quanto à dimensão econômica, as informações trazidas pelo indicador mostram que cerca de 90% dos municípios do Tocantins não têm demonstrado capacidade de gerar emprego e renda de forma satisfatória. Este é um dado que evidencia uma das fragilidades e que impacta todo o funcionamento das instituições e estruturas do Estado. Se o mercado não consegue gerar emprego e renda formais para a sua população, esta fica submetida às mais diversas formas de clientelismo político e às transferências de renda do governo federal.

No que tange à oferta de ensino superior no Tocantins observa-se que existe nas modalidades presenciais e à distância/semipresencial. Dados do Censo do Ensino Superior (CENSUP 2018) mostraram que o número de matrículas no ensino superior do Estado é de 93.036, sendo 63.380 no ensino presencial e 29.656 no ensino à distância/semipresencial. O ensino presencial se faz presente em 14 municípios onde são oferecidos 270 cursos por 24 instituições de ensino superior (2 instituições federais, 1 estadual, 2 municipais e 19 instituições privadas). Os cursos mais oferecidos por essas instituições são: Direito, Administração, Pedagogia, Ciências Contábeis, Enfermagem, Engenharia Civil e os da área de informática. Destes, os que detêm o maior número de matrículas são: Direito e Engenharia Civil.

Quanto ao ensino à distância/semipresencial observa-se que essa modalidade se faz presente em 24 municípios, oferece 513 cursos por 36 instituições de ensino (2 federais – UaB -, 1 estadual – UaB – e 33 instituições privadas). Os cursos mais oferecidos são: Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis, Educação Física, Enfermagem, Serviço Social, Gestão de Recursos Humanos, Matemática, Gestão Pública, Administração Pública Engenharia Civil, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Biologia, Nutrição, Gestão Financeira e Gestão Hospitalar (CENSOESU, 2018).

Quando se observa a oferta do ensino superior no Estado é possível perceber que os cursos mais ofertados são de natureza bacharelesca e se concentram em poucas áreas do conhecimento (tecnologia, ciências sociais, saúde, educação). Outro dado que se mostra importante é que o total de matrículas no ensino superior corresponde a 9% da população do Estado com idade entre 15 e 70 anos (IBGE, 2010).

4.3. Políticas institucionais: Gestão, Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Profissional

A UFT tem buscado se destacar no cenário nacional considerando a diversidade e a biodiversidade representativas da Amazônia Legal. Inovadora desde sua criação, busca nesta fase de amadurecimento, projetar-se para o mundo e definir sua identidade formativa, reordenando suas práticas para o momento em que vivemos, de ampla transformação, desenvolvimento e ressignificação dos referenciais de produção de conhecimento, de modernidade, de sociedade, de conectividade e de aprendizagem.

A fim de inovar o monitoramento e acompanhamento pedagógico, será desenvolvida uma plataforma de gestão e acompanhamento acadêmico com foco no estudante, inserindo todos os seus atributos anteriores ao ingresso (socioeconômicos, dados escolares da educação básica e desempenho nas diferentes áreas do conhecimento nos exames de acesso), dados durante o vínculo (disciplinas, reprovações, desempenho, índice de retenção acadêmica, acompanhamento nos programas de assistência estudantil, etc.), da pré-formatura e dados de egressos.

Tal plataforma tem o objetivo de desenvolver painéis gráficos para acompanhamento:

1- pelo aluno (autoacompanhamento - sua situação em relação aos demais alunos do curso, da área, contemporâneos e antepassados);
2- pelo professor, dos perfis dos estudantes por disciplinas, a fim de fomentar estratégias individuais para cada aluno com ações que possam promover o seu sucesso na disciplina;
3- pela coordenação do curso da situação dos alunos, dos professores, ambientes didáticos e indicadores de avaliação interna e externa;
4- pelos gestores de câmpus e pela gestão superior, a fim de fomentar estratégias diferenciadas que atendam às especificidades intrínsecas e/ou sazonais de cada curso de graduação.

4.3.1. Princípios orientadores para a gestão, o ensino, pesquisa e extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é a condição fundamental da universidade, sobretudo a pública. A gestão tem sido incorporada nos seus fundamentos considerando o princípio da autonomia e horizontalidade nos processos decisórios e elemento reconhecidamente importante para o alcance das metas estabelecidas, sobretudo em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

A organicidade no desenvolvimento das ações no âmbito da universidade envolve um amplo conhecimento de leis, diretrizes, estatuto, planos de desenvolvimento, projetos, resoluções, notas técnicas, regimentos, regulamentos e outros documentos que não apenas definem princípios e normas como também regulam o próprio funcionamento das atividades acadêmicas. Quanto menor o grau de segmentação das atividades, maior será a integração e consequentemente a indissociabilidade.

O pressuposto do sucesso da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e gestão está na perspectiva adotada para a construção e desenvolvimento das ações no âmbito das atividades meio e fim da universidade: os cursos de graduação, pós-graduação, construção de conhecimento, inovação, transformação social, entre outros com igual importância. Cada elemento será tratado em separado, mas de modo articulado, conforme a seguir.

Todo projeto inicia pelo lugar, pela comunidade que será atendida, por um problema social, tecnológico, educacional entre outras. A esse conjunto chamamos de contexto local e socioeconômico regional, ou sinônimo. É conhecendo a realidade e partindo dela que as atividades acadêmicas são projetadas, pensadas, elaboradas e desenvolvidas e, portanto, os resultados devem ser devolvidos a essa comunidade, ainda que em longo prazo.

Com a ampliação da conectividade na sociedade contemporânea por meio da democratização do acesso à internet, na educação de hoje a extensão universitária é o berço da pesquisa e do ensino por excelência. Quando um projeto de pesquisa ou um projeto de curso está fortemente vinculado a um programa ou projeto de extensão, as ações passam a ter intencionalidade e geram uma espiral crescente de construção e reconstrução de conhecimento, de processos de ensino e de desenvolvimento de tecnologias sociais transformadoras da realidade onde a universidade está inserida.

Estes programas e projetos quando vinculados aos projetos de curso por meio das suas linhas de extensão que derivam as linhas de pesquisa articuladas com as competências e habilidades propostas para a formação dos novos profissionais, geram o equilíbrio do tripé universitário e internamente aos programas de formação promovem o autocontrole.

Desse modo, não há subordinação, mas um processo complementar e integrado desde a elaboração dos projetos de cursos em que a centralidade está na formação, ou seja, o verdadeiro sentido da Universidade está nessa intersecção, onde ensino, pesquisa e extensão estão indissociáveis. Esse é o espaço desejado da

inovação na Educação 4.0, onde não é possível fazer uma leitura cartesiana de cada um de seus elementos.

4.3.2. Objetivos para as práticas acadêmicas

- Estimular a produção de conhecimento, a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Promover o acompanhamento da evolução acadêmica da instituição;
- Proporcionar os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;
- Modernizar as práticas pedagógicas a partir de metodologias ativas, ensino híbrido, educação 4.0 e adoção de tecnologias educacionais;
- Ampliar a interface entre educação, comunicação e tecnologias inteligentes para a construção do conhecimento;
- Integração do ensino, extensão e pesquisa concentrando as atividades cada vez mais na solução de problemas atuais e reais.

4.3.3. Diretrizes e plano para organização curricular

A Universidade Federal do Tocantins, desde a sua criação, buscou responder às expectativas da sociedade. O perfil do egresso sempre esteve orientado para a perspectiva regional sem perder o foco na perspectiva global e nos desafios impostos pelas inovações, sempre ampliando as possibilidades por meio da formação continuada, na pós-graduação.

O mundo do trabalho tem sido afetado positivamente por uma onda tecnológica e comunicacional conhecida como a quarta revolução. Essa mudança requer de nós uma reorientação dos projetos de curso com vistas à inserção dos egressos nesse novo mundo do trabalho, preparados para inovar nos seus espaços profissionais, construir novos conhecimentos e proporcionar melhorias contínuas à comunidade em seu entorno. Com base nesse novo referencial, a UFT reforça o compromisso em formar profissionais a partir do desenvolvimento da criatividade, de inovações, da capacidade de trabalhar em equipe e de resolver problemas e, sobretudo, da consciência socialmente referenciada.

Nos últimos anos a UFT tem aperfeiçoado sua política institucional de inclusão dos estudantes, na perspectiva de transformação de realidades, conectando-se com comunidades promovendo a integração, a troca de conhecimentos e aprendizagens e a valorização das culturas.

O mundo do trabalho desafia a convergência das tecnologias digitais, físicas e biológicas que requerem novas bases filosóficas, sociológicas, antropológicas e consequentemente pedagógicas. As pegadas deixadas pela transição do mundo industrializado para o mundo tecnológico nos dão as pistas do percurso para formar o cidadão, que devem compor os programas de formação conforme a seguir:

- Matriz formativa: a organização do currículo passa de uma aprendizagem linear e progressiva para uma educação em rede, baseada nas competências necessárias para que o profissional em formação encontre oportunidades em meio à complexidade do mundo do trabalho atual e, sobretudo que transforme a sua realidade.
- Flexibilização curricular: o currículo deve ter flexibilidade suficiente para que o estudante possa fazer escolhas de percursos configurando as competências para a composição deste perfil inovador, resguardando àquelas definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e que podem ser construídas em diferentes contextos de aprendizagem, reconhecendo e valorizando as competências individuais.
- Objetos de conhecimento: elaboração dos programas de formação a partir das competências definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e demais regulamentações, bem como as especificidades do contexto local e regional em sintonia com o PDI e PPI. Os programas de formação devem explicitar a relação com a pesquisa, extensão e suas formas de creditação.

Os programas de formação devem prever ainda espaços formativos relativos às políticas de educação ambiental, de ações afirmativas, de educação em direitos humanos, de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, conforme legislação.

4.3.4. Ingresso – abordagem acerca de objetos de conhecimento e processo seletivo para ingresso; conexão educação básica e educação superior; ideal universitário e realidade da formação básica

A Universidade Federal do Tocantins, mantendo o seu compromisso com a democratização do acesso ao ensino superior, respeitando as diferenças representativas da população brasileira, assim como a diversidade étnica, social e cultural da Amazônia Legal, realiza o ingresso aos cursos de graduação por meio do Sistema Único de Seleção Unificada (SISU) e do vestibular institucional. As vagas remanescentes são ofertadas no Processo Seletivo Complementar (PSC) que considera os resultados alcançados pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Outra estratégia de acesso às vagas remanescentes em cursos de graduação é o Extravestibular para portadores de diplomas, reingresso e transferência interna e externa.

O acesso aos programas de pós-graduação da UFT nas modalidades *Lato sensu* e *Stricto sensu* ocorre por processos seletivos, de acordo com o número de vagas autorizadas e da disponibilidade de orientadores de cada programa de formação.

Com a finalidade de garantir inovação acadêmica socialmente referenciada e amparada pelos princípios da equidade, a UFT promove discussões contínuas de seus processos seletivos de acesso.

Tendo em vista o compromisso da UFT com a promoção de justiça cognitiva e social, a IES investe na criação de estratégias para garantir a permanência e o sucesso do estudante no contexto universitário. Nesta perspectiva, promove ações de integração e de acolhimento a partir da articulação de práticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão.

A UFT desenvolve, por meio da política de acesso e permanência, programas de auxílio financeiro, bem como a oferta de apoio psicopedagógico realizado pelos setores de apoio ao estudante, com a finalidade de preservar e de aprimorar as políticas voltadas para integração e permanência dos ingressantes. Sugere-se ainda a disseminação de práticas de aprendizado colaborativo, envolvendo estudantes

veteranos e calouros. A previsão é pela implementação de tutorias em que estudantes voluntários possam apoiar ingressantes, por meio da facilitação da aprendizagem de elementos básicos para a progressão em seus respectivos cursos de graduação.

Dentre as atividades sugeridas para a realização das tutorias colaborativas, destacam-se: (1) Matemática Básica, (2) Inglês Básico, (3) Planejamento e Organização do Tempo, (4) Informática Básica, (5) Português Instrumental, (6) Biologia, (7) Física, (8) Química, (9) Aprendizagem no Mundo Digital, e (10) História e Filosofia da Ciência. Estas práticas ressaltam o compromisso da UFT com a democratização de acesso à educação superior, ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento de competências fundamentais para a atuação profissional no mundo do trabalho 4.0, como: visão técnica, flexibilidade, capacidade de tomar decisões, empatia, conhecimentos de outros idiomas e atualização constante.

Vale observar que a UFT se propõe a ofertar os cursos de nivelamento mencionados tendo como responsáveis técnicos docentes especializados nas respectivas áreas. No entanto, conforme salientado, o objetivo de envolver discentes nas chamadas tutorias colaborativas associa-se com a busca pela sustentabilidade e pela formação ético-política.

4.3.5. Metodologia de Ensino e avanços tecnológicos

A excelência acadêmica desenvolvida por meio de uma educação inovadora passa pelo desafio de utilizar diferentes Metodologias de Ensino, bem como tipos de ensinar e aprender situadas em abordagens pedagógicas orientadas para uma formação ético-política, com formas mais flexíveis, abertas e contextualizadas aos aspectos culturais, geracionais e de acessibilidade.

Neste contexto as diretrizes institucionais para a definição das Metodologias de Ensino primam pelos seguintes elementos:

- **Gestão de metodologias e tecnologias educacionais:** adotar metodologias de ensino e tecnologias aplicadas à inovação pedagógica, desenvolvendo conteúdos multimídia e repositório digital (animações, áudio, imagens, vídeos e textos) para os componentes curriculares, bem como a criação de estratégias de planejamento, desenvolvimento e avaliação.
- **Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas:** utilizar objetos digitais em ambiente virtual, materiais e ferramentas para o desenvolvimento de uma educação assistiva pautada em metodologias e tecnologias pedagógicas eficientes.

- **Tecnologias Sociais:** implementar processos, serviços, produção e técnicas aplicadas a problemas sociais com metodologias de ensino junto à comunidade, por meio de propostas inovadoras que promovam a inclusão socioprodutiva.
- **Formação e Capacitação Permanente:** assumir como uma prática de formação e capacitação permanente visando à incorporação de metodologias de ensino e elementos tecnológicos.
- **Avaliação da Aprendizagem:** identificar a construção do conhecimento e das competências, assumindo o princípio da equidade no processo formativo, em consonância com as metodologias adotadas, revelando evidências, culminâncias e sistematizações. A avaliação torna-se elemento contínuo e deve assumir também um novo paradigma, de caráter qualitativo, longitudinal e reflexivo.

4.3.6. Programas de Formação Acadêmica e Assistência Estudantil

Os Programas de Formação Acadêmica e Assistência Estudantil promovem ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais e outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras, com as seguintes diretrizes:

- **Promoção de saúde e bem-estar:** ofertar atividades preventivas em promoção de saúde na perspectiva da integralidade, considerando as dimensões física, mental, social e espiritual.
- **Assistência Estudantil:** promover ações de assistência estudantil por meio de estratégias envolvendo a comunidade acadêmica, visando à permanência e condições de pleno desenvolvimento dos estudantes.
- **Acolhimento ao Discente Ingressante:** realizar o acolhimento ao discente ingressante de modo contínuo, conjunto e integrado por meio de um planejamento das ações com toda a comunidade acadêmica, com especial atenção aos estudantes indígenas e quilombolas, PcD e alta vulnerabilidade.
- **Inclusão e Acessibilidade:** aprimorar a política de inclusão digital para a comunidade acadêmica e a acessibilidade para os estudantes que apresentem necessidade/atendimento especial.
- **Ações Afirmativas:** identificar os elementos/fatores intervenientes na vida acadêmica de estudantes indígenas e quilombolas e propor ações efetivas a fim de equalizar, no espaço acadêmico, políticas institucionais e projetos

pedagógicos que atendam as demandas específicas destes estudantes, contemplando a multiplicidade destes saberes.

4.3.7. Desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos: organização de equipe técnica multidisciplinar para produção e distribuição de material didático para atendimento da demanda e oferta de educação à distância ou disciplinas à distância; organização de estratégias que garantam a acessibilidade comunicacional, disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, plano de atualização do material didático e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente

A articulação com diferentes áreas de conhecimento, por meio da relação teoria/prática, propicia aos sujeitos da educação formal um rompimento com a linearidade positivista na produção e organização dos saberes humanos.

Dessa forma, superar as adversidades objetivando uma formação híbrida e aberta à articulação entre domínio específico e domínios mais amplos é um dos desafios de cada curso de graduação da UFT, para que os currículos dos cursos possuam a flexibilização necessária para que o discente alcance conhecimentos e saberes de forma contínua, cooperativa, superando modelos tradicionais, uma vez que possibilita no percurso da formação escolhas de componentes curriculares optativos.

Os conteúdos dos cursos são analisados, tomando por base as competências e habilidades específicas preconizadas pelo Ministério da Educação, por meio da emissão de diretrizes curriculares. Além de procurar atender as especificidades locais e regionais, dos câmpus universitários.

Visando a acessibilidade comunicacional, a Língua Brasileira de Sinais – Libras foi inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, nos cursos de pedagogia, em todos os cursos de licenciatura e como disciplina optativa nos cursos de bacharelados e de tecnologia.

A inserção desta disciplina nos cursos de graduação seja de forma obrigatória ou optativa objetiva a difusão da língua e desta forma a inclusão do surdo e a preparação dos futuros profissionais para atendê-los. Assim, por meio desta disciplina é ofertada a oportunidade da comunidade ouvinte de conhecer a Língua Brasileira de Sinais, dando assim mais visibilidade ao surdo.

4.3.8. Atividades práticas e estágio supervisionado (relação teoria e prática)

O estágio é uma prática de caráter pedagógico, que promove a aquisição de competências profissionais, desenvolve habilidades, hábitos e atitudes. Todo estágio é

curricular, ou seja, deve contribuir com a formação profissional e pode ser obrigatório para a integralização do curso ou não obrigatório, caracterizando-se como uma formação complementar. Todavia, as duas modalidades devem estar previstas no Projeto Pedagógico do Curso. O estágio obrigatório deve ser cumprido durante a graduação e só pode ser legalizado se o estudante estiver regularmente matriculado em instituição de ensino superior.

Estágio obrigatório é aquele definido no Projeto Pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito essencial para a integralização do curso de graduação.

Estágio não obrigatório é aquele definido como atividade opcional, desenvolvida pelo estudante que queira complementar sua formação profissional, não sendo utilizada a carga horária em disciplina obrigatória para a integralização do curso de graduação.

A partir da aprovação da Lei n°. 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, os estudantes poderão realizar os estágios curriculares em quaisquer entidades que atendam aos seguintes quesitos:

1- Pessoas jurídicas de direito privado;
2- Órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
3- Profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

As atividades realizadas no estágio devem estar em conformidade com o preconizado no projeto pedagógico e as diretrizes curriculares específicas do curso de graduação. A jornada de atividade em estágio não deve ultrapassar 6 horas diárias e 30 horas semanais. O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e na instituição de ensino.

Nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência. Ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 ano, será concedido período de recesso de 30 dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

Na UFT as bases legais que regulamentam os estágios são:

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes; que altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 10 de maio de 1943, e a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996; que revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6° da Medida Provisória n° 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.
- Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
- Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 20/2012 que dispõe sobre as normas para os estágios curriculares não obrigatórios realizados por estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Tocantins (UFT).
- Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 04/2005 que dispõe sobre o regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins
- Nota técnica – Estágios obrigatórios e não obrigatórios – elaborada pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd).
- Projetos Pedagógicos dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins

4.3.9. Internacionalização

A globalização vem impondo reformas aceleradas na educação superior que visam possibilitar a internacionalização das universidades por meio do ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, em um mundo no qual a ciência não tem fronteiras, as universidades brasileiras, em especial as federais, devem dialogar e interagir com suas congêneres em todos os países. Dessa forma, as instituições devem se adequar às novas demandas e aos novos papéis em contextos globais advindos da sociedade do conhecimento. Sendo assim, é necessário formar, estrategicamente, mão de obra qualificada para as necessidades sociais, econômicas e com padrões apropriados de sustentabilidade para este novo ciclo de crescimento e desenvolvimento que se expressa atualmente no país e no mundo.

Com vistas a inserir a universidade no âmbito internacional, com propostas metodológicas, transferência de conhecimento, mobilidade acadêmica de docentes e discentes, o aceite de alunos estrangeiros matriculados na instituição, a oferta de

disciplina em língua estrangeira, o incentivo à participação e à publicação em eventos internacionais, foi criado, durante a elaboração do PDI, o Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica, que tem como objetivo estratégico internacionalizar os cursos de graduação e pós-graduação por meio da atualização de seus PPC, cuja meta é tem, em 2025, 100% dos PPCs atualizados com algum aspecto que contemple a internacionalização nos cursos e na instituição.

Para isso, é imprescindível o estímulo à mobilidade acadêmica interna e externa e incentivar a internacionalização como possibilidade de ampliação da construção das competências expressas no Programa de Formação do aluno e do fortalecimento da perspectiva de construção do conhecimento em rede.

Assim, reconhecendo a importância do processo de internacionalização e da importância da cooperação internacional no contexto educacional, econômico, social e político, a UFT, por meio da Propesq/Relinter entende a cooperação internacional como um instrumento de superação de assimetrias entre povos, sendo fundamental para a consolidação e expansão da Universidade no cenário global.

Dessa forma, a Propesq/Relinter tem como objetivo trabalhar ativamente para a consolidação das políticas institucionais que perpassam a mera mobilidade discente e têm impacto direto sobre seus cursos de Graduação e Pós-graduação. Dentre as ações, está a adesão em programas governamentais de incentivo à internacionalização, tais como: Ciência sem Fronteiras, Idiomas sem Fronteiras, participação em programas e projetos de mobilidade acadêmica como, por exemplo, Erasmus Mundus (IBRASIL e EBW+), Santander Universidades (Top Espanha, Ibero-americanas, Ibero-americana Jovens Professores, Bolsa Santander Livre para Professores, Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (PAEC, PROPAT), além de realização de acordos internacionais de cooperação mútua; o fortalecimento da política de internacionalização; promover a formação de redes internacionais; normatizar a internacionalização dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação e a dupla diplomação; fomentar a produção de conhecimento e inovação por meio de publicações científicas de alto impacto na língua inglesa em coautoria com pesquisadores de instituições internacionais; fomentar a inserção de pesquisadores internacionais nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, entre outras ações necessárias para alavancara internacionalização e possibilitar a entrega de uma educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

4.3.10. Egressos

O acompanhamento dos egressos se constitui como um dos recursos fundamentais para a construção de indicadores que possam contribuir para a análise e discussão da efetiva qualidade dos cursos e da instituição sob a repercussão dos mesmos no mercado de trabalho e na sociedade. Além disso, permite promover o aperfeiçoamento dos próprios Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) e o desenvolvimento quantitativo e qualitativo da oferta acadêmica da instituição. A coleta dos dados dos egressos permite avaliar as condições de oferta dos cursos visando à formação de profissionais qualificados para o exercício de suas habilidades e competências profissionais adquiridas durante sua atuação acadêmica na instituição. Nesse caso, os instrumentos de coleta permitem levantar dados relativos à adequação da missão institucional, metas, valores e objetivos institucionais; atuação profissional dos egressos; acompanhamento socioeconômico; avaliação do percurso acadêmico e profissional do egresso; e o interesse em educação continuada.

Deve ser destacado que o processo de avaliação em Instituições de Ensino Superior se apresenta como um dos itens de relevância para o acompanhamento de egressos, visto que estes são fontes de avaliação dos resultados. Esse processo de acompanhamento e avaliação permite que a instituição e os cursos avaliem os PPCs frente às situações enfrentadas pelos egressos junto ao mercado de trabalho e contribui de maneira decisiva para a melhoria da formação oferecida, para a definição de políticas institucionais, além de ser considerado e utilizado como elemento transformador, indo além de sua função diagnóstica. Cada curso de graduação da universidade, por meio do seu PPC, com fundamento nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação, estabelece o perfil do egresso. A construção de uma base de dados sobre o ex-aluno permite uma análise que possibilita afirmar se os perfis propostos nos PPCs são condizentes, numa visão global, com a realidade, trazendo para os coordenadores e professores, condições para transformarem positivamente suas metodologias e objetivos.

A UFT, a partir da sua política de egressos, busca manter o contato com os seus ex-alunos para acompanhar o seu desempenho acadêmico e profissional a partir da formação obtida nos cursos de graduação e pós-graduação da instituição. Tais informações são essenciais para o processo de melhoria continuada das unidades administrativas e pedagógicas da universidade. Portanto, o acompanhamento do egresso será norteado por uma política específica contendo o conjunto de diretrizes que orientam as ações estratégicas da instituição, em especial, no que rege ao relacionamento com os ex-alunos, fortalecendo o vínculo com a instituição e os

egressos e universidade. A partir da política, a UFT busca a implantação de diversos programas e projetos especiais em educação para o fortalecimento dessa relação conforme esquematizado na Figura 10.

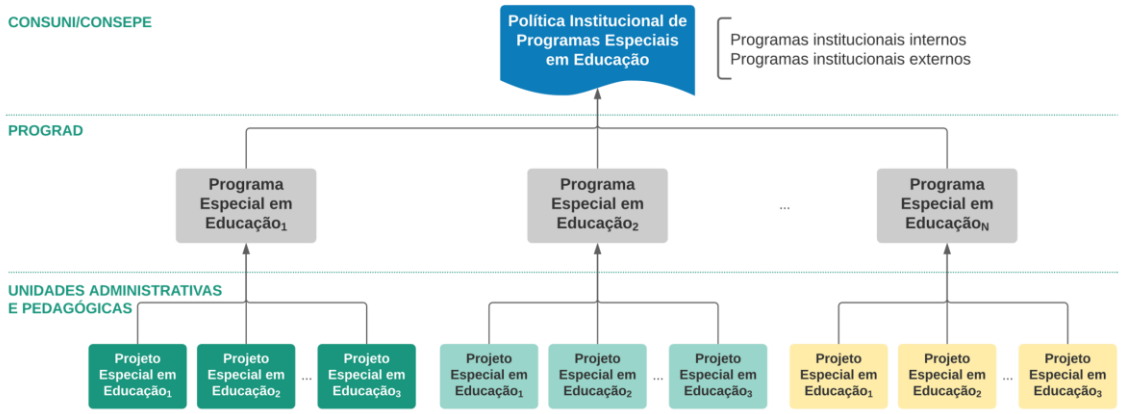

Figura 10. Dinâmica de execução do acompanhamento dos egressos em campanhas anuais

Em relação à política de acompanhamento de egressos, a UFT se estrutura, moderniza e inova nos seus processos de gestão e tecnologias para o acompanhamento do egresso visando estabelecer apoio e contato permanentes com os ex-alunos. As ações pretendidas por essa política são instrumentos para melhorias na formação oferecida e objetivam:

- Identificar os cursos de pós-graduação pertinentes às necessidades que poderão contribuir com o aperfeiçoamento profissional dos egressos;
- Criar instrumentos de avaliação e modernização do projeto pedagógico;
- Propor linhas de desenvolvimento de estudos e pesquisas nos diversos cursos, áreas de conhecimento e atuação do profissional egresso desta Instituição;
- Construir banco de dados acerca da inserção profissional dos ex-alunos que venha a auxiliar na constatação de aspectos facilitadores ou que dificultam a vivência no mercado de trabalho;
- Promover um diálogo que dê subsídios para o desenvolvimento de ações que beneficiem tanto a atual comunidade acadêmica quanto os egressos;
- Sensibilizar os graduandos sobre a importância de suas posteriores participações na política de egressos;
- Estabelecer e divulgar canais de comunicação contínuos e atualizados;
- Desenvolver ações de incentivo a uma participação ativa dos egressos, nas quais exista um engajamento da comunidade acadêmica para a inserção dos mesmos na vida da instituição;
- Possibilitar uma formação continuada através de cursos de extensão e pós-graduação, eventos e atividades de acordo com as necessidades do graduado;

- Identificar dados que colaborem com a avaliação dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação, incentivando a participação dos coordenadores e professores;
- Contribuir para a Avaliação Institucional como um todo.

Em termos de programa, a UFT implantará o Programa Institucional de Acompanhamento do Egresso, a partir das diretrizes da sua política de egressos, com execução anual prevista dentro do escopo e diretrizes do PDI 2021-2025. O programa deve incorporar um conjunto de projetos desenvolvidos com os egressos como público alvo. Devem ser gerados produtos e serviços diversos para os egressos da universidade, tais como *feed* com notícias, campanhas e destaques da universidade, diretório com informações gerais sobre os egressos e alunos em curso, permitindo conectar os egressos de uma turma específica ou outros contatos dentro dessa comunidade; espaços para mentoria acadêmica e profissional, nos quais cada membro pode oferecer ou solicitar este tipo de apoio; painel de oportunidades em empresas vinculadas aos membros desta comunidade; conversas em grupo para o engajamento em assuntos do interesse desse público; repositório de fotos, imagens e artigos dos momentos significativos da universidade. Dessa forma, a instituição prevê iniciativas diversas para o estímulo e manutenção da relação da universidade com os ex-alunos.

4.3.11. Avaliação de cursos e Avaliação Institucional

O processo avaliativo promoverá a quantificação e qualificação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, buscando dimensionar a avaliação interna e externa de cursos, bem como a avaliação institucional nos seguintes eixos: acessibilidade, tecnologia, modelo meta-avaliação, inovação e organização didático-pedagógica.

4.3.11.1. Eixo Acessibilidade

O Eixo Acessibilidade tem como diretriz garantir uma avaliação que reconheça e fomente a acessibilidade, permanência e oportunidades. Para as Pessoas com Deficiência (PcD), a acessibilidade é o caminho para mudanças que tornam o ambiente confortável e adequado a todas as pessoas, independentemente de sua condição física. A presença de pessoas com deficiência no ambiente acadêmico exige a elaboração de políticas eficientes para que elas se sintam parte integrante e atuante desse ambiente e, em se tratando de discentes, recebam a mesma formação dos demais alunos, observando suas necessidades, seu tempo de aprender e o seu desenvolvimento intelectual.

A UFT implementará políticas, através do Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI), desenvolvidas nos espaços multidisciplinares de atendimento dos câmpus. Convém observar que a acessibilidade se inscreve enquanto responsabilidade social por meio de ações que garantam efetividade à legislação vigente, estando expressa desde o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) até os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Os tipos de acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, programática, transporte e digital que pautados como metas e ações devem estar presentes nos documentos institucionais, demandam a remoção de barreiras físicas, sociais e culturais.

O Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva implementado nos espaços multidisciplinares de atendimento dos câmpus refletirá a responsabilidade social da UFT em garantir efetividade à legislação vigente.

4.3.11.2. Eixo Tecnologia

O Eixo Tecnologia tem por diretriz proporcionar a avaliação das práticas didático-pedagógicas com adoção de métodos, ferramentas e técnicas inovadoras com melhorias continuadas por meio dos seguintes aspectos:

a) **Objetos Virtuais de Aprendizagem:** acompanhar a disponibilidade de equipamentos e programas adequados para a comunidade acadêmica produzir e compartilhar objetos virtuais de aprendizagem, propiciando a criação de novas estratégias pedagógicas que tornem os processos de ensino e de aprendizagens mais eficientes.
b) **Estruturação e Gestão de Tecnologias:** considerar a estruturação e a gestão das tecnologias da informação e educacionais para a criação de estratégias para planejamento, desenvolvimento, implantação e avaliação da adoção de tecnologias aplicadas à inovação pedagógica buscando a avaliação do processo de ensino-aprendizagem com o suporte das tecnologias.
c) **Equipe de Tecnologias Educacionais:** monitorar equipes treinadas de servidores técnicos e docentes para o desenvolvimento de conteúdos multimídia (animações, áudio, imagens, vídeos e textos) para os componentes curriculares com a seleção das melhores metodologias e ferramentas.
d) **Formação continuada:** identificar programas de capacitação periódica para servidores docentes e técnicos administrativos, visando implementar elementos tecnológicos nos componentes curriculares.
e) **Repositório Institucional (RIUFT):** monitorar o repositório digital institucional com conteúdos temáticos tecnológicos para apoio pedagógico em

componentes curriculares diversos e acessíveis à comunidade acadêmica e externa.

f) **Tecnologias Sociais:** levantar os indicadores, o desenvolvimento de produtos, métodos, processos, serviços e técnicas aplicadas a problemas sociais, atendendo a quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil replicabilidade e impacto social comprovado junto à comunidade através de propostas inovadoras que promovam a inclusão socioprodutiva.

g) **Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas:** monitorar a existência e produção de objetos virtuais de aprendizagem em ambiente virtual, materiais e ferramentas assistivas fornecidas pela UFT para a implementação das atividades tecnológicas pedagógicas.

4.3.11.3. Eixo Modelo de Meta-Avaliação

O Eixo Modelo de Meta-Avaliação busca promover a avaliação como processo de crescimento e conhecimento resultante de uma perspectiva formativa, crítica reflexiva, pautada em um modelo que aproxima a teoria da prática com a finalidade de analisar os processos avaliativos e todos os seus componentes. Para conceber a avaliação como um processo deve-se pensar num modelo de meta-avaliação que produza critérios e descritores que possibilitem uma avaliação da avaliação, realizando-se no caso, uma análise na abordagem somativa, buscando perceber tanto os pontos fortes como as fragilidades da avaliação.

Assim, concebe-se que, após conhecidos os resultados das avaliações interna e externa, conjuntamente ou separada, que sejam implementados estudos que resultem em um relatório de análise da avaliação produzido pelos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), no caso dos cursos de graduação; pelo colegiado de curso, no caso da pós-graduação; e, por departamentos/setores institucionais, quando for avaliação institucional, o qual se analise os dados e se destaque os pontos fortes e as fragilidades desses resultados, com um cronograma de trabalho para apresentação desses dados e propositura de melhorias e adequações necessárias.

Ao se promover um modelo de meta-avaliação que proporcione a verificação dos resultados pelos agentes institucionais, acredita-se na materialidade do processo avaliativo e no envolvimento desses agentes com os resultados. Isso proporciona crescimento e conhecimento com vistas a formar pensamentos críticos e reflexivos, como também busca representar uma dimensão mais formativa da avaliação. O uso dos dados conhecidos no processo avaliativo favorece o planejamento e/ou replanejamento das ações da gestão acadêmica a fim de destacar os pontos fortes e

trabalhar as fragilidades com a finalidade de corrigi-las e melhorá-las dentro de um espaço de tempo.

4.3.11.4. Eixo Inovação

O Eixo Inovação emprega indicadores para uma avaliação de cenários de curto, médio e longo prazo que promovam estratégias na elaboração de um plano acadêmico de gestão inovador e efetivo, buscando compreender a inserção nos processos e procedimentos institucionais, nos seguintes aspectos:

a) **Economia do Conhecimento:** verificar o uso do conhecimento para a geração de valores tangíveis e intangíveis para o desenvolvimento de ambientes de apoio às decisões nos diversos campos do conhecimento para a geração de valor ambiental, cultural, econômico, social e tecnológico tendo como elementos chave a educação e o conhecimento.
b) **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:** categorizar as iniciativas da universidade que norteiam as ações e atividades pedagógicas com a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas no que se refere aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, organizados de forma geral nos temas: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; e parcerias e meios de implementação dos ODS;
c) **Planos de Desenvolvimento Regional:** verificar e relatar as oportunidades de desenvolvimento dos planos estratégicos das diversas instituições públicas e privadas da região, tais como os planos plurianuais dos governos federal, estadual e municipal, bem como os planos estratégicos de representantes dos setores econômicos (agricultura, comércio, indústria e transporte);
d) **Lei da Inovação:** monitorar o desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica por meio de ecossistemas de inovação com a cooperação entre a UFT e as demais instituições públicas e privadas da sociedade civil organizada, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do Brasil.
e) **Educação 4.0:** analisar nos componentes curriculares a aplicação de inteligência artificial, realidade virtual, internet das coisas, manufatura aditiva,

tecnologias adaptativas, biologia sintética, gamificação, simulação, ambientes *maker* e robótica.

f) **Ensino e aprendizagens:** avaliar as metodologias de ensino e de aprendizagens ativas, colaborativas e participativas (Educação Baseada em evidências; Aprendizagem baseada em problemas; Aprendizagem baseada em projetos; Aprendizagem baseada em equipe; e outras) tendo base aulas síncronas e interativas entre aluno e professor e forma presencial ou remota; e, aulas assíncronas, por meio de tecnologias de informação e comunicação, utilizando-se os diversos arranjos descritos na literatura (rotação, flex, laboratório *on-line*);

4.3.11.5. Eixo Organização didático-pedagógica

O Eixo Organização didático-pedagógica estabelece mecanismos de avaliação sistêmica que identifiquem a construção do conhecimento. A avaliação sistêmica prevista nesta proposta parte do pressuposto de que a UFT é constituída por seus diversos câmpus, cada qual com suas respectivas peculiaridades, que busca a excelência acadêmica em seus processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Neste sentido esta meta propõe a integração dos processos avaliativos a partir de suas três dimensões: (a) avaliação externa ou em larga escala; (b) avaliações internas: (b.1) avaliação institucional (CPA, CSA dos campi, entre outros); e, (b.2) a avaliação do processo de ensino e aprendizagem propriamente dita.

Em decorrência desses pressupostos sugere-se um Plano de Ação Trienal de Meta-avaliação dos processos com base em seis eixos: análise situacional; objetivos bem definidos; análise do(s) relatório(s) internos e externos; estratégias com propostas de melhoria visando à qualidade; cronogramas de ações e definição de responsáveis; bem como, os resultados esperados para o próximo triênio.

A diretriz didático-pedagógica está norteada pelos seguintes descritores:

a) **Melhoria contínua nos processos:** analisar a implantação de programas de avaliação progressiva por parte das gestões administrativas e acadêmicas institucionais, como forma de buscar excelência e efetividade nos procedimentos estabelecendo, sempre que possível formação continuada aos pares em todos os níveis estruturais de seus processos.

b) **Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos:** acompanhar a revalidação dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação e suas correspondentes atualizações curriculares coordenadas pelos respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos Cursos de Graduação e Pós-

graduação contemplando experiências de excelência locais, regionais e globais, considerando-se as possíveis especificidades.

c) **Análise estratégica dos cursos:** monitorar a avaliação continuada dos programas dos cursos e programas e suas respectivas vagas buscando melhorias a partir de experiências locais, regionais e globais, levando em consideração suas possíveis especificidades e identificando oportunidades de expansão.
d) **Integração entre os Cursos de Pós-graduação e Graduação:** avaliar políticas de integração das práticas didático pedagógicas entre os cursos de pós-graduação e graduação visando o intercâmbio das potencialidades internas à própria instituição.
e) **Tutoria institucional:** monitorar a implantação de diretrizes normativas com o intuito de instituir tutoria nos diversos cursos e programas em atendimento às demandas de ensino, pesquisa, extensão e gestão.
f) **Trajetória formativa discente:** avaliar iniciativas dos Colegiados dos Cursos visando potencializar a trajetória formativa dos estudantes durante todo o seu percurso universitário aplicando-se instrumentos e estratégias avaliativas de caráter diagnóstico com o objetivo de reduzir gradativamente os índices de retenção, evasão e taxa de sucesso.
g) **Avaliações formativas:** analisar processos de avaliação formativa implantados nos cursos e programas, objetivando a progressão continuada do sujeito da aprendizagem na sua trajetória formativa.
h) **Avaliação transdisciplinar:** analisar a implementação de instrumentos avaliativos que identifiquem as aprendizagens por eixos interdependentes das áreas do conhecimento.
i) **Parâmetros internos e externos de excelência avaliativa:** acompanhar a definição de parâmetros de excelência avaliativa internos e externos inspirados em estratégias exitosas da instituição.

4.3.12. Formação continuada docente

Processo educativo relacionado à educação profissional, científica e tecnológica, vinculado a políticas educacionais, que visa a atender demandas de desenvolvimento pessoal, profissional e social, após a formação inicial, estimulando a construção permanente de novos saberes e práticas profissionais pelo indivíduo, por meio de atividades formativas, cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e/ou doutorado, oferecidos por instituições de educação.

A formação continuada docente será acompanhada pela Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, por meio do Profor, projeto que visa contextualizar, renovar saberes e a possibilidade de construir novas experiências que sejam significativas ao corpo técnico e docentes.

O programa contará com métodos e estilos oriundos do ensino híbrido utilizando métodos remotos e *on-line* para construção de conhecimento e estímulo para visualizar novos comportamentos fundamentados na cibercultura, na inteligência coletiva, na conectividade, na aprendizagem colaborativa e significativa com o intuito de gerar formas de visualização e compreensão dos processos de aprendizagens na contemporaneidade.

As temáticas, as atividades e as mediações pedagógicas serão desenvolvidas pelos professores do curso, as quais serão elaboradas com base na realidade cultural e de apropriação tecnológica dos professores cursistas. O acompanhamento se dará por meio do levantamento do número de cursos ofertados, assim como de servidores capacitados e ainda, por meio do acompanhamento da variação dos índices de evasão nos cursos de graduação e pós-graduação da instituição.

4.3.13. Projeto Pedagógico de Curso

O Projeto Político-Pedagógico de um Curso de Graduação é o conjunto de ações de caráter ambiental, humanístico, político, social e pedagógico relativas à formação acadêmico-profissional que se destinam a orientar a concretização da proposta curricular dos cursos de graduação. Para a elaboração, implementação, avaliação ou reformulação do Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins devem ser observados os seguintes princípios:

I. Comprometimento com a igualdade de acesso e permanência dos discentes na universidade, respeitadas as políticas de ações afirmativas;
II. Qualidade da educação oferecida nos cursos de graduação;
III. Gestão democrática;
IV. Autonomia e liberdade para pensar, produzir e divulgar o conhecimento e os saberes, respeitando as concepções e práticas pedagógicas diferenciadas;
V. Valorização do magistério (formação inicial e continuada, condições adequadas de trabalho, salários adequados, entre outros);
VI. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
VII. Participação de toda comunidade acadêmica e de diferentes segmentos sociais;
VIII. Avaliação permanente de seus processos e resultados;

IX. Considerações às especificidades locais e regionais.

X. Empreendedorismo, inovação e tecnologia.

A elaboração e a atualização dos PPCs serão realizadas levando em consideração a concepção de inovação pedagógica, por meio da análise dos princípios educativos que embasam a inovação na sua estruturação, assim como a inovação nas dimensões administrativo-pedagógica e comunitária. No contexto do PDI 2021-2025, serão estimuladas a concepção de espaços de criação de novas estratégias de ensino-aprendizagem, assim como as condições para a prática educativa que favorecem as inovações pedagógicas. Portanto, o principal desafio para a elaboração e atualização dos PPCs é a concepção de mecanismos pedagógicos que contribuam para que o aluno receba uma formação cidadã, focada em fortalecer habilidades sócio emocionais, pensamento crítico e inovador. Nesse contexto, o aluno deve resolver os desafios a partir de problemas específicos que o possibilitem a pensar e testar estratégias diferenciadas que possam contribuir para uma formação ainda mais transformadora, incentivando o aluno a se envolver, a exercer a criatividade e a entender seu papel para a mudança de sua comunidade.

A inovação é essencial dada a necessidade de mudança da prática e do desenvolvimento de estratégias que garantam a organização de um aprendizado mais interativo e mais ligado a situações reais. O objetivo da inovação pedagógica é a busca por metodologias que maximizem o potencial de aprendizagem dos alunos. Inovar gera uma nova prática educacional com uma finalidade bem definida, a qual ocorre tanto na melhoria do processo quanto na concepção de um produto inovador. É por meio da inovação que novos conhecimentos são criados e difundidos (OCDE, 2013). A inovação envolve dois elementos fundamentais (Terra, 2007): a criatividade e a produção de novas ideias, que devem ser capazes de serem implementadas e gerar impacto, sejam eles ambientais, culturais, econômicos, educacionais, políticos e/ou sociais.

A inovação pedagógica trata as intervenções, decisões e processos com certo grau de intencionalidade e sistematização, que tratam de modificar atitudes, ideias, culturas, conteúdos, modelos e práticas pedagógicas (Carbonel, 2012, p. 19). Buscam novas formas de elaboração e gestão dos currículos, bem como a melhoria nas relações em sala de aula e espaço escolar, a partir das políticas, programas e projetos especiais em educação; materiais curriculares; estratégias de ensino e aprendizagem. O objetivo mantém-se sobre as práticas pedagógicas cuja finalidade é formar pessoas e profissionais com capacidade para atuar de forma crítica, reflexiva, criativa e ética nos desafios da sociedade. Entretanto, é importante destacar que a inovação não

significa meramente a adoção de novos recursos tecnológicos, mas inclui uma nova forma de pensar o processo de ensino aprendizagem. Deve-se envolver experiências pedagógicas inovadoras, especialmente aquelas que ocorrem no âmbito da sala de aula e promovem reflexões sobre saberes e práticas da docência universitária, nas temáticas:

- A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, propiciando aos alunos um processo de formação cujas atividades curriculares transcendam a hierarquização das disciplinas;
- A aula como espaço de acolhimento, experimentação, construção e elaboração pessoal;
- A multirreferencialidade, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura e formas emergentes de produção do conhecimento ou aquelas ainda não reconhecidas na academia;
- A interdisciplinaridade, com adoção de estratégias de articulação entre os domínios de cada área do conhecimento para a complementaridade e a cooperação na solução de problemas e desafios complexos, tratando a execução das experiências em uma abordagem integrada;
- A ampliação da interface entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento, com aprofundamento das discussões sobre mídia, representações, linguagens e estratégias colaborativas de elaboração da aprendizagem no ensino superior; bem como as mediações e as proposições hipertextuais emergentes de ensino/aprendizagem no AVA e sua dinâmica de acompanhamento e avaliação;
- A ampliação da articulação entre teoria e prática como um princípio de aprendizagem que possibilita ao aluno o envolvimento com problemas reais, através do contato com seus diferentes aspectos, a proposição de soluções e sua atuação na construção do conhecimento;
- A flexibilização curricular, desenvolvida no âmbito do Projeto Pedagógico, que deverá prever tempo para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social através de estratégias como adoção do ensino à distância; incorporação de experiências extracurriculares na formação; adoção de formas diferenciadas de organização curricular; flexibilização das ações didático-pedagógicas; e mobilidade e/ou intercâmbio estudantil;
- Estímulo ao desenvolvimento e/ou aprimoramento do perfil empreendedor nos alunos, oportunizando a construção de conhecimento acerca de

empreendedorismo e inovação, e propiciando a formação de profissionais que possam participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade, através do incentivo e da oferta da experiência em atividades de inovação e da participação em mecanismos geradores de empreendimentos inovadores como aceleradoras, pré-incubadoras e incubadoras de empresas, empresas juniores, *Coworkings*, *Hubs* de inovação e *Living labs.*

A simples inclusão da tecnologia não é inovação. A inovação engloba a mudança em metodologias e formas de interação pedagógica que elevem ao máximo o potencial de aprendizagem e desenvolvimento. A inovação pedagógica implica na formação de cidadãos autônomos, críticos e interdependentes. Todavia, para obter tais características a instituição precisa se organizar na forma como ela, docentes e técnicos administrativos interagem com todos e com cada um, para que estejam presentes, para que participem no contexto educativo e para que tenham êxito no seu percurso de aprendizagem, independentemente de suas (d)eficiências, (in)capacidades ou (des)vantagens. A inovação deve ocorrer não apenas com a adoção e apoio das tecnologias, mas também na produção de novas em metodologias e tecnologias de ensino e aprendizagem buscando maior participação dos alunos, de uma forma mais ativa como protagonistas do seu aprendizado. A dinâmica se altera priorizando um aprendizado a partir do que o aluno produz, experimenta, discute, pesquisa, dialoga, explora, sente, e que resulta numa mudança em seu comportamento, assim como na forma de pensar e interpretar uma realidade.

Nesse sentido, os métodos ativos mais inovadores envolvem atividades diversas que incluem pesquisas, dinâmicas de grupo, jogos cooperativos, os trabalhos em grupos ou pares, múltiplas formas de representação da realidade e expressão do saber por diferentes linguagens e formas (arte, música, escrita e etc.). Portanto, as tecnologias juntamente com as metodologias ativas são elementos complementares no processo de inovação pedagógica. A tecnologia provém plataformas facilitadoras de interação e comunicação, aproximando pessoas geograficamente distantes, permitindo a produção de símbolos e imagens para estimular outras maneiras ou vias de comunicação, e ainda, permitindo múltiplos meios para a apresentação e leitura de uma realidade, dando visibilidade e amplificando o resultado produzido. Os métodos ativos contribuem no desenvolvimento do aluno através de uma maior interação, aperfeiçoamento da comunicação verbal e não verbal e a promoção de reflexões aprofundadas em um tema ou componente curricular estudado.

Além disso, no atual cenário das Tecnologias 4.0, e consequentemente, na Educação 4.0, o docente assume um papel de orientar e conduzir os acadêmicos a um

objetivo claro e bem definido no processo de aprendizagem, ou seja, guiar os acadêmicos no desenvolvimento do seu próprio processo educativo. O desafio posto é o de evitar que o processo de ensino aprendizagem se paute apenas no desenvolvimento de competências técnicas, excesso de conteúdos, aulas expositivas e métodos de avaliação focados na capacidade de memorização de uma grande quantidade de conteúdo. Nesse contexto, destacam como predições apontadas por Rasquilha & Veras (2019) sobre a educação:

- Extinção de processos avaliativos com o objetivo de medir a capacidade de memorização;
- Educação será híbrida e a experiência de aprendizado estenderá além da sala de aula;
- A Inteligência Artificial substituirá 80% do papel atual do professor, que se tornará um curador de conteúdos e líder de equipes, adotando metodologias ativas;
- A pesquisa acadêmica se concentrará cada vez mais na solução de problemas atuais e reais;
- As avaliações deixarão de ser individuais para ser em equipes;
- Certificações tradicionais perderão a relevância com o foco em competências profissionais;
- Competências sócio-emocionais terão prioridade no mundo do trabalho frente às técnicas;
- Incorporação de novas disciplinas como inovação, tendências e criatividade aos currículos;
- Matriz e conteúdos criados com participação de professores, alunos, escola e comunidade;
- Microcertificações atenderão a necessidade de atualização permanente, vindo a educação ao longo da vida fazer parte da rotina diária das pessoas;
- Jornadas educacionais serão personalizadas e direcionadas ao perfil e momento da vida de cada aluno, onde cada aluno terá sua trilha personalizada de formação.

Nesse contexto, a universidade deve identificar tendências de desenvolvimento e inovações nas áreas diversas do conhecimento e de formação discentes, buscando predizer o futuro das profissões frente a tais previsões, e como conduzir a formação a partir de tais tendências, promovendo o desenvolvimento de práticas que aproximem a formação e a pesquisa acadêmica com as atuais demandas da sociedade, fomentando seu potencial transformador e permitindo que os conhecimentos e as

tecnologias geradas na Universidade se concretizem em inovação, gerando benefícios sociais e contribuindo para o desenvolvimento regional sustentável. Desta forma, os colegiados e os seus respectivos núcleos docentes estruturantes, assim como as demais unidades e níveis administrativos e pedagógicos da universidade precisam realizar um mapeamento de tendências, de forma a manter os componentes curriculares atualizados frente às rápidas mudanças ambientais, culturais, econômicas, educacionais, políticas, sociais e tecnológicas promovendo ações frente a tais mudanças, seja na forma de programas ou projetos de inovação que incorporem em suas atividades, o estudo aplicado e desenvolvido sob tais demandas.

Segundo Rasquilha & Veras (2019), as tendências são movimentos que se manifestam e um ambiente fixando-se e alterando-o. Elas dividem-se em cinco classes: mega tendências (longo prazo/acima de 5 anos), tendências comportamentais (médio a longo prazo/entre 3 e 5 anos), tendências de negócio ou institucionais (curto a médio prazo/entre 1 e 2 anos), tendências emergentes (curto prazo/até 1 anos) e insights. Portanto, o mapeamento de tendências exige estudos permanentes a partir dos dados históricos internos e externos à instituição, ou seja, a própria graduação e pós-graduação devem passar por estudos quantitativos e qualitativos periodicamente a partir dos dados administrativos e acadêmicos para avaliar como a instituição está atuando frente às demandas da sociedade, buscando atender o seu papel social, em especial para o desenvolvimento regional. Para identificar tendências e propor inovação, especialmente a pedagógica, é necessário partir de um processo sistemático de observação dos fenômenos comportamentais e sociais buscando conectar a universidade com a sociedade.

Diante do apresentado nos parágrafos anteriores, os PPC devem ser elaborados e atualizados, levando em conta o foco na indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, com o suporte de ferramentas de gestão e governança, reforçando que essa característica deve estar presente nas políticas, programas e projetos institucionais. Tais características devem estar pautadas nos eixos: a) educação inovadora com excelência e qualidade; b) inclusão social; c) inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo; d) reconhecimento social; e) mecanismos de governança pública. Esses são elementos norteadores para a concepção dos PPCs, conforme apresentado na Figura 11.

Figura 11. Diretrizes para a elaboração e atualização dos Planos Pedagógicos de Curso conforme o PDI

A modernização do processo de ensino aprendizagem exige concomitantemente, avanços tecnológicos nos processos, ferramentas e tecnologias de gestão e governança. Para a realização de uma gestão pedagógica inovadora, é necessária a implantação de mecanismos de gestão administrativos adequados a esse cenário de inovação. Nesse sentido, é necessário realizar a modernização do registro, monitoramento e avaliação dos projetos pedagógicos de curso, assim como dos projetos especiais em educação. Portanto, é necessário realizar a migração das atividades para um sistema de gestão de projetos pedagógicos de curso e projetos especiais em educação. A Figura 12 apresenta o cenário de modernização do processo de elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso nas UFT.

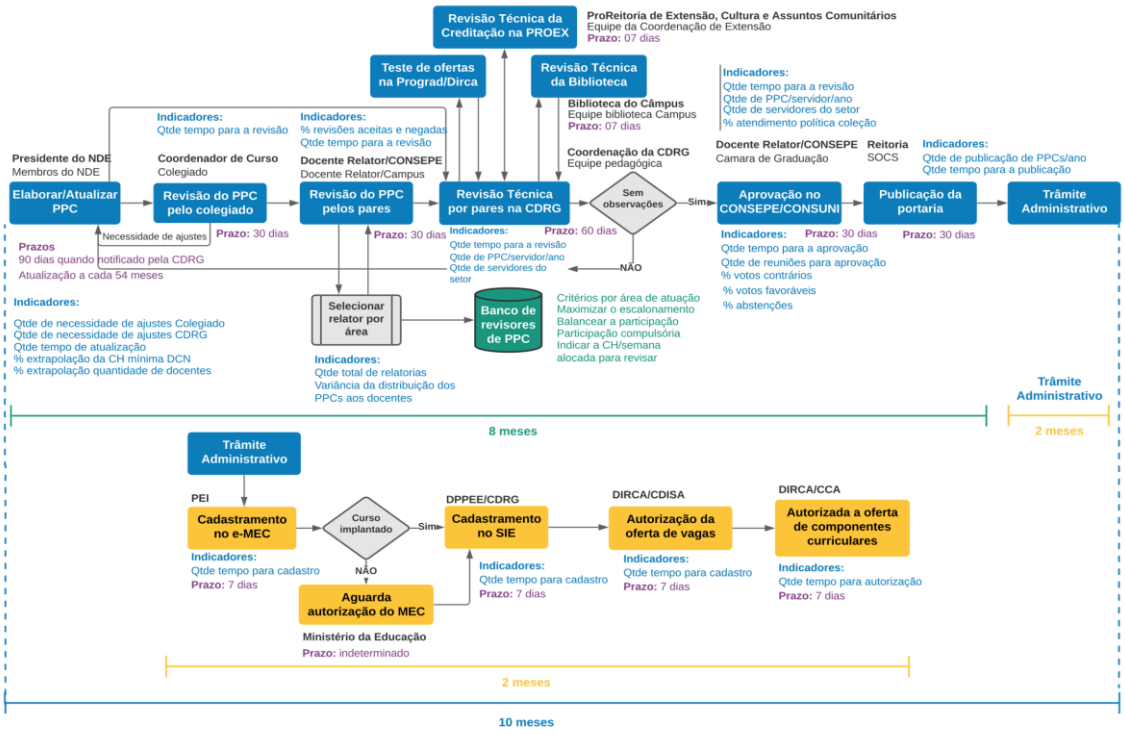

Figura 12. Fluxo de atividades para a elaboração e atualização dos Planos Pedagógicos de Curso conforme do PDI 2021-2025 da UFT

Os processos de elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso serão realizados a partir de métodos, ferramentas e técnicas de gestão de projetos. Serão realizados o gerenciamento do escopo, cronograma, comunicação, riscos,

qualidade e recursos (humanos, financeiros, materiais e tecnológicos) na concepção dos projetos de curso, coletando métricas de conveniência e eficiência durante o processo para análise dos indicadores de desempenho. Podem ser observadas as coletas de dados do registro de tempo, responsabilidades e indicadores em cada uma das atividades de elaboração e atualização dos Planos Pedagógicos de Curso. Nessa dinâmica, a gestão do processo seguirá as etapas de planejamento, execução/monitoramento e avaliação. As atividades serão realizadas anualmente a partir da comunicação da necessidade de elaboração e/ou atualização de um conjunto de PPCs por ano. As atividades serão conduzidas especificamente pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação sob a orientação da CDRG/DPPEE/Prograd.

A elaboração, revisão ou alteração de um Projeto Pedagógico de Curso de Graduação na UFT deve ser elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) de acordo com as diretrizes e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), UFT e Ministério da Educação (MEC). O PPC será desenvolvido e acompanhado pelo Sistema de Gestão de PPC, a partir de resoluções, notas técnicas, instruções normativas e o manual para o preenchimento adequado das informações no sistema. O Núcleo Docente Estruturante contará com as orientações da equipe administrativa e pedagógica da UFT. Após a finalização dos trabalhos no NDE, o PPC passa pela análise e aprovação junto ao colegiado do curso de graduação finalizando o ciclo de elaboração do PPC.

O PPC elaborado é distribuído para avaliação e revisão dos pares, que terá relatoria por área de conhecimento, e também terá revisão técnica que será realizada pela Coordenação de Regulação e Desenvolvimento da Graduação CDRG. A CDRG abrirá um edital anualmente para seleção de docentes para a composição do banco de avaliadores de PPCs. Os avaliadores passarão por treinamento e estarão habilitados para auxiliar no processo de revisão e relatoria dos PPCs, os quais serão distribuídos por meio de sorteio e de forma balanceada à medida que novos PPC surgirem para avaliação. Os processos de revisão, correção e alteração serão realizados no Sistema de Gestão de PPC que irá sistematizar, regularizar e padronizar os fluxos e procedimentos que envolvem a revisão, alteração e elaboração do PPC.

Ao final da revisão dos pares, o PPC é encaminhado para a revisão técnica da Prograd, coordenada pela CDRG para a conferência de adequação às normativas de extensão, ofertas e registro no controle acadêmico e revisão técnica da biblioteca. A análise da CDRG será complementar a análise realizada pelos pares, porém, com elementos técnicos pedagógicos mais criteriosos. A revisão do PPC na CDRG envolve

um conjunto de setores especializados em cada uma das seções constantes no documento. Uma vez realizado o processo de avaliação dos pares e vencida as revisões da Prograd, o PPC segue para apreciação do Consepe. Após, segue-se para emissão de portaria. O tempo de revisão do PPC, do seu cadastro no sistema até a apreciação do Consepe, deve durar um total de 8 meses, conforme os prazos estipulados para cada etapa prevista no fluxo de atividades.

Uma vez aprovada a portaria, iniciam-se os trâmites administrativos com o cadastramento do PPC no portal e-MEC pelo procurador institucional da UFT. Em seguida, o PPC é registrado no Sistema de Informação em Ensino da UFT para registrar os componentes curriculares, permitindo a realização e a oferta da matriz curricular para os acadêmicos do curso. Há a análise das coordenações para migração dos alunos e o processo é realizado pelas secretarias.. No caso da criação dos cursos, é necessário aguardar a autorização da oferta do curso para que a Prograd possa realizar a oferta para a comunidade. O tempo aproximado para a realização do processo é de aproximadamente 10 meses, motivo pelo qual a modernização dos processos, ferramentas e tecnológicas são essenciais.

Em relação aos projetos especiais em educação, deve-se destacar que a UFT já conta com um sistema gestor para os projetos no âmbito da extensão e da pesquisa, tornando possível realizar adaptações mínimas em uma primeira versão atualmente utilizada pela Superintendência de Tecnologia da Informação para concepção de um sistema. Analisando o fluxo de atividades realizadas pelo GPU Pesquisa, é possível adaptá-lo para a concepção do GPU Ensino, seguindo o fluxo de tramitação e atividades conforme mostrado na Figura 13.

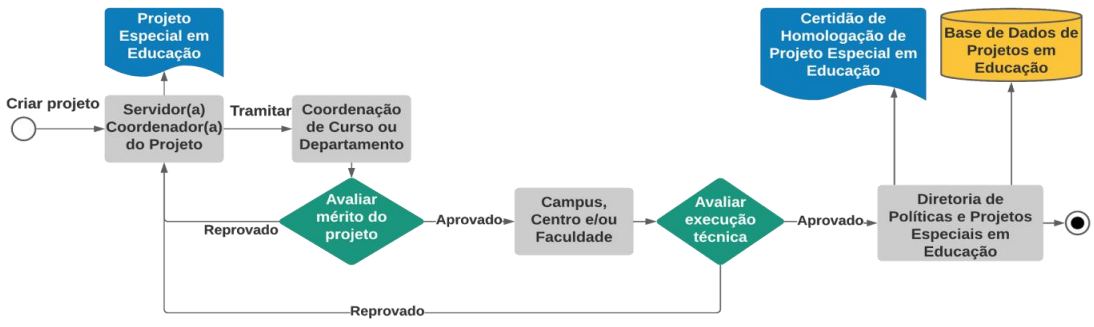

Figura 13. Fluxo de tramitação e atividades

Nesse sentido, os projetos em educação com fomento devem ser submetidos a edital de seleção vinculado a um programa desenvolvido com base em uma política institucional da Universidade Federal do Tocantins. Os projetos devem ser criados e apresentados junto a colegiados de curso, câmpus universitário, e/ou em uma

estrutura departamental em uma unidade pedagógica que agrupa um conjunto de colegiados. O colegiado/conselho avalia o mérito do projeto, verificando se o mesmo atende ao Plano Pedagógico de Curso ou do Câmpus. Uma vez aprovado, o projeto é avaliado pela direção do câmpus (instituto, centro e etc.) para fins de análise de viabilidade técnica de infraestrutura e recursos materiais. Após aprovado, o projeto é registrado na Pró-Reitoria de Graduação.

A Prograd realiza o acompanhamento dos cursos de graduação oferecidos nos 5 câmpus da UFT, oferecendo apoio integral às coordenações dos cursos no tocante às orientações para o cumprimento dos Projetos Pedagógicos, ao aprimoramento do Controle Acadêmico e à implantação do Processo de Avaliação Institucional. Todo trabalho realizado é direcionado ao enriquecimento da experiência acadêmica, em consonância com a missão da Universidade e a intenção de tornar o ensino inovador, inclusivo e com excelência acadêmica.

4.3.14. Avaliação do PPI

A UFT tem institucionalizado o Plano de Monitoramento e avaliação das Ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PPI/PDI) por meio da Resolução Consuni n.º 09, de 27 de abril de 2016. Para viabilizar esse controle desde o ano de 2018 monitora e avalia seu PDI através de um *software* próprio denominado NAUS, o qual está em contínua atualização. Neste estão distribuídas todas as ações planejadas distribuídas nos 5 eixos de avaliação do Sinaes - Inep (1 – Planejamento e Avaliação Institucional; 2 – Desenvolvimento Institucional; 3 – Políticas Acadêmicas; 4 – Políticas de Gestão e 5 – Infraestrutura Física). Em cada início de ano todas as unidades validam as ações anuais que irão desenvolver em um instrumento denominado PAT (plano anual de trabalho). Além disso, são realizadas duas reuniões anuais de avaliação estratégica (RAE) onde são apresentados e discutidos os indicadores de resultado do ano e do PDI.

5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

5.1. Políticas de Ensino

5.1.1. Graduação

A política de graduação da UFT está articulada às mudanças exigidas nas instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica, considerando que as expectativas e as demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebido por meios da formulação de Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em

movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia sob a perspectiva de temas disparadores propostos por meio do ensino de graduação, que objetive processos educativos coletivos, articulações entre as ações, voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos discentes.

Desta maneira as ações da política da graduação estão principalmente, mas não tão somente, inseridas no Desafio 1 – EDUCAÇÃO INOVADORA COM EXCELÊNCIA ACADÊMICA e objetivos estratégicos correspondentes.

Para contribuir no alcance dos objetivos a Prograd inova propondo a execução de ações através de programas e projetos especiais inseridos no programa integrador denominado de “Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP)”, bem como, na proposição de nova arquitetura de gestão e monitoramento conforme Figura. 16.

Assim, a Prograd considera como projetos especiais em educação aqueles concebidos a partir de políticas e programas desenvolvidos pela Diretoria de Políticas e Programas Especiais em Educação da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Tocantins (DPPEE/Prograd/UFT). Os projetos são realizados buscando o desenvolvimento dos discentes, docentes, técnicos e cursos de graduação de forma integrada e indissociável em atividades de ensino, extensão e pesquisa. A implantação das políticas e programas especiais em educação tem o objetivo de melhorar os indicadores de ensino-aprendizagem acadêmico; proporcionar ações que colaborem com a permanência e sucesso dos alunos da graduação no processo ensino-aprendizagem; permitir o envolvimento dos alunos de forma indissociável nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão; possibilitar a utilização do potencial do aluno assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; e permitir a implementação das ações previstas no Projeto Pedagógico do Curso de graduação, do Plano Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional.

Atualmente, existem duas classes de programas especiais em educação geridos pela Prograd/DPPEE, denominados internos e os externos. Os programas internos são realizados a partir das políticas institucionais e fomento da própria universidade, em geral, para direcionar esforços em oportunidades e desafios detectados a partir das avaliações internas, realizadas pela Comissão Própria de Avaliação e indicadores acadêmicos e orçamentários. Os programas externos são realizados a partir de políticas do governo federal e estadual para apoio ou estímulo ao desenvolvimento de uma ação nas instituições de ensino superior em nível federativo. Destacam-se como programas internos o Programa Institucional de Monitoria e Monitoria Indígena e o Programa de Apoio ao Discente Ingressante, os quais serão

consolidados em um único programa, o Programa Institucional de Inovação Pedagógica. Já os externos podem ser citados o Programa de Educação Tutorial, Programa de Institucional de Iniciação à Docência e o Programa Residência Pedagógica.

As políticas e o Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP) devem ser executados através do fomento a projetos em educação a partir dos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins. Os projetos precisam ter, idealmente, uma duração anual e devem ser incorporados à base de projetos do eixo de ensino na universidade, permitindo o monitoramento e avaliação da execução e dos resultados, respectivamente, por meio de metas e indicadores. Os projetos especiais em educação devem ser aplicados às demandas dos cursos de graduação para que sejam analisados os desafios e as potencialidades a partir de ações de melhoria contínua, buscando estratégias de inovação pedagógica para tornar o processo de ensino-aprendizado mais conveniente e eficiente. Diante disso, o cenário de atuação das políticas, programas e projetos especiais em educação são representados e organizados conforme o esquema apresentado na Figura 14.

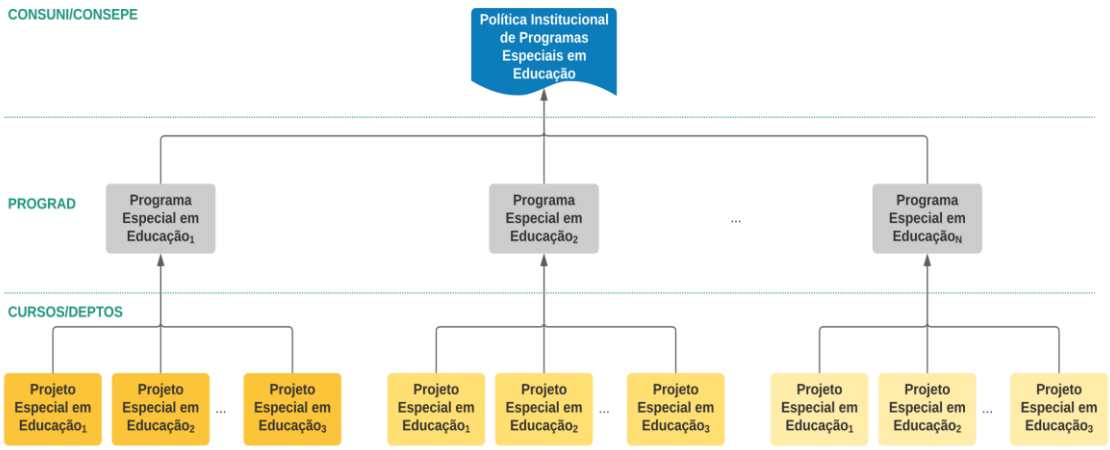

Figura 14. Dinâmica de funcionamento das políticas, programas e projetos especiais em educação

Avaliando os desafios em discussão na construção do novo Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Tocantins (2021-2025), destaca-se o foco na indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, reforçando que essa característica deve estar presente nas políticas, programas e projetos especiais em educação. Tais características devem estar pautadas nos desafios: a) educação inovadora com excelência e qualidade; b) inclusão social; c) inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo; d) reconhecimento social; e) mecanismos de governança pública. Esses são elementos norteadores para a

concepção de programas especiais em educação que tenham a capacidade de geração de produtos e/ou serviços aplicáveis à inovação pedagógica (PSIP) a partir dos eixos da proposta de PDI institucional, conforme apresentado na Figura 15.

Figura 15. Produtos e serviços de inovação pedagógica conforme a proposta de PDI da UFT

O programa deve estar ativo a longo prazo dentro do escopo do Plano de Desenvolvimento Institucional, porém, serão lançados editais anuais com ações de planejamento, execução e avaliação, para permitir o diagnóstico, monitoramento e controle das atividades realizadas pela equipe executora, buscando critérios de minimização e mitigação dos riscos, assim como a maximização da qualidade dos produtos e serviços pedagógicos gerados em cada projeto. A Figura 16 apresenta a proposta do plano de execução anual dos Projetos de Inovação Pedagógica previsto dentro do previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025.

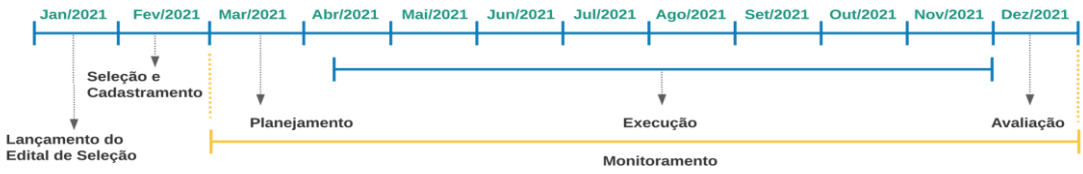

Figura 16. Plano de execução dos Programas e Projetos de Inovação Pedagógica

A proposta do programa é a criação de um ecossistema de inovação pedagógica com ações orientadas a projetos a partir de políticas e programas gerados pelo Núcleo de Inovação Pedagógica (NIP). O NIP será composto de servidores das pró-reitorias finalísticas e uma equipe de apoio administrativo, financeiro e tecnológico para garantir os recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos necessários à realização do programa. Portanto, as unidades administrativas devem trabalhar com uma rede para alcançar os resultados almejados em ensino, pesquisa e extensão de forma inovadora. A Figura 17 apresenta um recorte dessa rede de apoio.

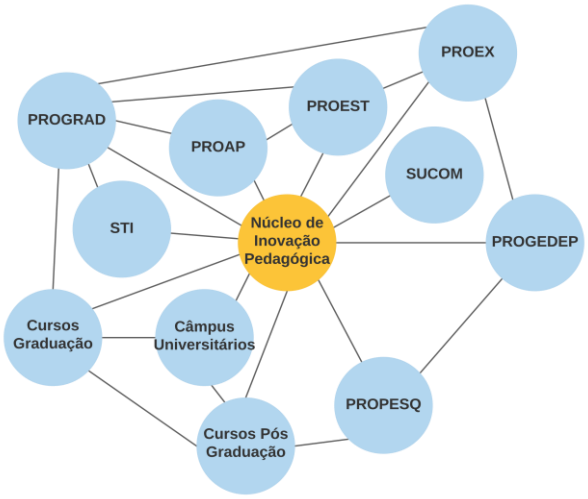

Figura 17. Ecossistema de Inovação Pedagógica da Universidade Federal do Tocantins

A partir das políticas e diretrizes estabelecidas pela equipe gestora e de apoio operacional, serão constituídas as equipes executoras dos projetos de inovação. As equipes executoras serão compostas pelos docentes, alunos de graduação e pós-graduação cuja função será executar na prática as ações de inovação junto a um público-alvo atendendo docentes, coordenadores, alunos, técnicos, instituições e público externo. A Figura 18 apresenta a dinâmica de atividades previstas para cada um dos atores.

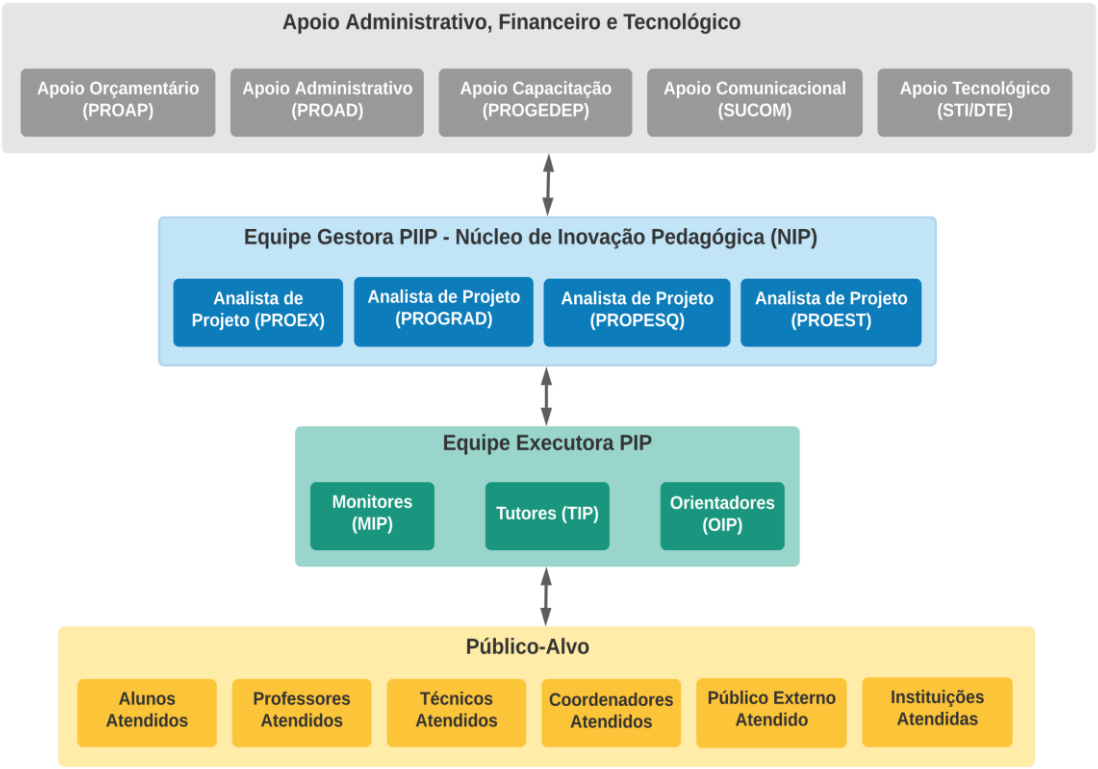

Figura 18. Atores e funções no Programa e Projetos de Inovação Pedagógica (PIIP/PIP).

As equipes executoras dos PIPs receberão incentivos financeiros na forma de taxa de bancada para os docentes e bolsas para os alunos de graduação e pós-graduação. A equipe será formada por um docente orientador denominado OIP, um aluno de pós-graduação chamado TIP e seis alunos dos cursos de graduação definidos como MIP.

Através da análise da Figura 19 pode se observar além das atribuições dos analistas, a visão integradora desta proposta inovadora.

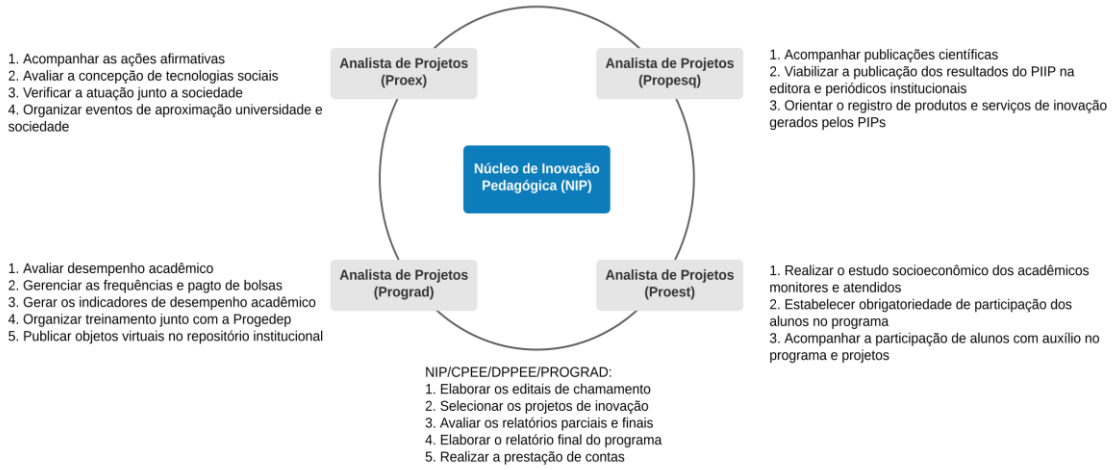

Figura 19. Visão integradora das atribuições dos Analistas dos Programas e Projetos de Inovação Pedagógica (PIIP/PIP).

Para viabilizar todo o sistema descrito neste PDI está se propondo a estrutura descrita na Figura 20. Ela apresenta a estrutura organizacional do PIIP que será gerenciado pelo NIP (sob a gerência da Prograd). O PIIP será regulamentado por uma resolução própria a ser aprovada no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e no Conselho Universitário, sendo gerido em nível de Reitoria. O PIIP terá diversos Projetos de Inovação Pedagógica executados em nível de Câmpus Universitário de forma integrada e interdisciplinar. Cada PIP contará com uma equipe de docentes e discentes da graduação e pós-graduação da UFT formados a partir dos diversos cursos e áreas de estudo nos câmpus.

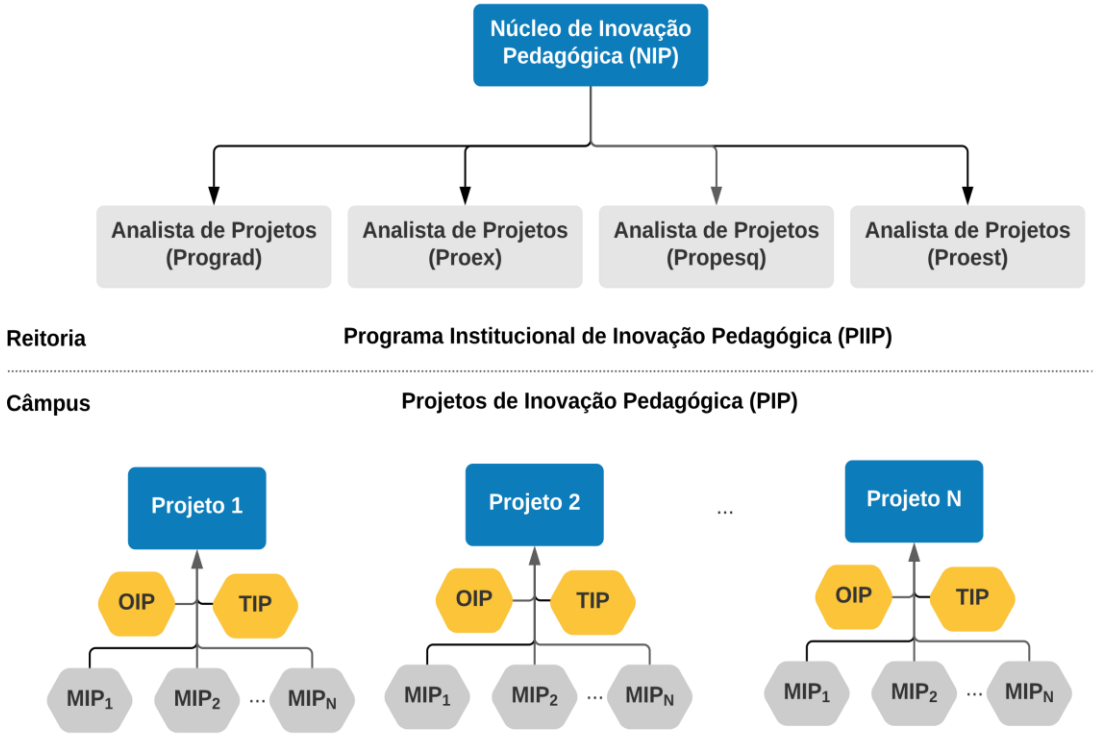

Figura 20. Organização administrativa dos Programas e Projetos de Inovação Pedagógica (PIIP/PIP).

A avaliação do PIIP/PIP será realizada por meio do Sistema NAUS, software próprio da UFT para o gerenciamento do PDI. Desta forma, os resultados alcançados com a execução do Programa e Projetos de Inovação Pedagógica deverão estar relacionados às tarefas do Plano Anual de Trabalho e ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, sendo necessário o preenchimento do Sistema NAUS pelos coordenadores dos projetos de inovação pedagógica. Os resultados devem ser associados aos objetivos e metas do desenvolvimento sustentável (ODS), para além dos previstos neste projeto do Programa Institucional de Inovação Pedagógica. Os resultados deverão ser apresentados obrigatoriamente no Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Siepe) da Universidade Federal do Tocantins. Os resultados devem ser associados a um ou mais impactos, sendo ambientais, culturais, econômicos, políticos, sociais e/ou tecnológicos.

5.1.2. Educação à distância

A Universidade Federal do Tocantins oferta cursos mediados por tecnologias desde o ano de 2005 quando ainda era uma universidade recém-implantada. A Coordenação da UAB/Diretoria de Tecnologias Educacionais - DTE é responsável pela articulação, promoção e gerenciamento dos cursos nesta modalidade na UFT. A

competência desta Coordenação de acordo com Resolução nº 29/2018[11] do Consuni que dispõe sobre normas e procedimentos para o processo de organização e inovação da estrutura organizacional, visando o fortalecimento da capacidade institucional no âmbito da UFT é:

> Unidade responsável pela representação da UFT no sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância.

Neste sentido, a política institucional de educação à distância na UFT está pautada na formação de excelência mediada por tecnologia, inclusão sociodigital, e apoio a processos inovadores de ensino com uso das Tecnologias digitais de Informação e comunicação.

Formação de excelência

No que diz respeito à formação de profissionais focada na excelência, a UFT oferta desde 2005 cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu*, extensão e aperfeiçoamento mediados por tecnologias. Os cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* são financiados pela Capes no âmbito do programa Universidade Aberta do Brasil.

A adesão da UFT ao Sistema Universidade Aberta do Brasil se deu em 2006 com a participação no 1º edital para oferta do curso de Biologia. Em 2009, iniciaram-se os cursos de graduação de Química e Física na modalidade EaD. Em 2020, a UFT ofertava cinco graduações à distância: as licenciaturas em Matemática, Biologia, Física, Química e o bacharelado em Administração Pública, e ainda um curso de pós-graduação *lato sensu* - Ensino da Matemática com um número de quase dois mil alunos matriculados.

Segundo levantamento do MEC[12], em 2009 havia um déficit de 240 mil professores na área das Ciências Exatas no Brasil. A mesma pesquisa revela que a Física tinha o maior déficit do Brasil, apenas sete mil professores se formaram entre 2001 e 2008. No Tocantins, esse déficit chega a mais de 60% e os professores de Física são na maioria formados em Matemática ou área afins. O ganho mais significativo na promoção de cursos à distância pela UFT é a formação de professores

[11] Disponível em < https://docs.uft.edu.br/share/s/JLHtO_vfTs2o-C8DgrRy4g > Acesso em 16 de mar. de 2021.

[12] Disponível em <http://www.sindutemg.org.br/novo*site*/conteudo.php?MENU=1&LISTA=detalhe&ID=633>, Acesso em 12 de set. de 2016.

leigos que atuam no ensino médio e não possuem formação, ou, se a possuem, não está sendo usada adequadamente no exercício da profissão.

Inclusão sociodigital

A educação mediada por tecnologias foi adotada pela UFT como uma metodologia de ensino que promove o alcance da educação superior aos municípios mais distantes do estado. Segundo o Mapa da Inclusão Digital (Neri, 2012), Tocantins ocupava em 2012 a 22ª posição no *ranking* de acesso por estados brasileiros com 23,74% dos habitantes com conexão banda larga fixa. Comparando este porcentual à média nacional do Brasil (45%), o Tocantins possui um número significativo de habitantes conectados à internet. No entanto, problemas relacionados com a qualidade do acesso e falta de portas de conexão em algumas cidades também são recorrentes no estado do Tocantins[13]. Logo, o desafio da UFT vai além de promover cursos de formação inicial e continuada mediados por tecnologias no Estado, mas lidar com as dificuldades de infraestrutura de acesso e qualidade da internet na região.

A estrutura de apoio dos 23 polos presenciais da UAB também permite o acesso ao ensino superior de pessoas residentes no interior do estado do Tocantins onde não existem câmpus de universidades públicas. Neste sentido, ao permitir o acesso destes alunos à universidade de comprovada qualidade, a UFT/UAB está também cumprindo com um importante papel social que é criar igualdade de oportunidades a todos. Assim, indiretamente, reduzindo as desigualdades sociais das regiões mais pobres do estado do Tocantins.

Apoio a processos inovadores de ensino com uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC)

A Coordenação da UAB/Diretoria de Tecnologias Educacionais - DTE promove a capacitação de profissionais para o uso das TDIC. Em 2012, no âmbito do Plano Anual de Capacitação Continuada - 2012 da DED/CAPES, foram formados 193 profissionais nos cursos: Uso de Tecnologias de informação e comunicação, Formação de Gestores de Polo, Formação de Coordenadores, professores e tutores. Os tutores que atuam nos cursos EaD da UFT, ao ingressarem por processo seletivo passam por um programa de formação continuada em que são qualificados para atuarem com excelência nas suas atribuições. Em 2020, foram formados 53 tutores recém-ingressantes no sistema UAB.

[13] Notícia disponível em http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2013/11/lentidao-na-internet-lidera-reclamacoes-na-anatel-no-tocantins.html. Acesso em 12 de jan. de 2021

A DTE também apoia projetos institucionais de professores que buscam integrar as tecnologias na sua prática didática. A equipe pedagógica e de tecnologia da informação (TI) da DTE presta assessoria aos professores no que diz respeito à criação/desenho instrucional de cursos, orientação sobre o uso do ambiente virtual *Moodle* e demais atividades correlativas à educação mediada por tecnologias. A DTE também oferta cursos livres voltados para a formação dos professores na área de tecnologia educativa. Os cursos de Capacitação para o uso do *Moodle* e recursos interativos e o Minicurso Webconferência com *BigBlueButton* no *Moodle* formaram mais de 800 professores em 2020. No ano de 2021 está em construção uma plataforma de cursos livres que possibilitará a oferta de cursos de diversas áreas para públicos diferenciados de forma livre e gratuita.

Neste PDI, a proposta é fortalecer a política de educação à distância na universidade para que efetivamente as tecnologias educacionais sejam integradas nas práticas docentes, e que sejam estabelecidas condições para que metodologias inovadoras sejam implementadas nos cursos presenciais e a distância. Outro avanço significativo proposto neste PDI é a criação de uma Política Institucional de Educação mediada por tecnologias com recursos orçamentários, para além da Universidade Aberta do Brasil - UAB, visando o fortalecimento e ampliação dos programas e projetos com uso das TDIC.

5.2. Política de Pesquisa

No âmbito da pesquisa, a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - Propesq procura incentivar a comunidade acadêmica a realizar e ampliar sua inserção em projetos científicos nacionais e internacionais, além da divulgação de suas pesquisas, por meio de ações como o portal de periódicos, editais de auxílio à participação em eventos, editais de pesquisa, Pibic, bolsas de produtividade em pesquisa, entre outros. Atualmente a UFT tem projetos de pesquisa que recebem fomento de agências tais como: CNPq, Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, Secretaria de Ciência e Tecnologia, dentre outros. Como por exemplo, tem-se 45 projetos financiados pelo CNPq. Fazem parte da política de pesquisa:

a) Comitês Científicos

Têm como função assessorar a Universidade (Propesq) em questões relacionadas à pesquisa, pós-graduação e assuntos científicos de forma geral:

- Comitê Técnico-Científico (CTC)
- Comitê de Ética em Pesquisas em Animais (CEUA)
- Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)

- Comitê PIBIC
- Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Doenças Tropicais (CEP HDT-UFT)

b) PIBIC/PIVIC

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento. O estímulo à pesquisa pode ser observado também pelo aumento crescente da demanda de projetos enviados para participação no Programa Institucional de Iniciação Científica e pelo aumento de bolsas oferecidas pela instituição e pelo CNPq. Ao contribuir com a qualidade da formação dos alunos da graduação, o Pibic também fortalece a qualidade das pesquisas na pós-graduação, pois os egressos do referido programa tendem a ingressar na pós-graduação. A Propesq realiza anualmente os Seminários de Iniciação Científica, com o propósito de divulgar as pesquisas realizadas pelos alunos de iniciação científica sob a orientação dos professores. Atualmente, o Pibic conta com: 98 bolsas UFT; 122 bolsas CNPq; 03 Ações Afirmativas; 11 PIBITI; 7 Ensino Médio; 178 PIVIC.

c) Grupos de pesquisa

A Política de Capacitação Docente da Instituição, com apoio fundamental da Capes, permitiu um aumento na criação de grupos de pesquisa que se consolidaram e permitiram a criação de Programas de Pós-graduação *stricto sensu*. Os professores pesquisadores devem buscar convênios e acordos com outras instituições para o fortalecimento das suas atividades de pesquisa. O grupo de pesquisa é importante instrumento para o intercâmbio e a troca de informações entre as sociedades científicas, contemplando, além dos professores pesquisadores, seus alunos de graduação e pós-graduação e técnicos. O *site* do CNPq hospeda o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil o qual é constituído em bases de dados que contém informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no país. Para informações detalhadas sobre questões gerais envolvendo grupos de pesquisa pode-se acessar o link: http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home. Atualmente, existem 187 grupos de pesquisa certificados na base de dados do CNPq.

Grupos de pesquisa por grandes Áreas:

- Ciências agrárias: 31;
- Ciências Biológicas: 13;
- Ciências da Saúde: 19;
- Ciências Exatas e da Terra: 17;

- Ciências Humanas: 54;
- Ciências Sociais Aplicadas: 30;
- Engenharias: 04;
- Linguística, Letras e Artes: 14;
- Outras: 18.

d) Núcleos de Pesquisa e Extensão

Organismo integrante da UFT com propostas multi e interdisciplinares, destinado a coordenar e executar atividades de pesquisa e extensão em áreas afins, visando ao desenvolvimento de tecnologias e ações a fim de atender as demandas do Estado, melhorando a qualidade de vida e as condições socioeconômicas da sociedade em geral. No Quadro 1. Descrevem-se os núcleos que estão em atividade na UFT.

Quadro 1. Relação de núcleos aprovados em atividades da UFT

NÚCLEOS APROVADOS EM ATIVIDADES
Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento – NEMAD
Núcleo de Estudos da Saúde – NEST
Núcleo de Estudos Ambientais – NEAMB
Núcleo de Economia Solidária – NESOL
Núcleo de Caracterização, Impactos e Programas Ambientais – NUCIPA
Núcleo de Pesquisa e Extensão em Mudanças Hidroclimáticas – NUPEMHC
Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência – NUPEV
Núcleo de Aprendizagem Digital – NAD
Núcleo Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos – NIEDIH
Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas – NEAI
Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero – NEDIG
Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades – NEUCIDADES
Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários – NURBA
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB
Núcleo de Estudos Estratégicos em Gestão Contemporânea – NEEG

Núcleo de Desenvolvimento de Software - NDS
Núcleo de Estudos em Ciências do Esporte e da Atividade Física – NECESP
Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Deficiente – NIADI
Núcleo de Estudos para o Desenvolvimento Turístico Sustentável do Sudeste Tocantinense – NEDETUR
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino e Formação de Professores – NUFOR
Núcleo de Estudos Contemporâneos – NECON
Núcleo de Telessaúde
Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT
Núcleo de Estudo e Pesquisa com povos Indígenas – NEPPI
Núcleo de Estudos Organizacionais – NEO
Núcleo de Estudos, Pesquisa em História, Sociedade e Educação – NEPHISE
Núcleo de Desenvolvimento Regional – NUDER
Núcleo Interdisciplinar de Estudos Literários – NIEL
Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-Brasileiros – NEAF
Núcleo de Computação Aplicada – NCA
Núcleo de Pesquisa Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino – OPAJE
Comunicação, Imagem e Diversidade Cultural - CIDiC
Núcleo de Estudos em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável – NEADS
Núcleo de Desenvolvimento e Práticas Sociais - NUDEPS
Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão “Educação, Comunicação e Cultura - NuPECC
Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão: “Informação, Comunicação e Memória - INFO

Fonte: Elaborado pela Propesq

e) Institutos

Os Institutos Intercâmpus de Pesquisa e Extensão têm como objetivo congregar os pesquisadores e estudiosos dos câmpus da UFT em grandes áreas e buscam focar no aprofundamento de temáticas estratégicas e de relevância para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. São caracterizados como espaços institucionais e multicampi de interação científica e mobilidade acadêmica visando à produção e à disseminação do conhecimento científico e tecnológico em alto nível,

com impactos positivos sobre a qualidade do ensino na graduação e pós-graduação. Poderão contar com a participação de instituições e órgãos governamentais e não governamentais, ou ainda, com a parceria de empresas e/ou entidades que estejam voltadas para o desenvolvimento do Estado do Tocantins em áreas de interesse da Universidade. Os Institutos Intercâmpus são virtuais podendo contar com laboratórios e estruturas de suporte nos câmpus que têm produção de conhecimento nas áreas contempladas e que têm adesão ao grupo. É caracterizado pela comunicação mediada pelas tecnologias podendo basear-se em plataformas virtuais que se constituirão em bancos de referência e de informações e de interação entre os pesquisadores e estudiosos. São estruturados em temáticas a partir de grandes áreas do CNPq, numa perspectiva inter e transdisciplinar, e têm como princípios norteadores:

- Excelência;
- Interação entre pesquisadores;
- Mobilidade;
- Redução de assimetrias;
- Atratividade.

Quadro 2. Relação de Institutos Intercâmpus de Pesquisa e Extensão

INSTITUTO
Instituto Padre Josimo de Pesquisa e Extensão da Amazônia
Instituto de Pesquisa e Extensão em Educação
Instituto de Atenção às Cidades
Instituto de Desenvolvimento Territorial
Instituto de Biodiversidade do Tocantins
Instituto de Arte e Cultura
Instituto de Pesquisa e Extensão Comunicação, Linguagens e Sociedade
Instituto do Empreendedorismo Inovador

Fonte: Elaborado pela Propesq

f) Sistema de Gestão de Projetos Universitários – GPU

O GPU é um sistema de Gestão de Projetos Universitários que disponibiliza o cadastro dos projetos de forma ágil e fácil, e que permite também dar visibilidade aos mesmos para a comunidade acadêmica e sociedade em geral; possibilitando assim

demonstrar as atividades realizadas na Universidade. Atualmente, são 3.681 projetos cadastrados e 712 homologados em andamento.

g) Editais

São vários os editais de fomento à pesquisa, apoio aos PPGs, auxílio aos estudantes (permanência), à divulgação e socialização dos resultados das pesquisas para a comunidade interna e externa:

- Auxílio Participação de eventos;
- Auxílio tradução e/ou publicação de artigos científicos;
- Bolsa Produtividade em Pesquisa;
- Prêmio Hilton Japiassú de Excelência em Pesquisa;
- Prêmio de divulgação Científica;
- Auxílio Alimentação (PAPG).

Cabe destacar que o programa Produtividade em Pesquisa busca apoiar os servidores (professores e técnicos administrativos) doutores, com relevante produção acadêmica. Objetiva ainda incentivar e induzir os servidores doutores da UFT a submeterem projetos aos Editais do CNPq para concessão de bolsas nas modalidades “Produtividade em Pesquisa (PQ)” e “Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora” (DT), o que tem reflexo direto na capacidade da UFT em avançar no campo da pesquisa. Por isto, tem como público-alvo servidores que, no futuro, poderão submeter e manter bolsas de fomento a excelência científica.

Tais editais visam auxiliar os pesquisadores da UFT na participação e envio de trabalhos para eventos nacionais para o aumento da produção científica em periódicos científicos dos maiores estratos do QUALIS/CAPES, bem como homenagear e premiar os pesquisadores e projetos, dando visibilidade aos mesmos, através dos Prêmios de Excelência em Pesquisa e de Divulgação Científica. Ainda há participação e apoio aos pesquisadores da UFT para concorrerem em editais externos como do CNPq, Finep entre outros órgãos de fomento.

5.2.1. Editora

A Editora da Universidade Federal do Tocantins (EdUFT) tem por objetivo editar ou coeditar e publicar material de qualidade e relevância científica, técnica, cultural e/ou didática de forma a atender aos interesses do ensino, da pesquisa e da extensão, e incentivar a sua produção.

A política editorial da UFT consiste em:

- Incentivar e exigir a qualidade científica de toda obra editorada, dando prioridade à produção gerada pela UFT;
- Demonstrar pluralismo na aceitação de obras de diferentes e, às vezes, conflitantes tendências, respeitando-se a identidade da Universidade;
- Realimentar a dimensão ensino, mediante a divulgação de obras do saber acumulado e do saber construído com valor cultural, tecnológico e científico;
- Impulsionar o desenvolvimento local e regional, devolvendo à sociedade o laborar criativo da cultura, ciência e tecnologia gestado e produzido na UFT;
- Favorecer meios que viabilizem a divulgação e promoção da divulgação científica, tecnológica e cultural, em consonância com os objetivos da UFT;
- Promover convênios de edição e coedição com instituições congêneres, integradas na produção e divulgação das diversas áreas do saber;
- Estabelecer convênios com órgão públicos, privados e da sociedade civil para a viabilização de edições;
- Favorecer o exercício da reflexão crítica sobre o saber produzido no âmbito da UFT.

Quanto à publicação de material científico, a UFT possui um portal exclusivo para as revistas científicas desenvolvidas pelos cursos de graduação e pós-graduação em todas as áreas do conhecimento.

- Portal de Periódicos
- Revista Desafios

Esses periódicos possibilitam a publicação de resultados de pesquisas realizadas por servidores e alunos, além da comunidade científica externa. As pesquisas são desenvolvidas nos 5 câmpus por meio dos servidores pesquisadores. Em relação à contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional, verifica-se o desenvolvimento de atividades que levam em consideração as características da região tais como: indígenas; quilombolas; coco babaçu; biodiesel; cerrado; dentre outros.

5.2.2. Inovação, Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo

O Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, formado pela Emenda Constitucional nº 85/2015, pela Lei nº 13.243/2016 e pelo Decreto nº 9.283/2018, estabelece um novo arcabouço legal para os ambientes promotores de inovação nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT), dentre elas, a Universidade Pública. Este Marco Legal demanda que cada ICT defina sua Política de Inovação com objetivos e regras para a promoção das ações de Inovação.

As políticas de inovação tecnológica, propriedade intelectual, transferência de tecnologia e empreendedorismo da UFT têm como um dos pilares de sua sustentação a disseminação na comunidade universitária da cultura de inovação e empreendedorismo e partem da premissa da visão de futuro da UFT, que é "Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal".

Além de constar como visão de futuro da UFT a Inovação, Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo foi estabelecida como um dos desafios institucionais (Desafio 3) para os próximos cinco anos a fim de alcançar os seguintes objetivos estratégicos: Elevar a captação de recursos próprios por meio da prestação de serviços técnicos e de transferência de tecnologias (*royalties*); fomentar a criação e o desenvolvimento de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores (Incubadoras e Aceleradoras de Empresas, Empresas Juniores, *Coworkings*, *Living labs*, *Hubs*, outros mecanismos); fortalecer o Núcleo de Inovação Tecnológica e consolidar as políticas de Propriedade Intelectual, Inovação Tecnológica e Transferência de Tecnologia; fortalecer as atividades de pesquisa e inovação ampliando a produção acadêmica e tecnológica, na Universidade; consolidar um ecossistema de Inovação e Empreendedorismo integrado e articulado.

a) Propriedade Intelectual

A área de propriedade intelectual teve suas atividades incorporadas e regulamentadas nas iniciativas da UFT a partir de 2011 com a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, por meio da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 02/2011, estando em conformidade com a Lei de Inovação (Lei nº 10.973 de 02/12/2004), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

O NIT tem como missão:

- Gerir as políticas institucionais de inovação científica e tecnológica e de proteção dos direitos de propriedade intelectual da UFT nos termos da legislação vigente;
- Efetuar a proteção das inovações e criações intelectuais desenvolvidas no âmbito da UFT;
- Auxiliar e intermediar as negociações de transferência de tecnologia e licenciamento, resguardando os direitos da Universidade;
- Fomentar a cultura da propriedade intelectual no âmbito da UFT de modo a despertar nos membros da comunidade acadêmica o interesse pela proteção

das pesquisas desenvolvidas nas dependências da instituição, implantando-se o termo de sigilo e confidencialidade;

- Manter interação com outras Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs, com a comunidade local, com órgãos governamentais, empresas privadas e organizações da sociedade civil, com vistas ao desenvolvimento científico-tecnológico.

Nesses 9 anos, desde a implantação do NIT, as ações realizadas no sentido de proteger o conhecimento gerado pela comunidade universitária da UFT resultaram em 84 pedidos de proteção encaminhados ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - Inpi (38 patentes de invenção, 7 patentes de modelo de utilidade, 38 programas de computador e 1 registro de marca), além de uma patente protegida no Tratado de Cooperação em matéria de patentes - PCT, com depósitos nas fases nacionais do Japão, China e Estados Unidos.

As ações focadas no estímulo da política de propriedade intelectual devem abranger os direitos relativos às invenções em todos os campos da atividade humana, às descobertas científicas, bem como os demais direitos relativos à atividade intelectual no campo industrial, científico, literário e artístico.

b) Inovação tecnológica

As mudanças de estratégia e ações da UFT vêm promover a inovação no ensino, na pesquisa e na extensão. As parcerias estratégicas de capital estrutural e humano contribuem para os indicadores de desenvolvimento do estado. Para melhoria da qualidade de vida das pessoas e estabilidade para as empresas e organizações por meio da geração de emprego e renda, é necessário um ambiente de inovação sistêmico, capaz de orquestrar diversos atores para a cocriação de valor. Para isto, é necessário desenvolver política de inovação tecnológica e empreendedorismo capaz de fomentar projetos para a criação e fortalecimento de arranjos produtivos locais, nos municípios com potencialidades de desenvolvimento, definindo áreas de atuação estratégicas para a UFT visando melhorar o foco das atividades de PD&I e, pela massa crítica de pesquisadores, destacar a atuação da UFT no cenário de inovação e empreendedorismo nacional.

Além disso, promover a eficácia e a eficiência da governança pública, ao se estimular o desenvolvimento a partir da ciência, tecnologia, empresas, governo, sociedade e organizações sociais. Apoiar a Inovação, através da disseminação de boas práticas, do compartilhamento de experiências e conhecimentos com a comunidade interna e externa e da participação ativa nos inúmeros ecossistemas de

inovação da qual a Universidade faz parte, deverá nortear a Política de Inovação da UFT. Para garantir o êxito em tal política, as regulamentações internas delimitando os limites operacionais dos diferentes aspectos práticos da execução da Política de Inovação devem ser priorizadas, sempre obedecendo ao preconizado na Lei de Inovação (Lei nº 13.243/2016) e no Decreto de Inovação (Decreto nº 9.283/2018), inclusive contemplando os mecanismos de integração do ensino, da pesquisa e da extensão através da inovação e sua utilização como ferramenta de modificação e aprimoramento social. Além disso, deverão ser previstos recursos orçamentários específicos para fomentar ações que permitam atingir os diferentes objetivos estratégicos da Política de Inovação da UFT.

As ações integradas, entre governo-academia-universidade-sociedade vêm potencializar a geração de “Conhecimento para Desenvolvimento”. Por meio do conhecimento científico, tecnológico e parcerias é possível estimular os alunos para a aplicabilidade da teoria e prática nas respectivas áreas do conhecimento, bem como incentivar o trabalho em rede de cooperação, buscando uma atuação institucional em interação e integração com o setor produtivo, em resposta às demandas empresariais do ambiente produtivo local, regional, nacional ou internacional, através da participação em entidades, conselhos e organizações, bem como através de acordos de cooperação e/ou parcerias estratégicas.

Para viabilizar a Política de Inovação da UFT é necessário integrar na estrutura gerencial da Universidade as competências e responsabilidades pela boa condução desta política, inclusive considerando repercussões nas estruturas de ensino, pesquisa e extensão já existentes. Este eixo demanda não só a revisão de normas e regulamentos, bem como a capacitação de recursos humanos e o estímulo a maior aproximação de alunos e servidores da UFT ao ambiente produtivo. A cultura da inovação deverá fazer parte integrante da Gestão da UFT, valorizando e integrando os setores de inovação e empreendedorismo no âmbito da gestão institucional.

Como elemento fundamental da Política de Inovação, a consolidação e a criação de ambientes de inovação deverão garantir infraestrutura adequada para que atividades de inovação possam prosperar, principalmente criando condições para que produtos e ideias inovadoras, inclusive com a colaboração da comunidade externa, possam ser adequadamente entregues ao mercado. Dessa forma, com o Núcleo de Inovação Tecnológica fortalecido e um ecossistema de inovação e empreendedorismo integrado e articulado será possível detectar prioridades, ações estratégicas, viabilizar instrumentos de implantação, sistematização de dados, monitoramento e avaliação das ações, eixos e diretrizes dos projetos a serem desenvolvidos. Gerando, assim,

dados e informações de apoio para projetos de impacto, a partir das demandas da sociedade.

c) Empreendedorismo

A política de empreendedorismo tem como principal finalidade o fortalecimento da cultura e educação empreendedora através de três eixos principais que são o fomento ao empreendedorismo, as empresas juniores, as ligas de empreendedorismo e outras ações demandadas e estimuladas pelos estudantes, incluindo nos conteúdos curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação da UFT os temas relacionados à inovação, empreendedorismo e propriedade intelectual, além da incubadora de empresas de base tecnológica.

Como parte desse processo, é necessário favorecer e apoiar a criação e a integração de outros ambientes promotores de empreendedorismo e inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, empresas juniores, ambientes de ideação, *Coworkings*, centros de inovação e parques tecnológicos, além do apoio ao empreendedorismo inovador de base tecnológica em parcerias com entidades públicas e privadas, inclusive por meio de mecanismos promotores de empreendimentos inovadores, tais como incubadoras e aceleradoras de empresas. E ainda, o incentivo ao empreendedorismo tecnológico apoiando as ações, estratégias e ambientes de formação empreendedora e demais ações que possam fortalecer o ecossistema empreendedor, na forma da legislação pertinente.

A base de sustentação de um programa de incubação está alicerçada na difusão da cultura empreendedora, do conhecimento e da inovação. Por meio de incubadoras tecnológicas deve ser possível apoiar novos empreendimentos de projetos inovadores, através da oferta e apoio. Nesse sentido, as incubadoras devem ser responsáveis por estimular o surgimento e consolidação de novos empreendimentos, com vistas a abrigar empresas nascentes de base tecnológica geradas a partir de projetos de pesquisa em todos os segmentos do conhecimento.

Atualmente a UFT conta com 4 Incubadoras de empresas, sendo elas:

- Incubadora de Empresa da UFT (Câmpus de Palmas);
- Incubadora de Empresas de Biotecnologia Habite (Câmpus de Gurupi);
- Incubadora Fábrica de Softwares (Câmpus de Palmas);
- Incubadora de Projetos Pedagógicos e Inovação para Escolas Opaje (Câmpus de Palmas).

O Movimento Empresa Júnior também tem ganhado destaque e em dezembro de 2019, por meio da Resolução Consuni nº 18/2019 a UFT estabeleceu novas

normas sobre a criação e funcionamento das Empresas Juniores no âmbito institucional, modernizando e facilitando o desenvolvimento do empreendedorismo universitário. Atualmente a Universidade conta com 5 Empresas Juniores ativas, sendo elas:

- AMB JR. Engenharia Serviços e Consultoria do curso de Engenharia Ambiental;
- Ampla Consultoria Júnior do curso de Administração;
- CAJU - Empresa Júnior de Engenharia de Alimentos da Fundação Universidade Federal do Tocantins;
- CONSTRUFT - Empresa Júnior do Curso de Engenharia Civil da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT);
- Tesla Engenharia Serviços e Consultoria do curso de Engenharia Elétrica.

Nesse sentido, a política de empreendedorismo visa fomentar a disseminação da cultura empreendedora na comunidade universitária; a ampliação da proteção do conhecimento gerado na instituição; a consolidação e a ampliação das parcerias universidade-empresa, o aumento do impacto social da pesquisa; e a aproximação da formação dos alunos com as realidades e demandas dos mais diferentes setores da economia, sejam eles organizações públicas ou privadas.

d) Transferência de Tecnologia

A transferência de tecnologia na Universidade Federal do Tocantins se configura ainda como uma barreira a ser superada, sendo necessários avanços no fortalecimento do sistema local de inovação e, principalmente, na consolidação de uma política de inovação eficaz em âmbito institucional. Dentro deste contexto, há a necessidade de fortalecimento das iniciativas voltadas à disseminação da inovação tecnológica, como um elemento chave para promoção do ensino, da competitividade e do desenvolvimento regional, especialmente através de projetos de cooperação que envolvam empresas, Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT e entidades privadas sem fins lucrativos, nacionais e internacionais, destinados às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia. (Decreto nº 9.283/2018)

Para tanto, a UFT deve estabelecer critérios para transferência de tecnologia e licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação desenvolvida pela Universidade, isoladamente ou por meio de parceria, capaz de realizar e efetivar negociações dos contratos e convênios de transferência de

tecnologia e propriedade intelectual, elaborar e propor os instrumentos jurídicos de interesse nas áreas de incubação de empreendimentos de base tecnológica, inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual. Além de dar todo o suporte necessário ao pesquisador que tenha intenção de realizar um acordo de parceria com empresas públicas ou privadas para desenvolvimento de novas tecnologias em produtos ou processos.

A UFT tendo estabelecido como um de seus desafios (Desafio n° 3) a Inovação, Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo, propõe neste novo PDI, a expansão e fortalecimento do Núcleo de Inovação Tecnológica da UFT, reestruturando-o e elevando este à Agência de Inovação e, com provimento de recursos humanos capacitados e em quantitativo suficiente para desempenho adequado das 10 competências mínimas previstas em lei (Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 e Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.), objetivando integrar em uma única estrutura administrativa a gestão da propriedade intelectual, do empreendedorismo, da transferência de tecnologia e das parcerias universidade-empresa, promovendo a necessária sinergia dessas atividades e a disseminação da cultura de inovação e empreendedora no âmbito da UFT. Tendo assim como finalidade identificar as oportunidades e fomentar na sua comunidade universitária os fundamentos da proteção intelectual, disseminação da cultura e da educação empreendedora, incubação de empresas de base tecnológica, incubação de empresas da economia solidária, transferência de tecnologia e aproximação universidade-empresa.

5.2.3. Compartilhamento de Infraestrutura de Laboratórios

A Universidade Federal do Tocantins faz uso compartilhado da infraestrutura entre graduação e pós-graduação, permitindo a troca de conhecimento nos diversos níveis de ensino e pesquisa. O compartilhamento dos laboratórios permite otimizar e potencializar o uso de equipamentos no que se refere à formação de recursos humanos qualificados em diferentes áreas, assim como ampliar o portfólio de serviços para a comunidade. Com a integração da infraestrutura dos laboratórios disponíveis para o ensino e para atividades extensionistas nos câmpus universitários somada à gerência integrada, será possível elevar o potencial da universidade no desenvolvimento de pesquisas científicas com alto impacto para a sociedade e para a comunidade científica.

A política de compartilhamento da infraestrutura de laboratórios da Universidade Federal do Tocantins vai ao encontro das estratégias de governança do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (Plataforma Nacional de Infraestrutura de

Pesquisa - PNIPE) para aumentar a visibilidade da infraestrutura de equipamentos e recursos para os câmpus da universidade, instituições nacionais e empresas. O objetivo da política de compartilhamento de laboratórios é franquear o uso de um mesmo laboratório com funções semelhantes para favorecer a concentração de investimentos na aquisição de equipamentos de médio e grande porte de tecnologias mais avançadas, capazes de atender com mais precisão uma gama mais ampla de demandas de pesquisa.

A UFT tem como metas para os próximos cinco anos:

1. Criar a comissão de infraestrutura para o levantamento de laboratórios e equipamentos disponíveis no âmbito da universidade;
2. Criar o regulamento de compartilhamento de laboratórios, equipamentos e materiais;
3. Criar a política de manutenção de equipamentos para os laboratórios cadastrados no sistema de compartilhamento de infraestrutura laboratorial;
4. Criar o Sistema Integrado de Compartilhamento de Infraestrutura Laboratorial - SisCIL;
5. Criar centrais analíticas multiusuárias;
6. Criar a política de atualização e ampliação de equipamentos de médio e grande porte;
7. Incentivar a aproximação de empresas e setores públicos para investimentos em melhorias e ampliação da capacidade de infraestrutura e prestação de serviços.

5.3. Pós-graduação *Lato sensu* e *Stricto sensu*

Desde a sua implantação em 2003, a UFT tem se destacado cada vez mais no desenvolvimento da pesquisa, inovação e tecnologia com responsabilidade e inserção social.

Atualmente a UFT conta com 41 programas *stricto sensu*: 2 somente com Doutorado; 6 com Mestrado e Doutorado; 33 só com Mestrado. Na pós-graduação *lato sensu*, a UFT já implementou mais de 60 cursos. Atualmente, estão disponíveis para a comunidade 19 cursos. É uma demonstração direta da oferta de atividades demandadas pela sociedade e pelo mercado profissional e, ao mesmo tempo, prestam-se como extensão do ensino acadêmico. São objetivos da pós-graduação na UFT:

- Estabelecer uma política de integração (ensino, pesquisa, extensão e gestão) com as demais pró-reitorias, por meio de projetos, programas e eventos, objetivando elevar o conceito institucional;
- Implementar políticas que garantam o ingresso, acesso e permanência do estudante (vulnerável e de etnias) na pós-graduação (acesso à moradia, alimentação, saúde, acessibilidade);
- Consolidar uma política de internacionalização para os cursos da pós-graduação;
- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades dos cursos de pós-graduação (*lato* e *stricto sensu*) da UFT;
- Institucionalizar a extensão nos cursos de pós-graduação, por meio de cursos, projetos e disciplinas;
- Implementar políticas integradoras entre graduação e pós-graduação para fomento da pesquisa, a inovação e transferência tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural;
- Consolidar a política editorial para as coleções bibliográficas digitais da EdUFT;
- Otimizar e consolidar o Repositório Institucional e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFT.

a) Criação e funcionamento dos cursos de Pós-graduação

Ao primar por uma **educação inovadora com excelência acadêmica, inclusão social, inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo, reconhecimento social**, tendo em vista os **mecanismos de governança pública**, a pós-graduação tem como atribuições para o acompanhamento, melhoria e visibilidade dos PPG:

- Promoção de melhoria na qualidade dos cursos, por meio do oferecimento anual de cursos de capacitação para preenchimento da Plataforma Sucupira, para secretários e coordenadores;
- Sistematização e modernização dos procedimentos acadêmicos, a partir da integração da pós-graduação (*lato sensu, stricto sensu*, residência médica, entre outros cursos) ao SIE; oferta de ações que viabilizem a internacionalização, com o estímulo para o intercâmbio de alunos e professores estrangeiros para a UFT, como também, a ida de alunos e de professores para universidades estrangeiras;
- Oferta de editais para impulsionar a produção científica, a exemplo de editais para a tradução e/ou submissão de artigos para revistas de *Qualis* A1, A2 e B1;

- Oferta de bolsas aos docentes em doutoramento por meio do Programa Novo Pró-doutoral, com condições de concorrência estipuladas em edital interno;
- Gerenciamento das bolsas dos programas da Capes e realizar o trabalho de intermediação entre os PPGs e a Capes;
- Acompanhamento dos docentes afastados para qualificação;
- Incentivo à oferta de disciplinas, cursos e projetos na modalidade EaD/Ensino Híbrido em língua estrangeira, impulsionando a internacionalização;
- Consolidação de ações que fortaleçam a Internacionalização, com o estímulo para a vinda de alunos e professores estrangeiros, por meio de Termos de Cooperação e participação institucional em programas específicos (Ex.: Programa de Alianças para a Educação e Capacitação OEA-GCUB);
- Apoio à qualificação docente, revisão (quando necessária) de regimentos internos que tratam do tema, com ampliação da cota para saídas em cursos com menor percentual de doutores;
- Criação de programas de Acessibilidade e Educação Inclusiva para professores e estudantes estrangeiros.
- Consolidação de políticas e ações de estímulo à produção docente e discente à participação em eventos na pós-graduação.

b) Programa de Acompanhamento aos Cursos de Pós-graduação

O Programa de Acompanhamento aos Cursos de pós-graduação tem o objetivo de promover a avaliação, o planejamento e o acompanhamento dos cursos, com o suporte de consultores externos, para fomentar a elevação da qualidade do ensino de pós-graduação da UFT, contribuindo para dar materialidade ao Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição.

A participação no Programa Institucional de Acompanhamento da UFT é feita por adesão voluntária por parte do PPG. Após a adesão, iniciar-se-á a programação para que o PPG receba a visita anual de um consultor com experiência nas reuniões de avaliação da Capes, na área de conhecimento do PPG. Esse consultor deverá acompanhar e estabelecer metas a serem alcançadas pelo programa, de acordo com os critérios de avaliação de cada área.

c) Acompanhamento dos Egressos da Pós-graduação

A Política de Acompanhamento de Egressos da pós-graduação da UFT está pautada na construção de oportunidades de formação continuada, de inserção profissional e cidadã aos egressos da UFT no mundo do trabalho, bem como uma avaliação diagnóstica que subsidie o planejamento institucional. Essa política será orientada para ações que:

- Visem acompanhar a inserção dos estudantes da UFT no mundo do trabalho, diagnosticando suas mudanças e necessidades;
- Identifiquem o quanto a formação no PPG contribuiu e contribui para sua inserção, manutenção e melhoria no mundo do trabalho;
- Subsidiem a proposição de novos cursos, bem como a revisão e organização curricular dos cursos ofertados pela instituição, tendo como objetivo formar profissionais cada vez mais alinhados às necessidades da sociedade;
- Tenham por finalidade avaliar externamente o desempenho institucional na oferta dos cursos com base nos dados obtidos por meio de pesquisa com os egressos.

São objetivos da Política de Acompanhamento de Egressos da Pós-graduação da UFT:

- Acompanhar a situação profissional dos egressos, durante os cinco primeiros anos após a conclusão do curso, mapeando a sua relação com o mundo do trabalho em associação à sua formação profissional.
- Identificar e estimular a continuidade dos estudos dos egressos após a conclusão do curso;
- Examinar aspectos qualitativos e quantitativos da instituição, dos cursos oferecidos, do desempenho dos estudantes e utilizá-los na elaboração de políticas de gestão acadêmica e administrativa;
- Divulgar aos estudantes formados as oportunidades de trabalho, por meio dos setores de estágio dos câmpus e do portal do egresso, colaborando para sua inserção profissional;
- Analisar a proposição de ações que contribuam para a inserção e a manutenção do egresso no mundo do trabalho.

Para fortalecer a Política de Acompanhamento de Egressos, o monitoramento iniciará após a conclusão das atividades letivas do futuro egresso.

d) Internacionalização na Pós-graduação

Na UFT existe uma Coordenação de Relações Internacionais – Relinter, a qual é responsável pelo fortalecimento, retomada e expansão de acordos internacionais bilaterais e multilaterais, ou seja, esse departamento é responsável por tudo que envolve qualquer processo de internacionalização da universidade. A Relinter mantém contato com os Ministérios da Educação e das Relações Exteriores do Brasil e das instituições parceiras e também representa a UFT em assuntos referentes à internacionalização das Instituições Federais de Ensino. Existem vários projetos

realizados pela Relinter como: atração de estudantes internacionais, UFT Brastestes que oferta e certifica o Curso de Português para estrangeiros e/ou Língua Adicional, o GAE - Grupo de Apoio a Estrangeiros, o Projeto Amigo Internacional em parceria com a Universidade da Maturidade - UMA e o Projeto Idiomas sem Fronteiras, parcerias com professores pesquisadores, programas de graduação e pós-graduação, institutos e núcleos fundamentais para o desenvolvimento das atividades da Relinter. Um exemplo é a parceria com o Centro de Idiomas da UFT, que potencializa a universidade como incentivadora e provedora de conhecimentos extra-acadêmicos, através de uma gama de projetos unificados.

5.4. Política de Extensão, Relações Étnico-raciais e Educação e Direitos Humanos

A política de extensão, no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, é gerida pela Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários - Proex, que tem a finalidade de planejar, desenvolver, coordenar, fomentar, acompanhar, avaliar a execução das políticas de extensão e as relações com a sociedade e promover ações que garantam a articulação entre a extensão, a pesquisa e o ensino.

A extensão universitária está alinhada à Política Nacional de Extensão e à Política de Extensão da UFT e é compreendida como processo educativo, cultural, científico, político, transdisciplinar, interdisciplinar que se articula com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e promove a interação transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade que envolva diretamente as comunidades externas à UFT e que estejam vinculadas à formação do estudante.

Para tanto, os objetivos e as diretrizes que norteiam e balizam a política de extensão da UFT são: **impacto e transformação social** de forma a estabelecer relação entre a UFT e os demais segmentos da sociedade, por meio de uma ação transformadora, com ênfase na formação acadêmica do estudante e considerando as demandas da sociedade; **atuação dialógica** de maneira a estabelecer interlocução entre a UFT e demais setores da sociedade, na promoção da troca de saberes; **estabelecimento da interação** de conhecimentos e inter-relação entre componentes, áreas de conhecimento e metodologias, como estratégia para atender às demandas da formação e demandas sociais por meio de um processo transdisciplinar; **responsabilidade social e sustentabilidade** ambiental através do respeito aos direitos humanos, à diversidade étnico-racial, de gênero e de crença e ao meio ambiente; **cooperação científica e tecnológica** com o setor produtivo sob a forma de prestação de serviços socioeconômicos associados a atividades de ensino e pesquisa;

e **incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** através da governança, da gestão e da cultura, por meio de ações extensionistas.

Na UFT, as ações de extensão são classificadas em três eixos integradores: áreas e linhas temáticas, grupos populacionais e território. Elas se desenvolvem por meio dos programas, projetos, eventos, cursos/oficinas e prestação de serviços e das oito áreas de concentração, a saber: **comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção e trabalho**. A ideia de levar em consideração os grupos populacionais busca atender às categorias sociais e grupos sociais específicos, especialmente os excluídos e aqueles em situação de vulnerabilidade social assim, a observação do território permite a integração das ações extensionistas em termos espaciais, bem como das políticas públicas com as quais se articulam. São consideradas como prioritárias as ações de extensão cujo território demonstre fragilidade econômica, social, educacional, ambiental ou apresente iniquidades em saúde; apresente potenciais para o desenvolvimento local ou regional; e demande de auxílio para articulação e organização de seus agentes sociais e entidades.

Em cumprimento à meta 12.7 do Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014 e da Resolução CNE nº 07 de dezembro de 2018, a UFT deverá incorporar, pelo menos, 10% do total de horas curriculares de formação acadêmica em atividades extensionistas, preferencialmente em Programas e Projetos, para além dos espaços usuais de sala de aula. Para tanto, torna-se imprescindível, no âmbito da UFT, o reconhecimento da extensão em seu domínio pedagógico e, ao mesmo tempo, em seu papel de construtora do conhecimento. Nesse sentido, importa estimular a criação de componentes curriculares em ações extensionistas, integrados aos próprios currículos em nível de graduação e o estímulo da inserção social nos programas de pós-graduação.

Nesse sentido, para uma efetivação consistente do que foi exposto, um componente merece ser destacado. Trata-se da consolidação dos Comitês Setoriais de Extensão nos câmpus da UFT. Isso significa, frontalmente, a existência de uma instância integrante da estrutura organizativa de nossas unidades (câmpus, institutos, núcleos e observatórios), cujo objetivo consiste na geração de políticas voltadas para Extensão Universitária a partir da pluralidade e especificidades das áreas de formação que constituem a Universidade.

Ademais, a institucionalização da extensão, por meio da creditação e de instâncias organizacionais, além de financiamento, requer outro elemento: ela reside

na definição de um sistema atual de avaliação, monitoramento e acompanhamento de suas atividades. Fundamentalmente, consiste na determinação de indicadores que propiciem a avaliação do universo da extensão. A partir desses referenciais, surge um imperativo incontornável para os próximos anos. A ampliação e o adensamento das ações extensionistas trazem consigo, ineliminavelmente, a mudança gradativa da estrutura de financiamento da extensão na UFT. De maneira mais objetiva, consiste na transição para um modelo de fomento em que, por exemplo, a principal característica não seja apenas a concessão de bolsas de iniciação à extensão e congêneres. É imperiosa, a emergência progressiva de um sistema de financiamento bem mais complexo e robusto, no qual, antes de tudo, os Programas e Projetos sejam assegurados integralmente, por meio de editais regulares. Em vista disso, há a necessidade do lançamento de editais que contemplem investimentos e custeios para as diferentes temáticas do domínio extensionista, cujas experiências iniciais já ocorrem.

5.4.1. Arte e Cultura na UFT

O direito à cultura, nas suas mais diversas manifestações, está tipificado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), quando descreve que “toda pessoa tem direito à segurança social e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis”, e na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), ao relatar que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Diante deste contexto, delimitar o campo da arte e da cultura é, sem dúvidas, um grande desafio. Isso porque o método de interpretação de uma dimensão artística e cultural remete a um “intercâmbio mútuo e à integração recíproca entre várias disciplinas”.

O Estado do Tocantins, através de seus diversos movimentos e efervescência cultural, vem demonstrando sua indiscutível especificidade forjada por várias culturas, o seu perfil peculiar de “colcha de retalhos” cultural, a exemplo das 44 comunidades quilombolas e das 8 etnias indígenas. Na área das artes, são diversas as formas e estilos que justificam essa imagem e qualificam a produção artística tocantinense continuamente como uma linguagem própria, o que pode ser observado na prática da viola de buriti, marcante na festa da Colheita do Capim Dourado e na Folia do Divino com Catireiros em Monte do Carmo, dentre inúmeros exemplos que poderiam ser citados.

A UFT também está inserida de forma peculiar nesse complexo contexto, uma vez que possui câmpus universitários em diferentes regiões geográficas do Estado e acolhe uma comunidade universitária integrada por agentes oriundos de diversos estados e países. A latência da diversidade cultural na UFT remete a um campo de atuação social na sua interação com outros campos de atuação social, a um lugar de fala na sua relação com outros lugares de fala. Outro grande desafio é delimitar a atuação da UFT no campo da Arte e da Cultura.

Tendo em vista todo esse contexto, a proposição de metas e ações para a contribuição do fortalecimento da política cultural da UFT, através do desenvolvimento artístico e cultural, tem como referência os seguintes documentos:

- **Política de Extensão da UFT** - ao reconhecer a extensão universitária como um processo educativo, cultural, científico, político, transdisciplinar, interdisciplinar e tecnológico que se articula com o ensino e a pesquisa de forma indissociável, sob o princípio constitucional, promovendo a interação transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade em atendimento às demandas da diversidade de comunidades com as quais se relaciona;
- **Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)** – no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que ao regulamentar o PNAES, estabelece imperativamente que as ações de assistência estudantil deverão ser desenvolvidas em áreas específicas, dentre elas, a cultura;
- **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT (2016-2020)** – mediante a apreciação do perfil e nível de exequibilidade das ações descritas no PDI em comparação com os Planos Anuais de Trabalho da Proex do último quadriênio;
- **Relatório de Gestão da Proex/UFT (2018-2019)** – a partir da análise da taxa de sucesso das ações desenvolvidas na área da arte e cultura, considerando o potencial de processo formativo, o nível de contribuição no processo de formação integral da comunidade universitária e a sua relação com os segmentos sociais;
- **Plano Estadual de Cultura (PEC)** – estruturado em 8 eixos, o PEC estabelece a execução de 29 metas para o fortalecimento da cultura no Estado do Tocantins;
- **Plano Nacional de Cultura (PNC)** – construído colaborativamente entre o poder público e a sociedade civil, o PNC é uma das ferramentas de orientação

na formulação de políticas culturais, o qual se baseia na concepção de cultura articulada em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

Em observância e colaboração aos documentos supracitados, propomos a implementação das seguintes metas:

- **Criar o Plano de Arte e Cultura da UFT** - considerando os documentos norteadores, em colaboração entre a comunidade universitária, entes públicos e sociedade civil;
- **Criar um Programa Institucional de Arte e Cultura** - com ênfase no desenvolvimento de ações (projetos, cursos, eventos e prestação de serviços) nas seguintes linguagens artísticas: artes visuais, dança, literatura, música, teatro;
- **Implementar a Escola de Artes da UFT** – espaço físico para criação, formação e difusão artística e cultural, em todos os câmpus universitários, com o objetivo de desenvolver ações, prioritariamente cursos de extensão, em benefício da comunidade externa;
- **Criação de Corpos Artísticos Institucionais** – criar grupos de música, de teatro, de dança, etc.

5.4.2. Ações Afirmativas

No que se refere às políticas de ações afirmativas étnico-raciais, foi instituído, em 2003, o sistema de cotas para a população negra, indígena e, mais recentemente, quilombolas nas instituições de ensino superior, o que ampliou significativamente o acesso dessas populações ao ensino superior gratuito. Soma-se a isso a inclusão da Educação para as Relações Étnico-raciais nos conteúdos, nas disciplinas e atividades curriculares dos cursos de graduação, preconizada pela Resolução nº 01, de junho de 2004-CNE/CP e pela Lei nº 11.645/2008, que prevê o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino.

No que tange aos aspectos referentes à diversidade e gênero, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos (LGBT) prevê a garantia aos estudantes, professores e técnicos administrativos do acesso e permanência em todos os níveis e modalidades de ensino sem qualquer discriminação por motivo de orientação sexual e identidade de gênero.

Em função das articulações e lutas de lideranças indígenas e educadores engajados na implementação de ações afirmativas de acesso ao ensino superior dos povos indígenas a UFT foi a universidade precursora na oferta de cotas específicas para acadêmicos indígenas em 2004, ofertando posteriormente em 2013, vagas

específicas também para estudantes quilombolas. No contexto da UFT, atualmente há mais de 800 alunos indígenas e quilombolas com matrícula ativa nos cursos de graduação em seus sete câmpus[14].

A UFT carece de estabelecer ações e estratégias que contemplem essa diversidade nos processos educativos, no ingresso e na permanência, considerando as características regionais nas quais está inserida. Nesse sentido, é imprescindível à universidade a garantia de acesso ao ensino superior para os povos indígenas, população negra e quilombolas, respeitando e considerando a diversidade, bem como aproximando os saberes tradicionais dos saberes acadêmicos, na perspectiva de garantia de acesso e permanência com sucesso desses acadêmicos para além do acesso, a permanência e integralização dos cursos com sucesso acadêmico.

Portanto, há a necessidade de elaborar, implementar e avaliar as ações afirmativas por meio da criação de mecanismos permanentes de acompanhamento, a fim de verificar a pertinência dos objetivos, a eficácia dos procedimentos, a qualidade e a abrangência dos resultados alcançados a partir dos seguintes princípios norteadores:

- Reconhecimento da diversidade social, histórica e cultural da nação brasileira, do igual direito à educação, ou seja, do direito a estudo de qualidade, em todos os níveis de ensino, concomitante à formação para cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática;
- Reconhecimento da diversidade cultural como um dos componentes centrais da excelência acadêmica;
- Compromisso com o combate de todas as formas de discriminação, preconceitos, e violências étnica, racial, socioeconômica, por identidade de gênero, por orientação sexual, contra a mulher, contra pessoas com deficiência, garantindo-se o respeito aos direitos legais, bem como à valorização de identidades próprias, tendo em vista a construção e consolidação de uma sociedade democrática, participativa e equânime;
- Reconhecimento de que injustiças históricas, perpetradas em nosso país, têm levado a desigualdades de oportunidades no acesso ao ensino superior e à permanência neste e de que políticas públicas e institucionais de ações afirmativas são meios para reparação de tais injustiças;

[14] Dados dos estudantes antes da separação dos câmpus de Araguaína e Tocantinópolis para integrarem a Universidade Federal do Norte do Tocantins

- Reconhecimento e valorização do protagonismo de povos e segmentos sociais historicamente discriminados;
- Reconhecimento da importância de cultura dialógica e colaborativa entre a UFT e setores, serviços, equipamentos e órgãos externos a ela, a fim de garantir o fortalecimento da diversidade e a promoção da equidade;
- Reconhecimento de que ações voltadas à equidade envolvem toda a comunidade acadêmica, que se constitui de todas as pessoas com vínculo formal com a universidade, ou seja: estudantes de graduação, pós-graduação, extensão; técnicos administrativos, pessoal terceirizado, docentes, assim como a comunidade externa atendida pela universidade em ações de extensão, pesquisa e ensino;
- Reconhecimento de que o intercâmbio entre estudantes e pesquisadores da UFT com outros de diferentes localidades e culturas, fortalece a diversidade e colabora com a promoção da equidade na universidade;
- Compromisso com a produção, promoção e divulgação de conhecimentos, atitudes, posturas e valores que eduquem para a diversidade e para a equidade;
- Valorização e inclusão de diferentes epistemologias advindas de diferentes raízes étnico-culturais brasileiras, nos processos de ensino, pesquisa e extensão, expandindo as fronteiras de conhecimentos na direção de uma universidade mais plural e diversificada;
- Combate ao racismo, ao sexismo, LGBTfobia e todas as formas de discriminações e preconceitos;
- Inclusão, nas bases curriculares, em projetos de pesquisa, em atividades extensionistas, de conhecimentos oriundos de culturas e sabedoria dos povos indígenas, povos da floresta, comunidades quilombolas, ribeirinhos, bem como de outras comunidades tradicionais;
- Compromisso com a implantação da legislação referente à promoção da equidade e ao combate a quaisquer formas de discriminação e preconceito;
- Respeito à temporalidade, às dinâmicas de organizações sociais, perspectivas de mundo, vivências, memória de pessoas nas suas diferentes identidades de gêneros e orientações sexuais, mulheres, negros/as, indígenas, pessoas com deficiência, na elaboração de políticas institucionais e nas dinâmicas e etapas administrativas internas; e
- Respeito à realidade local e regional de cada câmpus, ao se formularem e executarem políticas de combate a todas as formas de racismos, preconceitos, violências e discriminações.

5.4.3. Valorização da Diversidade, Meio Ambiente, Memória Cultural, Produção Artística e Patrimônio Cultural

A Política de Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural, alinhada à Missão, Visão e Valores da UFT, visa promover e valorizar a diversidade sociocultural, socioambiental, sexual e de gênero, sociolinguística e étnica, da comunidade acadêmica e da sociedade tocantinense, perpassando de forma transversal o currículo dos cursos de graduação, de pós-graduação, das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da UFT.

As diretrizes que nortearão a formulação e implementação dessa política terão como base: o direito inalienável dos sujeitos de expressar, promover e valorizar diversidade do meio ambiente e da sociobiodiversidade, da cultura, dos saberes, dos fazeres, das formas de expressão, das identidades culturais, da produção e expressão artística e de todo legado, bens tangíveis e intangíveis que compõem o patrimônio cultural e natural da população.

Assim, citamos duas linhas principais para o desenvolvimento da Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural, enquanto área temática da política de extensão da UFT. A primeira linha ou diretriz trata da **continuidade do reconhecimento e potencialização dos saberes tradicionais** no âmbito da UFT e a segunda diretriz será pautada pelo **fortalecimento das identidades culturais**. Ambas as diretrizes possuem relação mútua entre si.

Há, no estado do Tocantins, quantidade expressiva de comunidades tradicionais (ribeirinhas, quilombolas e indígenas, por exemplo) e seus territórios. Essas comunidades são constituídas por pessoas que produzem e reproduzem os mais diversos saberes, os quais, por muitas vezes, são conhecidos através de pesquisas e seus desdobramentos. O reconhecimento e a potencialização dos saberes tradicionais, na política de extensão da UFT, buscam ir além do convencional e propõem outros formatos para o atravessamento desses saberes na universidade.

Nesse sentido, há necessidade de possibilitar o ingresso de sujeitos de notórios saberes no ensino, na pesquisa, na extensão na UFT, não enquanto ouvintes, espectadores ou coautores, mas enquanto protagonistas de seus próprios processos culturais e sociais, dotados de saberes profundos, dos saberes adquiridos fora do modelo de educação conhecido como formal. Essa relação entre comunidades tradicionais e universidade será estabelecida, observando o direito à propriedade intelectual e proteção ao patrimônio genético das comunidades.

A diversidade expressa no estado do Tocantins é também encontrada na UFT, através dos discentes e servidores que nela atuam. Há, nessa direção, uma pluralidade de identidades. O fortalecimento das identidades culturais abrangerá tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade tocantinense como um todo, através das memórias coletivas, do conhecimento e reconhecimento de práticas culturais, formas de expressão, saberes e referências culturais que constituem essas identidades.

Para que sejam implementadas as diretrizes citadas anteriormente é necessário observar elementos como a interdisciplinaridade, a articulação interinstitucional e o diálogo permanente com movimentos sociais e outros setores da sociedade. Assim, no sentido de desenvolver, incentivar e apoiar iniciativas no campo da Cultura, as ações voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural também ocorrerão de forma articulada, interdisciplinar e interinstitucional com espaços e equipamentos culturais, tais como: museus, pontos, casas e centros de cultura e de documentação, centros de memória, sítios arqueológicos, entre outros, e ainda, com sujeitos sociais, cujas iniciativas também sejam voltadas a ações de identificação, documentação, proteção, conservação, promoção, difusão e educação patrimonial que respeitem as diretrizes anteriormente mencionadas.

Além dos espaços e equipamentos culturais, haverá também ampla articulação com a estrutura já existente na UFT, dos câmpus, institutos, núcleos, laboratórios, incubadoras, docentes, técnicos e alunos, evidenciando a experiência que a Universidade possui nas ações citadas no parágrafo anterior. A Política de Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural integrará o ecossistema de extensão da universidade, por meio dos eixos: Social, Ambiental e Solidária.

As instituições de educação superior, por seu caráter de produzir e difundir o conhecimento, também devem aplicar em sua gestão ações voltadas para a sustentabilidade, conforme previsão legal, além de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, de maneira a desenvolver uma cultura voltada para a sustentabilidade na sociedade.

O Governo Federal através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, instituiu em

12 de novembro de 2012 a Instrução Normativa nº 10 que define as regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PGLS[15]).

A UFT elaborou e publicou no ano de 2013 o primeiro Plano de Gestão de Logística Sustentável e tem como meta para os próximos anos a revisão e atualização desse plano.

5.4.4. Desenvolvimento Econômico e Responsabilidade Social

A UFT assume a relevância de seu papel no cenário econômico, político e social no âmbito dos municípios, da área de atuação direta de seus câmpus, tanto quanto nos municípios de seu entorno, para além de sua influência estadual e nacional, adotando como um dos eixos de sua política de extensão promover o desenvolvimento econômico sustentável, com responsabilidade social e estimulando o exercício da cidadania, a promoção da saúde e o desenvolvimento sustentável, o resgate e o desenvolvimento artístico e cultural e a promoção do intercâmbio entre a instituição e as comunidades, estabelecendo parcerias e associações de cooperação.

A instituição reconhece sua relevância social na construção de políticas de desenvolvimento econômico sustentável, responsabilidade e integração social, na construção do conhecimento e na permuta de sua expertise entre a academia e os outros segmentos da sociedade, propiciando à comunidade acadêmica interna, em suas três dimensões, a vivência da práxis e à comunidade extramuros, a possibilidade de constituir conhecimentos, saberes e serviços especializados em regime de colaboração.

Os programas educativos a serem concretizados, durante o próximo quinquênio, estarão de acordo com as especificidades dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como das necessidades das comunidades nas quais a instituição atua e interage. Neste sentido, todas as suas iniciativas estarão pautadas pelas diretrizes gerais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — **ONU/ODS2030** —, em suas **17 recomendações**, ratificadas em documento, assinado pela nação brasileira, reconhecendo o seu papel diante dos compromissos junto à comunidade internacional.

Cada um dos objetivos, pautados pelo compromisso acordado mundialmente, estarão vinculados às ações institucionais interdisciplinares da Extensão e se estenderão para o ensino e a pesquisa de forma integrada.

---

[15]Disponível em < https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012> Acesso em 16 de mar de 2021

A extensão assume, neste novo século, um papel de grande relevância no que diz respeito ao papel da universidade pública, ao se colocar como uma instituição socialmente responsável. Esse “dever” se potencializa quando a universidade está localizada em regiões cujos processos de modernização da sociedade geraram mais déficits do que superávits. Portanto, a UFT enquanto instituição responsável pela democratização do conhecimento e da cultura, precisa se comprometer com a sociedade nas suas diversas dimensões.

Diante deste contexto, a UFT se coloca como uma instituição socialmente responsável e, para isso, aponta a necessidade de potencializar o seu envolvimento com a sociedade por meio de uma comunicação efetiva e orientada por ações integradas entre os atores de dentro e de fora da instituição. Assim, por meio da implantação do Ecossistema da Extensão, será possível atuar frente às demandas locais e regionais e do desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

5.5. Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil - PAE da UFT constitui-se de um conjunto de ações, programas e procedimentos que tem por objetivos criar condições para a permanência dos estudantes até a conclusão do curso, contribuir para minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas, melhorar o desempenho acadêmico e viabilizar de forma democrática e transparente o acesso dos estudantes às ações e programas de assistência estudantil.

Os recursos que financiam a PAE provêm do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES e são aplicados nas áreas: moradia (auxílio financeiro e Casa do Estudante); alimentação (auxílio financeiro e Restaurante Universitário); saúde; inclusão digital; cultura; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Essas áreas de atendimento assistencial referem-se a diferentes dimensões da vida dos estudantes, envolvendo os aspectos cultural, socioeconômico, físico-mental, pedagógico e tecnológico.

A PAE articula o atendimento da dimensão social caracterizada pela situação econômica dos estudantes com a dimensão pedagógica cognitiva, marcada pelo desenvolvimento de conteúdos de conhecimento refletidos no desempenho acadêmico.

Os estudantes destinatários da PAE são matriculados nos cursos de graduação presencial da UFT, preferencialmente aqueles que são oriundos da rede pública de educação básica e com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. No

Restaurante Universitário são atendidos todos os estudantes da UFT, entretanto, estudantes com vulnerabilidade socioeconômica recebem isenção ou subsídio diferenciado dos demais.

Os servidores responsáveis pela PAE da UFT atuam tanto na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - Proest quanto nos Setores de Assistência Estudantil nos câmpus e formam equipes multiprofissionais compostas por pedagogos, assistentes sociais, administradores, psicólogos, técnicos em assuntos educacionais e enfermeiros.

As ações da PAE respeitam as áreas prioritárias do PNAES e as necessidades dos estudantes nos câmpus, que se organizam por meio do Fórum Permanente de Assistência Estudantil, que avalia o desenvolvimento anual da PAE e discute a aplicação do orçamento anual do PNAES nos programas de assistência estudantil.

Além de atuar nas áreas do PNAES, a PAE desenvolve procedimentos de monitoramento, avaliação e acompanhamento dos programas, gerando indicadores acadêmicos necessários para aferir a eficácia, a eficiência e a efetividade destes. As informações referentes à execução financeira, recebimento de auxílios (por estudante, por programa, por curso, por ano, etc.) são divulgadas em tempo real no Painel da Transparência da UFT, na sessão de Assistência Estudantil, disponível pelo link https://ww2.uft.edu.br/index.php/transparencia.

A participação dos estudantes nos Programas de Assistência Estudantil tem como ponto de partida a realização da análise socioeconômica por meio do Programa de Indicadores Socioeconômicos - PISO, que gera o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS) do estudante. O IVS é dividido em cinco níveis: IVS 1 – vulnerabilidade extrema; IVS 2 – vulnerabilidade muito alta; IVS 3 – vulnerabilidade alta; IVS 4 – vulnerabilidade moderada e IVS 5 – vulnerabilidade baixa. Os estudantes com maior vulnerabilidade socioeconômica têm prioridade de atendimento nos diferentes programas de assistência estudantil.

Para acolher os estudantes ingressantes na universidade e acompanhá-los no processo de inserção no ambiente universitário, a PAE conta com o Programa de Integração dos Discentes Ingressantes – Pidi.

Neste PDI, a Proest está propondo a implantação de um projeto inovador que integra as ações de diferentes setores quanto ao acompanhamento e apoio pedagógicos, a assistência, e a inclusão digital dos estudantes indígenas e quilombolas, buscando maior articulação da assistência estudantil com o ensino, a pesquisa e a extensão (conforme descrito no item 3.3.5)

5.6. Políticas de Gestão

A Universidade tem suas decisões referendadas por dois grandes conselhos superiores – Consuni e Consepe, além dos conselhos diretores dos campi e os colegiados de cursos.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe é o órgão deliberativo e normativo superior da Universidade em matéria didático-científica e cultural. É constituído pelo Reitor, pelo vice-reitor, pelos pró-reitores, pelos coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, por um representante do corpo docente, por 1/5 de representação do corpo discente referente aos demais membros do Conselho e por um representante do corpo técnico-administrativo. As Câmaras de Planejamento, de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação e de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários fazem parte da estrutura do Consepe e têm competência para proceder a estudos sobre assuntos relacionados à sua área de atuação específica, oferecendo ao Conselho sugestões para elaboração de normas que regulem e disciplinem a operacionalização das atividades.

Já o Conselho Universitário - Consuni é o órgão deliberativo e normativo superior da Universidade destinado a traçar a política universitária, funcionando como instância de deliberação e de recurso. É constituído pelo reitor, pelo vice-reitor, pelos pró-reitores, dois representantes da categoria docente, dois representantes da categoria discente e dois representantes da categoria de servidores técnico administrativos. As Comissões Técnicas de Legislação e Normas; para Assuntos Estudantis; de Integração Comunitária; e de Administração e Finanças fazem parte da estruturação do Consuni como órgãos auxiliares e têm a função de coletar, preparar e elaborar os elementos e dados informativos, indispensáveis às deliberações do Conselho Universitário.

Nesses Conselhos, os processos são encaminhados para as câmaras, onde são realizados estudos e elaborado parecer que é relatado por um conselheiro relator durante a reunião. O tema é amplamente discutido entre os conselheiros antes de ser posto em votação, o que pode ter resultado favorável à decisão da câmara ou não.

Nos conselhos diretores dos campi e nos colegiados de cursos apesar de não apresentarem na sua estrutura as câmaras e comissões, o procedimento é semelhante e os processos são analisados e discutidos antes de serem votados.

Além dos conselhos, existe também na estrutura da universidade o Comitê de Governança, Riscos e Controles. Instituído pela Portaria nº 2.416/2017, é composto pelo reitor, vice-reitor, pró-reitores, superintendentes, prefeito universitário, ouvidor

geral, assessor de relações institucionais e chefe de gabinete e tem como competências promover o desenvolvimento de um processo permanente de monitoramento das ações definidas no planejamento institucional, com ênfase nas ações de mitigação de riscos institucionais; promover as diretrizes e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos; supervisionar o mapeamento e a avaliação dos riscos institucionais que possam comprometer a prestação de serviços de interesse público; supervisionar a gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no âmbito da UFT; supervisionar o método de priorização de temas para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão; e emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

Com a implantação do Comitê, a UFT deu início ao processo de identificação de riscos e definição de controles para sua mitigação, incluindo no PDI anterior os 41 riscos que foram levantados, tipificados em interno ou externo, distribuídos entre as UGs responsáveis, bem como a definição das ações necessárias a sua mitigação. Anualmente os riscos eram monitorados por meio da aplicação de questionários para análise de sua probabilidade de ocorrência e impacto nos objetivos da instituição, caso viessem a se materializar.

Dessa forma, os riscos passaram a ser utilizados como ferramenta de gestão para auxiliar na tomada de decisões e monitorar o desempenho das unidades e da universidade como um todo.

6. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES E MONITORAMENTO

6.1. Governança

A governança, tida como um conjunto de mecanismos integrados para direcionar a gestão, conduzindo as políticas e a prestação de serviços ao atendimento dos interesses da sociedade tem seu papel de destaque na construção do PDI, norteando e integrando as unidades gestoras a fim de garantir a entrega de serviços transparentes e de excelência à comunidade na qual a universidade está inserida.

Para isso, definiu-se o desafio “mecanismos de governança pública”, cujos objetivos estratégicos estão diretamente relacionados ao desenvolvimento das lideranças, aprimoramento da estratégia e definição e monitoramento de controles, por

meio de ações integradas e apresentadas no programa integrador Inserção da Governança na UFT.

Os programas integradores são a inovação do planejamento que têm a finalidade de reunir projetos de áreas específicas que possuem objetivos em comum e integram tais unidades tanto para o gerenciamento financeiro quanto finalístico das ações nele descritas. Para cada programa foi definida uma liderança que tem o papel de direcionar e gerenciar os projetos integradores que fazem parte do grande programa. Cada projeto descreve como as atividades, de maneira coordenada, colaboram para o alcance do objetivo comum.

Todos os mecanismos foram trabalhados no grande programa Inserção da Governança na UFT, que visa desenvolvê-los de maneira que a governança, os riscos e os controles façam parte da rotina da universidade e tenham seus conceitos, práticas e benefícios conhecidos em todos os níveis e todas as áreas da universidade.

O mecanismo liderança está relacionado com as práticas de natureza humana e comportamental e deve ser desenvolvido para que os gestores tenham qualificação e habilidades necessárias para direcionar a governança na área em que atua, visando sempre a instituição como um todo e a entrega de serviços que atendam o bem comum. Assim, o papel da Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – Progedep é de extrema importância durante o processo de inserção da governança na universidade, visto que é onde as capacitações aos servidores são planejadas e desenvolvidas como oferecimento de cursos e treinamentos em assuntos específicos e que visam o desenvolvimento dos servidores e, principalmente a formação de líderes capazes de direcionar a unidade ao atendimento da estratégica da universidade.

Já o mecanismo estratégia desenvolve todas as atividades, processos de trabalho e estrutura organizacional que, alinhados e sinérgicos, contribuem para o atingimento do objetivo maior da universidade. Assim, revisada a identidade da universidade, todas as estratégias devem convergir para o atendimento da missão e da visão institucional, com a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal com a utilização de metodologias educacionais inovadoras, inclusivas e de qualidade, visando à consolidação da instituição com esses parâmetros no contexto da Amazônia Legal. Portanto, todas as ações, processos, fluxos e estrutura organizacional devem ser ajustados para que contribuam com o desenvolvimento das políticas definidas e com o oferecimento de serviços de qualidade e que objetivam atender aos anseios da comunidade interna e externa.

Com o mecanismo controle é trabalhada a gestão dos ricos institucionais, identificando, avaliando, priorizando e respondendo aos riscos com ações de controle que sejam capazes de oferecer segurança razoável para o atingimento dos objetivos da universidade. Os riscos são avaliados conforme os parâmetros de probabilidade e impacto e priorizados conforme o nível calculado e, observado o apetite a risco da instituição, são apresentadas as respostas que, além de oferecerem segurança razoável para o atingimento do objetivo contribuem para que os níveis de risco sejam diminuídos a cada ciclo de monitoramento até que esteja dentro do apetite aceitável.

Os três mecanismos serão trabalhados de forma transversal perpassando por todas as unidades da instituição, com a inclusão dos objetivos do desenvolvimento sustentável, desde o nível estratégico até o operacional no intuito de desenvolver e aprimorar a governança, tendo seus resultados utilizados como instrumento de gestão na tomada de decisão orientando o desenvolvimento das políticas institucionais para a apresentação de serviços de interesse da sociedade.

6.2. Gestão de riscos e controles

Durante a execução do PDI anterior, a gestão dos riscos na UFT foi realizada com o levantamento de riscos pela gestão superior por meio da aplicação de 31 questionários entre as unidades (diretorias de unidade da reitoria, pró-reitorias, direção de câmpus e auditoria interna), onde os riscos foram avaliados em variáveis de probabilidade e impacto com uma escala variando de 1 a 5 e classificados conforme a tipologia utilizada pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (adaptação do Orange Book). Além dessa classificação e da inclusão da tipologia de risco acadêmico, os riscos foram separados de acordo com os grandes eixos de atuação da Universidade, Planejamento e Avaliação, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física.

Após a avaliação subjetiva realizada pelos gestores, foram selecionados os riscos que apresentaram resultados “alto", "médio” e "baixo” e sugeridas atividades de controle que poderiam resultar na diminuição de uma dessas variáveis. Assim, do total de 62 elementos de riscos foram selecionados 41 para serem monitorados.

No intuito de integrar os objetivos estratégicos, as diretrizes, os mecanismos de governança e principalmente desenvolver o mecanismo “controle” na universidade, a nova política de gestão de riscos orientará o gerenciamento dos riscos e contribuirá para o alcance dos objetivos definidos, por meio da utilização da visão de riscos como subsídio durante a tomada de decisões, além de integrar os riscos aos desafios e

objetivos estratégicos traçados durante a construção do PDI, conforme é demonstrado na Figura 21.

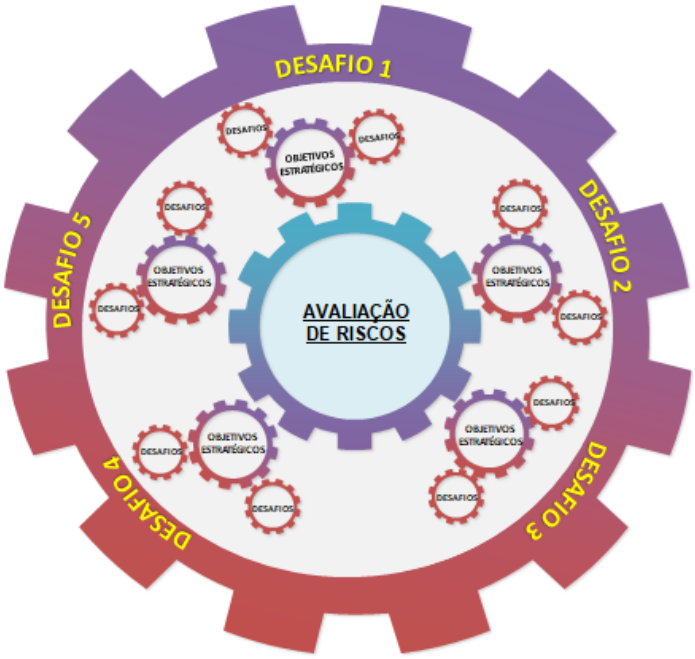

Figura 21. Relação dos riscos com os desafios e objetivos estratégicos definidos no PDI 2021-2025

A gestão de riscos da Universidade estará alinhada com os objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e permitirá o tratamento adequado dos eventos (riscos), melhorando a capacidade de construir valor e proporcionando serviços mais efetivos, eficientes e eficazes, utilizando-se dos seguintes princípios:

1. gestão de riscos sistemática, estruturada, oportuna e subordinada ao interesse público;
2. utilização da gestão de riscos para apoiar a melhoria contínua dos processos organizacionais;
3. estabelecimento adequado dos níveis de riscos, com base na probabilidade e no impacto do evento;
4. estabelecimento de procedimentos de controle interno proporcionais ao risco, visando fornecer segurança razoável do atingimento dos objetivos e entrega de valor às partes interessadas;
5. utilização do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão.

Para a execução do processo de gestão de riscos deverão ser seguidas as seguintes fases:

I. estabelecimento de contexto: etapa de levantamento e definição dos parâmetros externos e internos que devem ser levados em consideração para a identificação dos riscos;

II. identificação dos riscos: etapa de identificação e descrição dos eventos de risco, considerando suas causas e consequências com base nas diretrizes e objetivos estratégicos definidos no PDI;

a) a descrição do evento de risco deverá considerar as causas e fontes do risco, a descrição do impacto (consequência ou efeito) e demonstrar a dimensão do impacto no objetivo.

III. avaliação dos riscos: etapa em que são consideradas a probabilidade de ocorrência e o impacto (consequência) do risco para a instituição;

a) a probabilidade e o impacto serão mensurados de acordo com os valores definidos pela instituição na matriz de risco, utilizando-se a escala de mensuração da CGU;

b) a probabilidade depende da correlação entre as vulnerabilidades e ameaças presentes no processo e para sua identificação deverão ser considerados aspectos históricos, internos, externos, estruturais com a finalidade de demonstrar a frequência da ameaça;

c) o impacto se refere aos danos ou prejuízos (consequências) do evento de risco, caso ele venha a se materializar e seu nível será mensurado de acordo com a extensão e a gravidade das consequências resultantes da sua concretização;

IV. priorização dos riscos: etapa em que os riscos são dispostos na matriz, conforme o nível identificado, podendo ser assim classificado, de acordo com as cores correspondentes e a matriz demonstradas a seguir:

a) verde: risco baixo, cujos valores estão entre 1 e 8;

b) amarelo: risco médio, cujos valore estão entre 10 e 20;

c) laranja: risco alto, cujos valores estão entre 40 e 64;

d) vermelho: risco extremo, cujos valores estão entre 80 e 100

A figura 22 mostra a matriz de risco, conforme a classificação após a etapa de priorização dos riscos.

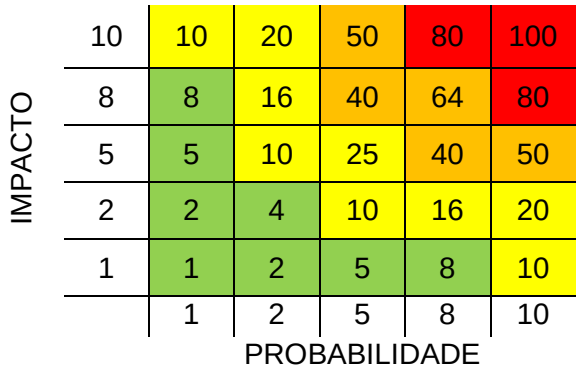

Figura 22. Matriz de risco

V. definição de resposta ao risco: etapa em que os riscos serão avaliados dentro do apetite definido pela instituição para que sejam determinadas as respostas que serão dadas aos riscos, podendo ser:

a) aceitar: resposta que será dada ao risco que estiver dentro do apetite definido pela instituição e que não requer medidas para redução de seu impacto ou probabilidade, sendo utilizado o monitoramento para garantir que tal risco mantenha-se em um nível aceitável;

b) mitigar: resposta que será dada ao risco por meio da implementação de controles (ações de mitigação) para redução dos índices de probabilidade e impacto;

c) compartilhar: resposta que será dada ao risco quando a redução do impacto e da probabilidade se der por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do evento de risco;

d) evitar: resposta que será dada ao risco por meio da descontinuidade ou da não inicialização das atividades e processos que geram os eventos de risco.

A resposta ao risco será identificada de acordo com o apetite ao risco definido pela instituição em documento próprio, denominado declaração de apetite ao risco.

Os riscos terão a seguinte categorização:

I. riscos estratégicos: aqueles que poderão afetar o alcance dos objetivos estratégicos e o desenvolvimento das diretrizes definidas durante a construção do PDI e estarão diretamente ligados à tomada de decisões e entrega de valor;

II. riscos operacionais: aqueles que poderão englobar todas as possíveis falhas internas decorrentes de deficiências ou inadequação de processos, estrutura, pessoas, sistemas e tecnologias.

III. risco para a integridade: aqueles que poderão configurar ação ou omissão que podem favorecer a ocorrência de fraudes, atos de corrupção, irregularidades, desvios éticos e de conduta e que comprometerão os valores da instituição.

O monitoramento dos riscos será feito pelo sistema Naus – Módulo Riscos, de maneira contínua, conforme os parâmetros estabelecidos durante a definição dos riscos e terá como objetivo a diminuição dos níveis de probabilidade e impacto e, consequentemente, do nível de risco para um grau que esteja dentro do apetite definido pela instituição.

O gerenciamento dos riscos acontecerá de forma gradual, até que todas as unidades gestoras estejam com seus riscos operacionais e processos definidos e gerenciados, conforme cronograma a ser apresentado pela Diplan.

6.2.1. Declaração de apetite ao risco da UFT

A governança (TCU, 2013) é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Durante a construção do PDI 2021-2025 foram criados cinco desafios com a finalidade de desenvolver e aprimorar a governança na universidade e, mais especificamente o desafio 5 – Mecanismos de Governança Pública - tem essa atribuição.

Para o bom desenvolvimento da governança é necessário também que os mecanismos sejam aprimorados por meio de ações para otimizar a liderança, a estratégia e os controles. Assim, com o fito de desenvolver os controles no âmbito da instituição que foi elaborada a política de governança e gestão de riscos, onde estão as regras para o gerenciamento dos riscos institucionais e o estabelecimento de controles necessários para a mitigação desses riscos.

A fim de que haja o gerenciamento dos riscos é necessário que seja definido o apetite ao risco, ou seja, qual o nível de risco que a universidade está disposta a aceitar ou admitir durante a realização de suas atividades. Por isso, a declaração de apetite a risco tornou-se um documento importante e necessário para que a cultura de risco seja difundida entre os gestores e as unidades em conjunto com o planejamento das ações, fazendo com que o gerenciamento de riscos seja um instrumento utilizado pela gestão durante a tomada de decisões.

A declaração de apetite ao risco vem, portanto, para contribuir com a disseminação da cultura de planejamento e riscos na universidade, apresentando os aspectos do apetite a risco e, considerando o nível de maturidade da gestão de riscos que foi mensurado em trabalho realizado pela auditoria interna em 2018, é de extrema importância que todos os níveis e áreas da universidade tenham conhecimento do

gerenciamento de riscos para que a cultura seja disseminada de maneira equânime e contribua para uma entrega de serviços com alto valor à sociedade na qual está inserida.

Essa declaração tende a contribuir com o monitoramento dos riscos e pode ser revisada sempre que o comitê de governança, riscos e controles julgar necessário, sempre buscando a melhoria dos processos de controle da evolução dos riscos institucionais.

A declaração do apetite ao risco da UFT visa estabelecer e demonstrar o nível de risco que a universidade está disposta a aceitar após avaliar como os riscos podem afetar o cumprimento dos objetivos definidos no PDI.

De acordo com a política de governança e gestão de riscos, foram elencados 3 tipos de risco e aqui são apresentados os elementos mitigadores para cada um deles. Os elementos mitigadores visam direcionar as categorias de ações que devem ser realizadas para a mitigação dos riscos identificados.

1 – Riscos estratégicos: aqueles que podem afetar o alcance dos objetivos estratégicos e o desenvolvimento das diretrizes definidas durante a construção do PDI e estão diretamente ligados à tomada de decisões e entrega de valor.

Por que gerenciar esses riscos? Para contribuir com a redução de eventos inoportunos nos objetivos estratégicos e na entrega de valor para a sociedade.

Elementos mitigadores – aprovação, execução e monitoramento do planejamento institucional.

2 - Riscos operacionais: aqueles que englobam todas as possíveis falhas internas decorrentes de deficiências ou inadequação de processos, estrutura, pessoas, sistemas, tecnologias.

Por que gerenciar esses riscos? Para definir e estabelecer controles para que pessoas, processos, sistemas ou eventos externos impeçam a capacidade da universidade de atingir seus objetivos.

Elementos mitigadores – definição e estabelecimento de controles internos.

3 - Riscos para a integridade: aqueles que configuram ação ou omissão que podem favorecer a ocorrência de fraudes, atos de corrupção, irregularidades, desvios éticos e de conduta e que comprometem os valores da instituição.

Por que gerenciar esses riscos? Para administrar eventos causados pela falta de honestidade e desvios éticos que podem afetar a probidade da gestão dos recursos públicos e das atividades da universidade.

Elementos mitigadores - códigos de ética e de conduta; canal de denúncias; processos de correição instalados; monitoramento e revisão do Plano de Integridade.

Para a declaração do apetite algumas definições devem ser consideradas:

Apetite baixo – quando a universidade aceita somente os riscos baixos (riscos verdes), que não impedem substancialmente a capacidade de alcançar os objetivos estratégicos.

Apetite médio – quando a universidade aceita os riscos de nível baixo e médio (riscos verdes e laranjas), que podem atrasar ou interromper a realização dos objetivos estratégicos.

Apetite alto – quando a universidade aceita os riscos de nível baixo, médio e alto (riscos verdes, laranjas e vermelhos) que têm elevada probabilidade de impactar a capacidade de atingir os objetivos estratégicos.

Os riscos extremos (vermelhos) não são considerados para a declaração do apetite, já que devido ao impacto para a universidade devem ser evitados.

Diante das definições apresentadas, a UFT declara o apetite ao risco como **BAIXO**, aceitando somente os riscos baixos (verdes), aplicando sempre princípios sólidos de gerenciamento de riscos, decisões transparentes e comunicação efetiva para priorizar a gestão de riscos.

Anualmente haverá a avaliação dos níveis de risco e a consequente verificação do enquadramento ou não ao apetite declarado. Caso seja verificada a superação do apetite, as unidades responsáveis pelos riscos serão informadas para que desenvolvam ações mitigadoras e implementem os controles necessários para a redução dos níveis dos riscos, fazendo com que retornem ao apetite anunciado pela universidade. O comitê de governança, riscos e controles como instância máxima de governança também será informado quando houver eventuais exceções dos limites de risco estabelecidos. Todo desvio ao apetite definido deve ser acompanhado de justificativa por escrito dos gestores responsáveis pelo processo.

6.3. Monitoramento do PDI

Os objetivos estratégicos que foram definidos ao longo da construção do PDI são a ligação entre as diretrizes e os desafios institucionais e devem ser capazes de determinar o que deve ser feito para que a instituição atenda sua identidade,

cumprindo sua missão e alcançando sua visão de futuro. Além disso, devem traduzir as demandas, anseios e desafios das unidades gestoras para o cumprimento do seu papel institucional e para o alcance dos objetivos foram definidas ações dentro das diretrizes estratégicas que são monitoradas por meio do sistema Naus e do Plano Anual de Trabalho – PAT de cada unidade.

Os indicadores são os instrumentos de medição que fornecerão as informações sobre os resultados de tudo o que foi executado e com eles será possível comunicar o alcance das metas, e também revelar a necessidade de ações corretivas, representando uma avaliação permanente do mecanismo estratégia da instituição. Com a utilização dos indicadores é possível oferecer transparência na divulgação dos resultados e alinhar os esforços da instituição a fim de verificar se a atuação está sendo bem sucedida e consequentemente fornecendo dados suficientes para a tomada de decisões. Além disso, os indicadores dão o direcionamento necessário para o atingimento dos objetivos institucionais, servindo como instrumentos de gestão para a tomada de decisão, uma vez que para o alcance da melhoria contínua, é necessário medir e controlar o alcance objetivos e metas.

Portanto, os indicadores da universidade serão monitorados por meio do sistema Naus – módulo Indicadores, onde cada item será cadastrado e terá um responsável definido por seu acompanhamento. Anualmente os indicadores serão avaliados e será verificada a necessidade de mudança de estratégia para alcance dos objetivos e cumprimento do papel institucional. Tais avaliações serão apresentadas nas Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE, onde serão discutidos os direcionamentos para melhoria ou aprimoramento do mecanismo estratégia, relacionando-o aos mecanismos liderança e controle.

Para o monitoramento foram definidas duas categorias de indicadores: indicadores para os objetivos estratégicos e indicadores para os eixos estratégicos (Anexo III), com a finalidade de apoiar a tomada de decisão, motivar e reconhecer o desempenho da instituição, visando à integração dos mecanismos da governança pública.

7. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social da UFT perpassa pela preocupação em torná-la uma instituição inclusiva, com práticas que se voltam para a concretização da equidade social (de gênero e étnica) assim como cursos que pedagogicamente articulem o

ensino, pesquisa e extensão, baseados pela interdisciplinaridade, com intuito do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A extensão universitária, na Universidade Federal do Tocantins, está alinhada à Política Nacional de Extensão e à Política de Extensão da UFT. É compreendida como um processo educativo, cultural, científico, político, transdisciplinar, interdisciplinar que se articula com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e promove a interação transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade que envolva diretamente as comunidades externas à UFT e que estejam vinculadas à formação do estudante.

As ações extensionistas têm refletido a integração da Instituição com a comunidade externa. Vale destacar, a responsabilidade pelas políticas de auxílio ao desenvolvimento das comunidades de indígenas e quilombolas, atendendo assim de fato à demanda social da região.

A UFT definiu como visão de futuro "*Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal*" (PDI UFT 2021-2025) primando assim pelo ensino de qualidade para que consiga produzir conhecimento e formar cidadãos socialmente responsáveis e capazes de responder às demandas da sociedade contemporânea.

Para que a universidade intensifique seu papel social é necessário o desenvolvimento de ações de inclusão e equidade social, além de demandas capazes de articular o ensino, a pesquisa e a extensão de maneira interdisciplinar e transversal visando o atingimento dos objetivos estratégicos traçados que, juntos, traduzem-se na identidade da UFT consolidando também os valores definidos e apresentados durante a construção do planejamento.

Uma maneira de articular e integrar a instituição com a comunidade externa é através dos projetos de extensão, que levam a universidade e suas ações aos diversos pontos do estado, mostrando o papel social e o retorno que a universidade é capaz de apresentar para a comunidade na qual está inserida. Além disso, com a inserção e o relacionamento dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável com as ações da universidade fica evidente a responsabilidade social a que a UFT está se comprometendo em atender, já que com esses objetivos e metas que foram definidos em reunião específica na ONU a universidade demonstra a intenção e o comprometimento em contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e humana, por meio do desenvolvimento de ações voltadas para a responsabilidade com a sociedade geral.

7.1. Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável na UFT: um caminho possível

Em setembro de 2015, no âmbito das Nações Unidas, foi adotado o documento “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, um dos acordos globais mais ambiciosos e importantes de nossa história recente. A agenda, com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e 169 metas é um Guia para abordar os desafios sociais, econômicos e ambientais. (ONU, 2015).

Neste sentido, a educação, por meio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, mostra-se como essencial para ajudar a sociedade a enfrentar estes desafios. Portanto, caberá às universidades, por sua condição de difusão do conhecimento e sua preeminente situação dentro da sociedade, cumprir um papel fundamental, o de alcance e de envolvimento concreto nas ações para a aceleração da implantação dos ODS.

Neste contexto apresentado, a Agenda 2030 oportunizará ao meio acadêmico a possibilidade de demonstrar efetivamente a sua capacidade de impacto social e cultural, em razão de atrair interesses de formação relacionados aos ODS pela base comunitária onde estiver inserida. Possibilitando então, nesta linha de condução, criar alianças e redes, fato que permitirá acessar novas fontes de financiamento. Para, além disso, apresentar a universidade como uma instituição comprometida com o bem-estar ambiental.

A Universidade Federal do Tocantins tem papel local relevante na sua base regional, enquanto empregadora, consumidora e na condição de investidora. Além disso, supervisiona amplas comunidades de colaboradores, estudantes e provedores. Os seus campi universitários estão estruturados como se fossem pequenas cidades, em razão de fluxos significativos de pessoas e bens, que requerem investimento em infraestrutura de áreas adjacentes e influenciam regiões através de seu alcance.

Porquanto, cabe neste momento alinhar as estruturas de governo universitário e as políticas operativas com os ODS, por meio de estratégias definidas pelo seu Plano de Desenvolvimento Institucional a serem implantadas, nos próximos cinco anos.

Verifica-se então, que a UFT ao mapear e abordar os impactos dos ODS dentro de suas áreas de atuação permitirá definir políticas de decisões de gestão e estratégias educacionais, exitosas, com melhoria de qualidade e impactos sociais significativos.

Desta maneira, a instituição poderá, para além de contribuir significativamente para o avanço dos ODS dentro de suas esferas de ação, caminhar concretamente na direção da responsabilidade social, para o cumprimento de sua visão e de seus objetivos voltados para sua atuação na Amazônia legal. Bem como poderá promover ações de estratégias políticas, planos e indicadores de informação de alto nível, alinhadas aos ODS, identificar pontos relevantes e convergentes para cada ODS, entender as lacunas de respostas sociais através da mensuração dos ODS e incorporá-los nos informes das estruturas institucionais das universidades. Pontua-se como observação importante no campo externo de atuação o fato de caber a UFT identificar as lideranças sociais, pois o êxito no alcance dos ODS dependerá da ação e a colaboração de todos os setores, internos e externos.

E, neste sentido, caberá à UFT fortalecer o seu compromisso público para a abordagem dos ODS; entender o seu papel como facilitadora no diálogo e na ação intersetorial sobre a implementação dos ODS; desempenhar o seu papel principal no desenvolvimento e promoção de políticas de desenvolvimento sustentável. Pois a comunidade acadêmica terá de assumir o compromisso e entender a importância do setor universitário na implementação dos ODS.

A partir dessa estruturação é necessário compreender que a contribuição da UFT com os ODS deverá ser muito mais ampla, já que pode apoiar tanto a implementação de cada um dos objetivos, como a da própria estrutura deles, a partir: da sua estrutura de aprendizado e ensino (fomentando o desenvolvimento das habilidades dos estudantes e profissionais); de pesquisa (propondo novas abordagens disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares); de governança (estabelecendo políticas de gestão e extensão universitária com os princípios dos ODS) e de interlocução com lideranças sociais (propondo o fortalecimento do compromisso público e sua participação na abordagem dos ODS).

Por isso, a partir deste PDI, efetivamos o debate e as estratégias dos setores e comunidade acadêmica da UFT para que busque uma abordagem integral e siga os seguintes passos: **o de conhecimento e identificação do que já está sendo feito internamente (mapeamento); a apropriação da Agenda e o desenvolvimento de capacidades e lideranças voltadas para os ODS; a identificação de prioridades, oportunidades e fraquezas; a integração, implementação e incorporação dos ODS nas estratégias, políticas e planos da universidade; por fim o monitoramento, avaliação e comunicação de suas ações com respeito aos ODS.**

Salienta-se que a UFT ocupa a nível regional um lugar privilegiado dentro da sociedade, de protagonismo em torno da criação e difusão do conhecimento. Com isso, tem um papel fundamental no cumprimento dos ODS e ao mesmo tempo, podem se beneficiar bastante ao se comprometerem com eles. Não restam dúvidas que a educação superior através da extensão universitária e da pesquisa científica é citada explicitamente em vários dos ODS. Entretanto, a UFT poderá contribuir, em razão de sua neutralidade e confiança, a nível bem mais amplo, nos desafios sociais, econômicos e ambientais existentes localmente. Esta contribuição deve exigir novos conhecimentos, tomadas de decisões difíceis entre opções opostas e, em alguns casos, a realização de profundas transformações. A sua experiência e preparação serão as chaves para poder vencer e superar os desafios proporcionando o conhecimento e as soluções que sustentem a implementação dos ODS. Estas funções serão fundamentais para ajudar a comunidade local a compreender os desafios, oportunidades e interações entre os ODS.

Também é necessário compreender que os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável são um marco global, muito bem recebido e aceito por governos, empresas, a sociedade civil, filantropos e cidadãos. Assim, a UFT pode obter uma variedade de benefícios ao apoiar a implantação dos ODS, como: atrair a demanda de educação relacionada aos ODS (formação, extensão e pesquisa); construir alianças e ter acesso a novas fontes de financiamento.

Por compreender que a educação é um dos alicerces dos ODS, a UFT, através de sua extensa variedade de atividades educativas e de aprendizado (cursos de graduação e pós-graduação, práticas profissionais, educação à distância e associações estudantis), tem um papel importante para desempenhar na implementação dos ODS. Portanto, será necessário dotar os alunos de conhecimento, habilidades e motivação para compreender e abordar os objetivos e, para se converterem em implementadores efetivos, precisam: habilidades transversais e “competências chave”; conhecimento básico das matérias de cada um dos ODS e conhecimento e compreensão do quadro dos ODS, de seu propósito e de suas aplicações.

Entretanto, para contribuir com a educação sobre os ODS, a UFT deverá: integrá-los aos princípios da Educação para o Desenvolvimento Sustentável em todos os cursos de graduação e pós-graduação, assim como na formação em extensão universitária e pesquisa; proporcionar formação sobre os ODS e a Educação do Desenvolvimento Sustentável - EDS para as pessoas responsáveis pela elaboração de planos de estudo, a coordenação dos cursos e aos docentes; oferecer formação e

desenvolvimento de habilidades para empresas e entidades externas sobre os ODS, assim como o conhecimento e habilidades necessárias para abordá-los; defender uma política de educação nacional e estatal que defenda os ODS; vincular a estudantes em processo de cocriação compartilhada de entorno de aprendizado e iniciativas que apoiem o aprendizado sobre os ODS; estruturar cursos em torno a projetos colaborativos para a troca com aplicação prática, na qual os alunos tenham opções para atuar e refletir de maneira iterativa e desenvolva uma capacidade adaptativa enquanto trabalha por um objetivo; empoderar e mobilizar a juventude.

Dessa forma, colocar em prática o apoio à implementação dos ODS será necessário fomentar e promovê-los como um tema de pesquisa e extensão; apoiar todo o espectro de abordagens de pesquisa, incluindo a pesquisa interdisciplinar e transdisciplinar; apoiar e fomentar a inovação para soluções de desenvolvimento sustentável; apoiar ativamente a implementação nacional e local dos ODS; defender o apoio nacional e a coordenação da pesquisa sobre os ODS e apoiar o desenvolvimento de capacidades para que os países emergentes desenvolvam e utilizem pesquisas sobre os ODS.

8. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

No âmbito da UFT, a comunicação é entendida com ênfase nos conceitos de comunicação organizacional e pública, primeiramente, como o fenômeno de relacionamento que se estabelece na organização – entre grupos, pessoas e diferentes setores acadêmicos e administrativos – e entre a organização e a sociedade, considerando seus diversos públicos estratégicos (stakeholders) internos e externos. Trata-se, portanto, da interação dialógica, dinâmica e multidirecional envolvendo Estado, governo, outras instituições, servidores, estudantes e cidadãos em geral, por diversos meios, veículos e canais.

Em segundo lugar, mas com igual importância, a comunicação é compreendida como um eixo estratégico que perpassa transversalmente todas as políticas, ações e atividades administrativas e acadêmicas da Universidade, abrangendo as três grandes áreas da Comunicação Organizacional Integrada – Comunicação Institucional, Comunicação Interna (Administrativa) e Mercadológica (Marketing). Neste sentido, seu propósito é fortalecer a identidade organizacional, agregar valor à imagem da organização e contribuir para o desenvolvimento organizacional e para a concretização da missão social da Instituição, neste caso estritamente relacionada à difusão científica, sempre visando ao interesse público.

Por fim, a comunicação é entendida como um instrumento de gestão e um processo organizacional sistemático e coordenado que, apesar de inerente a todos os setores e a todas as pessoas da organização, nas suas mais diversas áreas de formação e atuação, exige supervisão, articulação e inclui atividades próprias e exclusivas de profissionais de comunicação.

8.1. Política de Comunicação

A gestão da comunicação, por sua vez, é o processo permanente e sistemático de tomada de decisões, organicamente associado ao planejamento estratégico, que abrange todas as atividades orientadas para o relacionamento entre os públicos da organização e entre a organização com seus públicos de interesse e a sociedade em geral. Esse processo objetiva criar e manter fluxos efetivos de informação, participação e diálogo, em consonância com a política e os princípios gerais da organização, resguardando a pluralidade de ideias, mas, ao mesmo tempo, buscando evitar ruídos, desencontros de informações e a fragmentação da imagem institucional.

A política de comunicação é um dos principais instrumentos de gestão da comunicação, a qual fundamenta os planos, os projetos e as ações de comunicação. Consiste em um conjunto de princípios, diretrizes e posturas que objetivam favorecer a comunicação organizacional, orientando os agentes envolvidos na comunicação nas diversas instâncias administrativas da instituição e buscando garantir condutas uniformes, ao refletir valores e estabelecer conceitos compartilhados por toda a organização. Situada no nível estratégico, a política de comunicação deve estar em sintonia com a cultura organizacional, com a filosofia da Instituição e o seu modelo de gestão, que a avalizam e legitimam, promovendo condições para que ela seja efetivamente implantada e assumida como um compromisso cotidiano por todos os envolvidos na coletividade da Instituição.

Fundamentado na política de comunicação e elaborado também considerando outros documentos institucionais basilares como o Estatuto da UFT, o seu Regimento, o Planejamento Estratégico, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os Relatório de Avaliação Institucional, além de pesquisas avaliativas referentes à Instituição, como de clima, imagem, satisfação, motivação etc., o plano de comunicação projeta ações concretas a serem desenvolvidas e executadas em curto, médio e longo prazo, fixando metas e objetivos. Desdobra-se, no nível tático, em projetos descritivos das operações que visam a prescrever formas de viabilizar, na prática, as diretrizes definidas na política.

A política de comunicação da UFT define princípios e valores que estão diretamente relacionados e inspiram as diretrizes da comunicação na universidade, traduzidos em 7 tópicos: 1 – transparência; 2 – promoção do conhecimento e da cidadania; 3 – valorização das pessoas; 4 – participação; 5 – ética e responsabilidade social; 6 – qualidade e profissionalismo e 7 – zelo pela imagem institucional e compromisso organizacional.

Embora se possa dizer que, de modo geral, “toda ação é uma comunicação”, para fins de entendimento desta política, por ações de comunicação, especificamente, entendem-se ações planejadas e sistematizadas voltadas para a divulgação, o engajamento de públicos, a interatividade e a melhoria de relacionamentos organizacionais.

Ainda que toda e qualquer pessoa possa exercer o papel de sujeito no processo de comunicação, em suas mais diversas atividades cotidianas, são considerados agentes de comunicação os servidores (técnicos administrativos e docentes), funcionários terceirizados, bolsistas, estagiários e estudantes da UFT em geral designados para desenvolver, rotineira ou eventualmente, ações de comunicação nos diversos setores acadêmicos e administrativos da Universidade. Esses agentes desempenham o papel de colaboradores da assessoria de comunicação da Instituição e, ao assumir esse papel de forma articulada e integrada, ampliam o potencial de atuação da Superintendência de Comunicação.

Durante o período de execução desse PDI a Sucom terá papel fundamental de contribuir com a divulgação dos mecanismos de governança na universidade, além de alavancar a disseminação do cumprimento dos desafios estratégicos e sua contribuição para o desenvolvimento institucional.

8.2. Espaços e Canais Institucionais de Comunicação

8.2.1. Espaços Institucionais de Comunicação

São os espaços físicos ou virtuais onde constam informações institucionais acerca da UFT, ou onde a UFT é representada, como eventos, cartazes, fôlderes, outdoors, anúncios em emissoras de rádio e TV, prédios da Universidade, *site*s, perfis e páginas em mídias sociais etc.

Embora as diretrizes aqui presentes sejam aplicáveis a todos os ambientes institucionais da UFT, devendo ser consideradas em todos os níveis organizacionais, e embora a Superintendência de Comunicação preste serviços a todos os nichos acadêmicos e administrativos da Universidade, cabe ressaltar que a Sucom ocupa-se, principalmente e prioritariamente, dos espaços macroinstitucionais, ou seja, os mais

abrangentes, como as áreas “abertas” de convivência dos prédios, pelas quais circulam servidores de diferentes setores, alunos de diferentes cursos e o público externo (como os corredores, os restaurantes universitários, as secretarias acadêmicas etc.). Também são espaços macroinstitucionais os perfis e páginas oficiais na internet (como o Portal UFT, *Instagram, Facebook Linkedin, Twitter*), os eventos promovidos pela reitoria e suas pró-reitorias, e as campanhas ou peças publicitárias que abarquem públicos estratégicos de forma ampla (todos os alunos de graduação, e não os alunos de um curso específico, por exemplo).

8.2.2. Canais de Comunicação

A UFT utiliza como canais de comunicação interna e externa os seguintes: Portal UFT, Portal da Transparência, rádio UFT, redes sociais, *YouTube* (TV web), *Twitter, Facebook, Instagram*, ouvidoria etc.

8.2.2.1. Portal UFT

O Portal UFT é um espaço virtual multimídia que agrega as principais informações institucionais, inclusive por meio do menu específico “Acesso à Informação”, bem como notícias, tópicos e links relacionados às atividades da instituição, seus principais serviços e sistemas digitais, e documentos, tais como editais, relatórios, portarias e resoluções. Reúne os contatos da instituição (nomes dos setores e servidores, telefones, endereços e emails), e é o ponto de convergência dos conteúdos institucionais da UFT em seus diferentes tipos e formatos de mídia, sendo o canal oficial para a divulgação primária de notícias, comunicados, documentos e informações oficiais relacionadas às atividades acadêmicas e administrativas da Instituição.

8.2.2.2. Portal da Transparência

O Portal da Transparência da UFT é um espaço virtual onde estão concentradas as informações das diversas áreas da instituição e são apresentadas com a utilização de painéis de *business inteligence* (BI) que visam facilitar a interação com a comunidade externa e apresentar dados de maneira mais clara, objetiva e responsiva, facilitando o acesso e promovendo a transparência ativa. No espaço podem ser encontradas informações das seguintes áreas: 1 – administração e finanças; 2 – assistência estudantil; 3 – auditoria interna; 4 – extensão; 5 – gestão e desenvolvimento de pessoas; 6 – graduação; 7 – planejamento e orçamento e 8 – relatório de gestão.

8.2.2.3. UFTFM

A UFTFM é uma emissora de rádio educativa administrada pela Universidade Federal do Tocantins e que tem como missão oferecer programação de rádio fundamentada em Educação, Cultura, Cidadania e Diversidade. Sediada em Palmas, a Rádio opera na frequência 96,9 FM e também pela internet. A rádio busca a diversidade e a qualidade na programação musical, o incentivo à cultura e à produção locais; a disseminação do conhecimento produzido e armazenado na Universidade e a prestação de serviços para a comunidade.

Como emissora pública e educativa, a UFT FM se apresenta como uma alternativa de rádio nova e diferente para o ouvinte tocantinense. Suas diretrizes foram construídas com a participação da comunidade acadêmica e de representantes de diversos setores da sociedade.

8.2.2.4. Programa Radar da Ciência

O programa Radar da Ciência tem o propósito de aproximar a ciência, tecnologia e inovação que são produzidas dentro da Universidade, ao dia a dia da sociedade, colaborando com a disseminação dos objetivos e desafios estratégicos da instituição. O programa, em linhas gerais, entrevista especialistas das mais variadas áreas temáticas e tenta fazer uma aplicação prática da ciência e tecnologia que são produzidas nos laboratórios. Em média são apresentados 34 programas por ano.

8.2.2.5. Redes Sociais

A UFT está presente com perfis, páginas e canais oficiais no *Facebook*, no *Twitter*, no *Instagram*, no *YouTube* e no *Linkedin*. Em todas as redes a Universidade identifica-se como “UFT Oficial”. Os conteúdos publicados são direcionados conforme o público, os recursos e as funcionalidades existentes em cada rede social, sendo possíveis interações como “seguir”, “curtir”, “compartilhar” e “comentar” conteúdos, bem como o envio direto de mensagens à instituição, as quais são respondidas na maior brevidade possível pela Superintendência de Comunicação, ou encaminhadas ao setor responsável.

Nas principais redes sociais da UFT, que são *Instagram* e *Facebook* houve um grande crescimento em relação ao número de seguidores, conforme demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6. Número de seguidores das redes sociais da UFT

Número de seguidores das redes sociais: *Instagram* e *Facebook* (intervalo de 2017 a 2020)				
Rede Social	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Instagram	3.230	12.000	24.895	36.300
Facebook	12.345	21.929	23.253	23.496

Fonte: Sucom UFT

8.2.2.6. *Newsletter* digital

Este canal de comunicação consiste no envio de correspondências digitais periódicas para professores, técnicos administrativos, alunos e outros públicos estratégicos, como a imprensa, com conteúdo segmentado e personalizado, incluindo notícias selecionadas do Portal UFT e outras informações relevantes referentes à instituição, como *links* para aprofundamento dos conteúdos. Com isto, pretende-se atender, por um lado, a demanda verificada entre a comunidade universitária, por meio de pesquisa, por conteúdos institucionais (que atualmente são disponibilizados no *site*, mas dependem da ação do usuário de ir até eles). Por outro lado, espera-se aproveitar o potencial, também observado por meio de pesquisa, do *e-mail* institucional como forma de levar até os públicos internos essas informações.

8.2.2.7. Ouvidoria

A Ouvidoria é a unidade que promove a participação popular, a transparência e a eficiência no Serviço Público. Assim, na UFT, é o canal pelo qual o cidadão, membro ou não da comunidade acadêmica, pode solicitar informações sobre a Universidade que não estejam disponíveis, fazer perguntas e se manifestar sobre as ações da instituição por meio de críticas, denúncias, elogios, reclamações ou sugestões.

8.3. Públicos Estratégicos (*stakeholders*) da Comunicação

São considerados públicos estratégicos (ou *stakeholders*) da UFT aqueles que, direta ou indiretamente, têm direitos ou interesses associados à organização e, por suas ações e reações, impactam a Instituição ou são afetados por ela. Tais públicos podem ser agrupados segundo diferentes classificações complementares, definidas a seguir.

8.3.1. Públicos internos e externos

O público interno é composto por pessoas/categorias/departamentos que possuem vínculo formal com a Instituição como estudantes e/ou servidores e integram a comunidade universitária e a estrutura acadêmico-administrativa da UFT enquanto o público externo abrange pessoas/categorias/organizações que possuem ligação com a

UFT formal (por meio de contratos e convênios, por exemplo, ou por subordinação, como o Ministério da Educação) ou não, mas que não integram a comunidade universitária e a estrutura acadêmico-administrativa da UFT.

8.3.2 Públicos primários e secundários

Públicos primários são aqueles que, em função da sua participação permanente, são indispensáveis para a manutenção da atividade da organização, incluindo, de modo geral, públicos internos e ainda fornecedores, governos e a comunidade local; e públicos secundários são aqueles que, embora influenciem a Instituição e sejam afetados por ela, não estão necessariamente comprometidos com a Universidade e não são essenciais para a sua sobrevivência, incluindo, por exemplo, a mídia, organizações não governamentais (ONGs), sindicatos e entidades de classe.

Para este novo PDI, a SUCOM tem desafios de aumentar em 10% a produção de conteúdo – matérias publicadas no portal; aumentar em 25% o número de seguidores nas redes *Instagram* e *Facebook*; aumentar em 15% o número de notícias externas, em outros veículos. Dentre outros desafios, apresenta-se o de aumentar a capilaridade da comunicação sistêmica da instituição e propor a inserção de novas plataformas de conteúdo.

9. CURSOS E PROGRAMAS OFERTADOS NA UFT

A UFT possui uma estrutura multicampi e por esse motivo a atuação acadêmica será apresentada por câmpus, incluindo informações a respeito da cidade em que cada unidade está localizada. Assim, serão descritos os cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico), pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, além dos cursos de extensão que são ofertados para a comunidade e o mercado corporativo.

9.1. Câmpus de Arraias

O Município de Arraias está localizado na Região Sudeste do Estado do Tocantins, e tem uma extensão territorial de 5.787Km², altitude de 580 metros acima do nível do mar e uma população, segundo dados do IBGE 2010, de aproximadamente 10.645 habitantes.

As primeiras habitações do território deste município decorreram da descoberta de riquíssimo garimpo de ouro, na Chapada dos Negros, a 3Km da atual sede municipal. Em 1736, deram-se as primeiras entradas de grandes contingentes de escravos procedentes provavelmente da Bahia, tendo em vista os costumes e tradições baianas de seus moradores. Em 1740, D. Luís de Mascarenhas, Governador

da Capitania de São Paulo, em viagem de Vila Boa a Natividade, para pacificação política no norte e nordeste de Goiás, fundou um novo “arraial”, efetuando a transferência da povoação “Chapada dos Negros” para a nova sede do povoamento, com a ajuda do Capitão Felipe Antônio Cardoso e os negros escravos. Traçado o arruamento e efetivadas as primeiras habitações, o arraial recebeu a denominação de “ARRAIAS”, atribuído à espécie de peixes de ferrões peçonhentos encontrados no ribeirão de mesmo nome que nasce próximo à cidade[16].

O câmpus universitário de Arraias oferece 5 cursos de graduação presenciais, conforme demonstrado no Quadro 3 e 1 curso de pós-graduação *stricto sensu* demonstrado no Quadro 4.

Quadro 3. Cursos de graduação presencial oferecidos no Câmpus de Arraias

Curso	Grau	Duração	Turno	Situação Legal	Último Conceito
Educação do Campo	Licenciatura	8 a 12 semestres	Matutino/ Vespertino	Resolução Consepe n° 05/2014, em 22/01/2014	Curso 5 (2019)
Matemática	Licenciatura	8 a 12 semestres	Matutino/ Noturno	Portaria MEC nº 286, de 21/12/2012	Enade 2 (2014) CPC 3 (2014)
Pedagogia	Licenciatura	9 a 12 semestres	Matutino/ Noturno	Portaria MEC nº 432, de 15/05/2017	Enade 2 (2014) CPC 3 (2014) Curso 4 (2014)
Turismo Patrimonial e Socioambiental	Tecnólogo	6 a 9 semestres	Noturno	Resolução Consepe nº 07 de 16 de agosto de 2016	Curso 4 (2017)
Direito	Bacharelado	10 a 16 semestres	Noturno	Resolução Consuni nº 35/2017 e Portaria MEC nº 190, de 17/04/2019	CPC 5 (2018)

Fonte: Catálogo das Condições de Oferta de Cursos de Graduação da UFT, 2018 e Direção do Câmpus de Arraias

[16] PREFEITURA DE ARRAIAS. História. Disponível em <https://www.arraias.to.gov.br/municipio>. Acesso em 04 de jan. de 2021. Adaptado.

Quadro 4. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no Câmpus de Arraias

Curso	Modalidade	Situação legal	Último conceito
Programa de Mestrado em Matemática em Rede Nacional	Profissional	Portaria MEC n.º 656, de 22/05/2017	5 (2017)

Fonte: Propesq, em 05 de fev. de 2021

9.2. Câmpus de Gurupi

Gurupi, também conhecida como Capital da Amizade é a terceira maior cidade do Tocantins, está localizada na região sul do estado a 214Km da capital, tem uma extensão territorial de 1.836,091Km² e uma população, segundo dados do IBGE 2010, de aproximadamente 87.545 habitantes.

A cidade fica no limite divisório de águas entre o Rio Araguaia e o Rio Tocantins, às margens da Rodovia Belém-Brasília, a BR-153, e é o polo regional de toda a região sul do estado, tendo como principais fontes de renda a pecuária e a agricultura.

O câmpus universitário de Gurupi oferece 4 cursos de graduação presenciais (Agronomia, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, Engenharia Florestal e Química Ambiental), conforme demonstrado no Quadro 5 e 4 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrados em Biotecnologia, Ciências Florestais e Ambientais, Produção Vegetal e Doutorado em Produção Vegetal), demonstrados no Quadro 6 além de 5 cursos na modalidade à distância pelo sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB (Administração Pública, Biologia, Física, Matemática e Química).

Quadro 5. Cursos de graduação oferecidos no Câmpus de Gurupi

Curso	Grau	Duração	Turno	Situação Legal	Último Conceito
Agronomia	Bacharelado	10 a 14 semestres	Integral	Portaria MEC nº 1, de 06/01/2012	Enade 3 (2016) CPC 4 (2013) Curso 4 (2005)
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Bacharelado	10 a 15 semestres	Integral	Portaria MEC nº 1094, de 24/12/2015	Enade 3 (2014) CPC 3 (2014) Curso 3 (2014)
Engenharia Florestal	Bacharelado	9 a 18 semestres	Integral	Portaria MEC nº 1.094 de 24/12/2015	Enade 3 (2014) CPC 3 (2014) Curso 3 (2012)
Química Ambiental	Bacharelado	9 a 13 semestres	Integral	Portaria MEC nº 1.094 de 24/12/2015	Enade 2 (2014) CPC 3 (2014) Curso 3 (2014)

Fonte: Catálogo das Condições de Oferta de Cursos de Graduação da UFT, 2018

Quadro 6. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no Câmpus de Gurupi

Curso	Modalidade	Situação legal	Último conceito
Mestrado em Biotecnologia	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2017)
Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2017)
Mestrado em Química	Acadêmico	Portaria MEC nº 1.338, de 23/10/2017	3 (2017)
Mestrado em Produção Vegetal	Acadêmico	Portaria MEC nº 543, de 17/06/2020	5 (2017)
Doutorado em Produção Vegetal	Acadêmico	Portaria MEC nº 543, de 17/06/2020	5 (2017)

Fonte: Propesq, em 05 de fev. de 2021

9.3. Câmpus de Miracema

A história de Miracema começa com os garimpos que atraíam imigrantes para o Norte de Goiás, no início do século XX, passando pela exploração da cana-de-açúcar e a navegação fluvial. Em 1929 chegaram os primeiros habitantes, se fixando no local devido à beleza da paisagem. A região foi denominada Xerente e Bela Vista. Em 1948 o distrito foi desmembrado de Araguacema, com a denominação de Miracema do Norte. Em 1988, com o desmembramento do Estado de Goiás, originando o Tocantins, Miracema do Norte, hoje Miracema do Tocantins, foi escolhida para sediar a capital provisória do Estado, por ato do presidente da República. Permaneceu nesta condição no período de 1º de janeiro de 1989 até 31 de dezembro do mesmo ano, quando foi instalada, em Palmas, a capital definitiva[17].

O câmpus universitário de Miracema oferece 4 cursos de graduação presenciais (Pedagogia, Serviço Social, Educação Física e Psicologia), conforme demonstrado no Quadro 7 e 2 cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* demonstrados nos Quadros 8 e 9.

Quadro 7. Cursos de graduação oferecidos no Câmpus de Miracema

Curso	Grau	Duração	Turno	Situação Legal	Último Conceito
Educação Física	Licenciatura	8 a 12 semestres	Noturno	Resolução Consuni n° 15/2013, de 19/11/2013	Enade 2 (2014)

[17] PREFEITURA DE MIRACEMA DO TOCANTINS. História. Disponível em <https://www.miracema.to.gov.br/cidade/historia>. Acesso em 05 de jan. de 2021

Pedagogia	Licenciatura	9 a 12 semestres	Matutino / Noturno	Portaria MEC nº 286, de 21/12/2012	Enade 2 (2014) CPC 3 (2014)
Psicologia	Bacharelado	10 a 14 semestres	Integral	Portaria MEC nº 1, de 07/01/2016	Curso 4 (2015)
Serviço Social	Bacharelado	9 a 13 semestres	Matutino / Noturno	Portaria MEC nº 822, de 30/12/2014	Enade 3 (2016) CPC 4 (2013) Curso 4 (2011)

Fonte: Catálogo das Condições de Oferta de Cursos de Graduação da UFT, 2018

Quadro 8. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no Câmpus de Miracema

Curso	Modalidade	Situação legal	Último conceito
Mestrado em Serviço Social	Acadêmico	Portaria MEC nº 485, de 18/05/2020	3 (2019)

Fonte: Plataforma Sucupira

Quadro 9. Cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos no Câmpus de Miracema

Curso
Especialização em Serviço Social

Fonte: Propesq, em 10 de fev. de 2021

9.4. Câmpus de Palmas

Palmas é a última cidade do século XX completamente planejada, já que a cidade nasceu e foi projetada desde o início para ser a capital do estado do Tocantins, sendo também a mais nova capital estadual do país. O município caracteriza-se por ter a melhor qualidade de vida entre as capitais e municípios do norte brasileiro. O crescimento de Palmas foi demasiado durante a década de 1990. Em 1991 a cidade tinha uma população de 24.261 habitantes. No ano de 2000, a cidade já contava com 130.528 habitantes e segundo a estimativa do IBGE, em 2020 sua população ultrapassou os 300 mil habitantes, sendo projetada em 306.296 pessoas. Sua urbanização também cresceu nos últimos anos. Apesar de uma desaceleração, Palmas tem um crescimento econômico de 8,7%, maior do que o índice nacional e do estado.

O câmpus universitário de Palmas oferece 17 cursos de graduação presenciais conforme demonstrado no Quadro 10, 21 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, demonstrados no Quadro 11 e 11 cursos de pós-graduação *lato sensu*, demonstrados no Quadro 12.

Quadro 10. Cursos de graduação oferecidos no Câmpus de Palmas

Curso	Grau	Duração	Turno	Situação Legal	Último Conceito
Administração	Bacharelado	8 a 12 semestres	Matutino / Noturno	Portaria MEC nº 705, de 19/12/2013	Enade 4 (2015) CPC 3 (2015)

Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	10 a 16 semestres	Integral	Portaria MEC nº 250, de 07/07/2011	Enade 3 (2014) CPC 3 (2014)
Ciência da Computação	Bacharelado	8 a 12 semestres	Integral	Portaria MEC nº 286 de 21/12/2012	Enade 3 (2014) CPC 3 (2014)
Ciências Contábeis	Bacharelado	8 a 12 semestres	Noturno	Portaria MEC nº 931 de 24/08/2017	Enade 4 (2015) CPC 3 (2015) Curso 4 (2015)
Ciências Econômicas	Bacharelado	9 a 14 semestres	Matutino / Noturno	Portaria MEC nº 705 de 18/12/2013	Enade 2 (2015) CPC 3 (2015) Curso 4 (2005)
Jornalismo	Bacharelado	8 a 14 semestres	Matutino / Noturno	Portaria MEC nº 705 de 18/12/2013	Enade 3 (2015) CPC 3 (2015) Curso 3 (2005)
Direito	Bacharelado	10 a 15 semestres	Matutino / Noturno	Portaria MEC nº 797 de 26/07/2017	Enade 5 (2015) CPC 3 (2015) Curso 4 (2017)
Enfermagem	Bacharelado	9 a 13 semestres	Integral	Portaria MEC nº 822 de 30/12/2014	Enade 4 (2016) Curso 3 (2012)
Engenharia Ambiental	Bacharelado	10 a 16 semestres	Integral	Portaria MEC nº 1.094 de 24/12/2015	Enade 3 (2014) CPC 3 (2014) Curso 5 (2005)
Engenharia Civil	Bacharelado	10 a 15 semestres	Integral	Portaria MEC nº 1.094 de 24/12/2015	Enade 5 (2014) CPC 4 (2014) Curso 4 (2012)
Engenharia de Alimentos	Bacharelado	10 a 15 semestres	Integral	Portaria MEC nº 286 de 21/12/2012	Enade 2 (2014) CPC 3 (2014)
Engenharia Elétrica	Bacharelado	10 a 15 semestres	Integral	Portaria MEC nº 517 de 15/10/2013	Enade 2 (2014) CPC 4 (2012) Curso 2 (2014)
Filosofia	Licenciatura	8 a 12 semestres	Noturno	Portaria MEC nº 1.094 de 24/12/2015	Enade 3 (2014) CPC 3 (2014) Curso 4 (2012)
Medicina	Bacharelado	12 a 18 semestres	Integral	Portaria MEC nº 189 de 01/10/2012	Enade 4 (2016) CPC 3 (2013) Curso 4 (2012)
Nutrição	Bacharelado	8 a 12 semestres	Integral	Portaria MEC nº 822 de 30/12/2014	Enade 4 (2016) CPC 3 (2013) Curso 3 (2012)
Pedagogia	Licenciatura	9 a 12 semestres	Matutino / Noturno	Decreto Estadual nº 1.852 de 11/09/2003	Enade 3 (2014) CPC 3 (2014)
Teatro	Licenciatura	8 a 12 semestres	Noturno	Portaria MEC nº 565 de 30/09/2014	Curso 3 (2014)

Fonte: Catálogo das Condições de Oferta de Cursos de Graduação da UFT, 2018

Quadro 11. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no Câmpus de Palmas

Curso	Modalidade	Situação legal	Último conceito
Mestrado em Agroenergia	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2017)

Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2017)
Mestrado em Ciências da Saúde	Acadêmico	Portaria MEC nº 543, de 17/06/2020	5 (2017)
Mestrado em Ciências do Ambiente	Acadêmico	Portaria MEC nº 543, de 17/06/2020	4 (2017)
Mestrado em Comunicação e Sociedade	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2017)
Mestrado em Desenvolvimento Regional	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2017)
Mestrado em Educação	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2017)
Mestrado em Educação	Profissional	Portaria MEC nº 1.041, de 12/09/2016	3 (2016)
Mestrado em Engenharia Ambiental	Profissional	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2017)
Mestrado em Ensino em Ciências e Saúde	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2017)
Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	Profissional	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2017)
Mestrado em Filosofia	Profissional	Portaria MEC nº 259, de 15/02/2017	3 (2017)
Mestrado em Matemática em Rede Nacional	Profissional	Portaria MEC nº 656, de 22/05/2017	5 (2017)
Mestrado em Modelagem Computacional de Sistemas	Profissional	Portaria MEC nº 601 de 09/07/2013	4 (2017)
Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos	Profissional	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2019)
Mestrado em Administração Pública	Profissional	Portaria MEC nº 922 de 24/10/2014	3 (2014)
Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação	Profissional	Portaria MEC n.º 559 de 30/06/2016	4 (2016)
Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia – Redebionorte	Acadêmico	Portaria MEC nº 1331, de 08/11/2012	4 (2012)
Doutorado em Modelagem Computacional de Sistemas	Profissional	Portaria MEC nº 475, de 12/05/2020	4 (2020)
Doutorado em Ciências do Ambiente	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2017)
Doutorado em Desenvolvimento Regional	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de	4 (2017)

		18/03/2019	

Fonte: Propesq, em 05 de fev. de 2021

Quadro 12. Cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos no Câmpus de Palmas

Curso
MBA em Agronegócio
Análise de Dados de Controle
Transtorno do Espectro Autista
Direito e Meio Ambiente
Direito e Processo Administrativo
Direito e Processo Constitucional
Direito e Processo do Trabalho
MBA em Marketing Estratégico
Gestão Estratégica da Inovação e Política de Ciência e Tecnologia
Gestão Pública e Sociedade
Saneamento Ambiental

Fonte: SIE. Acesso em 10 de fev. de 2021

9.5. Câmpus de Porto Nacional

O município de Porto Nacional está localizado a 66Km da capital e tem cerca de 50 mil habitantes.

Fundado no início do século XIX, Porto Nacional sempre esteve diretamente ligado histórica e culturalmente ao rio Tocantins. Ao longo daquele século e do XX, a principal via de acesso era o rio. Embarcações singravam o Tocantins transportando mercadorias entre Porto Nacional e Belém do Pará. Com a construção da rodovia BR-153, nos anos 1970, o fluxo de pessoas e mercadorias passou para a via terrestre.

Os nomes atribuídos à cidade estão relacionados com a situação política vigente no país: Porto Real, quando era Brasil-reino; Porto Imperial, na época do Império e finalmente Porto Nacional, após a proclamação da república[18].

O município é um dos mais antigos do estado e, desde o início do século XX, destaca-se como um grande centro religioso, educacional e cultural, sendo que duas missões de padres dominicanos franceses foram responsáveis por esse processo; primeiramente na educação e catequização de homens, depois inovando com a vinda de missionárias para educar as mulheres. Pelo censo de 1861, realizado na localidade, constatou que ali havia uma população de 3.897 pessoas livres e 416 escravos, perfazendo um total de 4.313 habitantes. Além do que, o levantamento

[18] WIKIPÉDIA A enciclopédia livre. Porto Nacional. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Nacional>. Acesso em 21 de jan. de 2021

censitário daquele ano apontou a existência de 3 escolas para alunos do sexo masculino e uma para estudantes do sexo feminino[19].

O Câmpus Universitário de Porto Nacional oferece 10 cursos de graduação presenciais conforme demonstrado no Quadro 13 e 4 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, demonstrados no Quadro 14.

Quadro 13. Cursos de graduação oferecidos no Câmpus de Palmas

Curso	Grau	Duração	Turno	Situação Legal	Último Conceito
Ciências Biológicas	Bacharelado	8 a 12 semestres	Integral	Portaria MEC nº 1094, de 24/12/2015	Enade 2 (2014) CPC 4 (2014)
Ciências Biológicas	Licenciatura	8 a 12 semestres	Integral	Portaria MEC nº 1094, de 24/12/2015	Enade 2 (2014) CPC 4 (2014)
Ciências Sociais	Bacharelado	8 a 12 semestres	Noturno	Resolução Consuni 03/2014, de 26/02/2014	
Geografia	Bacharelado	8 a 12 semestres	Noturno	Portaria MEC nº 286, de 21/12/2012	Enade 1 (2014) CPC 3 (2014)
Geografia	Licenciatura	8 a 12 semestres	Noturno	Portaria MEC nº 1094, de 24/12/2015	Enade 2 (2014) CPC 3 (2014)
História	Licenciatura	8 a 12 semestres	Matutino / Noturno	Portaria MEC nº 286, de 21/12/2012	Enade 2 (2014) CPC 3 (2014)
Letras - Língua Inglesa e respectivas literaturas	Licenciatura	8 a 12 semestres	Matutino / Noturno	Portaria MEC nº 286, de 21/12/2012	Enade 1 (2014) CPC 3 (2014) Curso 4 (2014)
Letras - Libras	Licenciatura	8 a 12 semestres	Matutino / Noturno	Resolução Consuni 22/2013, de 19/12/2013	
Letras - Língua Portuguesa e respectivas literaturas	Licenciatura	8 a 12 semestres	Matutino / Noturno	Portaria MEC nº 284, de 01/07/2016	Enade 1 (2014) CPC 3 (2014) Curso 4 (2014)
Relações Internacionais	Bacharelado	8 a 12 semestres	Vespertino	Resolução Consuni 15/2013, de 19/11/2013	

Fonte: Catálogo das Condições de Oferta de Cursos de Graduação da UFT, 2018

Quadro 14. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no Câmpus de Porto Nacional

Curso	Modalidade	Situação legal	Último conceito
Mestrado em Biodiversidade, Ecologia e Conservação	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2017)

[19] PREFEITURA DE PORTO NACIONAL. História. Disponível em <https://www.portonacional.to.gov.br/index.php/historia>. Acesso em 21 de jan. de 2021

Mestrado em Geografia	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2017)
Mestrado em Letras	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2017)
Mestrado em História das Populações Amazônicas	Profissional	Portaria MEC nº 485, de 18/05/2020	3 (2020)

Fonte: Propesq, em 05 de fev. de 2021

9.6 – Educação à Distância - EaD

Desde 2006, a Coordenação da UAB/Diretoria de Tecnologias Educacionais – DTE é responsável pela oferta de cursos na modalidade de ensino à distância que se caracteriza como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Estão organizados segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para: I - avaliações de estudantes; II – estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente; III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso. É disponibilizado ambiente virtual de aprendizagem para as disciplinas de cursos presenciais e também é adotado o *Moodle* como ferramenta. O sistema pode ser acessado em ead.uft.edu.br

Hoje o ensino à distância da UFT está presente em 23 polos, distribuídos em todas as regiões do estado: Alvorada, Ananás, Araguacema, Araguaína, Araguatins, Arraias, Colinas, Cristalândia, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Guaraí, Gurupi, Lagoa da Confusão, Mateiros, Miracema, Nova Olinda, Palmas, Palmeirópolis, Paraíso, Pedro Afonso, Porto Nacional, Taguatinga, Xambioá[20]. A Figura 23 mostra a localização dos polos EaD da Universidade.

[20] Universidade Federal do Tocantins – Diretoria de Tecnologias Educacionais. Disponível em https://*sites*.uft.edu.br/dte/index.php/polos. Acesso em 23 de fev. de 2021.

Figura 23. Demonstração dos polos EaD da UFT

Fonte: UFT/DTE. Disponível em <https://*site*s.uft.edu.br/dte/index.php/polos>. Acesso em 05 de fev. de 2021.

10. PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente da UFT é atualmente composto por 1.151 professores efetivos e substitutos, sendo 107 no regime de 20h, 42 no regime de 40h e 951 no regime de dedicação exclusiva.

Os docentes efetivos são os que ingressaram na universidade por meio de concurso público de provas e títulos e desempenham suas atividades em regime integral com dedicação exclusiva (DE), 40 horas ou 20 horas, conforme dispõe a legislação específica.

Já os substitutos também ingressaram na instituição por meio de concurso público de provas e títulos, entretanto seu regime de trabalho é de 40 ou 20 horas e permanecem na universidade por um período máximo de 2 anos. Quanto aos convidados/voluntários, desempenham suas atividades durante um período mínimo de 6 meses e máximo de 2 anos, podendo ser prorrogado por igual período e não possuem vínculo empregatício com a universidade, sendo que a relação é determinada por um termo de adesão firmado entre as partes.

O docente efetivo que já tenha sido aprovado no estágio probatório pode solicitar alteração no regime de trabalho desde que atenda a três requisitos: 1 - que tenha aprovação do seu colegiado; 2 – que o curso tenha pontuação excedente no banco de professor equivalente e 3 – que a solicitação seja deferida pelo Conselho Superior competente.

Quadro 15. Evolução do número de docentes substitutos por grau de titulação e jornada de trabalho

2015	Jornada de Trabalho	Doutor	Mestre	Especialista	Graduado	Total
	40h	1	17	7	10	35
	20h		3	1	3	7
	Total	1	20	8	13	42
2020	Jornada de Trabalho	Doutor	Mestre	Especialista	Graduado	Total
	40h	7	22	9	5	43
	20h	2	2	4	0	8
	Total	9	24	13	5	51

Fonte: Progedep, em 11 de mar. de 2021

Quadro 16. Evolução do número de docentes efetivos por grau de titulação e jornada de trabalho

2015	Jornada de Trabalho	Doutor	Mestre	Especialista	Graduado	Total
	Dedicação Exclusiva	459	340	10	3	812
	40h	15	42	10		67
	20h	7	38	47	2	94
	Total	481	420	67	5	973
2020	Jornada de Trabalho	Doutor	Mestre	Especialista	Graduado	Total
	Dedicação Exclusiva	746	194	11	0	951
	40h	20	19	três	zero	42
	20h	16	47	42	dois	107
	Total	782	260	56	dois	1100

Fonte: Progedep, em 11 de mar. de 2021

10.1. Plano de Carreira

O plano de carreira do corpo docente da UFT está definido pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior. E no âmbito interno, foi editada a Resolução Consuni nº 23, de 10 de dezembro de 2015 que

dispõe sobre as normas para a Avaliação de Desempenho de Docente da Universidade Federal do Tocantins no Estágio Probatório e para fins de Progressão e Promoção na Carreira.

A Carreira do Magistério Superior é composta das seguintes classes: I – Professor Auxiliar; II – Professor Assistente; III – Professor Adjunto; IV – Professor Associado; e V – Professor Titular.

Quadro 17. Plano de Carreira do Magistério Superior

CARGO	CLASSE	NÍVEL
Professor de Magistério Superior	Titular	1
	Associado	4
		3
		2
		1
	Adjunto	4
		3
		2
		1
	Assistente	2
		1
	Auxiliar	2
		1

Fonte: Lei 12.772/12

Cada uma dessas classes divide-se em até quatro níveis sendo que cada nível corresponde a um padrão de rendimento.

10.2. Critérios de Seleção e Contratação

A contratação de docentes efetivos e substitutos dar-se-á mediante processo seletivo. O processo seletivo para a contratação de professores efetivos, em regime de Dedicação Exclusiva (DE), ou 20 horas, inicia com a autorização concedida pelo Ministério da Economia para realização de concursos públicos com as normas estabelecidas em um edital, de modo que os candidatos concorram a um determinado número vagas e são selecionados, posteriormente assumem esses cargos de acordo com suas competências.

A Universidade Federal do Tocantins instaurou esse Programa em consonância com o que prevê a Constituição Federal, especificamente no Art. 37, VIII e a Lei n. 8.112/90, Art. 5º, § 2º, a qual estabelece que deverá ser reservado o percentual de até 20%, das vagas oferecidas no concurso às pessoas com deficiência.

10.3. Procedimentos para Professor Substituto e Professor Convidado

O processo para solicitação de contratação de professor substituto, em regime de 40 horas ou 20 horas, inicia na Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progedep), local para o qual as Coordenações dos Cursos devem encaminhar: a portaria que autoriza o afastamento do docente e a Ficha de Solicitação devidamente preenchida e assinada pelo coordenador do curso e diretor do câmpus. A verificação de disponibilidade de banco de professor equivalente é feito pela Progedep após o envio das documentações necessárias para requerimento de professor substituto, além da verificação de disponibilidade orçamentária.

A contratação do professor substituto ocorrerá nas Unidades de Gestão de Pessoas dos cinco Câmpus da UFT, que solicitarão ao candidato os documentos legais para efetivação da posse e informará o período para que o professor possa entrar em exercício como docente da UFT.

A composição da banca para seleção dos professores substitutos deve ser constituída por, no mínimo três docentes, que avaliará o candidato por meio de arguição, memorial circunstanciado e análise do tempo de serviço em docência, tempo de experiência profissional vinculado à área de conhecimento avaliada, titulação acadêmica, disponibilidade de horário, prova didática.

O processo de admissão de professor convidado para prestação de serviços voluntários no âmbito da Universidade Federal do Tocantins seguirá o preconizado na Resolução Consepe nº 11/2011, tendo início com a manifestação de interesse do professor convidado, no colegiado do curso, em desempenhar atividades de ensino,

pesquisa e extensão na UFT e caso haja aprovação dos docentes do colegiado, o interessado deve providenciar a entrega na Unidade de Gestão de Pessoas do câmpus dos documentos necessários para que possa exercer as atividades de docente.

11. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UFT

O Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins estabelece as normas de funcionamento da organização administrativa e acadêmica e para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade Federal do Tocantins estruturara-se em câmpus universitários, unidades perfeitamente definidas, com funções próprias e organizações semelhantes, instituídos como órgãos abertos a toda a entidade. Além disso, o Estatuto da UFT, alterado pela Resolução Consuni nº 16 de 19 de dezembro de 2015, em seu art. 8º estabelece os Órgãos da Administração Superior e a Resolução Consuni nº 29/2018 (que dispõe sobre normas e procedimentos para o processo de organização e inovação da estrutura organizacional, visando o fortalecimento da capacidade institucional no âmbito da UFT) determina em seu Capítulo IV a estrutura e organização universitária, estabelecendo que a Universidade esteja organizada hierarquicamente conforme a Figura 24.

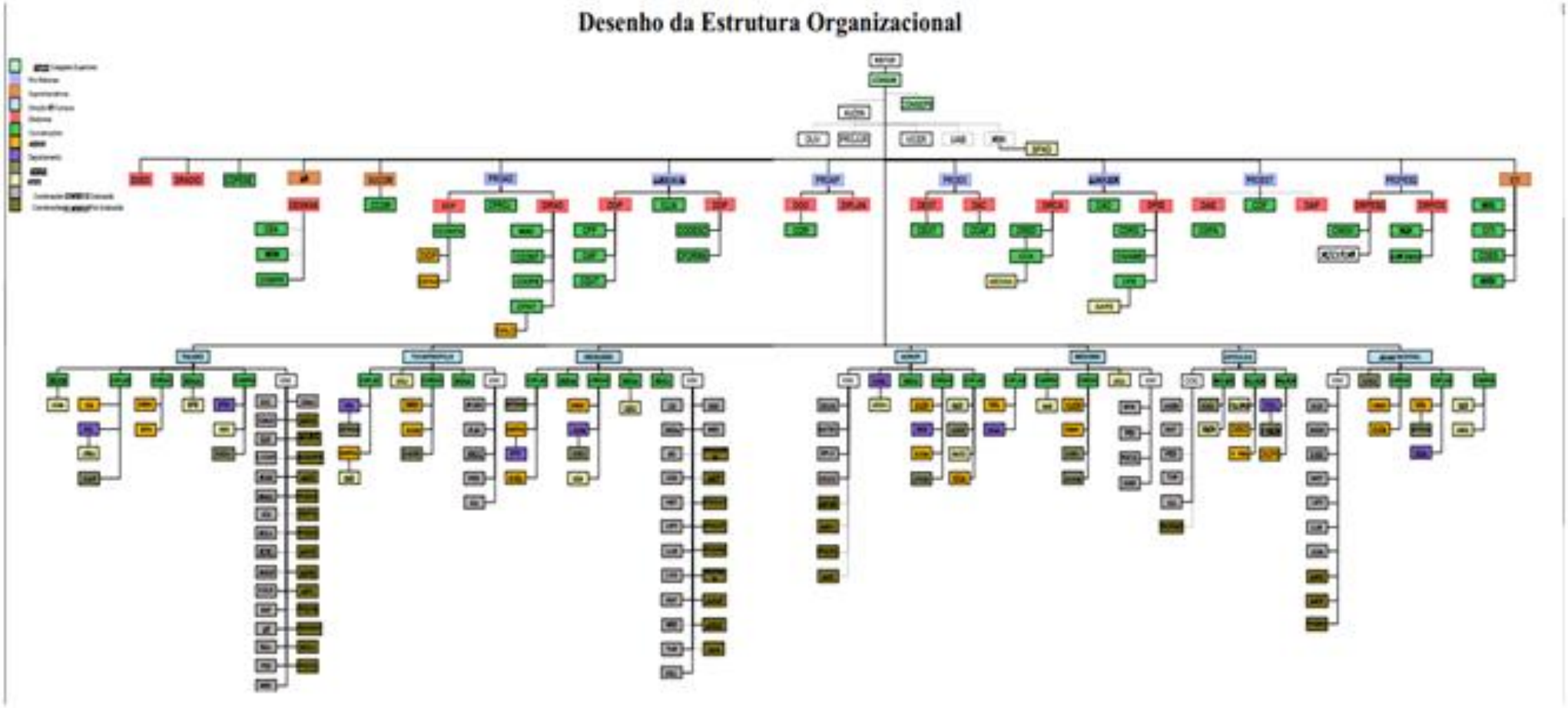

Figura 24. Estrutura Organizacional da UFT

Dessa forma, a estrutura hierárquica é organizada em níveis, conforme segue:

Nível estratégico – Alta Administração, que corresponde à instância máxima deliberativa da organização e se constitui pelo conjunto de autoridades públicas investidas de autoridade política; ou seja, pelas pessoas investidas nos cargos em comissão de direção de mais alto nível na hierarquia interna do órgão. No contexto das organizações, a Alta Administração exerce o papel de liderar e coordenar as demais partes da estrutura e exercer a autoridade política nas “relações de fronteira”, interagindo com o ambiente externo em nível institucional.

São unidades da Alta Administração:

- Conselhos Superiores;
- Auditoria Interna;
- Reitoria e suas assessorias estratégicas;
- Pró-reitorias;
- Superintendências;
- Prefeitura Universitária.

Nível tático – Linha Gerencial, que constitui a estrutura de coordenação do órgão ou entidade pública – proporciona a integração horizontal, entre os processos finalísticos e entre estes e os de suporte, e a integração vertical, entre o nível técnico, finalístico e de suporte, e a Alta Administração. Ela se compõe pelo conjunto de titulares de cargos de direção, abaixo da Alta Administração, ou seja, de média gerência. A função da Linha Gerencial é fazer a estratégia chegar até a base e fazer a base chegar até a estratégia.

São unidades da Alta Administração:

- Diretorias Universitárias dos Câmpus;
- Diretorias das Pró-reitorias.

Nível operacional – Suporte Administrativo, que se refere aos sistemas de trabalho que têm como finalidade apoiar, prioritariamente, os processos finalísticos da organização, realizados no nível técnico, como também a atuação da Alta Administração e da Linha Gerencial. As áreas de Suporte Administrativo têm por competências supervisionar e coordenar, no âmbito do órgão, as atividades de organização e modernização administrativa, de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais.

São unidades da Alta Administração:

- Coordenações;
- Divisões;
- Departamentos;
- Seções;
- Setores.

11.1. Unidades da Alta Administração

11.1.1. Conselhos Superiores

Órgãos colegiados, de caráter deliberativo, consultivo ou judicante, criados com o propósito de contribuir para o processo decisório institucional de condução das políticas públicas.

11.1.1.1. Conselho Universitário

O Conselho Universitário é o órgão deliberativo supremo da Universidade, destinado a traçar a política universitária e a atuar como instância de deliberação superior e de recurso.

Sua constituição é a seguinte:

- Reitor, que será o presidente;
- Vice-reitor;
- Pró-reitores;
- Diretores de câmpus;
- 04 representantes da comunidade docente;
- 15% de discentes tendo como referência a representação docente;
- 15% de técnico-administrativo tendo como referência a representação docente.

São competências do Conselho Universitário:

I - Formular a política da Universidade;

II - Julgar, como instância revisora, os recursos de decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

III - Aprovar e reformar o Regimento dos órgãos deliberativos da Administração;

IV - Propor a reforma deste Regimento Geral e do Estatuto da Universidade;

V - Aprovar os regimentos da Reitoria e das Unidades;

VI - Encaminhar o nome do reitor e do vice-reitor eleito ao Presidente da República para nomeação;

VII - Deliberar, em parecer fundamentado, diretamente ou quando solicitado por Colegiado do Câmpus, a destituição do Diretor do Câmpus;

VII - Aprovar a proposta orçamentária da Universidade e submetê-la à aprovação do Conselho Diretor da Fundação;

IX - Aprovar a prestação de contas anual do Reitor para aprovação do Conselho Diretor da Fundação;

X - Aprovar normas sobre acordos e convênios com órgãos do poder público ou entidades de caráter privado;

XI - Apurar responsabilidades, com base na Lei, no Estatuto e no Regimento da Universidade;

XII - Aprovar prêmios pecuniários ou honoríficos como recompensa de atividades universitárias;

XII - Decidir, após inquérito administrativo, a intervenção em qualquer órgão universitário;

XIV - Deliberar sobre suspensão temporária, total ou parcial de atividades universitárias;

XV - Dispor sobre os símbolos da Universidade;

XVI - Outorgar a concessão de diploma de Doutor e Professor “Honoris Causa” e do título de Professor Emérito;

XVII - Aprovar o Plano Anual de Atividades e o Calendário da Universidade.

As decisões descritas nos itens “III”, “IV”, “VII”, “XII” e “XIII” dependem do voto de dois terços dos membros do Conselho Universitário.

11.1.1.2. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Conselho Universitário é o órgão deliberativo da Universidade em matéria didático-científica e tem a seguinte constituição:

- Reitor, que será seu presidente;
- Vice-reitor;
- Pró-reitores;
- Coordenadores de cursos de graduação presencial e à distância e de pós-graduação stricto sensu;
- 02 representantes da categoria docente;
- 15% de discentes tendo como referência a representação docente;

- 15% de técnicos administrativos tendo como referência a representação docente.

São competências do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

I - Julgar recursos de decisão da Reitoria dos Câmpus e das Coordenações de Cursos em matéria didático-científica;

II - Estabelecer normas sobre a organização e funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação;

III - Baixar normas que visem o aperfeiçoamento dos processos utilizados no concurso vestibular, bem como os de verificação da aprendizagem nos cursos da Universidade;

IV - Aprovar a criação, transformação e supressão de cursos, modificação de currículo, fusão, desdobramento e extinção de disciplinas;

V - Dispor sobre a aplicação dos Fundos Especiais de Pesquisa e Extensão;

VI - Propor a concessão de diploma de Doutor "*Honoris Causa*".

11.1.1.3. Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna - Audin é o órgão técnico de assessoramento da gestão, com subordinação hierárquica ao Conselho Superior Universitário – Consuni e tem como finalidade básica fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, prestando apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

11.1.1.4. Reitoria

O Reitor, dirigente máximo da Administração Superior da Universidade Federal do Tocantins, executa a política universitária definida pelos órgãos deliberativos. Assim, a reitoria tem como competência planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades da Universidade.

11.1.1.4.1. Vice-reitoria

Além das atribuições estatutárias e regimentais, o vice-reitor, cujo cargo é exercido em regime de dedicação exclusiva, é o substituto do Reitor nas suas faltas e impedimentos. Tem atribuições permanentes no âmbito da Administração Superior da Universidade, definidas pelo Reitor, bem como atribuições delegadas.

11.1.1.4.2. Gabinete do Reitor

O Gabinete é o órgão executivo que presta assessoria direta à Reitoria e é gerenciado pelo Chefe de Gabinete. Entre suas atribuições, transmite determinações e

recomendações do Reitor, no âmbito da Universidade e presta assistência à Reitoria nos relacionamentos institucionais e administrativos.

11.1.1.4.3. Assessorias Estratégicas

Pessoa responsável por prover as autoridades da instituição de assessoramento técnico especializado, elaborar pareceres de entendimento consolidado e/ ou de grau complexo. O componente assessoria situa-se fora da hierarquia da linha de autoridade.

11.1.1.4.4. Diretoria da Rádio e Audiovisual

Unidade responsável pela gestão e monitoramento da rádio universitária e também pelo desenvolvimento de vídeos institucionais, tele aulas, documentários. Unidade responsável por acompanhar e monitorar a execução do Plano de Desenvolvimento do Institucional – PDI nas suas unidades subordinadas e Plano Anual de Trabalho - PAT, procurando atingir os objetivos previstos para sua unidade de atuação.

11.1.1.4.5. Diretoria de Gestão Documental - Diged

Unidade Responsável por desenvolver a política de gestão documental; racionalizar a produção dos documentos de arquivo; racionalizar os custos operacionais e de armazenagem da documentação arquivística; agilizar o acesso aos documentos de arquivo; garantir a segurança e o sigilo das informações contidas nos documentos; garantir a transparência administrativa; assegurar a preservação da memória institucional; articular-se com os demais sistemas que atuem direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal junto à UFT.

11.1.1.4.6. Coordenação Permanente de Seleção - Copese

Unidade responsável pelo gerenciamento dos processos seletivos internos e externos a instituição.

11.1.1.4.7. Setor de Processos Disciplinares

Unidade responsável por averiguar denúncias e, instaurar processos disciplinares quando necessário.

11.1.1.4.8. Coordenação da Universidade Aberta do Brasil

Unidade responsável pela representação da UFT no sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância.

11.1.1.4.9. Ouvidoria

Órgão de assessoria responsável por receber e, encaminhar para esclarecimento questões, dúvidas ou reclamações da Comunidade aos setores da Universidade e, solicitar resposta das áreas competentes.

11.1.1.4.10. Procuradoria Jurídica

Órgão independente vinculado à Advocacia Geral da União (AGU), responsável pela assistência e orientação em matéria jurídica, bem como pela representação da instituição nos foros.

11.1.1.5. Pró-reitorias

Órgão executivo de nível estratégico responsável por promover ações com agentes externos, atos de tomada de decisões, planejamento, execução, gestão, atos administrativos que gerem resultado financeiro e responsabilização junto aos órgãos de controle, gerenciamento de equipe, tomada de decisões gerenciais complexas com diversas variáveis, incertezas e riscos.

Atualmente existem na UFT sete pró-reitorias:

I. Pró-reitoria de Administração e Finanças – Proad
II. Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – Proest;
III. Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento – Proap;
IV. Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – Proex;
V. Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – Progedep;
VI. Pró-reitoria de Graduação – Prograd;
VII. Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – Propesq.

11.1.1.5.1. Pró-reitoria de Administração e Finanças – Proad

À Pró-Reitoria de Administração e Finanças compete coordenar, fiscalizar, supervisionar e dirigir as atividades administrativas, além de zelar pela execução financeira e orçamentária.

Diretorias: Diretoria Administrativa e Diretoria de Contabilidade e Finanças.

Coordenações: Coordenação Operacional, Coordenação de Contratos, Coordenação de Patrimônio, Coordenação de Convênios e Projetos, Coordenação de Recursos Materiais, Coordenação de Contabilidade.

Divisões: Divisão de Almoxarifado Central, Divisão de Gestão de Diárias e Passagens, Divisão de Pagamentos.

11.1.1.5.2.Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - Proest

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - Proest atua como gestora da política de assistência estudantil e comunitária da UFT apoiando o estudante nas suas diversas demandas, promovendo a sua interação no meio acadêmico e viabilizando a sua permanência por meio de ações vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Fazem parte das competências da Proest: desenvolver as políticas de assistência estudantil da Universidade; gerir as ações do Plano Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes no âmbito da UFT; gerir os programas de auxílio permanência, saúde, moradia e alimentação voltados para os estudantes da instituição; fomentar a participação dos alunos da UFT em eventos científicos e acadêmicos.

Diretorias: Diretoria de Acompanhamento de Programas de Assistência Estudantil e Diretoria de Assistência Estudantil.

Coordenações: Coordenação de Orçamento e Finanças, Coordenação de Gestão de Pagamentos de Auxílios.

11.1.1.5.3. Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento - Proap

A Proap é o órgão da UFT responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação do sistema de planejamento e orçamento da UFT. Tem como competência auxiliar o reitor em suas tarefas executivas na área de planejamento, avaliação institucional e gestão orçamentária.

Diretorias: Diretoria de Planejamento e Avaliação e Diretoria de Gestão Orçamentária.

Coordenações: Coordenação de Orçamento.

11.1.1.5.4. Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários - Proex

A Pró-Reitoria de Extensão tem por finalidade articular e apoiar a execução da política de extensão da UFT, buscando uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na Universidade.

Diretorias: Diretoria de Assuntos Comunitários e Ações Afirmativas e Diretoria de Extensão e Cultura.

Coordenações: Coordenação de Assuntos Comunitários e Ações Afirmativas, Coordenação de Extensão e Cultura.

11.1.1.5.5. Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – Progedep

A Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas visa à promoção de um ambiente de trabalho equilibrado e sustentável por meio da proposição e

implementação de políticas coordenadas e estratégicas integrando ações de formação, desenvolvimento e valorização dos servidores, buscando o equilíbrio entre os objetivos individuais e da instituição. Fomenta o desenvolvimento do servidor, visando à melhoria do desempenho em suas funções e compromissos para com a Universidade, desenvolvendo sua capacidade reflexiva e crítica, estimulando o exercício pleno de cidadania e o consequente comprometimento com a missão da Instituição no contexto do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração.

Diretorias: Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas.

Coordenações: Coordenação Financeira de Pessoal, Coordenação de Administração de Pessoal, Coordenação de Qualidade de Vida e Segurança no Trabalho, Coordenação de Legislação e Normas, Coordenação de Desenvolvimento da Carreira, Coordenação de Formação e Aperfeiçoamento.

11.1.1.5.6. Pró-reitoria de Graduação – Prograd

A Pró-Reitoria de Graduação coordena e acompanha a execução das ações relativas à política de graduação da UFT, definida pelo Conselho Universitário, atuando em toda a vida acadêmica dos estudantes (matrícula, ajustes, notas e emissão dos diplomas).

Diretorias: Diretoria de Políticas e Programas Especiais em Educação e Diretoria de Registro e Controle Acadêmico.

Coordenações: Coordenação Administrativa, Coordenação de Programas Especiais em Educação, Coordenação de Desenvolvimento e Regulação da Graduação, Coordenação do Sistema de Bibliotecas, Coordenação de Controle Acadêmico, Coordenação de Registro e Expedição de Diplomas.

Setores: Setor de Desenvolvimento e Avaliação dos Programas Especiais de Educação, Setor de Desenvolvimento, Informações e Suporte Acadêmico.

11.1.1.5.7. Pró-reiotoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – Propesq

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação tem como funções incentivar a pesquisa, através de execução de políticas definidas pelos conselhos superiores, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de inovação e pós-graduação.

Diretorias: Diretoria de Pesquisa e Diretoria de Pós-graduação.

Coordenações: Centro de Pesquisa Canguçu, Coordenação de Inovação, Coordenação de Assuntos Internacionais, Coordenação de Pós-graduação.

11.1.1.6. Superintendências

Órgão executivo de nível estratégico responsável por promover ações com agentes externos, atos de tomada de decisão, planejamento, execução, gestão, atos administrativos que gerem resultado financeiro e responsabilização junto aos órgãos de controle, gerenciamento de equipe, tomada de decisões gerenciais complexas com diversas variáveis, incertezas e riscos. São duas as superintendências da UFT:

I. Superintendência de Comunicação - Sucom;
II. Superintendência de Tecnologia da Informação – STI.

11.1.1.6.1. Superintendência de Comunicação - Sucom

A Superintendência de Comunicação é responsável pela gestão estratégica da comunicação na UFT, pela assessoria de imprensa e por prestar auxilio aos setores da universidade na divulgação interna e externa de suas atividades.

Coordenações: Coordenação de Comunicação.

11.1.1.6.2. Superintendência de Tecnologia da Informação - STI

A Superintendência de Tecnologia da Informação – STI é responsável pelo planejamento e desenvolvimento de soluções tecnológicas para o funcionamento da UFT.

Coordenações: Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação, Coordenação de Suporte e Manutenção, Coordenação de Sistemas de Gestão, Coordenação de Desenvolvimento de Software.

11.1.1.7. Prefeitura Universitária

É um órgão suplementar que tem por atribuição a conservação e a manutenção das áreas físicas dos campi universitários. Administra os contratos de manutenção de serviços continuados na Instituição.

Diretorias: Diretoria de Engenharia, Arquitetura, Serviços Continuados, Manutenção Predial e Equipamentos.

Coordenações: Coordenação de Engenharia e Arquitetura, Coordenação de Serviços Continuados, Coordenação de Manutenção Predial.

12. BIBLIOTECA

A missão da Universidade Federal do Tocantins – UFT é formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade e sua visão é consolidar-se, até 2025, como uma universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da

Amazônia Legal. Para alcançar estes objetivos as bibliotecas são espaços fundamentais, pois se caracterizam como áreas de catalisação e difusão de conhecimento que favorecem a inovação e contribuem para apoiar o tripé ensino, pesquisa e extensão, eixos equivalentes que sustentam a razão de ser da universidade.

A Coordenação do Sisbib/UFT, vinculada à Diretoria de Programas Especiais em Educação – DPEE, na Pró-Reitoria de Graduação - Prograd, tem a função de coordenar e acompanhar as atividades desenvolvidas nas bibliotecas dos câmpus da UFT, tendo como objetivo principal a modernização e informatização, interligando o sistema de bibliotecas da UFT. Neste sentido, nos últimos anos foram desenvolvidas ações e atividades visando alcançar os objetivos propostos.

Após a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, as bibliotecas dos câmpus de Araguaína e Tocantinópolis deixaram de fazer parte da estrutura da UFT, que agora conta com bibliotecas nos câmpus de Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional para atender os cursos de graduação presenciais e à distância e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, além de realizar empréstimos domiciliares a discentes e servidores (técnicos e docentes); já para a comunidade externa, as bibliotecas oferecem o espaço físico para estudos e o acervo para consulta.

As cinco bibliotecas integram o Sistema de Bibliotecas – Sisbib, que tem como finalidade oferecer informações técnico-científicas à comunidade acadêmica, por meio de seus acervos e instalações, como suporte aos programas de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando o acesso à informação armazenada e gerada na Universidade à comunidade acadêmica e ao público em geral.

A Coordenação do Sistema de Bibliotecas tem como apoio administrativo um Comitê Gestor formado pelo coordenador-geral das bibliotecas, pelos chefes de biblioteca dos câmpus, por um docente e por um discente indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).

As bibliotecas estão todas informatizadas, funcionando de forma integrada e adotam o padrão Marc 21 para catalogação e a CDD para classificação. O sistema de gerenciamento do acervo adotado e o SIE - Sistema de Informação Para o Ensino – Módulo Biblioteca, software de gestão que integra todas as atividades administrativas e acadêmicas da Universidade, possibilitando que todos os serviços sejam informatizados e o usuário passe a receber um melhor atendimento e uma diversidade de serviços e facilidades no acesso à informação. Tratando-se de uma Universidade

com várias bibliotecas com características e especificidades de acordo com o câmpus que está vinculada.

O sistema de gestão de acervo por meio do processo de aquisição, padronização dos serviços e produtos implementados, a estrutura organizacional das bibliotecas é único para todos. Em conformidade com a resolução do Consuni nº 19/2009 que criou o Regimento geral do Sistema de Bibliotecas da UFT (Sisbib), para se adequar aos novos cenários da Universidade e da expansão da educação superior no país.

Todas as unidades são informatizadas, funcionam de maneira integrada e são gerenciadas por meio do SIE – módulo biblioteca, software que integra todas as atividades administrativas e acadêmicas da universidade, possibilitando a informatização dos serviços, facilidade no acesso à informação e um melhor atendimento aos usuários.

Atualmente todos os serviços da biblioteca são automatizados. O usuário tem acesso a consultas locais e *on-line* ao acervo em geral; consulta a bancos de dados nacionais e internacionais; consulta ao acervo em geral; empréstimo domiciliar (informatizado) para discentes e servidores técnicos administrativos e professores da instituição devidamente regularizados; empréstimo institucional; empréstimo entre bibliotecas; reserva de material bibliográfico *on-line*, somente de material emprestado; renovação de material bibliográfico *on-line* por até 03 vezes desde que não haja reserva e deve ser realizada 01 dia antes da data do vencimento, para não gerar multa em caso de reserva do item, por outro usuário; visita orientada; treinamento ao usuário; expedição de carteiras de usuários pelo SIE/Biblioteca, após treinamento de usuários com relação ao Regimento Geral das Bibliotecas da UFT; orientação sobre as normas de apresentação de trabalhos acadêmicos, conforme ABNT; acesso ao Portal de Periódicos da Capes, via Rede Confederada de Acesso - CAFe e Portal de Saúde Baseado em Evidências; wireless nas bibliotecas.

Destaca-se a implantação do Repositório Institucional – RIUFT em 2015 que tem o objetivo de agrupar, armazenar, organizar, preservar, recuperar e disseminar a informação científica produzida na universidade. No RIUFT são depositados trabalhos diversos, desde as monografias de graduação até os relatórios de pós-doc, passando por teses, dissertações, trabalhos apresentados em eventos e e-books.

Com o intuito de fornecer novos produtos e serviços informacionais à comunidade acadêmica foi desenvolvido pelo Sisbib e Superintendência de Tecnologia de Informação – STI, um sistema para que o usuário gere a ficha catalográfica

automaticamente, o que agilizou o processo e diminuiu a carga de solicitações aos bibliotecários. E para manter o acervo bibliográfico atualizado a UFT vem realizando anualmente processos de aquisição que resultaram um acervo composto por 92.836 títulos e 246.657 exemplares de acordo com o último relatório da Coordenação do Sisbib (atualizado até 31/12/2020).

Foi realizada também a aquisição de livros eletrônicos (e-books), com licença perpétua para composição e recomposição dos acervos, de vários editores e áreas do conhecimento, a fim de garantir o desenvolvimento da coleção e o suporte informacional no ensino, pesquisa e extensão, a continuidade de títulos e ofertar novas possibilidades de consultas e serviços. A coleção de livros eletrônicos servirá como literatura básica e complementar de diversas disciplinas e cursos ofertados pela UFT, além de serem acessíveis de qualquer lugar, promovendo o acesso e uso, disseminação e a geração de novos conhecimentos, contribuindo para a qualidade do ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento, com utilização eficaz dos recursos informacionais.

Portanto, as bibliotecas possuem uma alta carga de informações e funcionam mediando a relação entre o usuário e estas informações, oferecendo diversos produtos e serviços tanto presenciais como *on-line*. E para otimizar esta relação, fundamental para o desenvolvimento da ciência, é preciso que a biblioteca comunique seus serviços a toda a comunidade acadêmica de forma eficaz e para isso serão realizados treinamentos que venham a desenvolver as habilidades para utilização dos serviços e produtos das bibliotecas de forma a melhorar sua atuação como acadêmico.

12.1. Informatização

Em 2006 foi utilizado o SIE para a implantação do Sistema de Bibliotecas que, apoiado pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC, teve como objetivo desenvolver um Sistema de Informações que servisse para a Gestão das IFES brasileiras.

Em 2009, O Conselho Superior aprovou a Resolução Consuni n° 19/2009, que cria o Regimento Geral do Sistema de Biblioteca da UFT (Sisbib) e tem como principal finalidade oferecer informações técnico-científicas à comunidade acadêmica, por meio de seus acervos e instalações, como suporte aos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão, possibilitando à comunidade acadêmica e ao público em geral o acesso à informação armazenada e gerada na Universidade. E, posteriormente, a Prograd elaborou e publicou o Regulamento Interno das Bibliotecas da UFT, que tem por

finalidade estabelecer normas e rotinas para o funcionamento das bibliotecas que integram o Sistema de Bibliotecas da UFT (Sisbib). Nesta perspectiva ocorreu um grande empenho da gestão superior no sentido de informatizar, interligar e padronizar as bibliotecas, o sistema de empréstimo entre bibliotecas, os serviços e produtos disponibilizados nas bibliotecas, com atendimento e serviços padronizados.

Em 2015, o Regulamento Geral do Sistema de Bibliotecas passou por uma reformulação geral para atender ao novo cenário institucional e as novas perspectivas do ensino, pesquisa e extensão na UFT, visando à acessibilidade informacional às pessoas com deficiências, novos produtos e serviços à comunidade acadêmica. Foram aprovadas as Resoluções do Consuni nº 07/2015 e nº 14/2015 que confirmaram as alterações e criaram a Diretoria de Bibliotecas, vinculada ao Gabinete da Vice-Reitoria, criando novos espaços nas bibliotecas, assim como novos serviços e produtos.

Assim, com o advento do novo PDI e a definição dos desafios voltados para a educação 4.0 e a acessibilidade informacional, as bibliotecas da universidade deverão manter-se atualizadas e informatizadas de maneira que continuem a contribuir para uma educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

12.2. Políticas de Atualização e Expansão do Acervo

A política de aquisição, atualização, manutenção e renovação do acervo das bibliotecas tem o objetivo de estabelecer critérios, permitindo o crescimento planejado do acervo de acordo com a demanda dos cursos oferecidos pela UFT, seguindo os processos de avaliação institucional das Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes. Esta avaliação foi instituída pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que regulamenta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Este sistema de avaliação é composto de três dimensões diferentes de avaliação: o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes – Enade; a Avaliação dos Cursos de Graduação e a Avaliação das Instituições de Educação Superior (Autoavaliação e Avaliação externa *in loco*). Os instrumentos de avaliação estabelecem a quantidade de títulos e exemplares por unidades curriculares, conforme o número de vagas de ingresso anual. Nesta perspectiva, a orientação para aquisição na Universidade é: quanto ao acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

As modalidades de aquisição desenvolvidas pelo Sistema de Bibliotecas são a doação e a compra. O processo de aquisição pela modalidade compra, tem o objetivo principal de contemplar os Projetos Pedagógicos dos cursos de Graduação e Pós-graduação. A seleção e aquisição de materiais doados obedecem aos seguintes requisitos:

- Definir o usuário da biblioteca;
- Delimitar as áreas temáticas de forma a contemplar cada curso;
- Levantar legislação referente ao quantitativo de exemplares por unidade curricular, levando-se em consideração a bibliografia básica e complementar e cada curso;
- Autoridade: a reputação do autor ou editor dá credibilidade a obra publicada;
- Atualidade: este requisito é de grande importância para o desenvolvimento do acervo, pois através dele as obras serão selecionadas de acordo com as novas descobertas da ciência, mudanças políticas e geográficas, dentre outros. Têm-se atenção especial às obras clássicas, que mesmo sendo obras antigas abrangem conhecimentos indispensáveis a determinados cursos.
- Imparcialidade: as obras devem ser selecionadas de forma a não favorecer um ponto de vista que gere discussões.

As 05 bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas da UFT promovem junto à comunidade acadêmica atividades de extensão que visam principalmente ações de preservação e conscientização da utilização racional dos acervos por meio de:

- Campanhas de preservação do acervo, com o objetivo principal conscientizar aos usuários quanto ao cuidado com os materiais informais;
- Campanha do Silêncio - a Biblioteca Pede Silêncio! com o objetivo de sensibilizar os usuários da Biblioteca Prof. Msc. José Carolino Torquato, do câmpus de Palmas, quanto à necessidade da promoção do silêncio, de forma a evitar o barulho excessivo que promovem a desconcentração e desordem do ambiente impossibilitando assim a qualidade do aprendizado e dos serviços prestados neste setor, assim como a conscientização aos usuários para com o regimento e regulamento da biblioteca;
- Semanas do Livro e das Bibliotecas que visam maior interação das bibliotecas e suas equipes com a comunidade acadêmica, visando o desenvolvimento de atividades que demonstre a preservação e salvaguarda do acervo como forma de oportunizar o acesso ao conhecimento e a maior circulação das publicações entre o maior número de usuários internos e externos nas bibliotecas da UFT.

12.3. Biblioteca Virtual

A UFT dispõe de um catálogo *on-line* das bibliotecas com acesso aos 250.000 itens do acervo de forma referencial. A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Repositório Institucional (RIUFT) estão disponíveis à comunidade acadêmica.

São oferecidos os seguintes serviços:

- Acesso aos periódicos da Capes;
- Consulta a bancos de dados nacionais e internacionais;
- Consulta ao acervo em geral,
- Consultas locais e online ao acervo em geral
- Elaboração de ficha catalográfica eletrônica dos cursos de graduação e de programas de pós-graduação da instituição, na mini-home do Sisbib,
- Empréstimo entre bibliotecas,
- Empréstimo institucional,
- Empréstimos domiciliar (informatizado) para alunos e servidores técnicos administrativos e professores da instituição devidamente regularizados;
- Expedição de carteiras de usuários pelo SIE/Biblioteca, após treinamento de usuários com relação ao Regimento e Regulamento das Bibliotecas da UFT,
- Orientação sobre as normas de apresentação de trabalhos acadêmicos, conforme ABNT;
- Outros serviços especializados,
- Renovação de material bibliográfico online por até 3 vezes desde que não haja reserva e deve ser realizada 1 dia antes da data do vencimento para não gera multa em caso de reserva do item, entre outros;
- Reserva de material bibliográfico *on-line*, somente de material emprestado,
- Treinamento ao usuário com relação ao Regimento e Regulamento das Bibliotecas da UFT;
- Visita orientada,
- Wireless nas bibliotecas;
- Acesso ao Repositório Institucional e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFT (RIUFT e BDTD);
- Disponibilização do acesso ao Portal de Periódicos da Capes fora das dependências da Instituição, via Rede Confederada de Acesso – Rede CAFe, por meio de parceria Capes e RNP.
- Disponibilização do acesso ao Portal de Saúde Baseado em Evidências do Ministério da Saúde que a UFT é parceira desde início de 2014.

12.4. Serviços Prestados aos Estudantes com Deficiências

A UFT tem planejado este atendimento especializado aos membros da comunidade acadêmica, em parceria com a Diretoria de Acessibilidade e Educação Inclusiva e a Coordenação de Acessibilidade e Educação Inclusiva, no bojo do Programa Institucional de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI/UFT) e sua estruturação no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

Neste sentido, o Regimento Geral do Sistema de Biblioteca inclui uma seção destinada a Acessibilidade Informacional, que tem por objetivo atender aos membros da comunidade acadêmica com deficiência voltada para acessibilidade informacional. Compete à Seção de Acessibilidade Informacional – SAI a prestação de serviços que atendam exclusivamente as demandas informacionais de estudantes identificados por meio de laudo como com necessidades educativas especiais:

I. atender aos usuários com deficiência visual, auditiva, paralisia cerebral, dislexia, Síndrome de Irlem;
II. disponibilizar acervo especializado (*Braille*, digital acessível e falado);
III. adaptar materiais didáticos e pedagógicos (leitura e digitalização);
IV. emprestar equipamentos de tecnologia assistiva (lupa, CDs, DVDs, *notebooks*, etc.);
V. disponibilizar computadores com *softwares* específicos para os usuários (para acesso a esses serviços serão instalados *scanners* e os *softwares*);
VI. disponibilizar impressão (*Braille*, texto em fontes maior para baixa visão e cópias ampliadas);
VII. promover eventos inclusivos em parceria com os cursos.

12.5. Dados Relativos a Títulos e Exemplares do Acervo

Segue abaixo quadro demonstrativo dos quantitativos de títulos e exemplares do acervo da Universidade por área do conhecimento, onde se identificam em algumas bibliotecas uma quantidade expressiva de registros e itens que não foram informadas as áreas, mas que já estão efetivando a alocação na área do conhecimento adequada. Tais registros estão atualizados até 17 de março de 2021.

Quadro 18. Dados relativos a títulos e exemplares das bibliotecas da universidade

Dados relativos às bibliotecas da UFT					
Biblioteca	**Área do conhecimento**	**Títulos**	**Exemplares**	**Total Títulos**	**Total Exemplares**
Arraias	Ciências exatas e da terra	914	3.263	6.877	18.348
	Ciências agrárias	5	8		

	Ciências biológicas	125	203		
	Ciências da saúde	59	98		
	Ciências humanas	4.143	10.652		
	Ciências sociais aplicadas	412	1.201		
	Engenharias	58	173		
	Linguística, letras e artes	994	2.298		
	Não informado	78	170		
	Outros	89	282		
Gurupi	Ciências exatas e da terra	622	3.193	5.802	15.525
	Ciências agrárias	2.515	5.258		
	Ciências biológicas	567	1.968		
	Ciências da saúde	61	110		
	Ciências humanas	628	1.907		
	Ciências sociais aplicadas	563	1.302		
	Engenharias	291	839		
	Linguística, letras e artes	383	666		
	Não informado	83	110		
	Outros	89	172		
Miracema	Ciências exatas e da terra	577	980	10.728	25.102
	Ciências agrárias	80	108		
	Ciências biológicas	106	274		
	Ciências da saúde	332	1.230		
	Ciências humanas	4.579	11.756		
	Ciências sociais aplicadas	2.996	6.115		
	Engenharias	111	289		
	Linguística, letras e artes	1.336	2.976		
	Não informado	74	218		
	Outros	537	1.156		
Palmas	Ciências exatas e da terra	2.217	9.401	25.628	78.855
	Ciências agrárias	783	2.952		
	Ciências biológicas	690	3.553		
	Ciências da saúde	1.429	5.916		
	Ciências humanas	4.813	14.128		
	Ciências sociais aplicadas	11.141	29.933		
	Engenharias	1.328	5.034		
	Linguística, letras e artes	2.090	4.792		
	Não informado	396	1.138		
	Outros	741	2.008		
Porto Nacional	Ciências exatas e da terra	970	2.022	19.640	40.286
	Ciências agrárias	320	553		
	Ciências biológicas	1.603	3.703		
	Ciências da saúde	213	419		
	Ciências humanas	7.760	17.204		
	Ciências sociais aplicadas	1.468	2.659		
	Engenharias	184	395		
	Linguística, letras e artes	6.396	11.528		
	Não informado	13	26		

	Outros	713	1.777		

Fonte: Sisbib/UFT, em 17 de mar. de 2021.

Quadro 19. Distribuição geral do acervo das bibliotecas da universidade por área de conhecimento

Área do conhecimento	Títulos	Exemplares
Ciências exatas e da terra	5.300	18.859
Ciências agrárias	3.703	8.879
Ciências biológicas	3.091	9.701
Ciências da saúde	2.094	7.773
Ciências humanas	21.923	55.647
Ciências sociais aplicadas	16.580	41.210
Engenharias	1.972	6.730
Linguística, letras e artes	11.199	22.260
Multidisciplinar/outros	2.823	7.057
TOTAL	**68.685**	**178.116**

Fonte: Sisbib/UFT, em 17 de mar. de 2021.

Quadro 20. Quadro de pessoal das bibliotecas da universidade

Quadro de pessoal das bibliotecas da UFT					
Câmpus	**Especificação**				
	Bibliotecário Documentalista	**Assistente Administrativo**	**Bolsista / Estagiário**	**Outros / Terceirizados**	**Total**
Arraias	1	7	0	0	**8**
Gurupi	1	5	0	0	**6**
Miracema	1	5	0	1	**7**
Palmas	7	7	2	0	**16**
Porto Nacional	2	2	0	0	**4**
Total	**12**	**26**	**2**	**1**	**41**

Fonte: Sisbib/UFT, em 17 de mar. de 2021.

13. INFRAESTRUTURA

Para o desenvolvimento da instituição e o oferecimento de ensino inovador e de qualidade é necessário que se tenha uma infraestrutura física que se concilie com a identidade da instituição. Por isso a UFT tem realizado expansões físicas por meio de construções, reformas e adaptações nos seus espaços para que apresente condições de ofertar ensino acessível e com tecnologias educacionais compatíveis com a educação 4.0.

Assim, a universidade, em sua área de 11.681.602,77 m² dispõe de uma área edificada de aproximadamente 125.000 m², distribuída em seus cinco câmpus,

contendo 338 laboratórios, 5 bibliotecas, 10 auditórios e 722 salas (salas administrativas, de apoio acadêmico, de aula, de reunião e para docentes), sendo todos os espaços destinados a atender à comunidade acadêmica.

13.1. Estrutura Física Existente

O Quadro 21 demonstra a estrutura física da universidade, considerando seus cinco câmpus atuais e a área destinada à Reitoria e, para demonstração de dados, os espaços físicos do câmpus de Palmas e da Reitoria foram somados.

Quadro 21. Estrutura física da universidade

Estrutura física da UFT						
Espaço físico	**Câmpus de Arraias**	**Câmpus de Gurupi**	**Câmpus de Miracema**	**Câmpus de Palmas**	**Câmpus de Porto Nacional**	**TOTAL**
Sala de aula	27	30	19	161	38	**275**
Biblioteca	1	1	1	1	1	**5**
Sala administrativa	25	17	20	79	16	**157**
Coordenação de curso	7	5	4	25	11	**52**
Sala de apoio acadêmico	8	10	1	27	1	**47**
Sala para docentes	20	74	23	63	44	**224**
Sala de reunião	3	3	1	7	0	**14**
Auditório	1	4	2	2	1	**10**
Instalação sanitária	24	47	12	112	44	**239**
Vestiário	2	0	1	14	2	**19**
Laboratório de informática	3	3	1	5	1	**13**
Laboratório específico	12	72	8	175	58	**325**
Área de lazer	1	1	2		3	**7**
Estação experimental	0	2	0	1	0	**3**
Restaurante universitário	0	1	0	1	1	**3**
Cantina	1	1	1	14	1	**18**
Total	**135**	**271**	**96**	**687**	**222**	**1411**

Fonte: Prefeitura Universitária, em 17 de mar. de 2021.

13.2. Expansão da Infraestrutura na Vigência do PDI

Devido às ações de adaptação de modo de trabalho e de oferta do ensino que ocorreram diante do advento da pandemia de Covid-19, a estrutura física deve passar por alterações para atender às novas necessidades. Desta forma, estudos estão sendo realizados para que os espaços físicos agora ociosos sejam transformados e adaptados para o oferecimento de aulas por meio de ensino remoto e híbrido, visando atender os desafios que foram propostos, de uma educação inovadora e inclusiva com a utilização me metodologias ativas de ensino.

14. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

14.1. Política de Autoavaliação da UFT

A avaliação das instituições de educação superior segundo o Sinaes deve ter caráter formativo e objetivar o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. A participação efetiva de toda a comunidade interna, com a contribuição de atores externos do entorno institucional, contribui para a construção de uma cultura de avaliação.

Os objetivos da autoavaliação na universidade são:

a) Subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões,
b) Conhecer em profundidade os pontos fortes e fracos da instituição a fim de orientar a correção de rumos e o redimensionamento dos caminhos da UFT
c) Contribuir para a definição de políticas e a construção de uma cultura institucional de valorização da avaliação como pré-requisitos para o planejamento do desenvolvimento da universidade;
d) Desenvolver um processo criativo de autocrítica permanente entre a comunidade acadêmica para a melhoria da qualidade do saber acadêmico, administrativo e para a cidadania;
e) Promover a transparência pela publicização do desempenho da universidade em relação a processos e produtos acadêmicos e administrativos;
f) Desencadear um processo pedagógico de aprendizado, pelo relacionamento dialético entre a avaliação e o planejamento institucional.

Além de promover uma reflexão sobre a prática educacional, o processo de autoavaliação permite obter informações importantes e necessárias que auxiliam na melhoria e transformação do fazer educacional, proporcionando, ainda, mudanças na

postura e da cultura organizacional em relação à avaliação, a qual precisa ser percebida pela comunidade acadêmica da UFT como meio de superação e de desenvolvimento dos serviços que presta à comunidade. Portanto, a avaliação torna-se importante instrumento de apoio nas decisões para a Universidade, pois se fundamenta num planejamento que considera sua realidade e sinaliza aonde se quer chegar. Este instrumento busca refletir o comprometimento institucional com o autoconhecimento, objetivando o incremento da qualidade da oferta educacional e dos serviços prestados pela Instituição, ratificando a responsabilidade e o compromisso da Universidade Federal do Tocantins com a implantação de processos contínuos de avaliação institucional, planejados e direcionados para ações que consolidem seu compromisso educacional, científico-cultural e social.

Os procedimentos avaliativos são concretizados na UFT mediante iniciativa da Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas com a apoio de todas as Pró-reitorias e Diretorias Administrativas e de responsáveis por disponibilizar informações confiáveis e fidedignas sobre os eixos apresentados. A CPA trabalha de maneira autônoma para a realização do processo de Avaliação Interna, seguindo as recomendações da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tanto para a coleta quanto para o tratamento dos dados.

A CPA, que conta com participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, tem a seguinte composição de membros titulares:

I. Um docente do quadro efetivo, representante de cada câmpus da universidade e presidente da Comissão Setorial de Avaliação (CSA), preferencialmente, que tenha experiência em avaliação;
II. Quatro representantes do corpo discente, regularmente matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação da universidade, indicados pelo DCE ou pela respectiva entidade representativa;
III. Três representantes do corpo técnico-administrativo do quadro efetivo da universidade;
IV. Um representante da sociedade civil organizada, sem vínculo empregatício com a universidade, convidado pela CPA;
V. Um ex-aluno da UFT convidado pela CPA;
VI. Dois representantes da administração superior e referendados no Consuni.
VII. A Comissão Setorial de Avaliação (CSA) se constituirá como responsável pela avaliação institucional interna de cada câmpus e será composta por um representante docente de cada curso do Câmpus, um representante discente e um representante técnico-administrativo.

14.1.1. Organização do processo avaliativo

A organização do processo de avaliação interna prevê a ocorrência de diferentes etapas:

- Planejamento: compreende a definição dos objetivos, estratégias, metodologia e ações avaliativas. O Projeto de Avaliação Institucional objetiva consolidar o processo de autoavaliação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) pautado na participação dos três segmentos e na discussão das fragilidades e potencialidades surgidas neste caminho de expansão, inovação e consolidação da universidade. O plano anual especifica as ações a serem executadas, os prazos e as responsabilidades a serem cumpridos pela CPA e CSA durante o transcorrer do ano.
- Sensibilização e aplicação dos instrumentos: constitui-se na sensibilização, que busca o envolvimento da comunidade acadêmica no preenchimento do instrumento de avaliação eletrônico. Esta etapa é realizada nos câmpus e na Reitoria pelos integrantes da CPA e CSAs através do convite para a comunidade acadêmica participar do processo avaliativo, nos veículos de comunicação internos e também nas redes sociais. Os questionários de avaliação são aplicados anualmente aos três segmentos que compõem a instituição: docente, discente e técnico-administrativo, priorizando alguns dos eixos do Sinaes.
- Recebimento dos relatórios de gestão e diagnósticos dos câmpus: compreende a orientação quanto aos procedimentos para a elaboração dos relatórios das Pró-Reitorias e Diretorias e Comissões Setoriais de Avaliação, de acordo com o calendário estabelecido pela Comissão, bem como o recebimento dos respectivos relatórios anuais das ações.
- Formas de participação da comunidade acadêmica: A comunidade acadêmica participa do processo de autoavaliação respondendo aos instrumentos de avaliação, que englobam questões referentes aos cursos, à infraestrutura e organização institucional, aos docentes, aos discentes, aos serviços prestados pela Instituição e sua comunidade, entre outros aspectos. Serão realizados, também, seminários e reuniões técnicas com representantes de todos os setores da IES.
- Sistematização e análise dos dados: a sistematização e análise dos dados recebidos da Reitoria, Pró-reitorias e diretorias será feita pela CPA; dos questionários de avaliação institucional e de disciplina/professor será feita pela STI; dos dados recebidos do câmpus será feita por sua CSA.

- Relatórios: os relatórios expressaram o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de autoavaliação referente a cada ano, dos membros da comunidade acadêmica e toda a sociedade. O relatório de avaliação institucional é construído de maneira conjunta por todos os membros da Comissão Própria de Avaliação.
- Divulgação: busca oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, são utilizados diversos meios, tais como: apresentação nas reuniões dos Conselhos Universitários (Consuni, Consepe e Conselhos Diretores); documentos informativos eletrônicos; Seminário de Avaliação Institucional e disponibilização na página da Comissão Própria de Avaliação. A divulgação do Relatório de Avaliação Interna junto à comunidade acadêmica local é realizada pelas CSAs.
- Balanço crítico do processo de autoavaliação: após a divulgação do Relatório de Autoavaliação, a CPA realizará o balanço crítico considerando as contribuições realizadas pela comunidade acadêmica ao processo de avaliação institucional.

15. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

O orçamento da UFT é composto de três fontes de financiamento para desenvolvimento de suas atividades: recursos do Tesouro Nacional repassados diretamente pelo Ministério da Educação, convênios e receita própria.

Na condição de mantenedor das universidades públicas federais, o MEC aloca parte dos recursos de custeio e capital por meio de um modelo de partição de recursos – Matriz Andifes. A programação de recursos para pessoal, precatórios e encargos sociais é de responsabilidade do governo federal, por isso o orçamento das instituições e entidades públicas abrange, exclusivamente, as demais despesas - chamadas Despesas Discricionárias, denominadas genericamente de OCC - Outros Custeios e Capital, incorporando os programas, os projetos e as atividades.

O modelo de distribuição de recursos adotado pelo governo utiliza como principal critério de distribuição o número de alunos equivalentes. Desta forma a universidade que tem o maior número de alunos equivalentes recebe uma maior fatia do orçamento da União destinada para a manutenção do ensino superior.

15.1. Estratégias de Gestão Econômico-Financeira

Para integrar Orçamento e Planejamento é necessário que se tenha um mecanismo de registro que sirva como elo entre os dois e na UFT os instrumentos

utilizados para este fim são a Norma Técnica Orçamentária (NTO), o Planejamento Orçamentário e Financeiro (POF) e o Plano de Distribuição Orçamentária (PDO). Estes instrumentos são alinhados de forma a cumprir as proposições do PDI.

A Norma Técnica Orçamentária da UFT – NTO é um documento elaborado pela Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento, relatado no Conselho Universitário da UFT – Consuni e que dispõe sobre a normativa para a execução e acompanhamento do orçamento da instituição.

Na NTO estão expressos os programas e ações pelos quais a universidade efetuou seu Planejamento Anual apresentando como serão utilizados esses recursos. Todas as ações orçamentárias contempladas na LOA da UFT estão descritas na NTO e indicada a competência de sua respectiva utilização. Ainda está disposto na referida norma, a competência de cada setor responsável pela administração de recursos na UFT, sendo que os recursos extraorçamentários, aqueles captados fora da Lei Orçamentária Anual mediante descentralizações de créditos de órgãos fora da estrutura da universidade, serão administrados pela Coordenação de Convênios e Projetos, na Pró-reitoria de Administração e Finanças, que faz a execução da despesa destes recursos bem como o acompanhamento de sua efetiva aplicação, alinhada com a pactuação firmada ante ao órgão descentralizador e posterior análise da prestação de contas por parte do coordenador do projeto que deu origem ao recurso.

O Plano de Distribuição Orçamentária – PDO foi criado com um intuito de dar transparência à comunidade acadêmica da UFT e sociedade em geral de como se procede à distribuição e execução dos recursos orçamentários administrados pela Universidade Federal do Tocantins. Tais recursos servem para financiar as despesas de funcionamento da universidade quais sejam estas, Despesas Correntes (Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes) e Despesas de Capital (obras e equipamentos).

O Quadro 22 demonstra a estimativa do orçamento da universidade com a discriminação dos elementos de despesa para os exercícios de 2021 a 2025.

Quadro 22. Demonstrativo da previsão anual de despesas para os exercícios de 2021 a 2025

Despesa	2021	2022	2023	2024	2025
Investimento	1.898.080,01	1.969.258,01	2.038.182,04	2.109.518,41	2.183.351,56
Custeio	46.208.272,84	47.941.083,07	49.619.020,98	51.355.686,72	53.153.135,75
Pessoal	219.531.871,28	228.624.423,05	238.093.569,32	247.954.907,87	258.224.682,46
TOTAL	**267.638.224,14**	**278.534.764,14**	**289.750.772,35**	**301.420.113,00**	**313.561.169,77**

Fonte: Proap/Diretoria Orçamentária

Os dados do Quadro demonstram a projeção de um crescimento mínimo para os próximos exercícios, fato que se deve ao contingenciamento orçamentário que vem sendo realizado pelo governo federal o que leva as instituições a serem cada vez mais eficientes e sustentáveis a fim de que tenham condições de se manterem com o recurso que lhes é destinado.

As projeções de investimento e custeio foram realizadas seguindo a dotação anual acrescida do IPCA do ano anterior excetuando-se os remanejamentos e suplementações que foram realizadas. Já para os valores de pessoal utilizou-se a dotação atual acrescido do percentual de 4,14% em relação ao ano anterior.

É necessário ainda destacar que os valores foram delineados levando em consideração o impacto orçamentário (34,5%) causado na universidade com a desvinculação dos câmpus de Araguaína e Tocantinópolis para serem incorporados à UFNT.

Uma estratégia adotada pela universidade para maximizar a utilização de recursos é a projeção de aumento de recebimento de receitas próprias, principalmente pela consolidação da prestação de serviços, fato que está diretamente relacionado ao Desafio 3, que trata da inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo. O indicador referente à captação de recursos por meio da captação de serviços técnicos especializados prevê um aumento de 5% sobre o valor total de recursos externos captados, o que demonstra a intenção da universidade em investir na prestação de serviços inovadores de qualidade para a sociedade em que está inserida. Dessa maneira, a previsão é que até em 2025 a arrecadação com a prestação de serviços chegue a R$ 7.083.885,60 considerando um aumento médio de 1,25% ao ano. Tal propósito é evidenciado também pelos outros indicadores, que traduzem o desejo de ter uma universidade que tenha capacidade e condições de tornar-se cada vez mais inovadora, como a previsão de aumento da quantidade de laboratórios prestadores de serviços técnicos e de alta tecnologia e prototipagem, dos mecanismos geradores de empreendimentos, dos Acordos de parceria, convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e da quantidade de ações articuladas com outras ICTs, empresas privadas e poder público, entre outros indicadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987 [...] e dá outras providências.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Brasília, DF.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância. Brasília, DF: 2017.

MACHADO, Cristiano. Produção de arroz irrigado no Estado do Tocantins registra crescimento após adoção de tecnologias sustentáveis. Blog NorteAgro TO, 23 de mai. de 2020. Disponível em <https://www.norteagropecuario.com.br/noticias/crescimento-do-arroz-irrigado/>. Acesso em 22 de out. de 2020.

GOVERNO DO TOCANTINS. SECRETARIA DA AGRICULTURA, PEDUÁRIA E AQUICULTURA. Disponível em <https://seagro.to.gov.br/agricultura/>. Acesso em 22 de out. de 2020.

GOVERNO DO TOCANTINS. SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA. Disponível em <https://seagro.to.gov.br/pecuaria/>. Acesso em 22 de out. de 2020.

FORPLAD. GT Taxa de Sucesso, Evasão e Retenção nas IFES. Disponível em <http://docplayer.com.br/86157311-Forplad-gt-taxa-de-sucesso-evasao-e-retencao-nas-ifes.html>. Acesso em 04 de jan. de 2021.

PREFEITURA DE ARRAIAS. História. Disponível em <https://www.arraias.to.gov.br/municipio>. Acesso em 04 de jan. de 2021

PREFEITURA DE GURUPI. Dados do município. Disponível em <http://www.gurupi.to.gov.br/?page=dados-municipio>. Acesso em 04 de jan. de 2021

PREFEITURA DE MIRACEMA DO TOCANTINS. História. Disponível em <https://www.miracema.to.gov.br/cidade/historia>. Acesso em 05 de jan. de 2021.

ANTUNES, Juliana. A Educação 4.0 já é realidade. Tecnologia educacional, 27de dez. de 2017. Disponível em < https://tecnologia.educacional.com.br/educacao-4-0/a-educacao-40-ja-e-realidade/#:~:text=%C3%89%20uma%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20que%20come%C3%A7a,mais%20diversos%20segmentos%20da%20Ind%C3%BAstria.>. Acesso em 05 de mar. de 2021.

NOEMI, Débora. Educação 4.0: entenda o que é e como se adaptar a essa nova realidade. Escolas disruptivas, 14 de nov. de 2019. Disponível em < https://escolasdisruptivas.com.br/tecnologia-educacional/educacao-4-0-entenda-o-que-e-e-como-se-adaptar-a-essa-nova-realidade/>. Acesso em 05 de mar. de 2021.

FUNAI. Terras indígenas. Disponível em http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 05 de mar. de 2021.

IBGE. Indígenas. Disponível em < https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em 05 de mar. de 2021.

IBGE. Tocantins. Disponível em < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em 05 de mar. de 2021.

SEBRAE. Painel de empresas. Disponível em <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas/>. Acesso em 05 de mar. de 2021.

IOEB. Tocantins. Disponível em < https://ioeb.org.br/estado/tocantins>. Acesso em 04 de mar. de 2021.

E-MEC. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Disponível em < https://emec.mec.gov.br/emec/nova#simples>. Acesso em 05 de mar. de 2021.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Programa de Disseminação das Estatísticas de Trabalho. Disponível em < http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em 04 de mar. de 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. 8 Objetivos estratégicos e indicadores de desempenho. Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/planejamento/2021/fichas/tab8.pdf>. Acesso em 09 de mar. de 2021.

KLEIN, Carla Regina; FREIRE, F. S. Uma análise comparativa dos Indicadores de Transparência aplicados no Brasil. In: XVI CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE E AUDITORIA–2017, Aveiro, Portugal. Anais. Aveiro: ISCA/Universidade de Aveiro. 2017.

LEITE, Marcos. Gestão de custos: tudo o que você precisa saber! Artsoft Sistemas. Disponível em <https://www.artsoftsistemas.com.br/blog/gestao-de-custos-tudo-o-que-voce-precisa-saber/>. Acesso em 18 de mar. de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho Universitário. Resolução nº 29/2018, dispõe sobre normas e procedimentos para o processo de organização e inovação da estrutura organizacional, visando o fortalecimento da capacidade institucional no âmbito da UFT. Palmas, TO: 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020. Palmas, TO: 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resultado dos trabalhos da Comissão de Assistência Estudantil. Palmas, TO: 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resultado dos trabalhos da Comissão de Comunicação. Palmas, TO: 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resultado dos trabalhos da Comissão de Extensão. Palmas, TO: 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resultado dos trabalhos da Comissão de Gestão de Pessoas. Palmas, TO: 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resultado dos trabalhos da Comissão de Graduação. Palmas, TO: 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resultado dos trabalhos da Comissão de Infraestrutura. Palmas, TO: 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resultado dos trabalhos da Comissão de Pesquisa e Pós-graduação. Palmas, TO: 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resultado dos trabalhos da Comissão de Planejamento. Palmas, TO: 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resultado dos trabalhos da Comissão de Tecnologias Educacionais. Palmas, TO: 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho Universitário. Resolução nº 22/2016, dispõe sobre a Política de Comunicação da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, TO: 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho Universitário. Resolução nº 22/2016, dispõe sobre a Política de Comunicação da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, TO: 2018.

MINAS GERAIS. Controladoria-geral do Estado. Declaração de Apetite a Riscos. Belo Horizonte, MG: 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Resolução – TCU nº 320, de 12 de agosto de 2020. Dispõe sobre a política de governança organizacional do Tribunal de Contas da União. Brasília, DF: 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Portaria – TCU nº 170, de 12 de novembro de 2020. Aprova a 3ª edição do Referencial Básico de Governança Organizacional para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao Tribunal de Contas da União. Brasília, DF: 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Guia da Política de Governança Pública. Brasília, DF: 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho Universitário. Resolução nº 09/2019, dispõe sobre a governança no âmbito da UFT. Palmas, TO: 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Relatório de Análise das Recomendações da CPA, CGU, Audin e TCU. Palmas, TO: 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Relatório de Avaliação Institucional UFT 2019. Palmas, TO: 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Guia de Redação e Formatação de Comunicações Oficiais. Dispõe sobre a padronização de documentos no âmbito da UFT e dá outras providências. Palmas, TO: 2016.

FAESA CENTRO UNIVERSITÁRIO. Inovação Pedagógica. Disponível em <https://www.faesa.br/cariacica/conheca-a-faesa/inovacao-pedagogica/#:~:text=A%20inova%C3%A7%C3%A3o%20pode%20ser%20entendida,%2C%20conte%C3%BAdos%2C%20modelos%20e%20pr%C3%A1ticas> Acesso em 09 de Abr. de 2021. Adaptado.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Instutticional. O que é mapa estratégico. Disponível em <https://planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1123>. Acesso em 11 de Abr. de 2021.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Secretaria de Gestão. Melhoria da Gestão Pública por meio da Definição de um Guia Referencial para Medição de Desempenho da Gestão, e Controle para o Gerenciamento dos Indicadores de Eficiência, Eficácia e de Resultados do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização. Produto 4: Guia Referencial de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores. Brasília, DF: 2009. Disponível em < http://www.gespublica.gov.br/*sites*/default/files/documentos/guia_indicadores_jun2010.pdf>. Acesso em 12 de Abr. de 2021.

16. ANEXOS

16.1. Anexo I – Detalhamento das ações da Universidade Federal do Tocantins

DIRETRIZ/AÇÕES	RESPONSÁVEL	DISTRIBUIÇÃO NOS ANOS				
		2021	2022	2023	2024	2025
EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL						
INDICADORES: Conceito institucional, Eficiência da CPA, Índice de participação da comunidade acadêmica na autoavaliação, Índice de alcance da Reunião de Avaliação da Estratégia - R A E, Eficiência da divulgação do processo de autoavaliação.						
DIRETRIZ 1.1 - Demonstrar a evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional						
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.						
1.1.1 - Atualizar e divulgar a carta de serviços ao cidadão	PROAP/SUCOM	X	X	X	X	X
1.1.2 - Promover a transparência do andamento das ações e metas previstas no PDI	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.3 - Aperfeiçoar os instrumentos para o planejamento inovador	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.4 - Promover a realização da RAE - Reunião de Avaliação Estratégica	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.5 - Definir calendário e promover a realização de reuniões para planejamento das UGs	TODAS AS UGS	X	X	X	X	X
1.1.6 - Realizar o acompanhamento da execução das ações do orçamento no exercício	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.7 - Atualizar e divulgar as informações que integram a prestação de contas (relatório de gestão e peças complementares) e a transparência da UFT no *site*	PROAP/OUVIDORIA	X	X	X	X	X
1.1.8 - Informar periodicamente o andamento e os resultados do Paint	AUDIN	X	X	X	X	X
1.1.9 - Consolidar Plataforma de Prestação de contas e transparência	PROAP/OUVIDORIA	X	X	X	X	X

1.1.10 - Promover iniciativas para formação e disseminação em tecnologias educativas compatíveis ao mundo 4.0	PROGRAD/DTE/PROPESQ/PROEX	X	X	X	X	X
1.1.11 - Elaborar, atualizar e divulgar o Relatório UFT em números	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.12 - Aprimorar a divulgação dos dados financeiros e orçamentários das unidades gestoras utilizando painéis de *business inteligence*	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.13 - Promover a realização das reuniões do Comitê de Governança Digital - CGD	GABINETE	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 1.2 - Demonstrar a existência de processo de autoavaliação institucional						
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.						
1.2.1- Desenvolver ferramenta/sistema para a realização das autoavaliações	CPA/PROAP/STI		X			
1.2.2 - Promover a participação da CPA nas reuniões de gestão e estratégicas na universidade	GABINETE	X	X	X	X	X
1.2.3 - Normatizar a obrigatoriedade de participação da comunidade acadêmica nos processos de autoavaliação	CPA/PROGRAD	X	X			
1.2.4 - Realizar reuniões da CPA/CSA	CPA	X	X	X	X	X
1.2.5 - Monitorar os indicadores de desempenho institucionais	TODAS AS UGS	X	X	X	X	X
1.2.6 - Monitorar o cumprimento do PDI	PROAP	X	X	X	X	X
1.2.7 - Realizar a avaliação da Maturidade da Gestão de Riscos da UFT	AUDIN		X			
1.2.8 - Utilizar o resultado das avaliações institucionais para definir as ações previstas durante a construção do Planejamento Institucional	PROAP					X
DIRETRIZ 1.3 - Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica						
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.						
1.3.1 - Promover eventos para discussão dos resultados das autoavaliações e avaliações externas	CPA/GABINETE	X	X	X	X	X

1.3.2 - Garantir e acompanhar a execução do processo de avaliação dos docentes com obrigatoriedade de respostas pelos alunos	CPA/PROGEDEP/PROGRAD		X	X	X	X
1.3.3 - Realizar divulgação da campanha da autoavaliação institucional para a comunidade interna e externa	CPA/SUCOM	X	X	X	X	X
1.3.4 - Realizar avaliação institucional	CPA	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 1.4 - Divulgar as análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas para a comunidade acadêmica						
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes						
1.4.1 - Realizar divulgação dos cursos, projetos e ações de extensão que beneficiaram a comunidade interna e externa em locais e eventos públicos e por áreas de conhecimento	SUCOM/RÁDIO/PROEX/PROGRAD/PROPESQ/COORDENAÇÃO DE CURSO	X	X	X	X	X
1.4.2 - Realizar avaliação dos projetos e serviços ofertados pela universidade e divulgar seus resultados	SUCOM/STI/PROEX/PROGRAD/PROPESQ/PROEST	X	X	X	X	X
1.4.3 - Desenvolver pequenos vídeos sobre a importância das avaliações (institucional e externa) e análise de dados	CPA/SUCOM/RÁDIO	X	X	X	X	X
1.4.4 - Demonstrar os resultados práticos advindos da avaliação institucional e externa - CPA por meio de totens, matérias no portal, envio de e-mails institucionais e utilização de linguagem clara e acessível a todos os servidores	SUCOM	X	X	X	X	X
1.4.5 - Promover a transparência e a divulgação dos dados das avaliações internas e externas para a comunidade por meio da utilização de *business intelligence*	CPA/SUCOM/PROAP	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 1.5 - Elaboração dos relatórios de autoavaliação						
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.						
1.5.1 - Desenvolver programa de autoavaliação com indicadores de desempenho em todas as UGS	PROAP		X	X	X	
1.5.2 - Promover a participação das CSAs nas	CPA	X	X	X	X	X

reuniões dos conselhos diretores						
1.5.3 - Elaborar relatório com apresentação de análise e recomendações da comissão	CPA	X	X	X	X	X
1.5.4 - Divulgar as orientações para os novos membros da CPA	CPA/GABINETE	X	X	X	X	X
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL						
INDICADORES: Cumprimento das recomendações da Audin, Cumprimento das recomendações da CGU, Cumprimento das recomendações do TCU, Cumprimento das diretrizes do PDI, Acordos de parceria, convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, Ações articuladas com outras ICTs, empresas privadas e poder público, % de recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos, Índice de alunos por curso à distância, Relação Curso e Polo implantado.						
DIRETRIZ 2.1 - Desenvolver missão, objetivos, metas e valores institucionais						
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes						
2.1.1 - Realizar pesquisa externa de avaliação da imagem da UFT	PROAP/SUCOM		X		X	
2.1.2 - Elaborar Planejamento Institucional	PROAP					X
2.1.3 - Realizar a revisão das ações e indicadores estabelecidos no PDI	PROAP			X		
2.1.4 - Monitorar o atendimento das recomendações dos órgãos de controle	AUDIN	X	X	X	X	X
2.1.5 - Atender as recomendações dos órgãos de controle	TODAS AS UGS	X	X	X	X	X
2.1.6 - Promover a divulgação da missão, visão e valores da UFT a toda comunidade acadêmica, por meio de adesivos, folders, mídias digitais, banners e outros materiais gráficos	SUCOM	X	X	X	X	X
2.1.7 - Desenvolver cartilha de apresentação da universidade para utilização dos centros acadêmicos e coordenações de cursos na recepção dos alunos	SUCOM	X	X	X	X	X
2.1.8 - Divulgar a missão, visão e valores institucionais visando o fortalecimento da Identidade da UFT	TODAS AS UGS	X	X	X	X	X
2.1.9 - Executar o plano diretor nos câmpus	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X

2.1.10 - Acompanhar a execução das ações das unidades gestoras e publicar relatório de monitoramento	PROAP	X	X	X	X	X
2.1.11 - Monitorar os indicadores do PDI	PROAP	X	X	X	X	X
2.1.12 - Promover evento de governança, gestão de riscos e controles na universidade	PROAP/PROGEDEP/PROAD/AUDIN	X	X	X	X	X
2.1.13 - Elaborar e monitorar o Plano de Desenvolvimento do Câmpus - PDC	TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 2.2 - Integrar o PDI ao planejamento didático-instrucional e à política de ensino de graduação e de pós-graduação						
ODS: 1 - Erradicação da Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade 5 - Igualdade de Gênero, 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12 - Consumo e Produção Sustentáveis 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.						
2.2.1 - Desenvolver plano de formação para os docentes e tutores com metodologias adequadas que favoreçam o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação	DTE/PROGRAD/PROPESQ		X	X	X	X
2.2.2- Realizar oficinas para atualização da Plataforma Sucupira	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.2.3 - Atualizar as informações sobre os Programas na Plataforma Sucupira.	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.2.4 - Ampliar os programas institucionais de incentivo à aprendizagem como monitorias e tutorias para os estudantes nas áreas básicas e nos anos iniciais dos cursos de graduação.	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.2.5 - Implementar metodologias e estratégias inovadoras no ensino da Graduação e Pós-Graduação utilizando recursos tecnológicos e metodologias que incentivem a interdisciplinaridade	PROPESQ/DTE/PROGRAD	X	X	X	X	X
2.2.6 - Destinar carga horária das disciplinas dos cursos de Pós-Graduação para atividade de extensão, com a possibilidade de criação de	PROPESQ/PROEX	X	X	X	X	X

disciplinas específicas no curso (Resolução nº 07, 2018 - PNE).						
2.2.7 - Estabelecer porcentual mínimo de 5% dos projetos dos Programas de Pós-Graduação com atividade de extensão com o ensino fundamental e médio, prestação de serviços, inserção social.	PROPESQ/PROEX	X	X	X	X	X
2.2.8 - Incentivar parcerias com o setor produtivo	PROPESQ/PPGS	X	X	X	X	X
2.2.9 - Realizar trabalhos de cursos de pós-graduação em parceria com cursos de graduação	PROPESQ/PROGRAD/PPGS	X	X	X	X	X
2.2.10 - Ampliar programas de apoio ao discente da pós-graduação	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.2.11 - Promover a oferta de bolsas, programas de monitoria, estágios e editais de fomento.	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
2.2.12 - Fomentar a oferta de pós-doutorado e estágios de curta duração no exterior	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.2.13 - Institucionalizar resolução de prestação e estímulo de serviços técnicos especializados na UFT	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.2.14 - Atualizar as ementas das disciplinas de Inovação e Empreendedorismo oferecidas pelos cursos da UFT	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
2.2.15 - Incentivar a criação de Núcleos de Estudos e Pesquisas em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação aplicadas ao ensino visando à proposição de cursos a distância, preferencialmente, de formação continuada	PROPESQ	X				
2.2.16 - Estimular a pesquisa aplicada ao setor produtivo por meio de editais de fomento	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
2.2.17 - Aprovar resolução que fomente a extensão tecnológica	PROPESQ/PROGRAD	X				

2.2.18 - Ofertar disciplinas na pós-graduação de inovação e propriedade intelectual por docentes vinculados ao PROFNIT	PROPESQ/COORDENAÇÃO DO PROFNIT	X	X	X	X	X
2.2.19 - Promover atividades relacionadas aos mecanismos de geração de empreendimentos inovadores para aproveitamento de carga horária complementar para conclusão de curso de graduação	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.2.20 - Criar atividades para ofertas interdisciplinares ou de componentes comuns e unificar as ementas comuns entre os cursos de Pós Graduação	PROPESQ/COORDENAÇÕES DOS PPGS	X	X	X	X	X
2.2.21- Consolidar e ampliar a Feira UNITEC em parceria com o SEBRAE para a transferência de tecnologias desenvolvidas pela UFT para a empreendedores e investidores	PROPESQ/COORDENAÇÕES DOS PPGS/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
2.2.22 - Realizar Feiras de tecnologia junto à Comunidade para apresentar os produtos gerados pela UFT.	PROPESQ/COORDENAÇÕES DOS PPGS/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
2.2.23 - Ofertar aos docentes cursos continuados de capacitação em tecnologias emergentes	PROGEDEP	X	X	X		
2.2.24 - Produzir relatórios de diagnóstico da Produção científica, cultural, artística ou tecnológica dos docentes que apresentem maior inserção e demanda social.	PROPESQ	X	X	X		
2.2.25 - Elaborar protocolos institucionais e orientações didático-pedagógicas para o atendimento de pessoas com deficiência ou necessidades educacionais específicas na UFT.	PROGRAD/PROEST/PROPESQ/ TODOS OS CÂMPUS	X	X			
2.2.26 - Definir nos PPCs as estratégias de integração da graduação e pós-graduação.	COORDENAÇÕES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E COORDENAÇÕES DOS PPGS	X	X			
2.2.27 - Monitorar a implementação da curricularização da extensão na graduação e pós-graduação.	PROGRAD	X	X			

2.2.28 - Elaborar as diretrizes institucionais para oferta de componentes curriculares na modalidade EAD.	PROGRAD	X				
2.2.29 - Estimular a oferta de cursos fora da sede do curso.	PROGRAD	X	X	X	X	X
2.2.30 - Atualizar as regras condicionantes de matrículas em componentes curriculares.	PROGRAD		X	X		
2.2.31 - Criar novas formas de ingresso aos cursos de graduação.	PROGRAD/COPESE		X	X		
2.2.32 - Criar e desenvolver o programa institucional em inovação pedagógica	PROGRAD	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 2.3 - PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural						
ODS: 1 - Erradicação da Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade 5 - Igualdade de Gênero, 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 17 - Parcerias e Meios de Implementação. .						
2.3.1 - Implantar política para a atuação de docentes em atividades de ensino da pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.2 - Acompanhar a produção científica, credenciamento, descredenciamento e recredenciamento de professores.	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.3 - Aprimorar os programas institucionais de tutorias para os estudantes nas áreas específicas de seus cursos de graduação	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.4 - Divulgar os editais de intercâmbio (Ciências Sem Fronteira, Erasmus Mundus, etc.) em mídias oficiais e redes sociais	PROPESQ/COORDENAÇÕES DOS PPGS	X	X	X	X	X
2.3.5 - Promover o desenvolvimento de práticas de ensino que articulem os ambientes presenciais e virtuais, com utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação.	PROPESQ/PROEX	X	X	X	X	X
2.3.6 - Criar fundo de pesquisa com recursos de ressarcimento institucional advindos da prestação de serviços e dos projetos aprovados.	PROPESQ	X	X	X	X	X

2.3.7 - Garantir a ampliação da quantidade de laboratórios prestadores de serviços	PROPESQ/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
2.3.8 - Utilizar as mídias sociais da universidade para divulgar externamente a capacidade técnica dos laboratórios	SUCOM/PPGS	X	X	X	X	X
2.3.9- Estimular a criação de empresas de base Tecnológica.	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.10 - Implantar e estruturar incubadora de projetos de base tecnológica para empresas	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.11- Elaborar e aprovar resolução para criação e funcionamento de incubadoras de empresas em âmbito da UFT	PROPESQ/GABINETE	X				
2.3.12 - Estimular a criação de bolsas e auxílios para projetos de desenvolvimento tecnológico	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.13 - Elaborar e aprovar a política de inovação, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, empreendedorismo e gestão e funcionamento do ecossistema de inovação da universidade	PROPESQ	X				
2.3.14 - Estimular a criação de novas empresas juniores	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.15 - Incentivar as incubadoras de base de tecnológica	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.16 - Implementar melhorias no Comitê de Avaliação de Propriedade Intelectual (COAPI)	PROPESQ	X	X	X	X	X

2.3.17 - Promover o depósito e a manutenção do portfólio de Propriedade Intelectual junto ao INPI	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.18 - Criar o Hub de Inovação e Empreendedorismo	PROPESQ	X				
2.3.19 - Promover a oferta de serviços e parcerias do Ecossistema de Inovação e Empreendedorismo junto ao poder público municipal e estadual, e às empresas com atuação local e regional.	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.20 - Formar lideranças e gestores para o desenvolvimento local	PROPESQ/PPGS	X	X	X	X	X
2.3.21 - Criar e promover o seminário institucional de inovação tecnológica.	PROPESQ/COORDENAÇÃO DO PROFNIT/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
2.3.22 - Aprimorar os eventos institucionais (Seminário de iniciação científica e Seminário de extensão) divulgando e mantendo-os abertos à comunidade	PROPESQ/PROEX	X	X	X	X	X
2.3.23 - Criar o plano anual de fortalecimento da pós-graduação voltado a estratégias para a pesquisa, inovação e desenvolvimento artístico a ser aprovado nos conselhos.	PROPESQ/PPGS	X	X	X	X	X
2.3.24 - Lançar o programa continuado de capacitação em empreendedorismo e propriedade intelectual.	PROPESQ/COORDENAÇÃO DO PROFNIT/PROGEDEP	X	X	X		
2.3.25 - Promover o lançamento de editais conjuntos PROPESQ/PROEX.	PROPESQ/PROEX	X	X	X	X	X
2.3.26 - Criar e padronizar as mini homes de todos os programas de pós-graduação com disponibilização de recursos humanos para alimentação continuada da página web.	PROPESQ/PPGS/SUCOM	X	X	X	X	X
2.3.27 - Promover a avaliação dos projetos PIBIC	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.28 - Estimular a criação de Grupos de Pesquisa e Núcleos de Pesquisa não atípicos que	PROPESQ/PPGS	X	X	X	X	X

apresentem inserção e impacto social no estado e no país.						
2.3.29 - Promover a divulgação das produções acadêmicas nos meios digitais da universidade e a participação de professores e estudantes em eventos de repercussão nacional e internacional.	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
2.3.30 - Fomentar e ampliar a produção discente resultante dos seminários de iniciação científica da instituição em Anais com ISBN, artigos científicos e capítulos de livros.	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.31 - Aperfeiçoar a atuação do comitê de ética em pesquisa da instituição	PROPESQ (COMITÊ DE ÉTICA)	X				
2.3.32 - Elaborar política de orientação para a ética em pesquisa	PROPESQ	X				
2.3.33 - Apoiar a criação do Comitê de Ética em Pesquisa nos câmpus	PROPESQ/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
2.3.34 - Promover editais que propiciem a formação técnico-científica-cultural discente e docente, promovendo ações interdisciplinares entre os campi da instituição.	PROPESQ/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
2.3.35 - Celebrar os premiados de PIBIC no SEMINÁRIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.36 - Incentivar e ampliar a participação dos docentes da pós em programas de IC, Pibid, Pibex; Reunião Anual da SBPC.	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.37 - Promover a ampliação do apoio financeiro aos docentes e discentes na participação em eventos nacionais e internacionais.	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.38 - Desenvolver o Programa de Acompanhamento de Egressos da pós-graduação	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.39 - Garantir a definição das linhas de pesquisa, extensão, inovação e divulgação científica nos PPCs preferencialmente integradas a pós-graduação	PROGRAD/PROPESQ/PROEX	X	X			

2.3.40- Estimular a participação de estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas da UFT em eventos científicos e acadêmicos, programas e projetos	PROGRAD/PROPESQ/PROEX/PROEST/COORDENAÇÕES DE CURSOS	X	X	X	X	X
2.3.41 - Implementar o programa de Mobilidade para pesquisadores	PROGRAD	X	X	X	X	X
2.3.42 - Fortalecer o Programa de pós-graduação em propriedade intelectual e transferência de tecnologia para a inovação - Profnit na UFT	PROPESQ/COORDENAÇÕES DOS PPGS	X	X	X	X	X
2.3.43 - Implantar o plano de ações de inovação tecnológica	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.44 - Promover a divulgação do portfólio de propriedade intelectual da UFT	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.45 - Criar um sistema de Gestão da Inovação	PROPESQ	X				
2.3.46 - Promover a divulgação das empresas incubadas, empresas juniores e incubadoras	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.3.47 - Fortalecer o NIT dando maior autonomia e capacidade técnica	PROPESQ	X	X			
DIRETRIZ 2.4 - PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial						
ODS: 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, ODS 4 - Educação de Qualidade, ODS 5 - Igualdade de Gênero e ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis						
2.4.1 - Implantar e desenvolver o projeto Diálogo de Saberes	PROEX/PROGRAD/PROEST/PROPESQ/COORDENAÇÕES DE CURSOS	X	X	X	X	X
2.4.2 - Implantar e desenvolver políticas institucionais de Ações Afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial na UFT.	PROEX/PROGRAD/PROEST/COORDENAÇÕES DE CURSO	X	X	X	X	X

2.4.3 - Implantar e desenvolver políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural da UFT.	PROEX/COORDENAÇÕES DE CURSO	X	X	X	X	X
2.4.4 - Criar espaços de convivência dentro dos câmpus para os estudantes indígenas, quilombolas e ribeirinhos.	PROEX/PROEST/PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	
2.4.5 - Implantar ações de extensão que contemplem as temáticas de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, das ações afirmativas, de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial na UFT	PROEX/PROGRAD/PROEST/PROPESQ	X	X	X	X	X
2.4.6 - Promover a divulgação das ações de extensão e das atividades referentes às ações afirmativas e as contribuições para o desenvolvimento socioambiental do estado e da Amazônia Legal desenvolvidas na universidade	PROEX/SUCOM	X	X	X	X	X
2.4.7 - Garantir nos currículos dos cursos estratégias de abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, de modo transversal.	PROGRAD	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 2.5 - PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social						
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza, 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.						
2.5.1 - Elaborar normativas para criação, gestão e funcionamento dos cursos EaD na Universidade	DTE/PROGRAD	X				
2.5.2 - Implantar políticas institucionais de atendimento especializado a alunos quilombolas/indígenas dos cursos EaD	DTE/PROEST	X				

2.5.3 - Institucionalizar ações afirmativas para os alunos dos cursos EAD	DTE/PROEX/PROEST	X				
2.5.4 - Aperfeiçoar a monitoria digital, incluindo alunos da graduação presencial e EaD	DTE/PROGRAD/STI	X	X	X	X	X
2.5.5 - Criar MOOCs (curso *on-line* aberto e massivo) de apoio aos alunos e sociedade para demandas específicas.	DTE/PROGRAD/PROEX		X	X	X	X
2.5.6 - Institucionalizar o Servidor Multiplicador via MOOCs (curso *on-line* aberto e massivo)	DTE/PROGEDEP		X	X	X	X
2.5.7 - Desenvolver política institucional de formação continuada para profissionais da educação básica integrada à formação inicial de professores.	PROEX/PROGRAD		X	X	X	X
2.5.8 - Fomentar projetos e ações inovadoras voltadas ao empreendedorismo, desenvolvimento econômico, responsabilidade social, economia popular e solidária na UFT	PROEX/PROPESQ(NIT)	X	X	X	X	X
2.5.9 - Institucionalizar programas estruturantes de ações de extensão que contribuam para o desenvolvimento local e regional	PROEX		X	X	X	X
2.5.10 - Fortalecer programas de intercâmbio com instituições nacionais e internacionais visando à ampliação da mobilidade estudantil e docente para complementação de estudos.	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.5.11 - Promover a criação de cursos e/ou disciplinas na modalidade EaD/Ensino Híbrido na pós-graduação.	PROPESQ/PROEX/DTE	X	X	X	X	X
2.5.12 - Promover ações que contemplem aspectos de acessibilidade, inclusão, segurança, gestão ambiental, mobiliário e equipamentos para a comunidade interna e externa	PROEX/PROPESQ/PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
2.5.13 - Implementar núcleos de pesquisas avançadas intercampi em áreas de excelência ou de relevância para a UFT	PROPESQ/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
2.5.14- Desenvolver projeto de ampliação da atuação dos PPGs junto ao PADU e as escolas de	PROPESQ/COORDENAÇÕES DOS PPGS/PROEX		X			

ensino básico a fim de criar um portfólio de demandas.						
2.5.15 - Promover as empresas juniores da instituição e suas áreas de atuação visando maior atração de investimentos e prestação de serviços.	PROPESQ	X	X	X	X	X
2.5.16- Capacitar os estudantes de pós-graduação quanto ao uso de ferramentas digitais educacionais e de acesso ao AVA *Moodle*	DTE/PROPESQ	X	X	X	X	X
2.5.17- Desenvolver e acompanhar a política de assistência estudantil para Pós-graduação	PROPESQ/PROEST	X	X	X	X	X
2.5.18 - Realizar diagnóstico da universidade quanto aos aspectos de sustentabilidade e acessibilidade, construir e publicar o PLS com ações, metas e indicadores definidos	PREFEITURA (COMISSÃO GESTORA DO PLS)	X				
2.5.19 - Realizar a divulgação de relatório contendo os aspectos de sustentabilidade e acessibilidade do PLS na UFT	PREFEITURA (COMISSÃO GESTORA DO PLS)		X		X	
2.5.20 - Instituir comissão gestora para o Plano de Logística Sustentável da UFT	GABINETE	X				
2.5.21 - Revisar o PLS e publicar uma nova versão	PREFEITURA (COMISSÃO GESTORA DO PLS)			X		X
2.5.22 - Promover o monitoramento das ações estabelecidas e elaborar os relatórios de cumprimento do plano	PREFEITURA (COMISSÃO GESTORA DO PLS)	X	X	X	X	X
2.5.23 - Propor ações indutoras da integração do ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação e pós-graduação	PROPESQ/PROGRAD/PROEX	X	X	X	X	X
2.5.24 - Implantar um sistema de grupos de pesquisa em rede visando à ampliação da produção do conhecimento com o suporte técnico da Coordenação UAB/Diretoria de Tecnologias Educacionais	PROPESQ/DTE	X	X	X	X	X

2.5.25 - Atualizar as políticas de ações afirmativas e de apoio acadêmico atendem parcialmente as condições apropriadas à sua formação acadêmica na UFT, sejam didáticas ou referentes ao acesso, inclusão e permanência para integralização da formação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica a igualdade étnico-racial e de gênero, entre outras	PROPESQ/PROEX/PROGRAD/PROEST	X	X			
2.5.26 - Criar os complexos de inovação tecnológica com ambiente de referência	PROPESQ/PROGRAD		X			
2.5.27 - Desenvolver programa de incentivo aos alunos de graduação e pós-graduação para a criação de empresas a serem incubadas	PROPESQ/PPGS/PROGRAD	X	X	X	X	X
2.5.28 - Implantar e manter o Programa Educação empreendedora na UFT em parceria com o SEBRAE	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
2.5.29 - Promover a integração entre os Programas de Pós-graduação e os mecanismos de geração de empreendimentos inovadores	PROPESQ/PROEX	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 2.6 - PDI e política institucional para a modalidade EaD						
ODS: 4 - Educação de Qualidade e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes						
2.6.1 - Criar e vincular cursos EaD aos colegiados com apoio, suporte e formação da Superintendência de Tecnologias Educacionais	DTE/PROGRAD	X	X	X	X	X
2.6.2 - Implementar a política institucional de ensino híbrido para a oferta de cursos com disciplinas integral ou parcialmente híbridas	DTE/PROGRAD	X				
2.6.3 - Reformular a estrutura de Tecnologias Educacionais na Universidade e sua relação com outras Unidades	DTE/PROGRAD	X	X			
2.6.4 - Reformular os PPCs dos cursos de graduação presencial adequando à abordagem de educação online	DTE/PROGRAD /COORDENAÇÕES DE CURSO	X	X	X	X	X

2.6.5 - Promover a formação continuada dos atores envolvidos para utilização de metodologias inovadoras.	DTE/PROGRAD	X	X	X	X	X
2.6.6 - Ofertar curso(s) piloto(s) na modalidade online/híbrido, atendendo demandas regionais específicas como das aldeias e quilombos.	DTE/PROGRAD	X	X	X	X	X
2.6.7 - Regulamentar as propostas de criação de cursos na modalidade EaD e híbridos	DTE/PROGRAD	X				
2.6.8 - Institucionalizar normativa com atribuições de apoio e assessoria aos colegiados para criação de novos cursos.	DTE/PROGRAD	X				
DIRETRIZ 2.7 - Estudo para implantação de polos EaD						
ODS: 4 - Educação de Qualidade						
2.7.1.Realizar levantamento de polos atuais e possibilidades futuras, considerando demanda e distância de outros polos e outras IES.	DTE	X	X	X	X	X
2.7.2. Criar material para divulgação de abertura de novos polos.	DTE/SUCOM	X	X	X	X	X
2.7.3. Realizar visitas contínuas aos municípios para orientações de abertura e acompanhamento de polos	DTE	X	X	X	X	X
2.7.4 - Monitorar funcionamento e estrutura dos polos	DTE	X	X	X	X	X
2.7.5. Buscar parcerias de novos polos com municípios/estado.	DTE		X	X	X	X
EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS						
INDICADORES: Taxa de Sucesso da Graduação - TSG, Cursos com PPC atualizado conforme diretrizes do PPI, Cursos híbridos implementados, Índice de trabalhos apresentados, Recurso destinado à produção discente, Proporção de estudantes de graduação envolvidos com extensão, Índice Geral de Cursos - IGC, Taxa de Evasão, Taxa de Retenção, Grau de envolvimento discente com pós-graduação, Conceito Capes, Alcance da EdUft na sociedade, Alcance da comunicação da UFT, Índice de alunos por curso presencial, Taxa de docentes envolvidos com pesquisa, Taxa de discentes envolvidos com pesquisa, Grau de Envolvimento Discente com a Pós–Graduação *Stricto sensu* - GEPG, Alcance dos eventos de iniciação científica, pesquisa e inovação, Índice de produtividade da extensão, Alcance dos Egressos, Índice de satisfação quanto à assistência estudantil, Percentual de vulnerabilidade socioeconômica dos alunos atendidos pela assistência estudantil, Vulnerabilidade socioeconômica dos alunos da UFT, % cursos internacionalizados, % acessibilidade física, % acessibilidade digital no *site* da UFT, Índice de respostas da Ouvidoria dentro do prazo, Qualidade das respostas da Ouvidoria dentro do prazo						

DIRETRIZ 3.1 - Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação						
ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar , 4 - Educação de Qualidade, 10 - Redução das Desigualdades e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes						
3.1.1 - Incluir nas políticas de ensino a atuação de professores, tutores e técnicos, especificamente para cursos EaD, com inclusão na carga horária docente	DTE/PROGRAD		X			
3.1.2 - Reformular normativa de carga horária docente incluindo atuação nos cursos EaD.	DTE/PROGRAD/PROGEDEP		X			
3.1.3 - Construir ou adequar edificações para a oferta de cursos EaD, incluindo equipamentos compatíveis e adequados ao ensino com apoio de tecnologias educacionais	DTE/PU/STI	X	X	X		
3.1.4 - Revisar o regimento das secretarias acadêmicas, adequando também sua atuação para os cursos EaD em funcionamento	DTE/PROGRAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X			
3.1.5 - Implementar Programas de Iniciação Científica e outras modalidades voltados para os alunos EaD.	DTE/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.6 Implantar controle institucional para consolidação e integração das informações e acompanhamentos das ações e atividades dos docentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão	PROGRAD	X				
3.1.7 Implantar e acompanhar o Plano Individual de Trabalho (PIT) e Relatório Individual de Trabalho (RIT)	PROGRAD/COORDENAÇÕES DE CURSOS	X	X	X	X	X
3.1.8 - Implantar sistema e processo de elaboração e monitoramento de PPCs com critérios objetivos e prazos de acordo com o ciclo de atualização.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.9 - Atualizar os PPCs de acordo com o novo PPI e os parâmetros do MEC	PROGRAD/COORDENAÇÕES DE CURSOS	X	X			
3.1.10 - Criar o Núcleo Gestão de Projetos e Inovação Pedagógica	PROGRAD	X				

3.1.11 - Criar o Banco de Avaliadores para o trabalho contínuo e colaborativo intercâmpus para acompanhamento da elaboração dos PPCs	PROGRAD	X				
3.1.12 - Acompanhar as alterações das diretrizes curriculares do MEC, de forma contínua, para atualização dos PPCs dos cursos de graduação, vinculadas ao Sistema e Processo de Elaboração e Atualização	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.13 - Atualizar as diretrizes para a oferta de componentes curriculares	PROGRAD	X				
3.1.14 - Otimizar a oferta de componentes curriculares para a integração de cursos, áreas de conhecimento e fortalecer as redes formativas.	PROGRAD/COORDENAÇÕES DE CURSOS/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.1.15 - Desenvolver a sistemática de produção de evidências como estratégia para melhoria das avaliações interna e externa	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.16 - Acompanhar a atuação dos NDE´s dos cursos de graduação e comissões coordenadoras dos programas de pós-graduação	PROGRAD/COORDENAÇÕES DE CURSOS	X	X	X	X	X
3.1.17 - Compor comissão nos Câmpus para realizar estudos de expansão e reestruturação de cursos de graduação e programas de pós-graduação na UFT	PROGRAD/PROPESQ/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.1.18 - Implantar o Painel de Indicadores para Gestão de Cursos de Graduação.	PROGRAD	X				
3.1.19 - Elaborar proposta de ações para sanar deficiências de alto índice de reprovação e evasão	PROGRAD	X	X			
3.1.20 - Acompanhar as informações do Painel de Indicadores para sanar deficiência de alto índice de reprovação e evasão	PROGRAD/TODOS OS CÂMPUS/COORDENAÇÕES DE CURSOS		X	X	X	X
3.1.21 - Otimizar a distribuição de disciplinas, evitando a não oferta de disciplinas obrigatórias previstas na estrutura curricular do curso	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.22 - Garantir o registro e a expedição de diplomas	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.23 - Atualizar e elaborar os guias com	PROGRAD	X	X	X	X	X

informações acadêmicas						
3.1.24 - Realizar a operacionalização de Processos Seletivos de Ingresso/Reingresso na Graduação	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.25 - Promover melhorias nos sistemas acadêmicos com a disponibilização de procedimentos "*on-line*"	PROGRAD/STI	X	X	X	X	X
3.1.26 - Promover Capacitações técnicas com os Coordenadores de Curso, Secretários Acadêmicos e Secretários das Coordenações da graduação	PROGRAD/PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS		X	X	X	X
3.1.27 - Garantir a manutenção da apólice de seguro aos alunos da graduação em atividades de estágio	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.28 - Intensificar o Controle do Registro Acadêmico na Graduação	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.29 - Promover avaliação constante das funcionalidades dos sistemas acadêmicos da graduação	PROGRAD/STI	X	X	X	X	X
3.1.30 - Supervisionar as atividades de ensino de forma que os docentes cumpram os limites de carga horária de ensino definidos	PROGRAD/TODOS OS CÂMPUS/COORDENAÕES DE CURSOS	X	X	X	X	X
3.1.31 - Estabelecer e implementar critérios para acompanhamento e avaliação da carga horária docente	PROGRAD/PROPESQ/PROEX/PROGEDEP		X	X		
DIRETRIZ 3.2 - Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *lato sensu*						
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.						
3.2.1 - Fomentar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* que atendam as demandas das comunidades locais	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.2.2 - Criar e desenvolver estudos periódicos de análise de demandas quanto ao atendimento às comunidades nos campos de atuação de cada programa *lato sensu*	PROPESP	X	X	X	X	X

3.2.3 - Atualizar a resolução que rege a oferta de cursos *lato sensu* criando obrigatoriedade de levantamento e justificativa da demanda regional da oferta, previamente à aprovação do curso.	PROPESQ	X	X			
3.2.4 - Ampliar e aprimorar os programas pós-graduação *lato sensu* para os professores da Educação Básica	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.2.5 - Implementar programas de revisão dos PPCs dos cursos de pós-graduação *lato sensu*	PROPESQ		X		X	
3.2.6 - Regulamentar os programas de Avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*	PROPESQ		X			
3.2.7 - Ofertar disciplinas (EaD) e cursos de curta duração ministrados em outros idiomas na pós-graduação *lato sensu*, em colaboração com professores de universidades do exterior	PROPESQ(RELINTER)	X	X	X	X	X
3.2.8 - Criar cursos e/ou disciplina na modalidade EaD/Ensino Híbrido na pós-graduação *lato sensu*	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.2.9 - Implementar ações (cursos/projetos/programas/editais) que envolvam a graduação, pós-graduação *lato sensu* e extensão	PROPESQ/PROGRAD/PROEX	X	X	X	X	X
3.2.10 - Promover a aproximação do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT e do Ecossistema de Inovação com os cursos *lato sensu* alinhados às áreas prioritárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.2.11 - Fomentar a produtividade dos alunos dos programas de pós-graduação *Lato sensu*	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.2.12 - Ampliar a divulgação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* com a utilização de mini-home e redes sociais	PROPESQ/SUCOM	X	X	X	X	X
3.2.13 - Ampliar a ofertas de serviços, produtos, inovações e patentes para a comunidade externa à universidade.	PROPESQ(NIT)	X	X	X	X	X

3.2.14 - Traduzir as mini homes dos Programas de Pós-graduação *lato sensu* em inglês e espanhol	PROPESQ(RELINTER)	X	X			
3.2.15 - Adquirir equipamentos para atender alunos deficientes visuais vinculados à pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*	PROPESQ/PROGRAD/PU/PROAD	X	X	X	X	X
3.2.16 - Definir, por meio de resolução, a porcentagem de Ressarcimento Institucional dos cursos *lato sensu* gerados por meio de convênios/contratos destinados à pesquisa e/ou pós-graduação	PROPESQ/PROGRAD/PROAD	X				
3.2.17 - Realizar audiências públicas e consultas formais aos integrantes da rede SUS acerca da necessidade e quantidade de vagas ofertadas a cada área da residência Médica na UFT	PROPESQ/COORD. CURSO DE RESIDÊNCIA MÉDICA	X	X	X	X	X
3.2.18 - Implantar sistema de avaliação periódica do programa de residência médica ofertados pela COREME/UFT e impactos na política de saúde local e regional.	PROPESQ/COORD. CURSO DE RESIDÊNCIA MÉDICA	x	x	x	x	x
3.2.19 - Elaborar e implantar o regimento próprio para os cursos *lato sensu* e de extensão na UFT	PROPESQ/PROEX	X				
DIRETRIZ 3.3 - Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*						
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.						
3.3.1 - Normatizar as formas de utilização dos recursos internos e externos (PROAP/CAPES) para os programas de pós-graduação *stricto sensu*	PROPESQ	X				
3.3.2 - Consolidar o Programa Professor Visitante.	PROPESQ/PROGEDEP		X			
3.3.3 - Promover a ampliação do quadro de servidores técnicos dos programas de pós-graduação	PROPESQ/PROGEDEP	X	X	X	X	X
3.3.4 - Estabelecer normas de credenciamento e descredenciamento de docentes da pós-graduação	PROPESQ	X				

3.3.5 - Criar plano estratégico de desenvolvimento dos programas de pós-graduação e da Propesq	PROPESQ/COORDENAÇÕES DOS PPGS	X				
3.3.6 - Implantar um sistema de autoavaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*	PROPESQ	X				
3.3.7 - Realizar o Fórum de Coordenadores de programas de pós-graduação	PROPESQ/COORDENAÇÕES DOS PPGS	X	X	X	X	X
3.3.8- Aperfeiçoar o Programa de Acompanhamento dos programas de pós-graduação	PROPESQ/ COORDENAÇÕES DOS PPGS	X		X		X
3.3.9 - Criar programa de apoio ao estudo de línguas estrangeiras para estudantes e professores da pós-graduação *stricto sensu*	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.3.10 - Fomentar a Política de Restituição Institucional a fim de permitir a destinação de verba para pesquisa advinda de cursos de mestrado/doutorado profissionais realizados em parceria com outras instituições públicas e privadas por meio de convênio/contrato.	PROPESQ/ COORDENAÇÕES DOS PPGS	X				
3.3.11 - Implantar a creditação da carga horária de extensão na pós Graduação *stricto sensu*	PROPESQ/PROEX	X	X			
3.3.12 - Atualizar a resolução dos Programas de Pós-Graduação da UFT.	PROPESQ	X	X			
3.3.13 - Criar secretarias unificadas das pós-graduações	PROPESQ/COORDENAÇÕES DOS PPGS			X	X	X
3.3.14- Ampliar o percentual anual de projetos de pesquisa vinculados a Pós-Graduação submetidos ao sistema de Gestão de Projetos Universitários - GPU e agências com financiamento externo.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.3.15 - Promover atividades de monitoria em disciplinas com elevada reprovação discente e aulas extracurriculares sobre conhecimento geral e específico das disciplinas da pós-graduação *stricto sensu*	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.3.16 - Elevar o financiamento à pesquisa por meio de editais	PROPESQ	X	X	X	X	X

3.3.17 - Promover a ampliação das notas dos programas de pós-graduação *stricto sensu*	PROPESQ/COORDENAÇÕES DOS PPGS	X	X	X	X	X
3.3.18 - Divulgar o Edital Pró-Doutoral visando apoio à qualificação docente.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.3.19 - Equipar salas de programas de pós-graduação *stricto sensu* para suporte *web conference* destinados à defesa de dissertações e teses.	PROPESQ/STI	X	X	X	X	X
3.3.20 - Promover a divulgação de editais de pesquisa e apoio a eventos das principais agências brasileiras de fomento e agências internacionais.	PROPESQ	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 3.4 - Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural						
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.						
3.4.1 - Criar e desenvolver o Plano de Arte e Cultura da UFT	PROEX	X	X	X	X	X
3.4.2 - Criar e consolidar o Programa institucional de Arte e Cultura	PROEX	X	X	X	X	X
3.4.3 - Implementar a Escola de Extensão da UFT	PROEX		X	X	X	X
3.4.4 - Propor política para a atuação de docentes em atividades de ensino, inovação tecnológica e pedagógica na pós-graduação *stricto sensu*	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.4.5 - Articular os cursos de graduação e programas de pós-graduação de áreas afins dos diversos câmpus a partir dos grupos de pesquisa e extensão multi e interdisciplinares.	PROPESQ/PROGRAD/PROEX	X	X	X	X	X
3.4.6 - Consolidar políticas estudantis para os alunos da pós-graduação que garantam programas de acolhimento estudantil, promoção da saúde, saúde mental, lazer, cultura e qualidade de vida	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.4.7 - Incentivar a criação de cursos de extensão que venham fortalecer unidades produtivas locais	PROPESQ/PROEX	X	X	X	X	X

3.4.8 - Consolidar editais Novos Pesquisadores e Produtividade em Pesquisa.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.4.9 - Criar a política de Museus e Centros de Documentação da UFT	PROPESQ/DIGED	X				
3.4.10 - Implementar Programa de Apoio às Publicações Científicas das revistas da UFT.	PROPESQ/EDITORA	X	X	X	X	X
3.4.11 - Promover a ampliação dos recursos financeiros para capacitação de editores dos periódicos científicos da UFT	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.4.12 - Promover a construção do Centro Cultural da UFT nos diferentes câmpus da UFT	PROEX/PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.4.13 - Elevar o número de bolsas institucionais de iniciação científica e extensão	PROPESQ/PROGRAD/PROEX	X	X	X	X	X
3.4.14 - Criar centrais analíticas multiusuárias para pesquisa e prestação de serviços	PROPESQ	X				
3.4.15 - Promover a creditação de laboratórios da UFT para prestação de serviços	PROPESQ	X				
DIRETRIZ 3.5 - Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão						
ODS:4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero, 12 - Consumo e Produção Responsáveis, 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.						
3.5.1 - Desenvolver calendário de eventos conjunto com os câmpus;	SUCOM/RÁDIO	X	X	X	X	X
3.5.2 - Desenvolver o projeto “UM DIA NO CÂMPUS”;	SUCOM/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.5.3 - Organizar a FEIRA DAS PROFISSÕES nos câmpus;	SUCOM/TODOS OS CÂMPUS		X		X	
3.5.4 - Garantir a confecção das “plaquinhas de recepção” para todos os câmpus.	SUCOM	X	X	X	X	X
3.5.5 - Implementar políticas institucionais de valorização do esporte e da cultura	PROEX/PROEST/PROGEDEP	X	X	X	X	X
3.5.6 - Implementar políticas institucionais qualidade de vida na UFT	PROEX/PROEST/PROGEDEP	X	X	X	X	X

3.5.7 - Implantar e consolidar a inserção da extensão nos currículos em todos os cursos de graduação e pós-graduação da UFT	PROEX/PROGRAD/PROPESQ/COORDENAÇÕES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO/ COORDENAÇÕES DOS PPGS	X	X	X	X	X
3.5.8 - Instituir e ampliar a política de bolsas de extensão para discentes e servidores	PROEX	X	X	X	X	X
3.5.9 - Criar um sistema de registro, acompanhamento, monitoramento, avaliação e certificação das ações de extensão na UFT	PROEX/STI	X				
3.5.10 - Fomentar ações integradas de ensino, pesquisa e extensão de valorização da indissociabilidade e impacto social.	PROEX/PROGRAD/PROPESQ/PROEST	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 3.6 - Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica						
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12 - Consumo e Produção Responsáveis, 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.						
3.6.1 - Aperfeiçoar o módulo UFT EM AÇÃO para divulgar a participação de professores em eventos acadêmicos e científicos;	SUCOM/STI	X				
3.6.2 - Divulgar a participação de professores em eventos acadêmicos e científicos no módulo UFT EM AÇÃO	SUCOM	X	X	X	X	X
3.6.3 Divulgar chamadas de artigos para revistas da UFT nas *newsletters* Comunicâmpus e Rede de Oportunidades	SUCOM	X	X	X	X	X
3.6.4- Fomentar ações de extensão de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente.	PROEX/PROPESQ	X	X	X	X	X
3.6.5 - Instituir Políticas de apoio à produção docente por meio de editais.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.6.6 - Fomentar o apoio à produção docente por meio de financiamento de pesquisas.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.6.7 - Incentivar a participação de pesquisadores internacionais em disciplinas e coorientação de dissertações e teses nos PPG	PROPESQ	X	X	X	X	X

3.6.8 - Elaborar política de incentivo à participação e produção docente, principalmente nos editais internos da UFT	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.6.9 - Incentivar participação de pesquisadores em eventos técnico-científicos e mostras tecnológicas	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.6.10 - Premiar a produção acadêmica docente	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.6.11 - Promover a avaliação do impacto da incubação de empresas	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.6.12 - Ampliar a participação nas redes inter e multi-institucionais	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.6.13 - Incentivar e promover a publicação de artigos, livros, capítulos de livros, teses e dissertações em línguas estrangeiras	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
3.6.14 - Promover a ampliação do apoio financeiro para a tradução e submissão de artigos a periódicos internacionais	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
3.6.15 - Celebrar a proteção e preservação do patrimônio científico materializado na forma de revistas científicas editadas oficialmente pela UFT.	PROPESQ/EDITORA	X	X	X	X	X
3.6.16 - Promover as ações de indexação dos livros já publicados e dos e-books publicados.	PROPESQ/EDITORA	X	X	X	X	X
3.6.17 - Promover atualizações contínuas na plataforma Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER (OJS).	PROPESQ/EDITORA	X	X	X	X	X
3.6.18 - Promover treinamentos para editoração e indexação de periódicos da UFT, bem como serviços relacionados à editoração científica.	PROPESQ/EDITORA/PROGEDEP	X	X	X	X	X
3.6.19 - Consolidar e divulgar a atuação da EDUFT (Editora Universitária) na comunidade interna e externa	PROPESQ/EDITORA/SUCOM	X	X	X	X	X
3.6.20 - Criar sistema de e-commerce na mini-home da EDUFT	PROPESQ/STI	X	X	X		
3.6.21 - Divulgar editais para publicações da EDUFT.	PROPESQ	X	X	X	X	X

3.6.22 - Otimizar a mini-home e as redes sociais da EDUFT consolidando a atuação na comunidade interna e externa	PROPESQ/SUCOM	X	X	X	X	X
3.6.23 - Divulgar as pesquisas acadêmicas, produtos e serviços gerados em ensino, pesquisa e extensão na UFT para a comunidade em geral	PROEX/PROPESQ/SUCOM	X	X	X	X	X
3.6.24- Estabelecer parcerias internas e externas para publicação de livros em fluxo contínuo.	PROPESQ	X	X	X		
3.6.25 - Consolidar chamadas públicas para publicação de livros científicos digitais, artísticos e literários.	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X		
3.6.26 - Profissionalizar os processos editoriais das revistas científicas da UFT.	PROPESQ	X	X			
3.6.27 - Adotar softwares que apoiem a editoração de revistas.	PROPESQ	X	X	X		
3.6.28 - Promover a realização de reuniões para alinhar as demandas de difusão da produção acadêmica	SUCOM	X	X	X	X	X
3.7. - Dimensionar ações relacionadas à política de acompanhamento dos egressos						
ODS: 4 - Educação de Qualidade e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes						
3.7.1 - Realizar o acompanhamento dos egressos	DTE/PROGRAD/TODOS OS CÂMPUS/COORDENAÇÕES DOS CURSOS	X	X	X	X	X
3.7.2 - Realizar estudo comparativo quanto a vida profissional dos egressos e a formação recebida, com vistas a desenvolver ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade	DTE/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.7.3 - Promover eventos com egressos.	DTE/PROGRAD/SUCOM/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.7.4 - Promover a divulgação do portal e da pesquisa sobre os egressos da UFT	DTE/PROGRAD/SUCOM	X	X	X	X	X
3.7.5 - Reformular e divulgar a política de acompanhamento dos egressos em parceria com os cursos de graduação	PROGRAD/COORDENAÇÕES DE CURSO		X			

3.7.6 - Construir um Plano de Comunicação Pública que promova a divulgação dos cursos de graduação e pós-graduação para a comunidade acadêmica, dos municípios em que há câmpus da UFT e para a população tocantinense de modo geral, informando a relação com o mercado de trabalho através das experiências exitosas de egressos	SUCOM/PROGRAD/PROPESQ		X		X	
DIRETRIZ 3.8 - Política institucional para internacionalização						
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12 - Consumo e Produção Responsáveis, 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.						
3.8.1 - Implementar política e projetos de fomento à internacionalização	PROPESQ(RELINTER)	X	x	x	x	x
3.8.2 - Ampliar a atuação do RELINTER por câmpus	PROPESQ(RELINTER)/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.8.3 - Apoiar tradução e publicação de artigos científicos em periódicos internacionais	PROPESQ(RELINTER)	X	X	X	X	X
3.8.4 - Fortalecer a internacionalização por meio da produção científica docente	PROPESQ(RELINTER)	X	X	X	X	X
3.8.5 - Realizar eventos internacionais *on-line* e/ou presenciais	PROPESQ(RELINTER)/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.8.6 - Ampliar a cooperação em projetos com agências e instituições internacionais	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
3.8.7 - Elaborar política de mobilidade docente e discente de pós-graduação para execução em instituições estrangeiras	PROPESQ (RELINTER)	X				
3.8.8 - Ofertar cursos, projetos e disciplinas na modalidade EaD para alunos estrangeiros	PROPESQ/DTE	X	X	X	X	X
3.8.9 - Criar programas de Acessibilidade e Educação Inclusiva para professores e estudantes estrangeiros.	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.8.10 - Promover a formação de redes internacionais	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X

3.8.11 - Promover a realização de pesquisas e geração de produtos de interesse internacional	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
3.8.12 - Traduzir os instrumentos jurídicos da universidade	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
3.8.13 - Incentivar o intercâmbio docente e discente	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
3.8.14 - Firmar convênios/acordos de parceria com grandes empresas e multinacionais	PROPESQ/GABINETE	X	X	X	X	X
3.8.15 - Otimizar a publicização das ações do Relinter e criação do programa institucional de apoio ao intercâmbio em nível de graduação e pós-graduação.	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
3.8.16 - Implantar as Coordenações/Comitês de Internacionalização nos câmpus da UFT	PROPESQ (RELINTER)/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.8.17 - Consolidar a internacionalização dos Currículos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação por meio de ações de intercâmbios, convênios e parcerias internacionais.	PROPESQ (RELINTER)/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.8.18 - Internacionalizar os periódicos científicos da UFT, com o objetivo de aumentar a visibilidade e o impacto	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
3.8.19 - Promover a atuação do Centro de Idiomas (virtual ou presencial) em todos os câmpus	PROPESQ (RELINTER)/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.8.20 - Promover a oferta de processos seletivos para proficiência nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
3.8.21 - Normatizar a Internacionalização dos Currículos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação e dupla diplomação	PROPESQ (RELINTER)/PROGRAD		X	X		
3.8.22 - Revitalizar do Centro de Idiomas na UFT	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
3.8.23 - Estimular a prática de estágio de doutorado sanduíche e realização de pós-doutorado e estágios de curta duração no exterior	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.8.24- Implementar ações do Projeto Inglês sem Fronteiras	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X

3.8.25- Fomentar a produção de conhecimento e inovação por meio de publicações científicas de alto impacto na língua inglesa em coautoria com pesquisadores de instituições internacionais	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
3.8.26 - Capacitar e incentivar docentes a ministrarem disciplinas em Língua estrangeira, contribuindo para a internacionalização do currículo dos programas de Graduação e Pós-graduação da UFT;	PROPESQ (RELINTER)/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.8.27 - Ofertar disciplinas EaD em parceria com outras IES nacionais e internacionais	PROPESQ (RELINTER)/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.8.28 - Promover a tradução das mini homes dos programas de pós-graduação para línguas estrangeiras	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
3.8.29 - Fomentar a inserção de pesquisadores internacionais nos programas de pós-graduação *stricto sensu*	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
3.8.30 - Ofertar disciplinas em língua estrangeira nos programas de pós-graduação	PROPESQ/COORDENAÇÕES DOS PPGS	X	X	X	X	X
3.8.31 - Aprimorar a política de internacionalização da UFT, a fim de que o intercâmbio possa ocorrer com centros e institutos de pesquisa sediados em países tradicionalmente relevantes do ponto de vista da produção acadêmico-científica;	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.8.32 - Promover a divulgação dos editais de programas de bolsas internacionais	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
3.8.33 - Fortalecer convênios internacionais com instituições de ensino e pesquisa.	PROPESQ (RELINTER)	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 3.9 - Comunicação da IES com a comunidade externa						
ODS: 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.						
3.9.1 - Reestruturar *site*, tornando-o dinâmico e acessível	SUCOM/STI	X		X		X
3.9.2 - Participar dos principais eventos do Tocantins com estande subsidiado pela SUCOM	SUCOM/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.9.3 - Expandir o raio de atuação da Rádio UFTFM;	SUCOM/RÁDIO	X	X	X	X	

3.9.4 - Implantar a UFT TV	SUCOM/RÁDIO	X				
3.9.5 - Promover publicidade institucional garantindo material gráfico em geral para ações de divulgação	SUCOM	X	X	X	X	X
3.9.6 - Definir normativo da Transparência e Prestação de Contas da UFT	PROAP	X				
3.9.7 - Definir fluxo para atualização das informações na sessão de transparência e prestação de contas no *site* da UFT	PROAP	X				
3.9.8 - Definir e nomear unidade responsável pela transparência na universidade	GABINETE	X				
3.9.9 - Realizar adequação dos canais de comunicação externa (*site* e redes sociais) para divulgação de informações institucionais	SUCOM/STI	X	X	X	X	X
3.9.10 - Atualizar os canais de publicização da prestação de contas	PROAP/OUVIDORIA	X	X	X	X	X
3.9.11 - Manter o relacionamento da assessoria de imprensa com a mídia e outros públicos estratégicos	SUCOM	X	X	X	X	X
3.9.12 - Promover a acessibilidade no *site* da UFT com a disponibilização de ferramentas de comunicação e informação inclusiva	STI/SUCOM	X	X	X	X	X
3.9.13 - Promover a publicação do Relatório Anual da Ouvidoria demonstrando qualitativa e quantitativamente o resultado dos serviços prestados à comunidade	OUVIDORIA	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 3.10 - Comunicação da IES com a comunidade interna						
ODS: 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 12 - Consumo e Produção Responsáveis e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.						
3.10.1 - Realizar campanha sobre a importância do e-mail institucional e intranet	SUCOM	X	X	X	X	X
3.10.2 - Realizar estudo quanto à viabilidade de implantação da TV indoor com conteúdos produzidos no *YouTube*;	SUCOM/RADIO		X			

3.10.3 - Criar listas de transmissão segmentadas em aplicativos de mensagens (*WhatsApp* ou *Telegram*)	SUCOM	X				
3.10.4 - Realizar campanha de divulgação da avaliação institucional, PDI, PPI e planejamento estratégico	SUCOM	X	X	X	X	X
3.10.5 - Manter a realização do Prêmio UFT de fotografia	SUCOM	X	X	X	X	X
3.10.6 - Realizar campanha de conscientização sobre transparência ativa	PROAP/OUVIDORIA/SUCOM	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 3.11 - Política de atendimento aos discentes						
ODS: 4 - Educação de Qualidade						
3.11.1 - Promover condições de acesso e utilização das tecnologias educacionais aos estudantes	DTE/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.11.2 - Desenvolver sistema informatizado de acompanhamento e monitoramento de atividades de Estágio	DTE/PROGRAD/STI		X			
3.11.3 - Conceder auxílio financeiro para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica no Programa Auxílio Saúde por meio de edital	PROEST	X	X	X	X	X
3.11.4 - Promover ações de melhoria de qualidade de vida dos discentes	PROEST/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.11.5 - Promover ações de Educação em Saúde numa perspectiva multidisciplinar e integral no enfrentamento do adoecimento mental dos estudantes	PROEST/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.11.6 - Conceder auxílio financeiro no Programa Auxílio Apoio Pedagógico para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica por meio de edital	PROEST	X	X	X	X	X
3.11.7 - Ofertar vagas na Casa do Estudante para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica por meio de edital	PROEST	X	X	X	X	X
3.11.8 - Monitorar e avaliar semestralmente a situação acadêmica de estudantes atendidos pela assistência estudantil	PROEST	X	X	X	X	X

3.11.9 - Conceder auxílio financeiro para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica no Programa Auxílio Participação em Eventos por meio de edital	PROEST	X	X	X	X	X
3.11.10 - Acolher estudantes indígenas e quilombolas ingressantes na universidade	PROEST/PROGRAD/PROPESQ/ TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.11.11 - Acolher estudantes ingressantes na universidade no Programa de Integração do Discente Ingressante	PROEST/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.11.12 - Monitorar indicadores acadêmicos dos estudantes atendidos pela Política de Assistência Estudantil	PROEST	X	X	X	X	X
3.11.13 - Implantar programa integrado de permanência para estudantes indígena e quilombola	PROEST	X	X			
3.11.14 - Atualizar as normativas da Política de Assistência Estudantil	PROEST	X		X		
3.11.15 - Ampliar a atuação estudantil na formulação, monitoramento e avaliação da Política de Assistência Estudantil no Fórum de Assistência Estudantil	PROEST	X	X	X	X	X
3.11.16 - Realizar encontros com setores responsáveis pela assistência estudantil dos câmpus	PROEST/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.11.17 - Promover transparência quanto à execução financeira dos recursos orçamentários aplicados nos programas de assistência estudantil	PROEST/PROAP	X	X	X	X	X
3.11.18 - Ampliar o sistema de dados sobre os estudantes atendidos pelos programas de Assistência Estudantil, integrando com os sistemas acadêmicos	PROEST	X			X	
3.11.19 - Conceder auxílio financeiro no Programa Auxílio Alimentação para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica por meio de edital	PROEST	X	X	X	X	X
3.11.20 - Conceder subsídio financeiro ou isenção para estudantes com vulnerabilidade	PROEST	X	X	X	X	X

socioeconômica nos Restaurantes Universitários por meio de edital						
3.11.21 - Conceder auxílio financeiro para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica no Programa de Moradia Estudantil por meio de edital	PROEST	X	X	X	X	X
3.11.22 - Atender estudantes com deficiência e com vulnerabilidade socioeconômica por meio de edital de ações de acessibilidade	PROEST	X	X	X	X	X
3.11.23 - Conceder auxílio financeiro para estudantes indígenas e quilombolas no Programa Integrado de Permanência do Estudante Indígena e Quilombola	PROEST	X	X	X	X	X
3.11.24 - Promover ações de Inclusão Digital para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica	PROEST	X	X	X	X	X
3.11.25 - Promover as ações afirmativas por meio de cotas para estudantes indígenas e quilombolas nos Programas de Assistência Estudantil	PROEST	X	X	X	X	X
3.11.26 - Realizar análise socioeconômica dos estudantes na universidade	PROEST/PROGRAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.11.27 - Realizar parcerias com os setores público e privado para ampliar as ações de assistência estudantil	PROEST	X	X	X	X	X
3.11.28 - Reformular o Programa de Monitoria dos Cursos de Graduação e pós- graduação (com a definição de metas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento)	PROGRAD/PROPESQ/PROEST/PROEX	X				
3.11.29 - Acompanhar o Programa de Monitoria Acadêmica.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.11.30 - Atualizar a política de acompanhamento dos estágios obrigatórios e não obrigatórios	PROGRAD/TODOS OS CÂMPUS/COORDENAÇÕES DOS CURSOS	X				
3.11.31 - Executar e acompanhar os programas e/ou projetos com diretrizes e financiamento	PROGRAD	X	X	X	X	X

externos						
DIRETRIZ 3.12 - Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)						
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12 - Consumo e Produção Responsáveis, 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.						
3.12.1 - Fomentar a participação do discente de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em eventos nacionais e regionais	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.12.2 - Ampliar o número de revistas científicas da universidade	PROPESQ		X		X	
3.12.3 - Fomentar a realização de eventos nacionais e regionais nos Campi da universidade	PROPESQ/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.12.4 - Promover melhores condições para a oferta de eventos científicos de forma *on-line*	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.12.5 - Ampliar o número de Kits Equipamentos e tecnologias assistivas em todos os câmpus.	PROPESQ/PU/STI	X	X	X	X	X
3.12.6 - Apoiar a participação de alunos vinculados às empresas incubadas e às EJs em eventos técnico científicos	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.12.7 - Estimular a participação de discentes em pedidos de patente e registro de softwares	PROPESQ(NIT)	X	X	X	X	X
3.12.8 - Desenvolver espaço dedicado à criação e interação de discentes com demais atores no hub de inovação nos câmpus	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.12.9 - Elaborar políticas de acesso, incentivo e publicização da produção científica discentes de Programas Especiais da instituição	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.12.10 - Incentivar a publicação de Anais eletrônicos (e-book) com ISBN resultante da produção discente em eventos da Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*	PROPESQ	X	X	X	X	X

3.12.11 - Institucionalizar a Plataforma de Eventos do Câmpus de Palmas com todas as suas funcionalidades.	PROGRAD/STI/CÂMPUS DE PALMAS	X				
3.12.12 - Incentivar captação de recurso junto às agências de fomento para a realização de eventos.	PROGRAD/PROEX/PROPESQ/PROAP/ PROAD	X	X	X	X	X
3.12.13 - Realizar eventos acadêmicos e estimular a participação de docentes, estudantes, técnicos administrativos, egressos e comunidade externa.	PROGRAD/TODOS OS CÂMPUS/COORDENAÇÕES DE CURSOS	X	X	X	X	X
3.12.14 - Elaborar eventos multi-campi de promoção das Pós-graduações *lato sensu* e *stricto sensu*	PROPESQ/COORDENAÇÕES DOS PPGS/ESPECIALIZAÇÕES/RESIDÊNCIAS/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
3.12.15 - Fortalecer programas de apoio ao discente da pós-graduação para participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas).	PROPESQ	X	X	X	X	X
EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO						
INDICADORES: Índice de qualificação do corpo docente - IQCD, Índice de qualificação do corpo técnico administrativo - IQCTA, Capacitação da Audin, Benefícios financeiros das recomendações da Audin, Percentual de recursos destinados a Programas Internos da UFT, Índice de afastamento de docentes por questão de saúde , , Índice de afastamento de técnicos administrativos por questão de saúde, Alcance das capacitações da UFT, Índice de atendimento do PLS, Índice de participação das UGs no orçamento, Porcentagem de investimento em TI, % de investimento em contratos continuados.						
DIRETRIZ 4.1 - Titulação do corpo docente						
ODS: 4 - Educação de Qualidade						
4.1.1 - Implementar o Programa Quali+Docente	PROGEDEP	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 4.2 - Política de capacitação docente e formação continuada						
ODS: 4 - Educação de Qualidade						
4.2.1 - Realizar oferta de cursos na área Educação/Docência no âmbito do PROFOR e Programa Servidor Multiplicador	PROGEDEP/PROGRAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.2.2 - Realizar a pesquisa de demanda para cursos de formação continuada docente articulando com o PDI	PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X

4.2.3 - Divulgar a pesquisa de demanda para cursos de formação junto às Direções de Câmpus, coordenações de curso e NDEs	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.2.4 - Realizar planejamento orçamentário para destinação específica para capacitação e formação continuada docente	PROGEDEP/PROAP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.2.5 - Propor a atualização da Resolução que normatiza a avaliação docente para participação dos docentes em capacitação interna e formação continuada na UFT para fins de progressão e promoção da carreira;	PROGEDEP	X	X	X		
4.2.6 - Realizar diagnóstico da necessidade de capacitação e formação continuada em ações afirmativas	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.2.7 - Criar projeto de formação continuada docente em ações afirmativas e vulnerabilidade social	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.2.8 - Ampliar estratégias de divulgação das capacitações para a formação continuada;	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.2.9 - Realizar oferta de cursos na área Inovação, Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo no âmbito do PROFOR e Programa Servidor Multiplicador	PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.2.10 - Ampliar a modalidade de oferta dos cursos de capacitação e formação continuada, para *on-line* e híbrida.	PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.2.11 - Ofertar capacitação específica aos docentes da alta gestão com foco na governança institucional	PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.2.12 - Ofertar capacitação aos docentes voltada à gestão de riscos com foco no gerenciamento dos riscos estratégicos da instituição	PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.2.13 - Realizar oferta de cursos na área de Docência/Tecnologias Educacionais no âmbito do PROFOR e Programa Servidor Multiplicador	PROGEDEP/PROGRAD/TODOS OS CÂMPUS/DTE	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 4.3 - Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo						
ODS: 4 - Educação de Qualidade						
4.3.1 - Efetivar a criação da escola de capacitação aos técnicos administrativos	PROGEDEP/PROAD/PROAP/PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	
4.3.2 - Realizar a pesquisa de demanda para cursos de formação continuada para os técnicos administrativos articulando com o PDI.	PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.3.3 - Estabelecer o planejamento anual de capacitação a partir das necessidades levantadas na avaliação de desempenho	PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.3.4 - Priorizar a oferta de cursos que atendam demandas específicas dos setores da universidade baseado nas suas competências	PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.3.5 - Ofertar cursos específicos em acessibilidade física e digital aos servidores das áreas de comunicação e infraestrutura	PROGEDEP/SUCOM/PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.3.6 - Realizar diagnóstico da necessidade de capacitação e formação continuada dos técnicos administrativos em ações afirmativas	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.3.7 - Criar projeto de formação continuada em ações afirmativas e vulnerabilidade social para os técnicos administrativos	PROGEDEP		X	X	X	X
4.3.8 - Efetivar a implantação de gestão por competências;	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.3.9 - Efetivar a política de formação continuada dos técnicos administrativos com foco na pós-graduação e pesquisa;	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.3.10 - Realizar oferta de cursos na área Inovação, Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo aos técnicos administrativos no âmbito do PROFOR e Programa Servidor Multiplicador;	PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.3.11 - Fortalecer a execução do plano de capacitação observando as especificidades de	PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X

cada área (PDP);						
4.3.12 - Ofertar capacitação específica aos técnicos da alta gestão com foco na governança institucional	PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.3.13 - Implantar política de sucessão de servidores com foco nas práticas setoriais	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.3.14 - Fortalecer a execução do plano de capacitação anual observando as lacunas identificadas na avaliação por competência (PDP).	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.3.15 - Implantar um programa de avaliação continuada com foco nas ações de desenvolvimento promovidas ou apoiadas pela UFT	PROGEDEP			X	X	X
4.3.16 - Ofertar capacitação aos técnicos administrativos voltada à gestão de riscos com foco no gerenciamento dos riscos estratégicos da instituição	PROGEDEP/PROAP/AUDIN/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 4.4 - Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e à distância						
ODS: 4 - Educação de Qualidade						
4.4.1 - Normatizar as competências dos tutores presenciais e a distancia	DTE		X	X		
4.4.2 - Instituir uma política de formação continuada dos tutores presenciais e à distância	DTE/PROGEDEP/PROGRAD	X	X	X	X	X
4.4.3 - Criar curso livre para formação continuada de tutores presenciais e á distância	DTE/PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.4.4 - Elaborar o Manual de orientação do Tutor EaD	DTE		X	X		
DIRETRIZ 4.5 - Processos de gestão institucional						
ODS:3 - Saúde e Bem-Estar, 5 - Igualdade de Gênero e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.						
4.5.1 - Intensificar a gestão de riscos na universidade	PROAP	X	X	X	X	X
4.5.2 - Atualizar políticas e normativas referentes à frota, patrimônio (incluindo bens de terceiros) e	PROAD	X	X			

almoxarifado						
4.5.3 - Monitorar as ações de aperfeiçoamento da governança nas aquisições	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.4 - Acompanhar os procedimentos relativos às alterações na Estrutura Organizacional da Universidade	PROAP	X	X	X	X	X
4.5.5 - Realizar o levantamento dos riscos e definição dos controles internos das unidades conforme normativo existente	TODAS AS UGS	X	X	X	X	X
4.5.6 - Orientar as unidades no levantamento de riscos e definição de controles para sua mitigação	PROAP	X	X	X	X	X
4.5.7 - Adequar instrução normativa dos processos de trabalho da universidade	PROAP		X			
4.5.8 - Orientar a realização do mapeamento e redesenho de processos com definição dos fluxos das Unidades conforme normativo existente	PROAP	X	X	X	X	X
4.5.9 - Realizar o mapeamento de processos com desenho dos fluxos das Unidades conforme normativo existente	TODAS AS UGS	X	X	X	X	X
4.5.10 - Realizar redesenho conforme instrução normativa dos processos de trabalho das Unidades	TODAS AS UGS	X	X	X	X	X
4.5.11 - Realizar inventários de bens patrimoniais móveis com conferência dos dados no SIE	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.12 - Realizar inventários de bens patrimoniais imóveis com conferência dos dados no SpiuNet	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.13 - Implantar ferramentas tecnológicas para gerenciamento da localização e movimentação física dos bens patrimoniais	PROAD			X	X	X
4.5.14 - Manter a realização das ações previstas no Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade - PGMQ/UFT-Audin	AUDIN	X	X	X	X	X
4.5.15 - Atualizar o Manual de Auditoria Interna conforme a legislação vigente	AUDIN	X				

4.5.16 - Atualizar o Estatuto da Auditoria Interna conforme a legislação vigente	AUDIN	X				
4.5.17 - Desenvolver a política institucional de Gestão documental da UFT	DIGED	X	X	X	X	X
4.5.18 - Desenvolver a Política Arquivística e o Sistema de Arquivo (SIARQ) da UFT	DIGED	X	X	X	X	X
4.5.19 - Garantir a publicação dos atos legais no Diário Oficial da União	GABINETE	X	X	X	X	X
4.5.20 - Promover a sustentabilidade e eficiência nas aquisições e gastos públicos	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.21 - Garantir as aquisições planejadas de equipamentos, mobiliários e utensílios	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.22 - Ajustar os saldos das contas patrimoniais no SIE com as do SIAFI	PROAD	X	X			
4.5.23 - Garantir a realização das reuniões dos Conselhos Superiores da UFT	GABINETE	X	X	X	X	X
4.5.24 - Promover seleções e concursos conforme solicitações	COPESE	X	X	X	X	X
4.5.25 - Manter a gestão administrativa dos câmpus e reitoria	TODAS AS UGS	X	X	X	X	X
4.5.26 - Garantir a participação em organismos nacionais e internacionais	GABINETE	X	X	X	X	X
4.5.27 - Promover resposta a demandas judiciais e externalidades	GABINETE	X	X	X	X	X
4.5.28 - Garantir a realização das demandas do cerimonial da universidade	GABINETE/CERIMONIAL	X	X	X	X	X
4.5.29 - Organizar os procedimentos para a elaboração do Relatório de Gestão	PROAP	X	X	X	X	X
4.5.30 - Organizar o processo de planejamento orçamentário-financeiro	PROAP	X	X	X	X	X
4.5.31 - Atualizar a norma técnica orçamentária	PROAP	X	X	X	X	X
4.5.32 - Estabelecer controles para efetivar as ações de mitigação propostas	TODAS AS UGS	X	X	X	X	X
4.5.33 - Elaborar manual das unidades com definição das atribuições, competências e procedimentos de rotina	TODAS AS UGS	X	X	X	X	X

4.5.34 - Definir papéis dos atores envolvidos na EaD/Ensino Híbrido (tutores, professores conteudistas, etc.)	DTE/PROGRAD	X	X	X	X	X
4.5.35 - Incluir representatividade de tutoria EaD nas decisões colegiadas.	DTE/GABINETE	X	X	X	X	X
4.5.36 - Incluir representação discente para os alunos EaD.	DTE/GABINETE	X	X	X	X	X
4.5.37 - Garantir representação de órgão diretivo de Tecnologias educacionais nas decisões de Gestão Superior.	DTE/GABINETE	X	X	X	X	X
4.5.38 - Criar a Superintendência de Tecnologias Educacionais com equipe, estrutura e condições adequadas para atender a Universidade nas demandas de tecnologias educacionais	DTE/GABINETE/PROGEDEP/PROAP	X	X			
4.5.39 - Executar o Plano Diretor da UFT	PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.5.40 - Institucionalizar sistema de captação de demandas das UGs para planejamento das aquisições	PROAD	X	X			
4.5.41 - Aprimorar a elaboração dos termos de referência pelos grupos e gestão do fluxo de solicitação de compra	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.42 - Aperfeiçoar as informações disponíveis nas Atas vigentes na Intranet.	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.43 - Desenvolver ações de conscientização para o planejamento de compras na universidade	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.44 - Ampliar divulgação das compras institucionais no *site* da universidade	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.45 - Manter o Manual de Procedimentos das Compras atualizado de acordo com novas legislações	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.46 - Elaborar plano de capacitação com iniciativas de treinamento para a formação e a atualização de pregoeiros e demais agentes encarregados da instrução dos processos para a aquisição de bens e a contratação de serviços	PROAD/PROGEDEP	X	X	X	X	X

4.5.47 - Instituir normativos para garantir a governança e gestão das aquisições	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.48 - Elaborar manual da pró-reitoria com a regulamentação dos procedimentos e fluxograma das atividades.	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.49 - Realizar adequação dos bens móveis no SIE	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.50 - Elaborar Manual de Contratos, incluindo fiscalização e penalidades	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.51 - Realizar adequação dos bens imóveis no SpiuNet	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.52 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas, a realização de leilão dos bens de todos os Câmpus	PROAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.5.53 - Disponibilizar, na intranet, link de acesso ao patrimônio pelos servidores	PROAD/STI	X	X	X	X	X
4.5.54 - Elaborar, de forma integrada e participativa, calendário anual de ações do patrimônio na universidade.	PROAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.5.55 - Promover a atualização da análise das prestações de contas dos projetos realizados em parceria com a fundação de apoio	PROAD	X	X	X	X	X
4.5.56 - Elaborar normativo regulamentando as atividades da Coordenação de Processos Seletivos definindo as atividades habituais e esporádicas	COPESE	X				
4.5.57 - Implementar sistema de acompanhamento, controle e publicidade dos projetos formalizados com Fundações de Apoio	PROAD	X				
4.5.58 -Promover a realização da revisão e atualização do Regimento Geral da UFT	GABINETE	X	X			
4.5.59 – Implantar o Sistema Eletrônico de Informações – SEI	DIGED	X	X			
4.5.60 – Promover o acompanhamento, conforme as competências definidas, do Sistema Eletrônico de Informações – SEI	TODAS AS UGS	X	X	X	X	X

4.5.61 – Prestar apoio técnico para o processo de transição da Universidade Federal do Norte do Tocantins	GABIENTE/PROAD/PROAP/PROGEDEP/PROPESQ/PROGRAD/PROEX/PROEST/PREFEITURA/STI/SUCOM	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 4.6 - Sistema de controle de produção e distribuição de material didático						
ODS: 4 - Educação de Qualidade e 10 - Redução das Desigualdades						
4.6.1 - Ampliar a equipe de profissionais nas áreas de educação e técnica (web designers, desenhistas gráficos, equipe de revisores, equipe de vídeo para a produção de distribuição de material didático, conteudistas e demais profissionais da educação) para produção de material didático da educação à distância	DTE/PROGEDP	X	X	X	X	X
4.6.2 - Normatizar os sistemas de controle de produção, distribuição e atualização de material didático da educação à distância	DTE/PROGEDEP		X			
4.6.3 -Produzir e distribuir material didático por diferente mídias, suportes e linguagens com acessibilidade comunicacional	DTE/PROGRAD/SUCOM/STI	X	X	X	X	X
4.6.4 - Formar os professores para elaborarem material autoral como gravação de vídeo aulas, gravação de aula em tela e demais tecnologias disponíveis para produção de materiais didáticos.	DTE/PROGEDEP	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 4.7 - Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional						
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. e 17 - Parceiras e Meios de Implementação.						
4.7.1 - Institucionalizar a política de arrecadação e distribuição de receitas	PROAP	X	X			
4.7.2 - Definir e destinar recursos para a mitigação dos riscos definidos no PDI e nas ações de auditoria	TODAS AS UGS	X	X	X	X	X
4.7.3 - Definir e implantar soluções que viabilizem a redução das despesas de manutenção da Universidade	TODAS AS UGS	X	X	X	X	X
4.7.4 - Ampliar captação de recursos próprios e novas fontes de receitas	PROAP/PROPESQ/PROAD	X	X	X	X	X

4.7.5 - Garantir recursos para atender direitos e obrigações legais (Pasep/auxílio moradia/remoção)	PROAP	X	X	X	X	X
4.7.6 - Elaborar ferramentas e normativos que integrem os processos de planejamento e orçamento	PROAP		X			
4.7.7 - Garantir orçamento e autonomia pedagógica para a Unidade responsável em tecnologias educacionais.	DTE/PROAP/GABINETE	X	X	X	X	X
4.7.8 - Montar comissão para viabilização de recursos adicionais via emendas e parcerias nacionais e internacionais, para necessidades pontuais e continuadas.	DTE/PROAP/GABINETE	X	X	X	X	X
4.7.9 - Implantar o Sistema de Informações de Custos (SIC)	PROAD/PROAP	X	X	X	X	X
4.7.10 - Desenvolver ações de suporte a projetos de captação de recursos	PROAD	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 4.8 - Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna						
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. e 17 - Parceiras e Meios de Implementação.						
4.8.1 - Reestruturar os parâmetros da distribuição orçamentária com verificação de resultados das avaliações internas e utilização de novas metodologias	PROAP		X			
4.8.2 - Promover pesquisa das necessidades físico/patrimonial e de atividades fins para a Comunidade	PROAP/SUCOM		X		X	
DIRETRIZ 4.9 - Política de valorização e desenvolvimento de servidores						
ODS: 4 - Educação de Qualidade						
4.9.1 - Implantar o Programa de Incentivo a Práticas Exitosas	PROGEDEP	X	X	X	X	
4.9.2 - Implantar Programa de Recepção e Informação do Servidor	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.9.3 - Ofertar oficinas voltadas à gestão de conflitos e relacionamento interpessoal	PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X

4.9.4 - Implantar a Política de Qualidade de Vida e Segurança do Trabalho no âmbito da UFT	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.9.5 - Fortalecer o Programa Quali+ Técnicos	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.9.6 - Institucionalizar programa de acolhimento e de fixação dos servidores integrando ao Programa Mais Vida	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.9.7 - Fortalecer a realização do Curso de Integração dos servidores	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.9.8 - Atualizar política de alocação e movimentação da força de trabalho conforme mapeamento de perfil	PROGEDEP		X	X	X	X
4.9.9 - Efetivar a gestão por competência;	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.9.10 - Implantar política para o teletrabalho;	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.9.11 - Ampliar a automatização dos sistemas de gestão de pessoas	PROGEDEP	X	X	X	X	
4.9.12 - Realizar atualização cadastral dos servidores	PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.9.13 Normatizar a criação e o funcionamento de uma Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD no âmbito da UFT	PROGEDEP	X				
4.9.14 - Criar e atualizar o banco de talentos da UFT, facilitando a identificação de candidatos ao exercício de cargos de natureza gerencial	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.9.15 - Implementar sistema de avaliação individual periódica dos servidores associada a metas individuais quantificáveis, de modo a desenvolver a cultura orientada a resultados	PROGEDEP		X	X		
4.9.16 Estabelecer sistema de controle para acompanhamento de servidores da Universidade que estão cedidos a outros órgãos	PROGEDEP	X	X			
4.9.17 Estabelecer sistema de controle para acompanhamento dos servidores submetidos a regime de dedicação exclusiva	PROGEDEP	X	X			

4.9.18 - Oferecer capacitação aos servidores quanto aos aspectos de sustentabilidade e acessibilidade	PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.9.19 - Implantar o projeto de educação para aposentadoria	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.9.20 - Implantar o projeto transpor	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.9.21 - Implantar o Projeto Institucionalização - Implantação e Implementação da Política de Qualidade de Vida aos Servidores	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.9.22 - Desenvolver a promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores	PROGEDEP/SUCOM/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.9.23 - Desenvolver o programa de acolhimento e acompanhamento dos servidores	PROGEDEP/SUCOM/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
4.9.24 - Garantir a contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Higiene Ocupacional com Emissão de Laudos Técnicos Consistentes em Medições de Agentes Químicos e Físicos nos Ambientes de Trabalho (faz-se necessário um SRP constante)	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.9.25 - Desenvolver o programa de proteção respiratória	PROGEDEP		X			
4.9.26 - Realizar avaliação ergonômica dos postos de trabalho	PROGEDEP			X		
4.9.27 - Realizar importação parcial de informações por meio da implantação do SIGIC	PROGEDEP	X	X			
EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA						
INDICADORES: Salas de aula adaptadas ao ensino remoto, % acessibilidade física, % acessibilidade digital no *site* da UFT						
DIRETRIZ 5.1 - Instalações administrativas						
ODS:3 - Saúde e Bem-Estar e 4 - Educação de Qualidade						
5.1.1 - Projetar e construir novos prédios visando atender de forma adequada os setores administrativos e áreas para armazenamento de	PU	X	X	X	X	X

materiais e insumos da UFT						
5.1.2 - Realizar adequação de acessibilidade plena nos ambientes internos e externos das edificações da universidade	PU	X	X	X	X	X
5.1.3 - Adequar as instalações administrativas, considerando às atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.	PU/STI/DIGED/PROAD/PROGRAD/PROPESQ/TODOS OS CÂMPUS		X	X	X	X
5.1.4 - Realizar avaliação periódica dos espaços físicos da universidade	PU	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.2 - Salas de aula						
ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar e 4 - Educação de Qualidade						
5.2.1 - Adequar as salas de aula à utilização de recursos tecnológicos diferenciados.	PU/STI/PROGRAD	X	X	X	X	X
5.2.2 - Viabilizar adequações das salas de aula de forma a atender aos padrões exigidos de qualidade e ocupação	PU	X	X	X	X	X
5.2.3 - Implementar/recuperar a sinalização visual e tátil das salas de aula conforme preceitua a NBR 9050	PU	X	X	X	X	X
5.2.4 - Viabilizar adequações das salas de aula de forma a atender aos padrões de acessibilidade	PU	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.3 - Auditório(s)						
ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar e 4 - Educação de Qualidade						
5.3.1 - Adequar os Auditórios às necessidades de acessibilidade, conforme a NBR 9050	PU/	X	X	X	X	X
5.3.2 - Modernizar os equipamentos de som e vídeo dos auditórios	PU/STI/PROAD (PATRIMÔNIO)				X	X
DIRETRIZ 5.4 - Sala de Professores						
ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar e 4 - Educação de Qualidade						
5.4.1 - Criar normativas de distribuição, ampliação,	DTE/PROGRAD/TODAS AS DIREÇÕES	X	X			

monitoramento e uso de salas de professores	DOS CÂMPUS/PU	X	X			
5.4.2 - Capacitar usuários das salas dos professores para utilização de equipamentos e recursos interativos.	DTE/PROGRAD/TODOS OS CÂMPUS/PROGEDEP	X	X	X	X	X
5.4.3 - Modernizar as instalações de salas de professores a fim de garantir estrutura tecnológica para planejamento de aulas interativas	PU/STI/PROAD(PATRIMÔNIO)/DTE/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X		
5.4.4 - Adequar as salas de professores a fim de atender às necessidades para acessibilidade universal, conforme a NBR 9050	PU	X	X	X		
DIRETRIZ 5.5 - Espaços para atendimento aos discentes						
ODS: 4 - Educação de Qualidade						
5.5.1 - Modernizar as instalações dos espaços para atendimento aos discentes adequando às novas necessidades e modelos de atendimento aos alunos (virtual/remoto)	PU/STI/PROAD (PATRIMÔNIO)/TODOS OS CÂMPUS	X	X			
5.5.2 - Adequar as instalações dos espaços para atendimento aos discentes a fim de atender às exigências para acessibilidade universal dos ambientes, conforme a NBR 9050	PU	X	X	X		
5.5.3 - Fomentar e expandir os Setores de Atendimento Estudantil nos câmpus	PROEST/PU//TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.5.4 - Viabilizar adequação dos espaços para atendimento aos discentes às normas de acessibilidade universal	PU	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.6 - Espaços de convivência e alimentação						
ODS:**3 - Saúde e Bem-Estar e 4 - Educação de Qualidade**						
5.6.1 - Adequar os espaços de convivência e de alimentação a fim de atender às exigências para acessibilidade	PU/PROEST	X	X	X	X	X
5.6.2 - Implantar Restaurante Universitário nos câmpus de Arraias e de Miracema	PROEST/PREFEITURA/PROAD	X	X	X	X	X
5.6.3 - Implantar espaços de convivência adequados às normas de acessibilidade nos câmpus	PROEST/PREFEITURA/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X

5.6.4 - Manter os serviços de fornecimento de refeições nos Restaurantes Universitários	PROEST	X	X	X	X	X
5.6.5 - Fortalecer Casa do Estudante nos câmpus.	PROEST	X	X	X	X	X
5.6.6 - Implantar Casa do Estudante nos câmpus de Miracema e Palmas	PROEST/PREFEITURA/PROAD /CÂMPUS DE MIRACEMA/CÂMPUS DE PALMAS	X	X	X	X	X
5.6.7 - Viabilizar reformas e/ou adequações dos espaços para funcionamento da Casa do Estudante	PROEST/PREFEITURA	X	X	X	X	X
5.6.8 -Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas, a manutenção nos espaços de convivência (RU, casa do estudante, casa do estudante indígena))	PROEST / PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.6.9 - Cooperar, conforme as competências institucionais definidas, com as ações que viabilizem a manutenção, ampliação e melhoria do espaço interno, entorno (vivência) do Restaurante Universitário	TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.6.10 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas, as atividades que visem às aquisições de equipamentos e utensílios para os espaços de convivência da UFT (RU, Casa do Estudante, Casa do Estudante Indígena)	PROEST/PU/PROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.7 - Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física						
ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar e 4 - Educação de Qualidade						
5.7.1 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção especializada, preventiva e corretiva em equipamentos de laboratórios	PU/PROAD (PATRIMONIO) /CÂMPUS DE PALMAS/CAMPUS DE GURUPI/CAMPUS DE PORTO NACIONAL	X	X	X	X	X
5.7.2 - Adequar as instalações de laboratórios aos padrões de acessibilidade física e tecnológica e para a utilização de recursos tecnológicos	PU	X	X	X	X	X
5.7.3 - Identificar os tipos de instalação e os cuidados no manuseio dos equipamentos, seguranças e riscos para o público dos	PU/PROGEDEP	X	X	X	X	

laboratórios						
5.7.4 - Concluir as obras dos edifícios de complexos laboratoriais nos câmpus	PU	X	X	X	X	
5.7.5 - Reformar laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, conforme necessidade.	PU/PROPESQ/PROGEDEP/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.7.6 - Revisar normativo para uso dos laboratórios e demais ambientes para práticas didáticas	PROPESQ		X			
5.7.7 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção da Unidade Básica de Saúde (UBS), que irá funcionar no Câmpus de Palmas e será campo de estágio para os alunos da área da saúde	CÂMPUS DE PALMAS	X	X	X	X	X
5.7.8 - Viabilizar, de acordo com as competências institucionais definidas, as atividades que visem às aquisições de material de consumo para laboratórios (vidraria, reagentes, medicamentos, EPIs etc.)	CÂMPUS DE PALMAS/GURUPI/PORTO	X	X	X	X	X
5.7.9 - Cooperar, conforme as competências institucionais definidas, com as ações que viabilizem as manutenções de equipamentos de laboratórios de maneira a contribuir com a qualidade das atividades práticas de ensino, pesquisa e extensão	TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.7.10 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas, as atividades que visem às de equipamentos para os centros de pesquisas e laboratórios	PROAD/PROPESQ/PROGRAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.7.11 - Garantir a manutenção dos hospitais	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/DIREÇÃO DO CAMPUS DE PALMAS	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.8 - Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA						
ODS: 4 - Educação de Qualidade						

5.8.1 - Aprimorar a infraestrutura tecnológica da CPA, adquirindo novos equipamentos.	CPA/PROAD/STI	X	X	X	X	X
5.8.2 - Desenvolver parceria com o Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Sistemas da UFT, para desenvolver sistema próprio que atenda a demanda de avaliação por segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes e TAEs) e a avaliação institucional.	CPA/COORDENAÇÃO DO PPG MODELAGEM COMPUTACIONAL	X	X			
DIRETRIZ 5.9 - Bibliotecas: infraestrutura						
ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar e 4 - Educação de Qualidade						
5.9.1 - Readequar a estrutura das bibliotecas nos Câmpus para que se tornem referência em atendimento educacional	PROGRAD /PU/ TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.9.2 - Reestruturar as bibliotecas a fim de que se tornem referência em acessibilidade e inclusão cultural	PROAD/PROEX/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.9.3 - Readequar o mobiliário das bibliotecas aos aspectos de acessibilidade	PU / PROGRAD / PROAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.9.4 - Fortalecer as bibliotecas como catalisadoras de inovação, capazes de facilitar a criação e reutilização de conteúdos e dados por sua comunidade	PROGRAD/ PU / STI	X	X	X	X	X
5.9.5- Instalar os serviços de salas da RNP para reuniões virtuais facilitando a comunicação com os Câmpus e bibliotecas de outras IFES	PROGRAD/ PU / STI	X	X	X	X	X
5.9.6- Fortalecer as ações do Serviço de Acessibilidade Informacional das bibliotecas junto aos cursos de graduação para o uso de tecnologias assistivas e de inovação tecnológica	PROGRAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.10 - Bibliotecas: Plano de atualização dos acervos						
ODS: 4 - Educação de Qualidade						
5.10.1 Atualizar o Regimento Geral do Sistema de Bibliotecas da UFT e normatizando o seu funcionamento com o reconhecimento de sua autonomia na gestão das bibliotecas e dos	PROGRAD/TODOS OS CÂMPUS	X				

acervos sempre baseadas na competência e boas práticas						
5.10.2 - Promover a visibilidade e o reconhecimento do acervo das bibliotecas junto à comunidade universitária e a sociedade	PROGRAD / SUCOM	X	X	X	X	X
5.10.3 - Criar melhores condições para a permanência do usuário das bibliotecas, proporcionando novos espaços para aprender, pesquisar e fazer uso das tecnologias da informação e comunicação, como makerspaces, atividades culturais, etc.	PROGRAD/PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.10.4 - Evoluir a cultura do "aprender a aprender", trabalho colaborativo e compartilhamento do conhecimento de voltados à inovação de produtos e serviços informacionais	PROGRAD/ PROGEDEP	X	X	X	X	X
5.10.5 - Desenvolver ou adquirir recursos tecnológicos para gestão do acervo, das atividades administrativas e integração dos produtos (catalogo de bibliotecas da UFT, Repositório, BDTD e BDM, plataformas de e-books e *module*, entre outros possibilidade de integração) nas bibliotecas da universidade	PROGRAD / STI	X	X	X	X	X
5.10.6 - Promover a atualização e qualificação do acervo impresso e digital das bibliotecas	PROGRAD	X	X	X	X	X
5.10.7 - Acompanhar as tendências e inovações no tratamento da informação	PROGRAD/TODOS OS CÂMPUS/STI	X	X	X	X	X
5.10.8 - Adquirir sistema de Kit antifurto (Autoatendimento RFID, leitor de inventario, estação de trabalho RFID, etiquetas, Portais de segurança RFID com *nobreak*, Leitor portátil e manual RFID, Software de gerenciamento) para todas as bibliotecas	PROGRAD/ PROAP	X	X	X	X	X
5.10.9 - Ampliar e divulgar os serviços de atendimento remoto nas bibliotecas (referência virtual e chat)	PROGRAD/STI/TODOS OS CÂMPUS/SUCOM	X	X	X	X	X

5.10.10 - Criar Mídias Sociais do @Sisbib	PROGRAD/SUCOM	X				
5.10.11 - Consolidar o Repositório Institucional e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFT	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X		
5.10.12 - Adquirir coleções (e-books) de editoras internacionais	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X		
5.10.13 - Consolidar a política editorial para credenciamento, desenvolvimento e permanência de revistas eletrônicas científicas do Portal de Periódicos da UFT.	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
5.10.14 - Incentivar e promover o acesso aberto aos periódicos científicos da UFT	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.11 - Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente						
ODS: 4 - Educação de Qualidade						
5.11.1 - Manter o funcionamento dos laboratórios de informática de uso geral e específico, atualizando os equipamentos, softwares e espaço físico	STI / DIREÇÕES DE CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.11.2 - Elaborar o plano de manutenção e atualização dos equipamentos dos laboratórios de informática	STI/PU/DIREÇÕES DE CÂMPUS	X		X		X
5.11.3 - Adequar as instalações e os equipamentos dos laboratórios de informática aos padrões de acessibilidade	STI/PU/DIREÇÕES DE CÂMPUS	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.12 - Instalações Sanitárias						
ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar e 4 - Educação de Qualidade						
5.12.1 - Instalar banheiros familiares e/ou adaptar fraldários nos banheiros existentes	PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.12.2 - Adequar as instalações sanitárias aos padrões de acessibilidade de acordo com a NBR 9050,	PU	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.13 - Estrutura dos polos EaD						
ODS: 4 - Educação de Qualidade						
5.13.1 - Realizar a oferta dos cursos UAB somente nos polos que garantem a estrutura básica.	DTE/GABINETE/PU	X	X	X	X	X

5.13.2 - Normatizar a estrutura física, tecnológica e de pessoal para a oferta dos cursos EaD nos polos e municípios	DTE/GABINETE/PU	X				
5.13.3 - Garantir a estrutura física, tecnológica e de pessoal para a oferta dos cursos EaD nos polos e municípios	DTE/GABINETE	X	X	X	X	X
5.13.4 - Elaborar política de infraestrutura para polos EaD (com a realização de parcerias para estruturação e padronização dos polos)	DTE/GABINETE/PU	X				
5.13.5 - Promover a interação, a interatividade, a aprendizagem colaborativa e global entre professores, tutores, estudantes, formadores, conteudistas, coordenadores de polo	DTE	X	X	X	X	X
5.13.6 - Promover a estruturação dos polos EaD a fim de garantir que os cursos e disciplinas ofertados sejam acessíveis a toda comunidade acadêmica	DTE/PU	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.14 - Infraestrutura tecnológica						
ODS: 4 - Educação de Qualidade e 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura						
5.14.1 - Adquirir equipamentos que permitam a evolução da tecnologia educacional na UFT	DTE/PROAD/STI	X	X	X	X	X
5.14.2 - Definir equipe para atuar exclusivamente na evolução e suporte das tecnologias educacionais.	DTE/PROGEDEP/STI	X	X	X	X	X
5.14.3 - Definir equipe de produção de conteúdo interativo para atuar juntamente aos professores.	DTE/PROGEDEP/STI	X	X	X	X	X
5.14.4 – Revisar Projeto Tocantins Digital	STI	X				
5.14.5 - Manter e ampliar a infraestrutura de redes da universidade	STI	X	X	X	X	X
5.14.6 – Modernizar a segurança da informação	STI	X				
5.14.7 - Migrar base de dados da universidade para nuvem própria (O*wnCloud*)	STI	X	X			
5.14.8 – Reestruturar da infraestrutura física do data center	STI	X	X			
5.14.9 – Reestruturar a infraestrutura física dos	STI	X	X			

setores de TI dos câmpus						
5.14.10 – Criar Plano Gestor de Capacitação de TI	STI	X		X		X
5.14.11 – Propor plano institucional de gestão de aquisição de softwares	STI	X	X			
DIRETRIZ 5.15 Infraestrutura de execução e suporte						
ODS: 4 - Educação de Qualidade						
5.15.1 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção dos serviços de malotes e postagens entre os câmpus da UFT	PROAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.2 - Garantir o fornecimento de materiais de consumo para as atividades acadêmicas e administrativas	PROAD	X	X	X	X	X
5.15.3 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a aquisição de material didático e apoio para aulas de campo.	TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.4 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção dos serviços de processamento de documentos	PROAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.5 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção de mecânica para veículos oficiais e cedidos	PROAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.6 - Garantir a manutenção do serviço de seguro para os veículos de todos os câmpus da UFT	PROAD	X	X	X	X	X
5.15.7 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção do fornecimento de combustível para veículos oficiais e cedidos nos câmpus da UFT	PROAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.8 - Garantir o licenciamento anual incluindo taxas do Detran e DPVAT dos veículos oficiais pertencentes à UFT	PROAD	X	X	X	X	X

5.15.9 - Garantir a manutenção de serviço terceirizado de tratorista, motoboy e encarregados nos câmpus da UFT	PROAD	X	X	X	X	X
5.15.10 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a prestação de serviço de fretamento turístico eventual aos câmpus da UFT	PROAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.11 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas, serviço de mudança e transferência em geral de bens móveis, como mobiliário, bagagens, veículos automotores (ligados a mudanças) e demais objetos de propriedade e interesse da UFT.	PROAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.12 - Manter os serviços de locação de meios de transporte para UFT (terrestre, aquático etc.)	PROAD	X	X	X	X	X
5.15.13 - Garantir a manutenção dos serviços de limpeza e conservação da UFT	PROAD	X	X	X	X	X
5.15.14 - Garantir a manutenção dos serviços de apoio administrativo da UFT	PROAD	X	X	X	X	X
5.15.15 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção do serviço de coleta continuada, tratamento e eliminação do lixo hospital/resíduos perigosos nos câmpus da UFT	PU/CÂMPUS DE PALMAS/CÂMPUS DE GURUPI/CÂMPUS DE MIRACEMA/CÂMPUS DE PORTO NACIONAL	X	X	X	X	X
5.15.16 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas o Serviço Continuado de Vigilância Físico-Patrimonial e Humana	PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.17 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas o Serviço Continuado de Jardinagem e Paisagismo com fornecimento de materiais	PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.18 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas o fornecimento de Energia Elétrica para os Câmpus UFT E Reitoria	PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X

5.15.19 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção dos Serviços de Vigilância Eletrônica dos câmpus e Reitoria	PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.20 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas o gerenciamento de Resíduos na UFT	PROAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.21 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção dos Serviços de Dedetização nos câmpus e reitoria	PROAD/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.22 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção dos Serviço de Confecção e Manutenção de Carimbos	PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.23 - Garantir manutenção dos serviços de conexão à Internet	STI	X	X	X	X	X
5.15.24 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção dos serviços de telefonia fixa e móvel	STI/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.25 - Garantir a manutenção dos serviços de continuados para o Sistema de Informações para o Ensino (SIE) e Asten	STI	X	X	X	X	X
5.15.26 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção dos serviços das Centrais Telefônicas	STI	X	X	X	X	X
5.15.27 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção preventiva e Corretiva de ar-condicionado e bebedouros.	PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.28 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção preventiva e Corretiva em equipamentos prediais - Elevadores e Plataformas de Elevação	PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X

5.15.29 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção predial	PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.30 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção preventiva e recarga de extintores de incêndio	PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
5.15.31 - Garantir aquisição de veículos	PROAD	X	X	X	X	X
5.15.32 - Garantir a interligação de infraestrutura elétrica e de cabeamento	STI	X	X	X	X	X
5.15.33 - Garantir o funcionamento das catracas de controle de acesso aos restaurantes universitários	PROEST	X	X	X	X	X
5.15.34 - Elaborar e atualizar projeto de incêndio ou documento equivalente da universidade e submeter à aprovação do Corpo de Bombeiros	PU	X	X	X	X	X
5.15.35 - Implementar plano de evacuação e sinalização das rotas de fuga dos prédios da universidade	PU		X	X	X	X
5.15.36 - Providenciar o habite-se de todos os prédios dos câmpus da universidade	PU/TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.16 - Plano de expansão e atualização de equipamentos						
ODS: 04 - Educação de Qualidade e 09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura.						
5.16.1 - Atualizar plataforma do SIE	STI (CSM/CITI)	X				
5.16.2 - Elaborar plano de atualização e manutenção de equipamentos	STI	X				
5.16.3 - Atualizar o parque tecnológico	STI (CSM/CITI)	X	X	X	X	X
5.16.4 - Propor plano institucional de renovação de parque tecnológico, contendo itens de computação pessoal entre outros	STI (CGD)	X	X			
5.16.5 - Elaborar plano institucional de renovação de parque tecnológico,contendo itens de computação pessoal, itens de ativos de rede equipamentos de segurança ,entre outros.	STI	X				

5.16.6 - Monitorar o plano institucional de renovação do parque tecnológico, com acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho	STI	X	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.17 - Recursos de tecnologias de informação e comunicação						
ODS: 05 - Igualdade de Gênero e 09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura.						
5.17.1 - Normatizar a política de atualização periódica dos recursos de TIC.	DTE/GABINETE/STI	X	X			
5.17.2 - Minimizar dependência de soluções de terceiros	DTE/GABINETE/STI	X	X	X	X	X
5.17.3 - Implementar o sistema de NIS para os laboratórios da UFT	DTE/GABINETE/STI	X	X			
5.17.4 - Manter e ampliar as funcionalidades dos sistemas web	STI (CDS)	X	X	X	X	X
5.17.5 - Informatizar de processos administrativos e gerenciais	STI (CDS/CSG)	X	X	X	X	X
5.17.6 - Aprimorar a Metodologia para o desenvolvimento de softwares na universidade	STI (CDS)	X	X	X	X	X
5.17.7 – Elaborar e publicar o Plano Diretor de TI para novo PDI	STI	X	X	X	X	X
5.17.8 – Elaborar Política de Segurança da Informação	STI	X	X	X	X	X
5.17.9 – Elaborar novo Planejamento Estratégico de TI	STI	X	X	X	X	X
5.17.10 – Elaborar Política de Gestão da Informação em parceria com a Diretoria de Gestão Documental	STI/DGD	X	X	X	X	X
5.17.11 – Reestruturar o Comitê de Governança Digital da TI, para que seja mais atuante e que inclua a participação da comunidade acadêmica.	STI/DTE	X	X	X	X	X
5.17.12 - Elaborar Formulário/sistema de demandas de TI baseado no PDI	STI – CGD	X				

5.17.13 – Elaborar normativa para construção, atualização e manutenção de softwares e *app*, baseados nas melhores práticas do mercado e com tecnologias que proporcionem manutenção mais ágeis.	STI - CGD	X	X			
5.17.14 - Criar dentro do CGD, grupos de trabalho para padronizar/normatizar, gerir o atendimento de demandas de softwares dos diversos setores de criação de soluções de TI e para o plano de uso do SIE	STI - CGD	X	X			
5.17.15 – Responsabilizar e cobrar rotinas de manutenção para qualquer solução de TI criada na UFT.	STI - CGD	X	X			
5.17.16 – Implantar escritório de processos atuante e alinhado com as demandas de soluções de TI da UFT	STI - CGD	X				
5.17.17 – Priorizar soluções de TI existentes ou de fácil implementação/melhorias a fim de evitar retrabalhos e duplicidades de sistemas	STI - CGD	X	X			
5.17.18 - Implantar o sistema V Libras no portal institucional	STI	X				
5.17.19 - Normatizar diretriz para que todos os vídeos, necessariamente, devem vir com libras;	RADIO UNIVERSITÁRIA	X	X			
5.17.20 - Colocar a legenda (#pratodosverem) em todas as postagens institucionais	SUCOM	X	X	X	X	X
5.17.21 - Integrar as informações do SIE, SIGPROJ, GPU e Portal do Professor.	PROPESQ/STI/PROEX/PROGRAD/PROGEDEP/PROEST	X	X			
5.17.22 - Criar plano institucional de TI voltado para integração dos sistemas de gestão da graduação e pós-graduação.	STI	X	X			
DIRETRIZ 5.18 Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA						
ODS: 04 - Educação de Qualidade e 09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura.						
5.18.1 - Integrar o AVA com o portal do professor: lançamento de conteúdo, frequência, notas	DTE/STI/PROGRAD	X	X	X	X	X
5.18.2 - Normatizar e padronizar os cursos	DTE/STI/PROGRAD	X	X			

ofertados via AVA.						
5.18.3 - Desenvolver ferramentas de BI integradas com o AVA possibilitando a geração de *dashboard* por disciplinas/cursos/polos.	DTE/STI/PROGRAD	X	X	X	X	X
5.18.4 - Desenvolver e Implantar um *template* do AVA (*Moodle*) próprio da UFT	DTE/STI/PROGRAD	X	X			
5.18.5 - Incluir ferramentas do Google como ferramentas oficiais da Universidade.	DTE/STI/PROGRAD	X	X	X	X	X
5.18.6 - Verificar possibilidades de integração das ferramentas do Google com o Portal/SIE.	DTE/STI/PROGRAD	X	X	X	X	X
5.18.7 - Realizar curso de Formação continuada para Docentes, Tutores e Discentes para utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem e suas ferramentas.	DTE/STI/PROGRAD	X	X	X	X	X

16.2. Anexo II – Riscos e Ações de Mitigação

Desafio ou Eixo	Objetivo Estratégico ou Diretriz	Risco Inerente		Avaliação do Gestor				Resposta ao risco	Ação de mitigação	Unidade responsável pelo risco
				Risco Inerente						
		Cod	Descrição	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco				
1 - Educação inovadora com excelência acadêmica	1.1 - Elevar o conceito institucional	1	Falta de definição de políticas integradas de graduação e pós-graduação	8	5	40	Alto	Mitigar	2.2.5 - Implementar metodologias e estratégias inovadoras no ensino da Graduação e Pós-Graduação utilizando recursos tecnológicos e metodologias que incentivem a interdisciplinaridade	Prograd
1 - Educação inovadora com excelência acadêmica	1.2 - Melhorar os conceitos de avaliação dos cursos de graduação	2	Falta de incentivo à publicação de docentes	5	5	25	Médio	Mitigar	3.6.10 - Premiar a produção acadêmica docente	Prograd
1 - Educação inovadora com excelência acadêmica	1.3 - Melhorar os conceitos de avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*	3	Falta de incentivo à publicação de discentes e docentes	5	5	25	Médio	Mitigar	3.12.10 - Incentivar a publicação de Anais eletrônicos (e-book) com ISBN resultante da produção discente em eventos da Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*	Prograd

1 - Educação inovadora com excelência acadêmica	1.4 Institucionalizar nos PPCs dos cursos de graduação a utilização de novas tecnologias educativas compatíveis ao mundo 4.0	4	PPCs atualizados sem a inserção das novas tecnologias educativas	8	2	16	Médio	Mitigar	2.6.4 - Reformular os PPCs dos cursos de graduação presencial adequando à abordagem de educação online 3.1.9 - Atualizar os PPCs de acordo com o novo PPI e os parâmetros do MEC	Prograd
1 - Educação inovadora com excelência acadêmica	1.5 Institucionalizar a extensão nos cursos de graduação e Pós Graduação	5	PPCs atualizados sem a creditação da extensão nos cursos de graduação e pós-graduação	8	5	40	Alto	Mitigar	2.2.27 - Monitorar a implementação da curricularização da extensão na graduação e pós-graduação.	Prograd
1 - Educação inovadora com excelência acadêmica	1.6 Internacionalizar os cursos de graduação e Pós Graduação	6	Política de internacionalização mal definida	8	8	64	Alto	Mitigar	3.8.1 - Implementar política e projetos de fomento à internacionalização	Prograd
		7	Falta de critérios para definir um curso ou uma disciplina como internacionalizados	5	8	40	Alto	Mitigar	3.8.16 - Implantar as Coordenações /Comitês de Internacionalização nos câmpus da UFT	Prograd
1 - Educação inovadora com excelência acadêmica	1.7 Fortalecer e promover melhores condições para a oferta de cursos e disciplinas na modalidade EaD	8	Falta de infraestrutura física e tecnológica para o oferecimento de cursos e disciplinas na modalidade EaD	8	8	64	Alto	Mitigar	5.13.2 - Normatizar a estrutura física, tecnológica e de pessoal para a oferta dos cursos EaD nos polos e municípios	Prograd

1 - Educação inovadora com excelência acadêmica	1.8 Integrar ensino de graduação e pós-graduação	9	Definição de políticas sem transversalidade	5	5	25	Médio	Mitigar	2.2.26 - Definir nos PPCs as estratégias de integração da graduação e pós-graduação. 2.5.23 - Propor ações indutoras da integração do ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação e pós-graduação	Prograd
2 - Inclusão social	2.1 Elevar o número de matrículas e permanência de alunos nos cursos de graduação	10	Falta de visibilidade da instituição na comunidade em que está inserida	8	5	40	Alto	Mitigar	3.7.6 - Construir um Plano de Comunicação Pública que promova a divulgação dos cursos de graduação e pós-graduação para a comunidade acadêmica, dos municípios em que há câmpus da UFT e para a população tocantinense de modo geral, informando a relação com o mercado de trabalho através das experiências exitosas de egressos	DTE
		11	Ausência de critérios para definição de programas institucionais de educação	8	2	16	Médio	Mitigar	2.2.32 - Criar e desenvolver o programa	Prograd

									institucional em inovação pedagógica	
		12	Diminuição da quantidade de estudantes atendidos com auxílios de assistência estudantil	5	10	50	Alto	Mitigar	3.11.8 - Monitorar e avaliar semestralmente a situação acadêmica de estudantes atendidos pela assistência estudantil	Proest
		13	Políticas de permanência inadequadas ao público da universidade	8	5	40	Alto	Mitigar	3.11.14 - Atualizar as normativas da Política de Assistência Estudantil	DTE
2 - Inclusão social	2.2 Adequar toda a infraestrutura da universidade para atender os requisitos de acessibilidade	14	Falta de planejamento e definição de requisitos de acessibilidade de infraestrutura que serão atendidos	8	5	40	Alto	Mitigar	2.5.12 - Promover ações que contemplem aspectos de acessibilidade, inclusão, segurança, gestão ambiental, mobiliário e equipamentos para a comunidade interna e externa	PU
		15	Falta de políticas de acessibilidade adequadas e recursos para melhoria da estrutura da Universidade.	2	2	4	Baixo	Aceitar	2.5.12 - Promover ações que contemplem aspectos de acessibilidade, inclusão, segurança, gestão ambiental, mobiliário e equipamentos para a comunidade interna e externa	PU

2 - Inclusão social	2.3 Oportunizar o ingresso, a permanência e a conclusão de alunos com vulnerabilidade socioeconômica e de estudantes indígenas e quilombolas	16	Falta de equipamentos de Tecnologias Digitais e acesso a internet (pacote de dados).	8	8	64	Alto	Mitigar	3.11.24 - Promover ações de Inclusão Digital para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica	Proest
		17	Falta de definição e padrões de acessibilidade que atendam a comunidade da UFT	5	8	40	Alto	Mitigar	2.5.12 - Promover ações que contemplem aspectos de acessibilidade, inclusão, segurança, gestão ambiental, mobiliário e equipamentos para a comunidade interna e externa	PU
2 - Inclusão social	2.4 Consolidar políticas de assistência estudantil	18	Falta de normatizações das políticas de assistência estudantil.	2	5	10	Médio	Mitigar	3.11.14 - Atualizar as normativas da Política de Assistência Estudantil	Proest
3 - Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo	3.1 Elevar a captação de recursos próprios por meio de prestação de serviços técnicos e de transferência de tecnologias (*royalties*)	19	Ausência de estrutura e normativo para prestação de serviços técnicos	5	8	40	Alto	Mitigar	2.3.6 - Criar fundo de pesquisa com recursos de ressarcimento institucional advindos da prestação de serviços e dos projetos aprovados 3.2.12 - Incentivar captação de recurso junto às agências de fomento para a	Propesq

									realização de eventos. 3.2.16 - Definir, por meio de resolução, a porcentagem de RI dos cursos *lato sensu* gerados por meio de convênios/contratos destinados à pesquisa e/ou pós-graduação 3.3.10 - Fomentar a Política de Restituição Institucional a fim de permitir a destinação de verba para pesquisa advinda de cursos de mestrado/doutorado profissionais realizados em parceria com outras instituições públicas e privadas por meio de convênio/contrato. 3.4.17 - Criar centrais analíticas multiusuárias para pesquisa e prestação de serviços	

3 - Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo	3.2 Fomentar a criação e o desenvolvimento de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores	20	Ausência de estrutura física e normativa que incentive a geração de empreendimentos inovadores	8	5	40	Alto	Mitigar	2.3.13 - Elaborar e aprovar a política de inovação, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, empreendedorismo e gestão e funcionamento do ecossistema de inovação da universidade 2.3.18 - Criar o Hub de Inovação e Empreendedorismo 2.3.45 - Criar um sistema de Gestão da Inovação	Propesq
3 - Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo	3.3 Fortalecer o NIT e consolidar as políticas de Propriedade Intelectual, Inovação Tecnológica e Transferência de Tecnologia	21	Ausência de estrutura física e normativa necessária para o fortalecimento da inovação tecnológica	8	5	40	Alto	Mitigar	2.3.13 - Elaborar e aprovar a política de inovação, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, empreendedorismo e gestão e funcionamento do ecossistema de inovação da universidade 2.3.47 - Fortalecer o NIT dando maior autonomia e capacidade técnica	Propesq

3 - Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo	3.4 Fortalecer as atividades de pesquisa e de inovação, ampliando a produção acadêmica e tecnológica, na Universidade.	22	Falta de definição de regras para a execução das atividades de inovação	5	8	40	Alto	Mitigar	2.3.13 - Elaborar e aprovar a política de inovação, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, empreendedorismo e gestão e funcionamento do ecossistema de inovação da universidade	Propesq
3 - Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo	3.5 – Consolidar um ecossistema de Inovação e Empreendedorismo integrado e articulado	23	Desconhecimento da comunidade acadêmica quanto ao ecossistema de inovação	2	10	20	Médio	Mitigar	2.3.13 - Elaborar e aprovar a política de inovação, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, empreendedorismo e gestão e funcionamento do ecossistema de inovação da universidade 3.2.10 - Promover a aproximação do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT e do Ecossistema de Inovação com os cursos *lato sensu* alinhados às áreas prioritárias do Ministério da Ciência,	Propesq

									Tecnologia e Inovação.	
4 - Reconhecimento social	4.1 Estimular a inserção social da universidade gerando conhecimento e inovação à sociedade	24	Pouca participação dos estudantes e da comunidade externa nas ações de extensão	8	8	64	Alto	Mitigar	2.2.17 - Aprovar resolução que fomente a extensão tecnológica 2.3.22 - Aprimorar os eventos institucionais (Seminário de iniciação científica e Seminário de extensão) divulgando e mantendo-os abertos à comunidade	Proex
4 - Reconhecimento social	4.2 Elevar a inserção e reconhecimento social da UFT no Estado do Tocantins	25	Pouca participação da comunidade externa nas ações de extensão	5	8	40	Alto	Mitigar	1.1.1 - Atualizar e divulgar a carta de serviços ao cidadão 1.4.1 - Realizar divulgação dos cursos, projetos e	Proex

									ações de extensão que beneficiaram a comunidade interna e externa em locais e eventos públicos e por áreas de conhecimento 2.4.5 - Implantar ações de extensão que contemplem as temáticas de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, das ações afirmativas, de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial na UFT	

4 - Reconhecimento social	4.3 Consolidar a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a transferência de tecnologias para a sociedade	26	Falta de espaços que promovam a inovação na universidade	5	8	40	Alto	Mitigar	2.3.18 - Criar o Hub de Inovação e Empreendedorismo 3.2.13 - Ampliar a ofertas de serviços, produtos, inovações e patentes para a comunidade externa à universidade. 3.12.8 - Desenvolver espaço dedicado à criação e interação de discentes com demais atores no hub de inovação nos câmpus	Propesq
		27	Falta de financiamento da extensão tecnológica	8	5	40	Alto	Mitigar	2.2.17 - Aprovar resolução que fomente a extensão tecnológica	Proex
5 - Mecanismos de governança pública	5.1 – Elevar o índice Integrado de Governança e Gestão – iGG	28	Falta de comprometimento dos gestores quanto à aplicação dos mecanismos de governança pública	8	5	40	Alto	Mitigar	2.1.12 - Promover evento de governança, gestão de riscos e controles na universidade	Proap
5 - Mecanismos de governança pública	5.2 - Elevar o Índice de Governança em Gestão de Pessoas	29	Falta de oferta de cursos específicos para determinadas áreas	8	2	16	Médio	Mitigar	4.3.3 - Estabelecer o planejamento anual de capacitação a partir das necessidades levantadas na avaliação de desempenho	Progedep

5 - Mecanismos de governança pública	5.3 - Elevar o Índice de Governança em Tecnologia da Informação	30	Falta de formalização das políticas de TI e do papel do CGD na UFT.	5	5	25	Médio	Mitigar	5.17.12 - Elaborar Formulário/sistema de demandas de TI baseado no PDI	STI
		31	Falta de ações estratégicas em TI	8	8	64	Alto	Mitigar	5.14.11 – Propor plano institucional de gestão de aquisição de softwares 5.17.9 – Elaborar novo Planejamento Estratégico de TI	STI
5 - Mecanismos de governança pública	5.4 - Efetivar e intensificar as atividades do Comitê de Governança Digital – CGD	32	Falta de articulação e visibilidade do CGD	2	8	16	Médio	Mitigar	1.1.13 - Promover a realização de reuniões do CGD	STI
		33	Falta de priorização das atividades de tecnologia da informação	8	8	64	Alto	Mitigar	5.17.14 - Criar dentro do CGD, grupos de trabalho para padronizar /normatizar, gerir o atendimento de demandas de softwares dos diversos setores de criação de soluções de TI e para o plano de uso do SIE	STI
5 - Mecanismos de governança pública	5.5 - Elevar o Índice de Governança em Aquisições	34	Falta de definição de estratégias para a governança nas aquisições	8	5	40	Alto	Mitigar	4.5.3 - Monitorar as ações de aperfeiçoamento da governança nas aquisições 4.5.47 - Instituir normativos para garantir a	Proad

									governança e gestão das aquisições	
5 - Mecanismos de governança pública	5.6 – Reduzir os níveis de risco estratégico	35	Falta de comprometimento dos gestores quanto à definição e monitoramento dos riscos	8	8	64	Alto	Mitigar	2.1.12 - Promover evento de governança, gestão de riscos e controles na universidade	Proap
5 - Mecanismos de governança pública	5.7 – Elevar o índice de Maturidade da Gestão de Riscos	36	Falta de comprometimento dos gestores quanto à definição e monitoramento dos riscos	8	8	64	Alto	Mitigar	2.1.12 - Promover evento de governança, gestão de riscos e controles na universidade	Proap
5 - Mecanismos de governança pública	5.8 - Induzir a cultura da governança em todos os níveis da universidade	37	Desconhecimento da comunidade acadêmica quanto à importância do desenvolvimento dos mecanismos de governança pública	5	8	40	Alto	Mitigar	2.1.12 - Promover evento de governança, gestão de riscos e controles na universidade	Proap
5 - Mecanismos de governança pública	5.9 – Direcionar a governança para as áreas finalísticas da universidade	38	Falta de comprometimento dos gestores quanto ao desenvolvimento da governança nas áreas finalísticas da universidade	8	8	64	Alto	Mitigar	2.1.12 - Promover evento de governança, gestão de riscos e controles na universidade	Proap
1 - Planejamento e avaliação institucional	DIRETRIZ 1.1 - Demonstrar a evolução institucional a partir dos processos de	39	Baixa sensibilização da comunidade acadêmica quanto ao processo de autoavaliação institucional	8	5	40	Alto	Mitigar	1.2.3 - Normatizar a obrigatoriedade de participação da comunidade acadêmica nos processos de	Proap

	Planejamento e Avaliação Institucional								autoavaliação	
1 - Planejamento e avaliação institucional	DIRETRIZ 1.2 - Demonstrar a existência de processo de autoavaliação institucional	40	Baixa participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional	8	8	64	Alto	Mitigar	1.3.3 - Realizar divulgação da campanha da autoavaliação institucional para a comunidade interna e externa	Proap
1 - Planejamento e avaliação institucional	DIRETRIZ 1.3 - Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica	41	Desconhecimento pela comunidade acadêmica da aplicabilidade dos resultados da autoavaliação	8	8	64	Alto	Mitigar	1.4.4 - Demonstrar os resultados práticos advindos da avaliação institucional e externa - CPA por meio de totens, matérias no portal e envio de e-mails institucionais a todos os servidores	Proap

1 - Planejamento e avaliação institucional	DIRETRIZ 1.4 - Divulgar as análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas para a comunidade acadêmica	42	Desconhecimento, pela comunidade acadêmica, do resultado das avaliações institucionais	5	8	40	Alto	Mitigar	1.4.3 - Desenvolver pequenos vídeos sobre a importância das avaliações (institucional e externa) e análise de dados 1.4.4 - Demonstrar os resultados práticos advindos da avaliação institucional e externa - CPA por meio de totens, matérias no portal, envio de e-mails institucionais e utilização de linguagem clara e acessível a todos os servidores	Sucom
1 - Planejamento e avaliação institucional	DIRETRIZ 1.5 - Elaboração dos relatórios de autoavaliação	43	Falta de informações suficientes para a elaboração dos relatórios	8	5	40	Alto	Mitigar	1.2.3 - Normatizar a obrigatoriedade de participação da comunidade acadêmica nos processos de autoavaliação	Proap
2 - Desenvolvimento Institucional	DIRETRIZ 2.1 - Desenvolver missão, objetivos, metas e valores institucionais	44	Elaboração de políticas que não se relacionam com a identidade da instituição	8	2	16	Médio	Mitigar	2.1.8 - Divulgar a missão, visão e valores institucionais visando o fortalecimento da Identidade da UFT	Proap

		45	Falta de disseminação e conscientização quanto à identidade da UFT a toda comunidade acadêmica.	5	2	10	Médio	Mitigar	2.1.8 - Divulgar a missão, visão e valores institucionais visando o fortalecimento da Identidade da UFT 2.1.6 - Distribuir adesivo com missão, visão e valores para todas as coordenações de curso, setores administrativos, bibliotecas e secretarias acadêmicas	DTE

2 - Desenvolvimento Institucional	DIRETRIZ 2.2 - Integrar o PDI ao planejamento didático-instrucional e à política de ensino de graduação e de pós-graduação	46	Políticas de graduação e pós-graduação não alinhadas ao PDI	5	2	10	Médio	Mitigar	2.2.5 - Implementar metodologias e estratégias inovadoras no ensino da Graduação e Pós-Graduação utilizando recursos tecnológicos e metodologias que incentivem a interdisciplinaridade 2.2.26 - Definir nos PPCs as estratégias de integração da graduação e pós-graduação. 2.5.23 - Propor ações indutoras da integração do ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação e pós-graduação 3.1.17 - Compor comissão nos Câmpus para realizar estudos de expansão e reestruturação de cursos de graduação e programas de pós-graduação na UFT	Prograd

2 - Desenvolvimento Institucional	DIRETRIZ 2.3 - PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural	47	Pouca articulação entre os ambientes de ensino presenciais e virtuais	5	5	25	Médio	Mitigar	2.3.5 - Promover o desenvolvimento de práticas de ensino que articulem os ambientes presenciais e virtuais, com utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação.	Prograd
		48	Políticas construídas sem o envolvimento dos alunos e da sociedade	5	2	10	Médio	Mitigar	1.3.1 - Promover eventos para discussão dos resultados das autoavaliações e avaliações externas 1.3.2 - Garantir e acompanhar a execução do processo de avaliação dos docentes com obrigatoriedade de respostas pelos alunos	Prograd
2 - Desenvolvimento Institucional	DIRETRIZ 2.4 - PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da	49	Pouco conhecimento pela comunidade interna e externa quanto às ações de extensão que são realizadas na universidade	2	8	16	Médio	Mitigar	2.4.6 - Promover a divulgação das ações de extensão realizadas na universidade	Proex

	diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial	50	Ausência de políticas institucionais bem definidas voltadas à valorização da diversidade, meio ambiente, produção artística, ações afirmativas e promoção dos direitos humanos	5	5	25	Médio	Mitigar	2.4.2 - Implantar e desenvolver políticas institucionais de Ações Afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial na UFT. 2.4.3 - Implantar e desenvolver políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural da UFT.	Proex
2 - Desenvolvimento Institucional	DIRETRIZ 2.5 - PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social	51	Pouca efetividade das ações da UFT para a economia solidário-criativa e empreendedorismo	5	5	25	Médio	Mitigar	2.5.8 - Fomentar projetos e ações inovadoras voltadas ao empreendedorismo, desenvolvimento econômico, responsabilidade social, economia popular e solidária na UFT 2.5.15 - Promover as empresas juniores da instituição e suas áreas de atuação visando maior	Propesq

									atração de investimentos e prestação de serviços.	
2 - Desenvolvimento Institucional	DIRETRIZ 2.6 - PDI e política institucional para a modalidade EaD	52	Ausência de políticas, estrutura e pessoal para a modalidade EaD	8	8	64	Alto	Mitigar	2.6.3 - Reformular a estrutura de Tecnologias Educacionais na Universidade e sua relação com outras Unidades	DTE
2 - Desenvolvimento Institucional	DIRETRIZ 2.7 - Estudo para implantação de polos EaD	53	Ausência de políticas e alinhamento com a Capes para expansão de polos pelos municípios.	2	2	4	Baixo	Aceitar	2.7.1.Realizar levantamento de polos atuais e possibilidades futuras, considerando demanda e distância de outros polos e outras IES. 2.7.3. Realizar visitas contínuas aos municípios para orientações de abertura e acompanhamento de polos	DTE

3 - Políticas Acadêmicas	DIRETRIZ 3.1 - Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	54	Políticas de graduação desatualizadas quanto à educação 4.0, o ensino híbrido e a utilização de tecnologias educacionais	8	5	40	Alto	Mitigar	3.1.1 - Incluir nas políticas de ensino a atuação de professores, tutores e técnicos, especificamente para cursos EaD, com inclusão na carga horária docente	Prograd
		55	Ausência de políticas claras para condução efetiva dos alunos no decorrer de sua formação.	5	5	25	Médio	Mitigar	3.1.6 Implantar controle institucional para consolidação e integração das informações e acompanhamentos das ações e atividades dos docentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão	DTE
3 - Políticas Acadêmicas	DIRETRIZ 3.2 - Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *lato sensu*	56	ausência de planejamento e análise regional para o oferecimento de novos cursos de pós-graduação	5	8	40	Alto	Mitigar	3.2.3 - Atualizar a resolução que rege a oferta de cursos *lato sensu* criando obrigatoriedade de levantamento e justificativa da demanda regional da oferta, previamente à aprovação do curso.	Propesq
		57	Falta de atualização dos PPCs dos cursos de pós-graduação	5	5	25	Médio	Mitigar	3.2.5 - Implementar programas de revisão dos PPCs dos cursos de pós-graduação *lato sensu*	Propesq

3 - Políticas Acadêmicas	DIRETRIZ 3.3 - Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*	58	Falta de parâmetros definidos para a autoavaliação dos cursos de pós-graduação	8	8	64	Alto	Mitigar	3.3.6 - Implantar um sistema de autoavaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*	Propesq
3 - Políticas Acadêmicas	DIRETRIZ 3.4 - Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural	59	Ausência de incentivo para as áreas de inovação, desenvolvimento artístico e cultura	5	8	40	Alto	Mitigar	3.4.2 - Criar e consolidar o Programa institucional de Arte e Cultura 3.4.4 - Propor política para a atuação de docentes em atividades de ensino, inovação tecnológica e pedagógica na pós-graduação *stricto sensu* 3.4.10 - Equipar os laboratórios de pesquisa e inovação vinculados à iniciação científica, graduação e pós-graduação.	Proex
3 - Políticas Acadêmicas	DIRETRIZ 3.5 - Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão	60	Ausência de sistema de gestão da extensão	10	10	100	Extremo	Evitar	3.5.9 - Criar um sistema de registro, acompanhamento, monitoramento, avaliação e certificação das ações de extensão	Proex

									na UFT	
		61	Pouca inserção da extensão nos currículos dos cursos	5	8	40	Alto	Mitigar	3.5.7 - Implantar e consolidar a inserção da extensão nos currículos em todos os cursos de graduação e pós-graduação da UFT	Proex
3 - Políticas Acadêmicas	DIRETRIZ 3.6 - Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica	62	Pouca produção em extensão	5	5	25	Médio	Mitigar	3.6.4- Fomentar ações de extensão de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente.	Proex

3 - Políticas Acadêmicas	DIRETRIZ 3.7 - Política institucional de acompanhamento dos egressos	63	Falta de ações efetivas de acompanhamento de egressos	5	5	25	Médio	Mitigar	3.7.2 - Realizar estudo comparativo quanto à vida profissional dos egressos e a formação recebida, com vistas a desenvolver ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade 3.7.4 - Promover a divulgação do portal e da pesquisa sobre os egressos da UFT 3.7.5 - Reformular e divulgar a política de acompanhamento dos egressos em parceria com os cursos de graduação	Prograd
3 - Políticas Acadêmicas	DIRETRIZ 3.8 - Política institucional para internacionalização	64	Política de internacionalização mal definida	8	8	64	Alto	Mitigar	3.8.1 - Implementar política e projetos de fomento à internacionalização	Prograd
		65	Falta de critérios para definir um curso ou uma disciplina como internacionalizados	5	8	40	Alto	Mitigar	3.8.16 - Implantar as Coordenações /Comitês de Internacionalização nos câmpus da UFT	Prograd

3 - Políticas Acadêmicas	DIRETRIZ 3.9 - Comunicação da IES com a comunidade externa	66	Pouco espaço nos veículos de comunicação externos	10	2	20	Médio	Mitigar	3.9.11 - Manter o relacionamento da assessoria de imprensa com a mídia e outros públicos estratégicos	Sucom
		67	Ausência de eventos externos que possibilitem uma relação mais próxima: UFT - Sociedade	5	5	25	Médio	Mitigar	3.9.2 - Participar dos principais eventos do Tocantins com estande subsidiado pela SUCOM	Sucom
3 - Políticas Acadêmicas	DIRETRIZ 3.10 - Comunicação da IES com a comunidade interna	68	Baixo índice de participação da comunidade acadêmica nos eventos realizados pela instituição	5	8	40	Alto	Mitigar	3.10.4 - Realizar campanha de divulgação da avaliação institucional, PDI, PPI e planejamento estratégico	Sucom
3 - Políticas Acadêmicas	DIRETRIZ 3.11 - Política de atendimento aos discentes	69	Ausência de orientações claras para permanência produtiva dos discentes em sua formação	5	5	25	Médio	Mitigar	3.11.14 - Atualizar as normativas da Política de Assistência Estudantil	DTE
		70	Falha na integração da assistência estudantil com ensino, pesquisa, extensão e gestão.	2	5	10	Médio	Mitigar	3.11.18 - Ampliar o sistema de dados sobre os estudantes atendidos pelos programas de Assistência Estudantil, integrando com os sistemas acadêmicos	Proest

3 - Políticas Acadêmicas	DIRETRIZ 3.12 - Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)	71	Ausência de incentivo e estímulo à produção acadêmica discente	5	8	40	Alto	Mitigar	3.12.1 - Fomentar a participação do discente de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em eventos nacionais e regionais 3.12.6 - Apoiar a participação de alunos vinculados às empresas incubadas e às EJs em eventos técnicos científicos 3.12.9 - Elaborar políticas de acesso, incentivo e publicização da produção científica discentes de Programas Especiais da instituição	Prograd
4 - Políticas de gestão	DIRETRIZ 4.1 - Titulação do corpo docente	72	Falta de incentivo à qualificação docente	8	1	8	Baixo	Aceitar	4.1.1 - Implementar o Programa Quali+ Docente	Progedep
4 - Políticas de gestão	DIRETRIZ 4.2 - Política de capacitação docente e formação continuada	73	Baixa oferta de cursos específicos aos docentes	8	2	16	Médio	Mitigar	4.3.3 - Estabelecer o planejamento anual de capacitação a partir das necessidades levantadas na avaliação de desempenho	Progedep

4 - Políticas de gestão	DIRETRIZ 4.3 - Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo	74	Falta de oferta de cursos específicos para determinadas áreas	8	2	16	Médio	Mitigar	4.2.2 - Realizar a pesquisa de demanda para cursos de formação continuada docente articulando com o PDI	Progedep
4 - Políticas de gestão	DIRETRIZ 4.4 - Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e à distância	75	Falta de política interna de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores	8	5	40	Alto	Mitigar	4.4.2 - Instituir uma política de formação continuada dos tutores presenciais e à distância	Progedep DTE
4 - Políticas de gestão	DIRETRIZ 4.5 - Processos de gestão institucional	76	Baixa visibilidade aos processos de gestão institucional	5	8	40	Alto	Mitigar	1.1.4 - Promover a realização da RAE - Reunião de Avaliação Estratégica	Sucom
		77	Ausência de manual das unidades gestoras	8	8	64	Alto	Mitigar	4.5.33 - Elaborar manual das unidades com definição das atribuições, competências e procedimentos de rotina	Proap

		78	Falta de padronização dos processos administrativos de aquisições tornando-os mal instruídos e falhos	8	5	40	Alto	Mitigar	4.5.21 - Garantir as aquisições planejadas de equipamentos, mobiliários e utensílios 4.5.46 - Elaborar plano de capacitação com iniciativas de treinamento para a formação e a atualização de pregoeiros e demais agentes encarregados da instrução dos processos para a aquisição de bens e a contratação de serviços 4.5.47 - Instituir normativos para garantir a governança e gestão das aquisições	Proad
		79	Ausência de participação da comunidade acadêmica na construção das políticas institucionais	2	2	4	Baixo	Aceitar	1.1.4 - Promover a realização da RAE - Reunião de Avaliação Estratégica	Proap
4 - Políticas de gestão	DIRETRIZ 4.6 - Sistema de controle de produção e distribuição de material didático	80	Baixa produção de material gráfico demandada pela comunidade acadêmica	8	5	40	Alto	Mitigar	3.9.5 - Promover publicidade institucional garantindo material gráfico em geral para ações de divulgação	Sucom

		81	Falta de estrutura e políticas adequadas para produção e distribuição de material didático.	2	2	4	Baixo	Aceitar	4.6.2 - Normatizar os sistemas de controle de produção, distribuição e atualização de material didático da educação à distância	DTE
4 - Políticas de gestão	DIRETRIZ 4.7 - Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional	82	Ausência de disponibilidade de informações claras para a tomada de decisões quanto à utilização dos recursos da universidade	8	5	40	Alto	Mitigar	4.7.9 - Implantar o Sistema de Informações de Custos (SIC)	Proap
		83	Ausência de destinação orçamentária para atender aos cursos EaD	2	5	10	Médio	Mitigar	4.7.1 - Institucionalizar a política de arrecadação e distribuição de receitas	Proap
4 - Políticas de gestão	DIRETRIZ 4.8 - Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna	84	Baixo índice de transparência quanto ao sistema de distribuição de recursos	2	5	10	Médio	Mitigar	4.8.1 - Reestruturar os parâmetros da distribuição orçamentária com verificação de resultados das avaliações internas e utilização de novas metodologias	Proap

4 - Políticas de gestão	DIRETRIZ 4.9 - Política de valorização e desenvolvimento de servidores	85	Ausência de políticas institucionalizadas de Qualidade de Vida e valorização de servidores	8	5	40	Alto	Mitigar	4.9.4 - Implantar a Política de Qualidade de Vida e Segurança do Trabalho no âmbito da UFT 4.9.21 - Implantar o Projeto Institucionalização - Implantação e Implementação da Política de Qualidade de Vida aos Servidores	Progedep
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.1 - Instalações administrativas	86	Falta de planejamento para construções, reformas e adequações das instalações administrativas	5	8	40	Alto	Mitigar	5.1.1 - Projetar e construir novos prédios visando atender de forma adequada os setores administrativos e áreas para armazenamento de materiais e insumos da UFT 5.1.3 - Adequar as instalações administrativas, considerando às atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção	PU

									patrimonial e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.	
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.2 - Salas de aula	87	Ausência de infraestrutura adequada para utilização de novas tecnologias educacionais	8	8	64	Alto	Mitigar	5.2.1 - Adequar as salas de aula à utilização de recursos tecnológicos diferenciados.	PU
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.3 - Auditório(s)	88	Infraestrutura inadequada aos padrões de acessibilidade e à utilização de tecnologias educacionais	8	5	40	Alto	Mitigar	5.3.1 - Adequar os Auditórios às necessidades de acessibilidade, conforme a NBR 9050 5.3.2 - Modernizar os equipamentos de som e vídeo dos auditórios	PU

5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.4 - Sala de Professores	89	Ausência de estrutura adequada para utilização dos professores	5	5	25	Médio	Mitigar	5.4.1 - Criar normativas de distribuição, ampliação, monitoramento e uso de salas de professores 5.4.3 - Modernizar as instalações de salas de professores a fim de garantir estrutura tecnológica para planejamento de aulas interativas	PU
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.5 - Espaços para atendimento aos discentes	90	Falta de infraestrutura necessária para o atendimento remoto aos alunos nos espaços de convivência	5	8	40	Alto	Mitigar	5.5.1 - Modernizar as instalações dos espaços para atendimento aos discentes adequando às novas necessidades e modelos de atendimento aos alunos (virtual/remoto)	PU
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.6 - Espaços de convivência e alimentação	91	Incapacidade de implantar os restaurantes universitários nos câmpus de Arraias e Miracema	2	5	10	Médio	Mitigar	3.11.19 - Conceder auxílio financeiro no Programa Auxílio Alimentação para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica por meio de edital	Proest

		92	Impossibilidade de oferecer refeições nos restaurantes universitários	8	8	64	Alto	Mitigar	3.11.19 - Conceder auxílio financeiro no Programa Auxílio Alimentação para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica por meio de edital 5.6.8 - Realizar as manutenções prediais nos espaços de convivência da UFT (RU, casa do estudante, casa do estudante indígena)	Proest
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.7 - Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física	93	Ausência de regulamentação para uso dos laboratórios e ambientes para as práticas didáticas	5	8	40	Alto	Mitigar	5.7.6 - Elaborar normativo para uso dos laboratórios e demais ambientes para práticas didáticas	Propesq
		94	Equipamentos e infraestrutura obsoletos que prejudicam o andamento das práticas didáticas	5	5	25	Médio	Mitigar	5.7.1 - Garantir a manutenção especializada, preventiva e corretiva em equipamentos de laboratórios 5.7.2 - Adequar as instalações de laboratórios aos padrões de acessibilidade física e tecnológica e para a utilização de recursos tecnológicos	PU

5 - Infraestrutura Física	DIRETRIZ 5.8 - Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA	95	Monitoramento ineficiente dos resultados da avaliação institucional	5	8	40	Alto	Mitigar	5.8.2 - Desenvolver parceria com o Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Sistemas da UFT, para desenvolver sistema próprio que atenda a demanda de avaliação por segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes e TAEs) e a avaliação institucional.	CPA
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.9 - Bibliotecas: infraestrutura	96	Impossibilidade de realizar videoconferências e reuniões virtuais nas bibliotecas	5	5	25	Médio	Mitigar	5.9.5 - Instalar os serviços de salas da Rede Nacional de Pesquisa - RNP para reuniões virtuais facilitando a comunicação com os Câmpus e bibliotecas de outras IFES	STI

		97	Impossibilidade de acesso às bibliotecas por pessoas com necessidades especiais	8	8	64	Alto	Mitigar	5.9.2 - Reestruturar as bibliotecas a fim de que se tornem referência em acessibilidade e inclusão cultural 5.9.6- Fortalecer as ações do Serviço de Acessibilidade Informacional das bibliotecas junto aos cursos de graduação para o uso de tecnologias assistivas e de inovação tecnológica	PU
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.10 - Bibliotecas: Plano de atualização dos acervos	98	Gestão ineficiente dos acervos bibliográficos e das atividades administrativas nas bibliotecas	8	5	40	Alto	Mitigar	5.10.6 - Desenvolver ou adquirir recursos tecnológicos para gestão do acervo, das atividades administrativas e integração dos produtos (catalogo de bibliotecas da UFT, Repositório, BDTD e BDM, plataformas de e-books e *Moodle*, entre outras possibilidades de integração) nas bibliotecas da universidade	Prograd

		99	Ausência de integração entre os produtos informacionais da UFT	5	5	25	Médio	Mitigar	5.10.2 - Integrar produtos informacionais da UFT (Portal de Bibliotecas, Portal de Revistas Eletrônicas, Repositório Institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertação, Biblioteca Digital de Monografias, E-books de compra de licença perpetua, Bibliotecas Virtuais por assinatura entre outros)	Prograd
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.11 - Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente	100	Falta de planejamento e priorização das demandas quanto aos recursos de informática	5	5	25	Médio	Mitigar	5.11.2 - Elaborar o plano de manutenção e atualização dos equipamentos dos laboratórios de informática	STI
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.12 - Instalações Sanitárias	101	Instalações sanitárias obsoletas que não atendem aos padrões de acessibilidade	5	8	40	Alto	Mitigar	5.12.2 - Adequar as instalações sanitárias aos padrões de acessibilidade de acordo com a NBR 9050,	PU
		102	Ausência de banheiros familiares e/ou fraldários	5	8	40	Alto	Mitigar	5.12.1 - Instalar banheiros familiares e/ou adaptar fraldários nos banheiros existentes	PU

5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.13 - Estrutura dos polos EAD	103	Ausência de estrutura adequada nos polos para avaliação da Capes e uso dos alunos	5	8	40	Alto	Mitigar	5.13.2 - Normatizar a estrutura física, tecnológica e de pessoal para a oferta dos cursos EaD nos polos e municípios 5.13.6 - Promover a estruturação dos polos EaD a fim de garantir que os cursos e disciplinas ofertados sejam acessíveis a toda comunidade acadêmica	DTE
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.14 - Infraestrutura tecnológica	104	Ausência de infraestrutura tecnológica adequada	5	8	40	Alto	Mitigar	5.14.1 - Adquirir equipamentos que permitam a evolução da tecnologia educacional na UFT	STI
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.15 - Infraestrutura de execução e suporte	105	Estrutura atual inadequada, com idade avançada e fora de garantia	5	8	40	Alto	Mitigar	5.16.2 - Elaborar plano de atualização e manutenção de equipamentos	STI
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.16 - Plano de expansão e atualização de equipamentos	106	Falta de planejamento e priorização das demandas quanto aos equipamentos de informática	5	5	25	Médio	Mitigar	5.16.2 - Elaborar plano de atualização e manutenção de equipamentos	STI
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.17 - Recursos de tecnologias de informação e	107	Falta de recursos de TIC	5	8	40	Alto	Mitigar	5.17.1 - Normatizar a política de atualização periódica dos recursos de TIC	STI

	comunicação	108	Falta de capacidade técnica dos servidores para utilizar os recursos de tecnologia de informação e comunicação	5	5	25	Médio	Mitigar	5.17.1 - Normatizar a política de atualização periódica dos recursos de TIC	STI
		109	Ausência de equipamentos relacionados à área de comunicação para o setor	5	5	25	Médio	Mitigar	5.17.1 - Normatizar a política de atualização periódica dos recursos de TIC	Sucom
5 - Infraestrutura física	DIRETRIZ 5.18 - Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA	110	Falta de atualização contínua nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem	5	2	10	Médio	Mitigar	5.18.1 - Integrar o AVA com o portal do professor: lançamento de conteúdo, frequência, notas. 5.18.3 - Desenvolver ferramentas de BI integradas com o AVA possibilitando a geração de *dashboard* por disciplinas /cursos /polos. 5.18.4 - Desenvolver e Implantar um *template* do AVA (*Moodle*) próprio da UFT	DTE

16.3. Anexo III – Indicadores

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL							
Nº	**INDICADOR**	**FÓRMULA DE CÁLCULO**	**FORMATO**	**FONTE DE COLETA**	**PERIODICIDADE**	**MEMÓRIA DE CÁLCULO**	**RESPONSÁVEL PELA COLETA**
1	Conceito Institucional	Resultado da autoavaliação institucional	Numérico	Inep	Anual	O indicador não possui um intervalo de variação definido e quanto maior o resultado apurado, melhor. A escola de notas, da mais baixa para a mais alta vai de 1 a 5	Proap
2	Eficiência da CPA	(nº de recomendações emitidas/nº de recomendações atendidas) * 100	Porcentagem	CPA	Anual	Relacionar as recomendações emitidas e atendidas no período. Tanto a emissão quanto o atendimento são cumulativos, ou seja, as quantidades não "zeram" com o final do exercício	CPA
3	Índice de participação da comunidade acadêmica na autoavaliação	(Nº de respostas / (Nº de total de discentes + nº total de técnicos +nº total de docentes da instituição) * 100	Porcentagem	Respostas apresentadas nos questionários da autoavaliação	Anual	Utilizar a quantidade total de respostas recebidas na autoavaliação, independente da categoria e dividir pela soma dos integrantes da comunidade acadêmica	CPA
4	Índice de alcance da Reunião de Avaliação da Estratégia - R A E	(nº de reuniões realizadas no período/nº de unidades gestoras com participante na reunião) * 100	Porcentagem	Listas ou gravações das reuniões	Anual	Quantidade de reuniões de avaliação da estratégia realizadas relacionada com a quantidade de unidades gestoras que enviaram representante para participar da reunião	Proap

5	Eficiência da divulgação do processo de autoavaliação	(nº de ações de divulgação realizadas/nº de respostas recebidas) * 100	Porcentagem	CPA	Anual	Ação de divulgação é qualquer ação realizada para divulgar o processo de autoavaliação. Exemplo: chamada no *site* é uma ação, publicação de card nas redes sociais é uma ação, envio de e-mail com chamada para participar da autoavaliação é uma ação	CPA
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL							
6	Cumprimento das recomendações da Audin	(nª recomendações da Audin atendidas/nº de recmendações da Audin emitidas) * 100	Porcentagem	Audin	Anual	Utilizar as recomendações da auditoria interna atendidas e emitidas que estão no estoque de recomendações para realizar o cálculo	Audin
7	Cumprimento das recomendações da CGU	(nª recomendações da CGU atendidas/nº de recmendações da CGU emitidas) * 100	Porcentagem	Audin	Anual	Utilizar as recomendações da CGU atendidas e emitidas que estão no estoque de recomendações para realizar o cálculo	Audin
8	Cumprimento das recomendações do TCU	(nª recomendações do TCU atendidas/nº de recmendações do TCU emitidas) * 100	Porcentagem	Audin	Anual	Utilizar as recomendações/determinações do TCU atendidas e emitidas que estão no estoque de recomendações para realizar o cálculo	Audin
9	Cumprimento das diretrizes do PDI	(%D1+%D2+....+%Dn)/n	Porcentagem	Naus	Anual	O indicador demonstra a somatória do percentual de realização de cada diretriz dividida pelo número total de diretrizes (média). Legenda: D = diretriz; n = número de diretrizes.	Proap

10	Acordos de parceria, convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Nº de acordos de parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação + Nº de convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Numérico	NIT	Anual	Somatório das variáveis: 1) Nº de acordos de parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; 2) Nº de convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.	Propesq
11	Ações articuladas com outras ICTs, empresas privadas e poder público	Nº de acordos de cooperação técnica firmados entre ICT e empresas + Nº de redes ou projetos multi-institucionais	Numérico	NIT	Anual	Somatório de variáveis: 1) Nº de convênios (acordos de cooperação) firmados entre ICT e empresas vigentes; 2) Nº de redes ou projetos multi-institucionais (vigentes).	Propesq
12	% de recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos	(recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos/total de recursos externos captados) * 100	Porcentagem	Propesq	Anual	Utilizar o valor que é captado com a prestação de serviços técnicos em relação ao montante de recursos externos captados pela UFT destinados à pesquisa e extensão	Propesq
13	Índice de alunos por curso à distância	(nº total de alunos da graduação à distância ativos / nº total de cursos de graduação à distância)	Numérico	SIE	Anual	Utilizar o número total de alunos da graduação à distância ativos e relacionar com o número total de cursos de graduação à distância	Prograd
14	Relação Curso e Polo implantado	nº de novas turmas EaD em polos novos/nº novos polos EaD	Numérico	DTE	Anual	Para o número de novas turmas considerar os cursos que foram implantados nos polos abertos no período em análise e os novos polos são as novas unidades estabelecidas em novos municípios no período em análise	DTE
EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS							
15	Taxa de Sucesso da Graduação -	MEC	Porcentagem	MEC	Anual	Utilizar a metodologia de cálculo do MEC	Prograd

	TSG						
16	Cursos com PPC atualizado conforme diretrizes do PPI	[(curso de graduação presencial com PPC atualizado + curso de graduação EaD com PPC atualizado)/(total de cursos de graduação presenciais + total de cursos de graduação EaD)] * 100	Porcentagem	Prograd	Anual	Considerar o somatório dos cursos de graduação presenciais com PPC atualizado no período, o somatório de cursos de graduação EaD com PPC atualizado no período e dividir pelo somatório do total de cursos de graduação presenciais e Ead da universidade	Prograd
17	Cursos híbridos implementados	cursos de graduação híbridos implementados/total de cursos de graduação presencial da universidade	Porcentagem	Prograd	Anual	Considerar a quantidade de cursos híbridos implementados no período dividida pela quantidade de cursos de graduação presenciais da universidade. Um curso é considerado híbrido quando oferece ao menos uma disciplina na modalidade à distância por período.	Prograd
18	Índice de trabalhos apresentados	(apresentação de trabalhos de discentes em eventos + apresentação de trabalhos de docentes em eventos)/(total de trabalhos produzidos) * 100	Porcentagem	Propesq	Anual	Utilizar a quantidade de trabalhos docentes e discentes apresentadas em eventos, congressos, simpósios e relacionar com o total de trabalhos produzidos, apresentados ou não.	Propesq
19	Recurso destinado à produção discente	(Recurso destinado à participação discente em eventos de pesquisa/produção discente)	Moeda	Propesq	Anual	Valor destinado à participação dos alunos em eventos científicos relacionado com a produção discente no período	Propesq

20	Proporção de estudantes de graduação envolvidos com extensão	(Nº de alunos da graduação presencial envolvidos em ações de extensão / Nº total de alunos da graduação presencial com matrícula ativa) * 100	Porcentagem	Proex	Anual	Utilizar a quantidade total de alunos da graduação presencial que participam da equipe de execução de atividades de extensão e dividir pela quantidade total de alunos da graduação presencial com matrícula ativa no período	Proex
21	Índice Geral de Cursos - IGC	Calculado pelo Mec	Numérico	MEC	Anual	O indicador não possui um intervalo de variação definido e quanto maior o resultado apurado, melhor. A escola de notas, da mais baixa para a mais alta vai de 1 a 5	Prograd
22	Taxa de Evasão	Calculado pela Prograd	Porcentagem	Prograd	Anual	Calculado pela Prograd	Prograd
23	Taxa de Retenção	Calculado pela Prograd	Porcentagem	Prograd	Anual	Calculado pela Prograd	Prograd
24	Grau de envolvimento discente com pós-graduação	GEPG= APG / (AG + APG)	Numérico	Propesq e Prograd	Anual	Indicador cobrado pelo Tribunal de Contas da União, no qual, segundo a metodologia própria, não são considerados os alunos de cursos de mestrado profissionalizante e nem de cursos à distância. Legenda: APG = Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de programas acadêmicos presenciais; AG = total de alunos efetivamente matriculados na graduação presencial.	Propesq

25	Conceito Capes	∑ conceito de todos os programas de pósgraduação *Stricto sensu* acadêmicos / Nº de programas acadêmicos da UFT	Numérico	Capes	Anual	É um indicador cobrado pelo Tribunal de contas da União, que considera a média aritmética dos conceitos de todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* acadêmicos, pois, nesta metodologia, não se considera cursos de mestrado profissionalizante. Deve-se ter o cuidado para não contabilizar programas que ainda não foram avaliados, conforme normas do TCU. Não se considera programas MINTER e DINTER	Proap
26	Alcance da EdUft na sociedade	nº publicações pela EdUFT de autores externos/nº total de publicações da EdUFT	Porcentagem	EdUFT	Anual	Utilizar a quantidade total de publicações realizadas pela editora no período relacionando com a quantidade de autores externos à UFT (autores que não se enquadram na categoria de servidores e discentes)	Propesq
27	Alcance da comunicação da UFT	(n° de materias vinculadas no *site* + nº de posts nas redes sociais / total de visualizações das matérias do *site* + total de visualização dos posts nas redes sociais) / 100	Porcentagem	Sucom	Anual	Demonstrar o alcance das matérias postadas no *site* da universidade e dos posts feitos nas redes sociais oficiais da universidade. Considerar rede social oficial da UFT: F*acebbok Instagram, Twitter* e *YouTube*	Sucom
28	Índice de alunos por curso presencial	(nº total de alunos da graduação presencial ativos / nº total de cursos de graduação presencial)	Numérico	SIE	Anual	Utilizar o número total de alunos da graduação presencial ativos e relacionar com o número total de cursos de graduação presencial	Prograd

29	Taxa de docentes envolvidos com pesquisa	TDP = (N° de docentes envolvidos com pesquisa / N° total de docentes efetivos da Universidade)*100	Porcentagem	Propesq e Progedep	Anual	Devem ser considerado cursos acadêmicos e profissionais da UFT. Não poderá ocorrer dupla contagem de pessoas que participem de mais de um projeto de pesquisa. Também será considerado o quantitativo de docentes da UFT que participam de cursos em rede. Para o número total de docentes da Universidade deverá considerar apenas os efetivos.	Propesq e Proap
30	Taxa de discentes envolvidos com pesquisa	TAP = (Nº de alunos envolvidos com pesquisa / Nº de alunos matriculados na Graduação presencial + Pós-Graduação *Stricto sensu*)*100	Porcentagem	Propesq e Prograd	Anual	Devem ser considerados alunos matriculados de cursos *stricto sensu* acadêmicos e profissionais da UFT. No caso dos matriculados de graduação considerar apenas cursos presenciais. Não poderá ocorrer dupla contagem de pessoas que participem de mais de um projeto de pesquisa. Os alunos da UFT de cursos em Rede também serão considerados.	Propesq e Proap

31	Grau de Envolvimento Discente com a Pós–Graduação *Stricto sensu* - GEPG	GEPG= APG / (AG + APG)	Numérico	Propesq e Prograd	Anual	Indicador cobrado pelo Tribunal de Contas da União, no qual, segundo a metodologia própria, não são considerados os alunos de cursos de mestrado profissionalizante e nem de cursos à distância. Legenda: APG = Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de programas acadêmicos presenciais; AG = total de alunos efetivamente matriculados na graduação presencial.	Proap
32	Alcance dos eventos de iniciação científica, pesquisa e inovação	nº de eventos realizados / nº de participantes docentes, técnicos e discentes da UFT	Numérico	Propesq	Anual	Utilizar o número de eventos de iniciação científica, pesquisa e inovação realizados pela UFT, relacionando à quantidade de participantes da comunidade acadêmica	Propesq
33	Índice de produtividade da extensão	IPE= (NPG*5) + (NPJ*3) + (NAT¹) / somatória dos pesos	Numérico	Sigproj	Anual	Os números referentes à fórmula serão mensurados a partir dos dados coletados no Sistema de Gestão de Informação e Gestão de Projetos adotado pela UFT, hoje o SigProj. Legenda: IPE = Índice de Produtividade da Extensão NPG = Número de Programas de extensão NPJ = Número de Projetos de extensão NAT = Número de Atividades de extensão	Proex

34	Alcance dos Egressos	(nº de egressos participantes/nº de eventos com egressos realizados) * 100	Porcentagem	Prograd	Anual	Utilizar a quantidade de egressos que participaram dos eventos específicos para egressos realizados na universidade no período	Prograd
35	Índice de satisfação quanto à assistência estudantil	Pesquisa de satisfação realizada pela Proest	Porcentagem	Pesquisa de satisfação	Anual	A Pesquisa é realizada anualmente com os beneficiários dos programas de assistência estudantil. Considera-se o alcance dos objetivos de cada programa, que é a prevenção contra a evasão e o sucesso acadêmico	Proest
36	Percentual de vulnerabilidade socioeconômica dos alunos atendidos pela assistência estudantil	(∑nº alunos classificados (NI+NII) / Total alunos participantes)*100	Porcentagem	Proest	Anual	O índice de vulnerabilidade é calculado conforme os parâmetros definidos pela Proest	Proest
37	Vulnerabilidade socioeconômica dos alunos da UFT	(∑nº alunos classificados (NI+NII) / Total alunos da graduação presencial com matrícula ativa)*100	Porcentagem	Proest	Anual	Este índice visa calcular o índice total de alunos socioeconomicamente vulneráveis da universidade. O índice de vulnerabilidade é calculado conforme os parâmetros definidos pela Proest	Proest

38	% cursos internacionalizados	[(curso de graduação presencial internacionalizado + curso de graduação EaD internacionalizado + curso de mestrado acadêmico internacionalizado + curso de mestrado profissional internacionalizado + curso de doutorado acadêmico internacionalizado + curso de doutorado profissional internacionalizado)/(total de cursos de graduação presenciais + total de cursos de graduação EaD + total de cursos de mestrado acadêmico + total de cursos de mestrado profissional + total de cursos de doutorado acadêmico + total de cursos de doutorado profissional)] * 100	Porcentagem	PPC dos cursos	Anual	Considerar o somatório dos cursos de graduação presenciais internacionalizados no período, o somatório de cursos de graduação EaD internacionalizados no período, somatório de cursos de mestrado acadêmico internacionalizados no período, cursos de mestrado profissional internacionalizados no período, cursos de doutorado acadêmico internacionalizados no período, cursos de doutorado profissional internacionalizados no período e dividir pelo somatório do total de cursos de graduação presenciais, total de cursos de graduação Ead, total de cursos de mestrado acadêmico, total de cursos de mestrado profissional, total de cursos de doutorado acadêmico e total de cursos de doutorado profissional da universidade. Conforme definição adotada pela universidade, um curso é considerado internacionalizado quando XXXXXXXXXXX	Prograd
39	% acessibilidade física	(unidades físicas com acessibilidade/total de unidades físicas) * 100	Porcentagem	Prefeitura universitária	Anual	Na parte administrativa, cada espaço destinado a uma UG é considerada uma unidade física e na parte acadêmica, cada sala de aula ou	Prefeitura universitária

						laboratório é considerado uma unidade física	
40	%acessibilidade digital no *site* da UFT	(ações de acessibilidade digital/ações de acessibilidade) * 100	Porcentagem	*Site* da UFT	Anual	Ação de acessibilidade é toda ação voltada a aprimorar o acesso de pessoas com necessidades especiais às informações disponíveis no *site* da instituição	STI e Sucom
41	Índice de respostas da Ouvidoria dentro do prazo	(Nº de respostas às demandas dentro do prazo / Nº total de demandas) *100	Porcentagem	Ouvidoria	Anual	Utilizar as demandas recebidas pela ouvidoria, relacionando-as com as respostas apresentadas dentro do prazo legal	Ouvidoria
42	Qualidade das respostas da Ouvidoria dentro do prazo	(Nº de respostas às demandas dentro do prazo e sem recursos / Nº total de respostas dentro do prazo) *100	Porcentagem	Ouvidoria	Anual	Utilizar as respostas dentro do prazo às demandas da ouvidoria que não tiveram recurso apresentado e relacionar com as resposta que foram apresentadas dentro do prazo	Ouvidoria
EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO							
43	Índice de qualificação do corpo docente - IQCD	IQCD = (5D+3M+2E+1G) / (D+M+E+G)	Numérico	Progedep	Anual		Progedep
44	Índice de qualificação do corpo técnico administrativo - IQCTA	IQCTA = (5D+3M+2E+1G+0,75EM+0,5EF) / (D+M+E+G+EM+EF)	Numérico	Progedep	Anual		Progedep

45	Capacitação da Audin	(soma das horas de capacitação/treinamento dos servidores/nº de servidores ativos lotados na audin	Numérico	PGMQ	Anual	Mensura a quantidade de horas investidas no treinamento e capacitação dos servidores da auditoria interna, relacionando a quantidade de horas de cada servidor com o número de servidores da unidade	Audin
46	Benefícios financeiros das recomendações da Audin	Metodologia específica da Audin com base nos normativos da CGU (PORTARIA Nº 4044/2019/CGU) e na tipologia dos benefícios financeiros decorrentes da atividade de auditoria interna	Moeda	PGMQ	Anual	Mensura os gastos indevidos e/ou valores recuperados com a implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna	Audin
47	Percentual de recursos destinados a Programas Internos da UFT	(Valor dos recursos de custeio empenhados em ações de Programas Internos / Valor total de recursos de custeio executados de ações de governo discricionárias) *100	Porcentagem	Orçamento	Anual	Quantidade de recursos destinados aos programas internos (programas integradores) da universidade	Proap
48	Índice de afastamento de docentes por questão de saúde	(Número total de docentes afastados por questões de saúde/número total de docentes da universidade) * 100	Porcentagem	Progedep	Anual	Utilizar a quantidade de docentes que se afastaram por motivo de saúde própria e relacionar com a quantidade total de docentes da universidade	Progedep
49	Índice de afastamento de técnicos administrativos por questão de saúde	(Número total de técnicos administrativos afastados por questões de saúde/número total de técnicos administrativos da universidade) * 100	Porcentagem	Progedep	Anual	Utilizar a quantidade de técnicos administrativos que se afastaram por motivo de saúde própria e relacionar com a quantidade total de técnicos administrativos da universidade	Progedep

50	Alcance das capacitações da UFT	(nº servidores atendidos pelos cursos de capacitação ofertados pela Progedep/nº total de servidores da UFT) * 100	Porcentagem	Progedep	Anual	Utilizar a quantidade de servidores que finalizaram as capacitações ofertadas pela Progedep e relacionar com a quantidade total de servidores da universidade	Progedep
51	Índice de atendimento do PLS	ações do PLS desenvolvidas no período/total de ações definidas no PLS	Porcentagem	PLS/Naus	Anual	Utilizar as ações do PLS que foram cumpridas no PAT do período e relacionar com a quantidade total de ações que foram definidas para serem executadas no PLS	Comissão gestora do PLS
52	Índice de participação das UGs no orçamento	crédito empenhado na UG no ano/crédito empenhado na UFT no ano	Porcentagem	Orçamento	Anual	Considerar os créditos discricionários de custeio para o cálculo do indicador	Proap
53	Porcentagem de investimento em TI	(Valor empenhado em TIC/Valor total do orçamento de investimento executado)*100	Porcentagem	Orçamento	Anual	Utilizar os valores que foram destinados aos investimentos em tecnologia da informação na universidade	Proap
54	% de investimento em contratos continuados	(valor empenhado em serviços continuados/valor total do orçamento de despesas continuadas) * 100	Porcentagem	Orçamento	Anual	Utilizar os valores que foram destinados aos contratos de serviços continuados na universidade	Proap
EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA							
55	Salas de aula adaptadas ao ensino remoto	(nº de salas de aula adaptadas ao ensino remoto/nº de salas de aula total da universidade) * 100	Porcentagem	Prefeitura universitária	Anual	Utilizar a quantidade de salas de aula adaptadas ao ensino remoto e relacionar com a quantidade total de salas de aula da universidade. Devem ser consideradas apenas as salas de aula e as salas administrativas ou outras unidades não devem ser consideradas para o cálculo do indicador	Prefeitura universitária

5657	% acessibilidade físcia	(unidades físicas com acessibilidade/total de unidades físicas) * 100	Porcentagem	Prefeitura universitária	Anual	Na parte administrativa, cada espaço destinado a uma UG é considerada uma unidade física e na parte acadêmica, cada sala de aula ou laboratório é considerado uma unidade física	Prefeitura universitária
57	% acessibilidade digital no *site* da UFT	(ações de acessibilidade digital/ações de acessibilidade) * 100	Porcentagem	*Site* da UFT	Anual	Ação de acessibilidade é toda ação voltada a aprimorar o acesso de pessoas com necessidades especiais às informações disponíveis no *site* da instituição	STI e Sucom
DESAFIO 1 - EDUCAÇÃO INOVADORA COM EXCELÊNCIA ACADÊMICA							
58	Conceito Institucional	Resultado da autoavaliação institucional	Numérico	Inep	Anual	O indicador não possui um intervalo de variação definido e quanto maior o resultado apurado, melhor. A escola de notas, da mais baixa para a mais alta vai de 1 a 5	Proap
59	% de cursos de graduação com CPC 4 e 5	(cursos de graduação presenciais com CPC 4 + cursos de graduação presenciais com CPC 5)/(Total de cursos de graduação presenciais) * 100	Porcentagem	Conceito Preliminar de Cursos	Anual	O indicador visa mensurar os cursos presenciais com CPC 4 e 5 relacionando-os ao total de cursos presenciais da instituição	Prograd
60	% de cursos de graduação com conceitos Enade 4 e 5	(cursos de graduação presenciais com conceito Enade 4 + cursos de graduação EaD com conceito Enade 4 + cursos de graduação presenciais com conceito Enade 5 + cursos de graduação EaD com conceito Enade 5)/Total de cursos de graduação presenciais avaliados pelo Enade + total de cursos de graduação EaD avaliados pelo	Porcentagem	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade	Anual	O indicador visa mensurar os conceitos no Enade 4 e 5 dos cursos presenciais relacionando-os ao total de cursos presenciais avaliados na instituição no período	Prograd e DTE

		Enade * 100					
61	Taxa de Sucesso da Graduação - TSG	Resultado do cálculo feito pelo MEC	Porcentagem	MEC	Anual	Quanto maior o índice, melhor para a universidade, pois demonstra que mais estudantes conseguiram concluir a graduação no período analisado	Prograd
62	Índice Geral de Cursos - IGC	Resultado do cálculo feito pelo MEC	Numérico	MEC	Anual	O indicador não possui um intervalo de variação definido e quanto maior o resultado apurado, melhor. A escola de notas, da mais baixa para a mais alta vai de 1 a 5	Prograd
63	% de cursos de pós-graduação nível mestrado com Conceito 4 ou 5	(cursos de mestrado acadêmico com nota 4 + cursos de mestrado acadêmico com nota 5 + cursos de mestrado profissional com nota 4 + cursos de mestrado profissional com nota 5)/total de cursos de mestrado acadêmicos e profissionais * 100	Porcentagem	Capes	Anual	O indicador não possui um intervalo de variação definido e quanto maior o resultado apurado, melhor. A escola de notas, da mais baixa para a mais alta vai de 1 a 5	Propesq
64	% de cursos de pós-graduação nível doutorado com Conceito 6 ou 7	(cursos de doutorado com nota 6 + cursos de doutorado com nota 7)/total de cursos de doutorado * 100	Porcentagem	Capes	Anual	O indicador não possui um intervalo de variação definido e quanto maior o resultado apurado, melhor. A escola de notas, da mais baixa para a mais alta vai de 1 a 5	Propesq

65	curso com PPC atualizado conforme diretrizes do PPI	[(curso de graduação presencial com PPC atualizado + curso de graduação EaD com PPC atualizado)/(total de cursos de graduação presenciais + total de cursos de graduação EaD)] * 100	Porcentagem	Prograd	Anual	Considerar o somatório dos cursos de graduação presenciais com PPC atualizado no período, o somatório de cursos de graduação EaD com PPC atualizado no período e dividir pelo somatório do total de cursos de graduação presenciais e Ead da universidade	Prograd
66	% de cursos com creditação da extensão instituída	[(curso de graduação presencial com creditação instituída + curso de graduação EaD com creditação instituída + curso de mestrado acadêmico com extensão instituída + curso de mestrado profissional com extensão instituída + curso de doutorado acadêmico com extensão instituída + curso de doutorado profissional com extensão instituída)/(total de cursos de graduação presenciais + total de cursos de graduação EaD + total de cursos de mestrado acadêmico + total de cursos de mestrado profissional + total de cursos de doutorado acadêmico + total de cursos de doutorado profissional)] * 100	Porcentagem	Prograd	Anual	Considerar o somatório dos cursos de graduação presenciais com extensão instituída no período, o somatório de cursos de graduação EaD com extensão instituída no período, somatório de cursos de mestrado acadêmico com extensão instituída no período, cursos de mestrado profissional com extensão instituída no período, cursos de doutorado acadêmico com extensão instituída no período, cursos de doutorado profissional com extensão instituída no período e dividir pelo somatório do total de cursos de graduação presenciais, total de cursos de graduação Ead, total de cursos de mestrado acadêmico, total de cursos de mestrado profissional, total de cursos de	Prograd

						doutorado acadêmico e total de cursos de doutorado profissional da universidade	

67	% de cursos internacionalizados	[(curso de graduação presencial internacionalizado + curso de graduação EaD internacionalizado + curso de mestrado acadêmico internacionalizado + curso de mestrado profissional internacionalizado + curso de doutorado acadêmico internacionalizado + curso de doutorado profissional internacionalizado)/(total de cursos de graduação presenciais + total de cursos de graduação EaD + total de cursos de mestrado acadêmico + total de cursos de mestrado profissional + total de cursos de doutorado acadêmico + total de cursos de doutorado profissional)] * 100	Porcentagem	PPC dos cursos	Anual	Considerar o somatório dos cursos de graduação presenciais internacionalizados no período, o somatório de cursos de graduação EaD internacionalizados no período, somatório de cursos de mestrado acadêmico internacionalizados no período, cursos de mestrado profissional internacionalizados no período, cursos de doutorado acadêmico internacionalizados no período, cursos de doutorado profissional internacionalizados no período e dividir pelo somatório do total de cursos de graduação presenciais, total de cursos de graduação Ead, total de cursos de mestrado acadêmico, total de cursos de mestrado profissional, total de cursos de doutorado acadêmico e total de cursos de doutorado profissional da universidade. A definição de curso internacionalizado será definida pela Prograd	Prograd e Propesq
68	Cursos híbridos implementados	cursos de graduação híbridos implementados/total de cursos de graduação presencial da universidade	Porcentagem	Conceito Preliminar de Cursos	Anual	Considerar a quantidade de cursos de graduação EaD com conceito 4, a quantidade de cursos de graduação EaD com conceito 5 e dividir pelo total de cursos EaD oferecidos pela	Prograd e DTE

						universidade	
69	Qualificação na EaD	[(quantidade de docentes qualificados para atuar na Ead + quantidade de tutores da EaD qualificados)/(quantidade de cursos EaD com conceito 4 + quantidade de cursos EaD com conceito 5)]	Numérico	Currículo dos docentes e dos tutores EaD	Anual	Considerar a quantidade de docentes e tutores que atuam na EaD e	Prograd e DTE
70	Ações integradas de graduação e pós-graduação	(ações do programa integrador da Prograd realizadas em parceria com a Propesq + Ações do programa integrador da Propesq realizadas em parceria com a Prograd)/(ações integradas da Prograd + ações integradas da Propesq)	Numérico	Programas integradores	Anual	Considerar as ações descritas nos programas integradores da Prograd e Propesq e que foram realizadas em conjunto e relacioná-las com a quantidade total de ações das duas pró-reitorias descritas nos programas integradores	Prograd e Propesq
DESAFIO 2 - INCLUSÃO SOCIAL							
71	% de alunos evadidos dos cursos de graduação	(evadidos ano referência/ingressantes ano referência) * 100	Porcentagem	SIE	Anual	Para o cálculo, considerar o mesmo período para calcular os alunos evadidos e os alunos ingressantes	Prograd

72	% de alunos retidos nos cursos de graduação	(Quantidade de alunos retidos nos cursos de graduação / Quantidade de alunos ingressantes X períodos atrás nos cursos de graduação) * 100	Porcentagem	SIE	Anual	Aluno retido = Alunos vinculados no ano/semestre de referência que tenham ingressado X + 1 períodos atrás; Aluno ingressante = é todo aquele que efetivou matrícula nos cursos da UFT, após aprovação em processo seletivo, transferências e convênios, excluídos da coleta os declinantes, os alunos especiais e os alunos em mobilidade acadêmica (Art. 3, § 1º - RESOLUÇÃO Nº 08/2019 – CONSUNI); X = duração padrão do curso; Cursos de graduação = Cursos regulares de graduação (definir se presenciais, EAD, PARFOR, PRONERA, etc)	Prograd
73	% de acessibilidade física	(unidades físicas com acessibilidade/total de unidades físicas) * 100	Porcentagem	Prefeitura universitária	Anual	Na parte administrativa, cada espaço destinado a uma UG é considerada uma unidade física e na parte acadêmica, cada sala de aula ou laboratório é considerado uma unidade física	Prefeitura universitária
74	% de acessibilidade digital no *site* da UFT	(ações de acessibilidade digital/ações de acessibilidade) * 100	Porcentagem	*Site* da UFT	Anual	Ação de acessibilidade é toda ação voltada a aprimorar o acesso de pessoas com necessidades especiais às informações disponíveis no *site* da instituição	STI e Sucom

75	% de alunos atendidos pelos programas de assitência estudantil da UFT com auxílio financeiro	(alunos de graduação presencial atendidos pelos programas de assistência estudantil com auxílio financeiro/total de alunos de graduação presencial) * 100	Porcentagem	Painéis da Proest	Anual	A coleta dos dados será feita anualmente e deverá ser considerada a quantidade de alunos da graduação presencial atendidos pelos programas de assistência estudantil com auxílio financeiro no período dividida pela quantidade total de alunos da graduação presencial no período	Proest
76	% de alunos indígenas e quilombolas formados	(quantidade de alunos indígenas da graduação presencial formados no período + quantidade de alunos quilombolas da graduação presencial formados)/total de alunos formados na graduação presencial	Porcentagem	SIE	Anual	Considerar os alunos indígenas e quilombolas ingressantes na graduação presencial assim identificados no ato da matrícula, independente da forma de ingresso para a realização do cálculo	Prograd
77	% de alunos com vulnerabilidade socioeconômica formados	(quantidade de alunos com vulnerabilidade socioeconômica da graduação presencial formados)/total de alunos formados na graduação presencial	Porcentagem	SIE	Anual	Para o cálculo, considerar os alunos com vulnerabilidade socioeconômica que tiveram análise socioeconômica realizada no período	Proest e Prograd
78	Realização de análise socioeconômica	(quantidade de análises realizadas/quantidade de alunos regulares da graduação presencial) * 100	Porcentagem	Análise de dados da Proest	Anual	Análise socioeconômica é aquela realizada pelo serviço social da universidade e que tem como resultado a classificação no IVS de cada estudante da universidade	Proest

79	% atendimento de alunos pelos programas de assistência estudantil	(alunos regulares da graduação presencial atendidos/total de alunos regulares da graduação presencial) * 100	Porcentagem	Análise de dados da Proest	Anual	Aluno atendido pelos programas de assistência estudantil é aquele que recebe algum tipo de auxílio financeiro ou não financeiro na universidade. Aluno regular da graduação presencial é aquele aluno com matrícula ativa em qualquer curso de graduação presencial na universidade	Proest
80	% de alunos atendidos nos restaurantes universitários	(alunos regulares da graduação presencial atendidos nos RUs/total de alunos regulares da graduação presencial) * 100	Porcentagem	Controle dos restaurantes universitários	Anual	Aluno atendido nos Rus é aquele que recebe qualquer tipo de subsídio, seja integral ou parcial para a alimentação no restaurante universitário. Aluno regular da graduação presencial é aquele aluno com matrícula ativa em qualquer curso de graduação presencial na universidade	Proest
81	% de alunos com vulnerabilidade socioeconômica atendidos nos restaurantes universitários	(alunos com vulnerabilidade socioeconômica atendidos nos RUs/total de alunos com vulnerabilidade socioeconômica) * 100	Porcentagem	Controle dos restaurantes universitários	Anual	Aluno com vulnerabilidade socioeconômica é aquele que passou pela análise do serviço social da universidade e teve o IVS definido como dentro da faixa de vulnerabilidade socioeconômica. Aluno atendido nos Rus é aquele que recebe qualquer tipo de subsídio, seja integral ou parcial para a alimentação no restaurante universitário. Aluno regular da graduação presencial é aquele aluno com matrícula ativa em qualquer	Proest

						curso de graduação presencial na universidade	
82	Espaços para assistência estudantil	(quantidade de restaurantes universitários ativos + quantidade de casas do estudante próprias e ativas)	Numérico	Edificações construídas ou adquiridas e destinadas à assistência estudantil	Anual	Considerar como restaurante universitário o espaço destinado ao oferecimento de refeições à comunidade acadêmica e casa do estudante o espaço destinado à moradia de estudantes regulares da graduação presencial	Proest
83	Auxílios concedidos	(auxílio moradia concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio casa do estudante concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio alimentação concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio RU concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio saúde concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio inclusão digital concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio cultura concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio apoio pedagógico concedido aos estudantes da graduação presencial)	Numérico	Painéis da Proest	Anual	Para a meta inicial foi considerado o valor do exercício de 2019, tendo em vista que em 2020 houve o período de pandemia e as aulas foram suspensas, com consequente diminuição na concessão de auxílios aos estudantes Considerar a quantidade de cada auxílio da política de assistência estudantil concedida aos estudantes da graduação presencial	Proest

84	Alunos atendidos pelos programas de assistência estudantil	(estudantes da graduação presencial atendidos pelo auxílio moradia + estudantes da graduação atendidos pelo auxílio casa do estudante + estudantes da graduação presencial atendidos pelo auxílio alimentação + estudantes da graduação presencial atendidos pelo auxílio RU + estudantes da graduação presencial atendidos pelo auxílio saúde + estudantes da graduação presencial atendidos pelo auxílio inclusão digital + estudantes da graduação presencial atendidos pelo auxílio cultura + estudantes da graduação presencial atendidos pelo auxílio apoio pedagógico)	Numérico	Paineis da Proest	Anual	Considerar os estudantes da graduação presencial que receberam os auxílios descritos na política de assistência estudantil da universidade	Proest
85	Alunos atendidos nos restaurantes universitários	Soma de todos alunos regulares da graduação presencial atendidos no RU	Numérico	Painéis da Proest	Anual	Considerar os estudantes da graduação presencial que foram atendidos no restaurante universitário	Proest
DESAFIO 3 - INOVAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO							
86	% de recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos	(recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos/total de recursos externos captados) * 100	Porcentagem	NIT	Anual	Utilizar o valor que é captado com a prestação de serviços técnicos em relação ao montante de recursos externos captados pela UFT destinados à pesquisa e extensão	Propesq

87	% de recursos externos captados com licenciamento e transferência de tecnologias (patentes, softwares e know how)	(recursos externos captados com licencimento e transferência de tecnologia/total de recursos externos captados) * 100	Porcentagem	NIT	Anual	Utilizar o valor que é captado com a prestação de serviços técnicos em relação ao montante de recursos externos captados pela UFT destinados à pesquisa e extensão	Propesq
88	Laboratórios prestadores de serviços técnicos e de alta tecnologia e prototipagem	Quantidade de laboratórios prestadores de serviços técnicos	Numérico	NIT	Anual	Considerar somatório de laboratórios prestadores de serviços técnicos (baixa, média e alta complexidade) + Laboratórios de prototipagem	Propesq
89	Mecanismos geradores de empreendimentos	Nº empresas juniores + nº de incubadoras de empresas + nº de aceleradoras de empresas + nº de Co-workings + nº de *Living labs*	Numérico	NIT	Anual	Somatório das Variáveis: 1) Nº empresas juniores; 2) Nº de incubadoras de empresas; 3) Nº de aceleradoras de empresas; 4) Nº de *Coworkings*; 5) Nº de *Living labs*.	Propesq
90	Pedidos de patentes	(nº de patentes depositadas titularidade exclusiva UFT)*1 + (nº de patentes em co-titularidade com empresas ou outra ICT)*2 + (nº patentes concedidas)*5	Numérico	NIT	Anual	Peso 1: Nº de patentes (de invenção e modelos de utilidade) depositadas; Peso 2: Nº de patentes em co-titularidade com empresas ou outra ICT; Peso 5: Nº de patentes concedidas.	Propesq
91	Patentes licenciadas	(nº de patentes licenciadas)*5 + (nº de patentes transferidas:cessão onerosa)*3+ (nº de patentes transferidas: cessão não onerosa)*2	Numérico	NIT	Anual	Peso 5: nº de patentes licenciadas; Peso 3: nº de patentes transferidas: cessão onerosa; Peso 2: nº de patentes transferidas: cessão não onerosa.	Propesq

92	Outros tipos de Ativos de Propriedade Intelectual	nº de softwares registrados + nº de registros de desenho industrial + de marcas registradas + de cultivares registradas	Numérico	NIT	Anual	Somatório das variáveis: 1) Nº de softwares registrados; 2) Nº de registros de desenho industrial; 3) Nº de marcas registradas; 4) Nº de cultivares registradas.	Propesq
93	Acordos de parceria, convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Nº de acordos de parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação + Nº de convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Numérico	NIT	Anual	Somatório das variáveis: 1) Nº de acordos de parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; 2) Nº de convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.	Propesq
94	Nº de *Hubs* (espaço físico) de inovação nos câmpus	Nº de *Hubs* (espaço físico) de inovação nos câmpus	Numérico	NIT	Anual	Considerar os espaços físicos de inovação construídos ou adquiridos nos câmpus da universidade	Propesq
95	Empreendimentos inovadores de base tecnológica	nº de empresas incubadas + nº de empresas graduadas + Nº de Spin off acadêmicos + Nº de Startups	Numérico	NIT	Anual	Somatório das variáveis: 1) Nº empresas incubadas (Vinculadas no ano de análise) 2) Nº de empresas graduadas (somatório das empresas graduadas); 3) Nº de *Spin off* acadêmicos; 4) Nº de *Startups*.	Propesq
96	Quantidade de ações articuladas com outras ICTs, empresas privadas e poder público	Nº de acordos de cooperação técnica firmados entre ICT e empresas + Nº de redes ou projetos multi-institucionais	Numérico	NIT	Anual	Somatório de variáveis: 1) Nº de convênios (acordos de cooperação) firmados entre ICT e empresas vigentes; 2) Nº de redes ou projetos multi-institucionais (vigentes).	Propesq
DESAFIO 4 - RECONHECIMENTO SOCIAL							

97	Público alcançado por programas e projetos de extensão	Nº total de pessoas atendidas por programas e projetos de extensão / nº de projetos e programas de extensão ativos no período	Numérico	Sistemas de informação da extensão (sigproj)	Anual	Utilizar a quantidade total de pessoas atendidas pelos projetos no período de referência e dividir pela quantidade total de projetos/programas de extensão ativos na universidade no período	Proex
98	Proporção de estudantes de graduação envolvidos com extensão	(Nº de alunos da graduação presencial envolvidos em ações de extensão / Nº total de alunos da graduação presencial com matrícula ativa) * 100	Porcentagem	Sistemas de informação da extensão (sigproj)	Anual	Utilizar a quantidade total de alunos da graduação presencial que participam da equipe de execução de atividades de extensão e dividir pela quantidade total de alunos da graduação presencial com matrícula ativa no período	Proex
99	Municípios atingidos pela extensão	Soma dos Municípios atingidos pela extensão	Numérico	Sistemas de informação da extensão (sigproj)	Anual	Utilizar a quantidade total de municípios do estado do Tocantins que foram beneficiados com as ações de extensão realizadas pela universidade, conforme registros no sigproj	Proex
100	Ações de extensão no estado do Tocantins	Nº de ações de extensão no estado do Tocantins.	Numérico	Sistemas de informação da extensão (sigproj)	Anual	Utilizar a quantidade total de ações de extensão realizadas pela universidade, conforme registros no sigproj	Proex
101	Alcance da EaD	(nº de municípios polo de cursos EaD/total de municípios do Estado) * 100	Porcentagem	SIE/Cadastro de cursos EaD	Anual	Utilizar a quantidade total de municípios que possuem polo EaD com cursos da UFT e dividir pela quantidade total de municípios do estado do Tocantins	DTE

102	Patentes depositadas	Somatório da quantidade de patentes depositadas	Numérico	Sistema de controle do NIT	Anual	Utilizar a quantidade total de patentes depositadas no período	Propesq
103	% de aumento do total de recursos captados por meio da prestação de serviço técnico-especializado	[(recursos captados com prestação de serviço técnico-especializado no ano de referência / recursos captados com prestação de serviço técnico-especializado no ano anterior) - 1] * 100	Porcentagem	NIT	Anual	Utilizar o valor que é captado com a prestação de serviços técnicos em relação ao montante de recursos externos captados pela UFT destinados à pesquisa e extensão	Propesq
DESAFIO 5 - MECANISMOS DE GOVERNANÇA PÚBLICA							
104	Índice Integrado de Governança e Gestão - iGG	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap
105	Índice de governança pública - iGovPub	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap
106	Índice de governança e gestão de pessoas - iGovPessoas	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap
107	Índice de capacidade em gestão de pessoas - iGovPessoas	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap
108	Índice de governança e gestão de TI - iGovTI	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap
109	Índice de capacidade em gestão de TI - iGestTI	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap

110	Atividades efetivas do CGD	(quantidade de reuniões do CGD realizadas no período/quantidade de softwares desenvolvidos após a aprovação no CGD)	Numérico	Atas das reuniões do CGD	Anual	Considerar a quantidade de reuniões do CGD realizadas e a quantidade de softwares desenvolvidos após aprovação no CGD	Gabinete e STI
111	Índice de governança e gestão de contratações - iGovContrat	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap
112	Índice de capacidade em gestão de contratações - iGestContrat	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap
113	Nível de risco estratégico	(Média do Grau de probabilidade * Média do Grau de impactos dos riscos)	Numérico	Riscos definidos para o PDI	Anual	RI - nível de risco estratégico e RR - nível de risco residual	Proap
114	Nível de maturidade	Calculado pelo TCU e auditoria interna	Numérico	Calculado pelo TCU e auditoria interna	Anual	RI - nível de risco estratégico e RR - nível de risco residual	Proap
115	% de unidades gestoras da reitoria com todos os processos e riscos mapeados	(UG da reitoria com processos e riscos mapeados/total de UG da reitoria) * 100	Porcentagem	Mapeamento de processos coordenados pela proap	Anual	Considerar como unidade gestora toda aquela que recebe recurso e assim está definida no PDO e no PDI	Proap
116	% de campus com todos os processos e riscos mapeados	(campus com processos e riscos mapeados/quantidade de campus) * 100	Porcentagem	Mapeamento de processos coordenados pela Proap	Anual	Considerar como campus com processo e risco mapeado quando todas as unidades do câmpus estiverem com os processos e riscos mapeados	Proap
117	% cumprimento das diretrizes de ensino do PDI	Calculado pelo Naus	Porcentagem	Naus	Anual	Considerar o cumprimento das seguintes diretrizes: 2.2, 2.6, 2.7, 3.1, 3.6, 3.7, 3.8, 3.12,	Proap

	2021 - 2015					5.13	
118	% cumprimento das diretrizes de pesquisa do PDI 2021 - 2015	Calculado pelo Naus	Porcentagem	Naus	Anual	Considerar o cumprimento das seguintes diretrizes: 2.2, 2.3, 3.2, 3.3, 3.4, 3.6, 3.7, 3.8, 3.12	Proap
119	% cumprimento das diretrizes de extensão do PDI 2021 - 2015	Calculado pelo Naus	Porcentagem	Naus	Anual	Considerar o cumprimento das seguintes diretrizes: 2.3, 2.4, 2.5, 3.4, 3.5	Proap
120	% cumprimento das diretrizes de assistência estudantil do PDI 2021 - 2015	Calculado pelo Naus	Porcentagem	Naus	Anual	Considerar o cumprimento das seguintes diretrizes: 3.11, 3.12, 5.5	Proap

16.4. Anexo IV – Análise *Swot*

Áreas Norteadoras para Análises:

1 – Acadêmica (qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão com vistas à excelência);

2 – Inovação e Tecnologia (promoção do empreendedorismo, incubadoras de empresa, captação de recursos; busca de soluções tecnológicas inovadoras para a gestão da UFT; base de apoio para a utilização de novas tecnologias acadêmicas);

3 – Inserção Social (interação com a sociedade tocantinense; desenvolvimento da política de ações afirmativas, apoio à entrada e fixação de alunos, principalmente com vulnerabilidade econômica);

4 – Gestão (práticas que envolvem o aperfeiçoamento de mecanismos de governança e o desenvolvimento da gestão da comunicação, infraestrutura, pessoas e sustentabilidade)

CENÁRIO EXTERNO

ANÁLISE AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	**NÍVEL**
ESTADUAL	
Imagem da UFT no Estado	
Programas de Desenvolvimento	
Necessidade de Capacitação dos municípios	
Captação de recursos via Deputados Estaduais	
Contato com os municípios do estado via UAB	

Grande demanda da sociedade por resolução de problemas
Pontos de ensino da UAB em regiões distantes
FEDERAL
Investimento em estruturação e cursos no formato EAD
Política de Captação de recursos por parte das IES
Captação de recursos via Bancada Federal
INTERNACIONAL
Rede de contato de professores (parcerias / projetos em rede / professores dos programas de pós graduação)
Posição geográfica (Encontro de ecótonos - Cantão)

ANÁLISE AMBIENTE EXTERNO	
AMEAÇAS	**NÍVEL**
ESTADUAL	
Nível acadêmico dos alunos egressos no estado, considerado baixo.	
Baixo nível de salários da população	

Quebra Econômica do Estado
Concorrência com outras IES principalmente aquelas com ofertas de cursos EAD
FEDERAL
Redução orçamentária da UFT
Redução de bolsas e recursos de apoio para as IES.
INTERNACIONAL
Parcerias de órgãos internacionais com IES privadas

CENÁRIO INTERNO

ANÁLISE AMBIENTE INTERNO	
FRAQUEZAS	**NÍVEL**
ACADÊMICO	
Baixo número de matriculados em relação a capacidade estrutural e humana	
Elevado índice de evasão e retenção e desistência	
Número baixo de formandos por ano	

Indicadores de Ensino muito baixos (ENEM, Enade, CPC)
Notas baixas nas avaliações da CAPES nos Mestrados e Doutoradas
Baixo incentivo ao empreendedorismo nos currículos
Estrutura Curricular pouco flexível
Pouca inserção social dos cursos de graduação
Alunos ingressantes com nível básico de ensino fraco
Falta de integração entre ensino, pesquisa e extensão
Desacreditação/desprestígio da extensão
Falta de discussão curricular
Carência de programas de pós-graduação nos câmpus do interior
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
Pouca disponibilidade de internet de qualidade principalmente nos câmpus do interior
Falta de normatização e políticas para ações de inovação e tecnologia da universidade
Ausência de trabalhos para transferência de tecnologia, incubadoras, aceleradoras
Pouca visibilidade da inovação e tecnologia da universidade
Pouco preparo e falta de pessoal para trabalhar com inovação e tecnologia

Ausência de estrutura física suficiente da DTE
Falta de independência da DTE e do NIT
Ausência de equipe de inovação de tecnologias sociais
Recursos da DTE insuficientes para atender toda a universidade
INSERÇÃO SOCIAL
Baixa inserção social na região sudeste
Pouca articulação da universidade no contexto da Amazônia Legal e do Cerrado
Baixa participação da UFT nos fóruns e conselhos estaduais e municipais
Falta de divulgação local dos cursos
Dificuldades com destinação de recursos para infraestrutura a fim de melhorar a representação social da universidade
Dificuldades de estabelecer parcerias contínuas com outras instituições locais
Falta de publicidade e compartilhamento das parcerias e ações que são firmadas e desenvolvidas
Desarticulação institucional
As ações da Universidade são pouco conhecidas pela comunidade em que está inserida
Falta de pertencimento da comunidade acadêmica em função da universidade
Falta de um projeto integrador

ORGANIZAÇÃO/GESTÃO
Gestão de riscos operacionais pouco eficiente
Baixa participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação
Pouca interação de sistemas de gestão na UFT
Baixa captação de recursos
Distribuição dos recursos humanos nos setores, deficitária
Pouca experiência dos Docentes na utilização de Tecnologias Educacionais
Pouca articulação entre as pró-reitorias
INFRAESTRUTURA
Adequação dos prédios as exigências da lei para portadores de necessidades especiais
Parque tecnológico desatualizado
Estrutura para ambiente de tecnologias educacionais deficitária
Baixa taxa de ocupação
Pouca ou nenhuma acessibilidade nos câmpus
Ausência de biblioteca digital

Pouca aquisição de acervo de *e-books* e base de dados
Ausência de espaços de convivência para a comunidade acadêmica
Falta de sistema que integre todas as pró-reitorias
Ausência de estrutura para a prática de esportes na universidade
Falta de infraestrutura para inserção social (empresa juniores, incubadoras), inovação social e tecnologia social
Falta de fornecimento de internet de qualidade principalmente nos campi do interior

ANÁLISE AMBIENTE INTERNO	
FORTALEZAS	**NÍVEL**
ACADÊMICO	
Cursos de graduação e Pós Graduação de elevado nível técnico	
Possibilidade de abertura de cursos sem a contratação de servidores, utilizando o quadro docente que se tem	
Capacidade de apresentação de projetos a agências de fomento	
Possibilidade de mobilidade entre os cursos do mesmo câmpus e entre os câmpus	
Visão pedagógica	
Processo formativo fortalecido	

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
Potencial para desenvolver e articular projetos de inovação
Universidade nova e com vontade de inovar
Inovação acadêmica para os serviços prestados de forma *on-line*
Metodologias de ensino e aprendizagem bem desenvolvidos na universidade
ORGANIZAÇÃO/GESTÃO
Estrutura de Planejamento e Gestão da UFT
Docentes e Técnicos de excelente nível de qualificação profissional
Servidores com potencial para articular e desenvolver a universidade
Constante adequação e atualização de normativos internos
Cultura de planejamento inserida na universidade
Programa de formação continuada para os docentes e técnicos
Articulação entre as esferas da universidade
INFRAESTRUTURA
Área física suficiente e de qualidade para o Ensino e pesquisa

Internet de qualidade
Estrutura física básica para o desenvolvimento do ensino
Infraestrutura consolidada e laboratórios bem equipados na maioria dos câmpus
Bibliotecas com estrutura física em todos os câmpus
Universidade está inserida em todas as regiões do Estado, de forma descentralizada